UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA –
PROLAM/USP

MAYRA COAN LAGO

*Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores
no varguismo e no peronismo*

VERSÃO REVISADA

São Paulo
2015

MAYRA COAN LAGO

***Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores
no varguismo e no peronismo***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Julio Manuel Pires.

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

LAGO, Mayra Coan.

Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo/ Mayra Coan Lago; orientador Julio Manuel Pires- São Paulo, 2015.
311p.

Dissertação- Universidade de São Paulo, 2015.

1. Trabalhadores. 2. Varguismo. 3. Peronismo

LAGO, Mayra Coan.

Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em 2 de abril de 2015.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Maria Helena Rolim Capelato.

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas.

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Julio Manuel Pires

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Clarinda, Gisela, Carlos Eduardo e Luiza, por todo amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Neste momento “final” da dissertação, múltiplas são as sensações. Alegrias, anseios, medos, planos, desafios, sonhos, entre tantos outros pensamentos e sentimentos, se misturam e compõem um “filme” que durou oficialmente dois anos e extra oficialmente, três anos. Com o coração, ao mesmo tempo, apertado e aliviado, é possível sentir que mais um degrau de uma longa trajetória pode ser acessado.

Neste “filme” noto a sorte que tive em encontrar pessoas muito especiais, as quais merecem todo meu agradecimento, respeito e admiração. Em primeiro lugar, agradeço ao meu querido Professor e Orientador Julio Manuel Pires, por ter me dado a oportunidade de realizar um dos meus grandes sonhos e por toda a confiança, o apoio, a paciência, a amizade, a compreensão e a disponibilidade. Além de contribuir de maneira ímpar para o desenvolvimento deste trabalho, com sugestões valiosas, contribuiu para a minha formação profissional e pessoal, sobretudo na forma como um verdadeiro “mestre” pode ser.

Em segundo lugar, agradeço à Professora Dra. Maria Helena Rolim Capelato, a “primeira” a me apresentar as “Américas Latinas”, com todas as suas riquezas culturais, suas complexidades, suas especificidades, que me encantaram. Ademais, sua paciência e atenção combinadas com as valiosas sugestões, comentários e empréstimos bibliográficos na qualificação e em outros momentos constituíram o “norte” que adotei para este trabalho. Cada reunião com a Professora era uma verdadeira aula sobre o tema estudado, a qual procurei assimilar e seguir o máximo possível.

Também agradeço ao Professor Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas, por sua amizade, pelo apoio, pela disponibilidade em ajudar e participar deste e de outros “sonhos”, que eu denominava como “loucuras”. Além disso, seus comentários e sugestões para este trabalho foram fundamentais. Tal como a Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato, ele também me apresentou as “Américas Latinas” ao propor olharmos “elas” com “outros óculos”, “outras lentes”, prática que desde então procuro seguir.

Além destes três “Mestres”, outros Professores foram fundamentais para a minha formação profissional e pessoal nesta trajetória e merecem meu “muito obrigada”, como Alessandro Soares da Silva e Silma Ramos Coimbra Mendes. Todos os professores mencionados nestes agradecimentos fizeram eu questionar minhas “certezas”, relativizar algumas afirmações e desenvolver o espírito crítico.

Ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), aos Professores, aos funcionários William Almeida e Rodrigo Bronze e aos colegas de Pós-Graduação, que contribuíram de maneiras distintas para a realização de um dos meus sonhos, para a realização deste trabalho e para o encanto pela América Latina. Entre os amigos que fiz, destaco as grandes parceiras desta caminhada, Maria Margarida Cintra Nepomuceno e Thaís de Oliveira, as quais pretendo ter sempre por perto, para compartilhar experiências e seguir construindo e realizando outros grandes sonhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos do mestrado durante seis meses, a qual contribuiu de maneira significativa para a ida aos eventos científicos, momentos em que pude apresentar os estudos iniciais deste trabalho e receber valiosas contribuições.

Aos grandes amigos, “antigos” e “novos”, por todo apoio, amizade e companheirismo durante esta trajetória. Em especial aos grandes companheiros desta longa caminhada, André Luiz Lanza, Cristiana de Vasconcelos, Fabiana Oliveira e Marcos Fávaro.

Aos meus pais, minha irmã e minha avó materna por acreditarem e investirem em mim de todas as formas e no meu sonho em todos os momentos, por frisarem que com fé, esforço e dedicação, é possível atingir meus objetivos. Seu apoio e amor incondicional constituíram a fé, a garra e a determinação que procurei manter ao longo desta trajetória e o desejo de continuar neste caminho. Embora sejam os últimos neste agradecimento, sabem que sempre serão os primeiros.

RESUMO

LAGO, Mayra C. **Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo.** 2015. 311 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho tem como objetivo estudar os imaginários sociais sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo. Posteriormente, pretendemos comparar os imaginários sociais sobre os trabalhadores no Estado Novo (1937-1945) com os do Primeiro Peronismo (1946-1955), visando estabelecer aproximações e distanciamentos entre os mesmos. Para lograr o objetivo, analisaremos os discursos políticos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón em duas festas cívicas específicas de seus países, isto é: 10 de novembro e o Primeiro de Maio, entre os anos 1937-1945, no Brasil; e o 17 de outubro e o Primeiro de Maio, entre os anos 1946-1955. A partir da análise dos discursos políticos, sobretudo relacionados aos imaginários sociais sobre os trabalhadores, propomos a ideia de uma (re) invenção dos trabalhadores, composta pela combinação de aspectos imateriais ou simbólicos com os aspectos materiais.

Palavras-chave: Trabalhadores; Varguismo; Peronismo.

ABSTRACT

LAGO, Mayra C. **Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: the reinvention of workers at varguism and peronism.** 2015. 311 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This work aims to study the social imaginary on workers in Varguism and Peronism. Subsequently, we intend to compare the social imaginary of workers in the Estado Novo (1937-1945) with the Primeiro Peronismo (1946-1955), to establish similarities and differences between them. To achieve the goal, we will analyze the political speeches of Getúlio Vargas and Juan Domingo Perón in two specific civic events in their countries: 10 of November and the first of May, between the years 1937-1945, in Brazil; and the 17 of October and the first of May, between the years 1946-1955. From the analysis of the political discourse, particularly in relation to social imaginary about the workers, we propose the idea of a reinvention of workers, composed by the combination of immaterial or symbolic aspects with the material aspects.

Keywords: Workers; Varguism; Peronism.

LISTA DE SIGLAS

BO	Bloco Operário
BOC	Bloco Operário Camponês
CGT	Confederación General del Trabajo
CGTB	Confederação Geral do Trabalho do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COB	Confederação Operária Brasileira
COA	Confederación Obrera Argentina
CORA	Confederación Obrera de la Región Argentina
CUSC	Comité de Unidad Sindical Clasista
DEOPS	Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DNT	Departamento Nacional del Trabajo
FOA	Federación Obrera Argentina
FORA	Federación Obrera Regional Argentina
FTRA	Federación de Trabajadores de la Región Argentina
GOU	Grupo de Oficiales Unidos
IX FORA	Federación Obrera Regional Argentina del IX Congreso
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PL	Partido Laborista
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STyP	Secretaria de Trabajo y Previsión
UCR	Unión Cívica Radical
UDN	União Democrática Nacional
UGT	Unión General de Trabajadores
USA	Unión Sindical Argentina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I- AS INVENÇÕES DOS TRABALHADORES ANTES DO VARGUISMO E DO PERONISMO	23
CAPÍTULO 1- OS TRABALHADORES NO BRASIL E SUAS "INVENÇÕES"	24
1.1 Trabalhadores urbanos	24
1.2 Trabalhadores rurais	40
1.3 O Estado e os trabalhadores: a “questão social” como caso policial	45
CAPÍTULO 2- OS TRABALHADORES NA ARGENTINA E SUAS "INVENÇÕES"	51
2.1 Trabalhadores urbanos	51
2.2 Trabalhadores rurais	71
2.3 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" e a segurança nacional	74
2.4 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" e o Governo radical (1916-1930)	79
2.5 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" e a década infame (1930-1943)	81
CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PRIMEIRA PARTE	86
PARTE II- AS (RE) INVENÇÕES DOS TRABALHADORES: DAS RAÍZES À CONSAGRAÇÃO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	88
CAPÍTULO 3- GETÚLIO VARGAS, O TRABALHO E OS TRABALHADORES: PRIMÓRDIOS DE UMA (RE) INVENÇÃO	90
3.1 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" como caso governamental e a “Revolução de 30”	90
3.1.1 Getúlio Vargas, o Governo “provisório” e os trabalhadores	94
3.1.2 O “Ministério da Revolução”: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	105
3.1.3 A legislação trabalhista (1930-1936)	117
3.1.3.1 A Constituição de 1934, o trabalho e o trabalhador	123
CAPÍTULO 4- JUAN DOMINGO PERÓN, O TRABALHO E OS TRABALHADORES: PRIMÓRDIOS DE UMA (RE) INVENÇÃO	125
4.1 O Estado e os trabalhadores: a justiça social e o Governo da “revolução nacional” (1943-1945)	125
4.1.1 Juan Domingo Perón: o novo responsável do Departamento Nacional do Trabalho	127
4.1.2 Legislação trabalhista (1943-1945)	141
4.1.3 17 de outubro de 1945, o Partido Laborista e as eleições de 1946	142

CAPÍTULO 5- OS TRABALHADORES NOS ESPETÁCULOS DE PODER	148
5.1 Vargas, os trabalhadores e os 10 de novembro (1937-1945)	151
5.2 Perón, os trabalhadores e os 17 de outubro (1946-1955)	159
5.3 Do dia dos trabalhadores ao dia do Trabalhador: Vargas, Perón e os trabalhadores	166
5.3.1 Os Primeiros de Maio (1937-1945), Vargas e os trabalhadores	166
5.3.2 Os Primeiros de Maio (1946-1955), Perón e os trabalhadores	180
 CAPÍTULO 6-A (RE) INVENÇÃO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES DO BRASIL	191
6.1 Política Social e Legislação trabalhista (1937-1945)	192
6.2 O trabalho no “novo” regime	196
6.3 Os trabalhadores nos discursos de Vargas: 1937-1942	202
6.3.1 Getúlio Vargas: o primeiro trabalhador brasileiro	203
6.3.2 O “novo” trabalhador no novo regime	209
6.3.3 Os trabalhadores rurais no novo regime	215
6.4 Os trabalhadores nos discursos de Vargas em tempos de guerra: 1942-1945	217
6.4.1 Marcondes Filho “ <i>Falando aos Trabalhadores Brasileiros</i> ”	222
6.4.2 A invenção do trabalhismo	227
6.5 Os trabalhadores no fim do regime	229
6.5.1 A atuação dos trabalhadores no fim do regime: o quererismo	230
6.5.2 O discurso varguista sobre o trabalhador no fim do regime	236
6.6 Imaginários sociais dos trabalhadores	242
 CAPÍTULO 7-A (RE) INVENÇÃO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES NA ARGENTINA	244
7.1 Política Social e Legislação Trabalhista (1946-1955)	245
7.2 A justiça social e o trabalho no “novo” regime	246
7.2.1 Peronismo: um Partido, um movimento e um sentimento	252
7.2.2 O Justicialismo Peronista	257
7.3 Os trabalhadores nos discursos de Perón: 1946-1951	259
7.3.1 Juan Domingo Perón: o primeiro trabalhador argentino	260
7.3.2 Evita: a "ponte do amor" entre Perón e os descamisados	268
7.3.3 O “novo” trabalhador no novo regime	274
7.4 Os trabalhadores nos discursos de Perón: 1952-1955	285
7.5 Os trabalhadores nos estertores do regime: o discurso peronista e sua atuação	291
7.5.1 O discurso peronista sobre o trabalhador nos estertores do regime	291
7.5.2 A atuação dos trabalhadores nos estertores do regime	293
7.6 Imaginários sociais dos trabalhadores	294
CONSIDERAÇÕES GERAIS DA SEGUNDA PARTE	296

CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
FONTES E BIBLIOGRAFIA	304

298
304

INTRODUÇÃO

Até os dias atuais é possível notarmos o uso de imagens, símbolos, lemas e mitos das políticas varguista e peronista. As campanhas políticas de Carlos Menem na Argentina (1988) e Fernando Collor de Mello no Brasil (1989) e os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002-2010) e Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007) na Argentina contam com exemplos notáveis destes usos políticos.

Os usos políticos de tais aspectos simbólicos e as imagens de Getúlio Dornelles Vargas e Juan Domingo Perón revelam posicionamentos políticos e as distintas formas possíveis de enxergar, interpretar e utilizar o passado, os Governos, os governantes e suas políticas. Para os que apreciam os governantes e seus Governos, suas figuras e seus símbolos são utilizados como elogio e exemplo a seguir, sendo que seu legado é enaltecido e as políticas dos atuais presidentes são comparadas com as do passado. Para aqueles que não apreciam os governantes, seus símbolos e figuras são utilizadas como algo depreciativo, adequado aos adversários políticos, o mau exemplo, são os “demagogos”, os “populistas”, os “enganadores”, sendo que seu legado é reduzido, quando não negado.

Destes usos políticos surgiram inquietações, que podem ser sintetizadas pelas seguintes questões: como, em contextos sócio histórico distintos, os usos políticos destes aspectos simbólicos ainda têm ressonância nas sociedades brasileira e argentina? E, decorrente desta primeira inquietação, por que nestes momentos dos usos políticos, sobretudo por aqueles que utilizam no sentido positivo, entre os diversos aspectos dos Governos varguista e peronista, retomam também o aspecto relacionado à preocupação com os trabalhadores, inclusive associando as três imagens, implícita ou explicitamente, isto é, Vargas ou Perón, o político do momento e os trabalhadores? E, finalmente, qual a diferença entre eles e os outros políticos que passaram pela presidência, sobretudo com relação aos trabalhadores, para serem mencionados?

Deste modo, nosso interesse pela relação dos governantes com o “mundo do trabalho” e, sobretudo com os trabalhadores, surgiu por questões do presente que motivaram o retorno ao passado como uma das formas de melhor compreender parte do momento político atual do Brasil e da Argentina.

A entrada na cena política nacional, como presidentes, Vargas no Brasil, na década de 1930, e Perón na Argentina, na década de 1940, demarcam em cada um dos países o início de uma série de transformações nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Os

governantes, embora estivessem inseridos em contextos distintos, consideravam que a mudança era imprescindível para a “continuidade” de seus países e, assim, eles deveriam ser os “verdadeiros” representantes destas mudanças e dos “novos” países.

No Estado Novo (1937-1945) de Vargas e no Primeiro Peronismo (1946-1955) de Perón, o papel do Estado¹, do governante e da sociedade seriam repensados. Ademais, para os governantes, a entrada em cena política de uma parte da sociedade esquecida até então era fundamental: os setores populares. Dentre a gama dos atores políticos que compunham os “setores populares”, identificamos os trabalhadores como aqueles que receberam especial atenção dos governantes, sendo sua força política e apoio fundamentais para a realização dos projetos políticos propostos.

De acordo com Maria Helena Capelato (2009), com o advento do Estado Novo ocorreu a consolidação da política de massas, que na década seguinte foi introduzida na Argentina. Segundo José Luis Beired (1999), a “política de massas” pode ser caracterizada pela quebra da antiga ordem e a construção de novos sistemas de poder, baseados no reconhecimento das maiorias sociais. Ainda segundo o autor, dois vetores fundamentais balizaram esta “quebra” na América Latina: os Governos que desenvolveram instrumentos de integração e mobilização dos setores sociais; e os movimentos políticos, de extração popular, que buscaram alcançar o poder, seja por meio de eleições ou pelo uso da força. O terceiro vetor “adicional” seria as transformações das estruturas sociais que acompanharam a industrialização.

Os regimes nacional-populares desenvolveram uma política de massas através de um eficiente sistema de comunicação, composto pelo rádio, cinema e a imprensa, e de espetáculos de poder, composto por festas cívicas e manifestações de massa em espaços abertos com a presença do líder. Para complementar estes dispositivos, se tinha a censura e a repressão aos opositores (CAPELATO, 2009).

No tocante aos trabalhadores, os governantes propunham a reformulação do trato da “questão social”. Como Ângela de Castro Gomes (2002a) demonstrou, no caso brasileiro e nós consideramos também para o caso argentino, tal reformulação seria composta pela combinação de aspectos materiais, como as políticas sociais e a legislação trabalhista, e de aspectos “imateriais” ou simbólicos, referentes aos imaginários sociais dos trabalhadores,

¹ Neste trabalho entendemos e utilizaremos a noção de Estado, sob um sentido mais amplo e geral, proposto por Max Weber (2004), isto é, o Estado como uma comunidade humana, constituído por uma autoridade (ou um governo) e um território.

tocando em temas delicados como a cidadania, a “consciência política”, a identidade coletiva e a participação política.

Para tratarmos do que compreendemos por imaginários sociais, utilizaremos as contribuições de Bronislaw Bazcko (1985) e de Patrick Charaudeau (2013). Vale dizer que não pretendemos recuperar o histórico do termo ou do conceito, senão apresentar alguns aspectos do que entendemos por imaginários sociais, de seu papel nas sociedades e a sua relação com a dimensão política.

O primeiro dos aspectos a ser mencionado é que os imaginários sociais não são, como dão a entender seu emprego corrente e uma das acepções do dicionário, aquilo que se opõe à realidade, completamente fictício e irreal. Como constatou Bazcko (1985), os sistemas de representação produzidos por cada época não isolaram o “verdadeiro” e o “ilusório”, pelo contrário, uniu-os por meio de um jogo complexo e dialético. A partir das ilusões que uma época alimenta de si própria, ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, tal como o lugar que lhe cabe na história.

Os imaginários sociais constituem um universo de significações, que fundam a identidade do grupo na medida em que é o que mantém uma sociedade unida simbolicamente, cimentando seu mundo de significações. Estas significações procedem de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. No cruzamento dessa dupla interação, produzem-se implicações complexas em que os gestos, as pulsões, as práticas, os atos e as representações se misturam e se instruem mutuamente.

De acordo com Charaudeau (2013), os imaginários sociais podem: ser racionalizados por discursos-texto, como nas instituições que ensinam estes imaginários sociais (escolas, Constituições de Estado, religiões, entre outros); circular de maneira não consciente, sendo encontrados nos julgamentos implícitos veiculados pelos enunciados que estão de tal modo assimilados pelos membros do grupo social que funcionam de maneira natural como maneiras de falar, rituais sociolinguageiros, julgamentos de ordem ética, entre outros; estarem submersos no inconsciente coletivo, constituindo uma memória coletiva de longo termo que na prática é identificável apenas por uma abordagem histórica e antropológica; entre outros.

Neste sentido, o segundo aspecto a ser sublinhado é o de que os imaginários sociais são inventados, construídos, e não dados. Dizer que são construídos não significa afirmar que sejam construções sólidas, rígidas, senão que seus elementos são selecionados, de maneira nem sempre arbitrária, relacionando significantes (imagens, palavras) e significados

(representações) que fazem sentido para determinada sociedade, época, contexto, grupo e assim por diante. Os grupos sociais não cessam de produzir, reproduzir, interpretar, reinterpretar e questionar estes imaginários sociais que dão sentidos ao “mundo”, isto porque quem atribui sentidos ao mundo, a partir de suas experiências é o homem.

Todas as épocas tiveram as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar os imaginários sociais, tal como as modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar. Neste sentido, as produções imaginárias não são isomorfas, senão polissêmicas e ambivalentes. O que nos leva também ao terceiro aspecto que é justamente a multiplicidade e heterogeneidade destes imaginários sociais, que vão ter as particularidades e especificidades de acordo com as classes, sociedades, países, épocas, entre outros elementos, em outras palavras, de acordo com o contexto sócio histórico em que forem produzidos e (re) produzidos.

Baczko (1985) constatou que no centro do imaginário social se encontra o problema do poder legítimo ou o problema da legitimação do poder. A questão da legitimidade não é particular de um país ou um fenômeno recente. Deste modo, constatou-se que todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo, o que implica, necessariamente, na produção de sentidos.

Assim, o quarto aspecto a ser sublinhado é a relação dos imaginários sociais com o poder. Ainda de acordo com o autor, a elaboração de imaginários sociais é parte integrante de qualquer regime político. Para o autor, o controle dos imaginários sociais, de sua reprodução, difusão e manejo assegura, em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças. Em outras palavras, por meio dos imaginários sociais é que se pode atingir não apenas a cabeça, mas também o coração e a mente, isto é, os medos, as esperanças e as aspirações de uma sociedade.

Para Baczko (1985), nas épocas de crise de um poder se intensifica a produção dos imaginários sociais concorrentes e antagonistas, tal como as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade. Portanto, os imaginários sociais têm importância fundamental para esta legitimação do poder de modo que envolvem, pela forma simbólica, os grupos, as sociedades e assim por diante.

Para desempenhar seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Se por um lado precisam ser materializados, por outro precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva, o

que Charaudeau (2013) denominaria como imaginários sociodiscursivos, isto é, os imaginários sociais que existem e são reproduzidos nos discursos.

A partir das considerações apresentadas, esta pesquisa está inserida e tem como objetivo principal estudar os imaginários sociais sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo. Posteriormente, pretendemos comparar os imaginários sociais dos trabalhadores no Estado Novo com os do Primeiro Peronismo, visando estabelecer aproximações e distanciamentos entre os mesmos. Decorrente do objetivo central, os objetivos específicos que procuram nortear e refletir este estudo são: como estes imaginários sociais sobre os trabalhadores foram produzidos? de que maneiras eles foram revelados? como foram representados, isto é, quem eram estes trabalhadores? Como deveriam atuar nestes Governos? Que outros elementos deveriam ser considerados?

Em vista dos objetivos apresentados, propomos como problema: é possível afirmar que houve uma (re) invenção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores no Estado Novo de Vargas e no Primeiro Peronismo? Os governantes auxiliaram nesta produção e reprodução dos imaginários sociais? Em que momentos tal “auxílio” seria revelado?

Como hipótese, consideramos que houve uma (re) invenção e que os governantes auxiliaram de maneira significativa. Sugerimos a (re) invenção, uma vez que identificamos “invenções” dos imaginários sociais dos trabalhadores, uma auto invenção, isto é, pelos trabalhadores ou sobre os trabalhadores, isto é, pelo Estado, via Governos, antes da década de 1930, no caso do Brasil, e da década de 1940, no caso da Argentina. Assim, tais invenções e representações, seja pelos próprios trabalhadores ou sobre eles, ocorreram das mais variadas e complexas formas antes do varguismo e do peronismo.

Com relação à (re) invenção, a mesma teria suas raízes na entrada em cena política nacional de Vargas no Governo Provisório, em 1930, e de Perón, como Secretário de Trabalho e Previdência, em 1943, isto é, no período anterior ao conhecido como varguismo e peronismo. Nestes momentos, Vargas e Perón começariam a reconfigurar as relações entre Estado e classe trabalhadora e a (re) inventar os imaginários sociais sobre os trabalhadores.

Ainda que as raízes da (re) invenção estejam nos momentos anteriores ao varguismo e ao peronismo, é no Estado Novo de Vargas e no Primeiro Peronismo de Perón que a mesma tem sua consagração. Para isto, a (re) invenção seria composta por uma dupla dimensão, a simbólica, sobretudo relacionada aos imaginários sociais sobre os trabalhadores, e a “material”, composta pela legislação trabalhista e a política social promulgadas no período.

Decorrente da primeira hipótese, a segunda hipótese é que, entre os momentos e as formas em que o auxílio dos governantes e tal (re) invenção seria revelada, estão os discursos políticos dos governantes nos espetáculos de poder do varguismo e do peronismo. Deste modo, também consideramos que os discursos políticos e os espetáculos de poder constituíram-se como mecanismos de produção e reprodução dos imaginários sociais reinventados, de geração das imagens de consenso político e de legitimidade política dos seus Governos.

Por essa razão, entre as formas possíveis de observar se houve ou não uma (re) invenção dos imaginários sociais dos trabalhadores a partir da perspectiva do Estado e, sobretudo, dos governantes, propomos a análise dos discursos políticos de dois dos espetáculos de poder do varguismo e do peronismo.

Os espetáculos de poder compunham o calendário festivo do Estado Novo e do Primeiro Peronismo. Consideramos tais momentos emblemáticos, pois representavam o encontro entre os governantes e a “nação”², em que os governantes anunciavam ou reafirmavam os projetos políticos para seus países. Dentre os espetáculos de poder, selecionamos os de 10 de novembro e Primeiro de Maio no Brasil, entre os anos 1937-1945, e os de 17 de outubro e o Primeiro de Maio na Argentina, entre os anos 1946-1955. As datas 10 de novembro e 17 de outubro foram selecionadas, pois representavam o marco fundacional do varguismo e do peronismo, momento em que os governantes comemoravam, no sentido de recordar, as condições que propiciaram a chegada ao poder, tal como reafirmavam os projetos políticos nacionais. Enquanto o Primeiro de Maio foi selecionado por ser uma data expressiva para o proletariado mundial e por ser o momento que Vargas e Perón divulgavam as próximas políticas relacionadas ao mundo do trabalho, isto é, a legislação trabalhista.

A análise dos discursos políticos das datas mencionadas e das fontes secundárias foi realizada utilizando-se uma abordagem interdisciplinar e o método comparativo. Adotamos uma abordagem interdisciplinar, pois a consideramos um aspecto necessário do conhecimento, resultante de um processo dialético e intersubjetivo, que permite estudar o objeto de pesquisa a partir da diversidade e dos múltiplos encontros das áreas. No nosso caso,

² Neste trabalho entendemos e utilizaremos “nação” a partir das considerações de Benedict Anderson (2008) em seu livro *Comunidades Imaginadas*. Para o autor, nação pode ser entendida como uma comunidade política imaginada. Comunidade, pois, independente da desigualdade e da exploração efetivas que podem existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal. O sentido da “imaginação”, para o autor, é relacionado ao de invenção. Nestas invenções e reinvenções das *Comunidades Imaginadas*, o poder de fazer sentido dentro do repertório das nações é elementar, pois se não faz sentido, não há identificação ou o sentimento de pertencimento e, portanto, não há “Comunidade”. Assim, símbolos, signos, mitos, entre outros elementos, são fundamentais para a existência da nação.

o estudo é resultante do encontro de diversas áreas das humanidades, como a história, a ciência política, a linguística³, entre outras.

No tocante ao método comparativo, Maria Ligia Prado (2005), utilizando-se de Marc Bloch (1928), afirma que para comparar é preciso escolher dois ou mais fenômenos, que pareçam apresentar certas analogias entre elas, em um ou vários meios sociais diferentes. Em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explica-las à luz da aproximação entre uns e outros.

De preferência, deve-se estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, influenciadas umas pelas outras, submetidas, em virtude de sua proximidade, à ação das mesmas grandes causas, remontando a uma origem comum. A leitura criteriosa das fontes deveria induzir a formulação de novas questões, novos problemas, que permitam o surgimento de novos enfoques e novas interpretações.

A historiadora considera que a comparação, sobretudo do Brasil com os demais países da América Latina, é rica em potencialidades e contribui para a reflexão sobre novos problemas e questões. Deste modo, consideramos o método comparativo interessante para nossa reflexão.

Antes de tratarmos da estrutura do trabalho, gostaríamos de fazer uma ressalva. Embora este estudo se baseie pela perspectiva do Estado e, sobretudo dos governantes, a partir dos discursos políticos, é necessário dizer que o mesmo não adota as teorias e abordagens do “populismo”, propostas inicialmente por Gino Germanni (1962), Francisco Weffort (2003), Torcuato Di Tella (1977), Octavio Ianni (1994), entre outros.

Esta perspectiva não foi adotada por nós por duas razões principais: a primeira razão é que alguns modelos ou tipologias do populismo na América Latina não consideraram devidamente as particularidades nacionais, as especificidades conjunturais, além de abarcarem, por vezes, períodos muito extensos, como por exemplo, no caso do Brasil, em que alguns estudos consideram o marco cronológico do populismo entre os anos 1930-1964; e a segunda razão é por não concordarmos com algumas afirmações generalizantes de alguns destes estudos, que homogenizam os trabalhadores, classificando-os como “facilmente manipuláveis”, “massa amorfa”, “inconscientes”, entre outros.

Deste modo, este estudo está inserido na perspectiva dos “outros” olhares e abordagens propostos como os de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero (2012), Gomes

³ Este trabalho utilizou como referencial teórico a linha francesa de análise do discurso, inspirando-se nos estudos de Patrick Charaudeau, sobretudo relacionado às ferramentas de análise do discurso político e dos imaginários sócio discursivos.

(2002a), Juan Carlos Torre (2011; 2012), Capelato (2009), Daniel James (2013), Jorge Ferreira (2001; 2005), entre outros, que se dedicaram a estudos específicos, considerando as particularidades do momento, da situação e do contexto, que procuraram analisar, observar e relativizar os rótulos aplicados aos governantes e aos Governos. Do mesmo modo, procuramos estudos que relativizassem não apenas os governantes e os Governos, mas, o papel dos trabalhadores, principalmente no tocante às imagens dos mesmos, como de massa facilmente manipulável, inconscientes politicamente, ignorantes, entre outros, isto é, considerar os trabalhadores como sujeitos e atores sociais, que ainda que tivessem escolhas e espaços limitados pelos Governos, escolheram e souberam se utilizar destes espaços e discursos.

O presente trabalho está dividido em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, denominada “*As invenções dos e sobre os trabalhadores antes do varguismo e do peronismo*”, pretendemos apresentar as “invenções” e representações dos trabalhadores, seja uma auto invenção, pelos próprios trabalhadores, ou sobre eles, isto é, pelo Estado, via Governos. “Para lograr o objetivo, a primeira parte é composta por dois capítulos, sendo que o primeiro é denominado “*Os trabalhadores no Brasil*” e o segundo é denominado “*Os trabalhadores na Argentina*”,

Na segunda parte, denominada “*As (re) invenções dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*”, pretendemos apresentar as (re) invenções dos trabalhadores no varguismo e no peronismo. Para lograr o objetivo, esta parte tem cinco capítulos, sendo que os dois primeiros, “*Getúlio Vargas, o trabalho e os trabalhadores: primórdios de uma (re) invenção*” e “*Juan Domingo Perón, o trabalho e os trabalhadores: primórdios de uma (re) invenção*”, estão dedicados às raízes da (re) invenção, isto é, abordando a entrada em cena política nacional de Vargas, em 1930, no Governo Provisório, e de Perón, em 1943, como Secretário de Trabalho e Previdência. E os três últimos, “*Os trabalhadores nos espetáculos de poder*”, “*A (re) invenção do trabalho e dos trabalhadores do Brasil*” e “*A (re) invenção do trabalho e dos trabalhadores na Argentina*”, visando apresentar a consagração das (re) invenções.

Nos dois capítulos iniciais do trabalho recuperamos o contexto geral do Brasil e da Argentina, sobretudo alguns aspectos das histórias dos movimentos dos trabalhadores nestes países e da relação do Estado com os trabalhadores, especialmente no trato da “questão social”, procurando apresentar as diversas “invenções” dos trabalhadores antes do varguismo e do peronismo, seja pelos trabalhadores ou pelo Estado.

Nos capítulos três e quatro, ainda tratando da relação do Estado com os trabalhadores, demos destaque à entrada de Vargas e de Perón na cena política nacional, em 1930, no caso de Vargas como Presidente Provisório e, posteriormente Constitucional, e em 1943, no caso de Perón, como Secretário de Trabalho e Previsão, procurando investigar as continuidades e as mudanças no trato da “questão social” por parte destes personagens. Para isso nos utilizamos de pronunciamentos considerados emblemáticos e da legislação trabalhista criada no período.

No quinto capítulo, no contexto do Estado Novo e do Primeiro Peronismo, apresentamos os espetáculos de poder mencionados, no decorrer dos anos dos Governos, procurando investigar e destacar como foram produzidos, que elementos foram utilizados, com que fins foram utilizados pelos governantes e qual o papel dos trabalhadores e dos governantes nestes momentos. Estabelecido o contexto e o ambiente em que os discursos políticos estão inseridos, o sexto e o sétimo capítulos procuram refletir a partir das questões colocadas no objetivo e no problema deste estudo, sobretudo no tocante aos imaginários sociais sobre os trabalhadores, no Estado Novo e no Primeiro Peronismo. Deste modo, nestes capítulos finais observamos como os trabalhadores foram tratados nos discursos políticos de Vargas e de Perón nestes espetáculos de poder selecionados, como eram representados, qual era seu papel nos “novos” países, que tipo de relação deveriam ter com os governantes, entre outros. Além disso, também procuramos refletir acerca de outros aspectos como a cidadania, a legislação trabalhista promulgada no período e a constituição das culturas políticas como o trabalhismo no Brasil e o justicialismo na Argentina.

PARTE I – AS INVENÇÕES DOS TRABALHADORES ANTES DO VARGUISMO E DO PERONISMO

Como podemos pensar os trabalhadores no Brasil e na Argentina antes do varguismo e do peronismo? Eram “desorganizados” ou “organizados” como grupo e como classe? “Inconscientes” ou “conscientes” social e politicamente? Eram uma “massa amorfa”, que aceitava as condições que lhe eram impostas, ou eram “sujeitos” ou “atores” sociais, que não aceitavam todas as condições impostas, podendo lutar por seus direitos?

Eis algumas das perguntas que norteiam esta primeira parte. Cabe dizer que, para além de “respostas”, que poderiam evocar certa generalização, as particularidades das situações (cidade, região, grau de qualificação, ramo de atividade, entre outras), pretendemos refletir a partir de cada uma das perguntas, ainda que de maneira panorâmica, em dois países específicos: Brasil e Argentina.

Não acreditamos em uma história ou uma luta por direito do trabalhador no Brasil e na Argentina. Acreditamos em histórias, lutas, trabalhadores, direitos, organizações, isto é, acreditamos na multiplicidade ou diversidade, por um lado, e na particularidade ou especificidade, por outro lado, de lugares, de situações, de atores, de organizações, de lutas, entre outros.

Portanto, o objetivo desta primeira parte e de seus capítulos é dar luz a alguns aspectos mais amplos, panorâmicos, mas que julgamos significativos, das lutas pelos direitos do trabalho e pela cidadania do trabalhador, considerando tanto o papel dos trabalhadores quanto a ação do Estado, antes do varguismo e do peronismo. Em outras palavras, pretendemos apresentar as diferentes “invenções” dos e sobre os trabalhadores, seja por eles mesmos ou pelo Estado, via Governos. Para lograr o objetivo, esta parte tem dois capítulos, que estão compostos por dois momentos mais amplos principais: no primeiro momento procuramos apresentar as auto invenções e representações dos trabalhadores, antes do varguismo e do peronismo; e, no segundo momento, procuramos apresentar as invenções e representações sobre os trabalhadores pelo Estado, via Governos, a partir do “eixo norteador” denominado “questão social”.

CAPÍTULO I – OS TRABALHADORES NO BRASIL E SUAS "INVENÇÕES"

Este primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar as “invenções” dos trabalhadores no Brasil, seja por parte dos próprios trabalhadores como pelo Estado, via Governos. Deste modo, este capítulo é formado por dois momentos mais amplos principais: no primeiro apresentamos alguns aspectos das histórias dos trabalhadores no Brasil, isto é, as auto invenções e representações dos trabalhadores e no segundo observamos as relações entre o Estado e os trabalhadores, sobretudo algumas das respostas e das resistências demonstradas pelo Estado frente à produção das identidades coletivas dos trabalhadores e de suas formas de organização.

Assim, este capítulo tratará dos anos finais do século XIX e começo do século XX, mais especificamente entre os anos 1890-1920, em que a “questão social”, isto é, as demandas e as lutas dos trabalhadores, foram consideradas “caso policial” e, posteriormente, mas ainda na década de 1920, passaram a ser consideradas “caso de segurança nacional”.

1.1 Trabalhadores urbanos

Antes de tratarmos de algumas questões mais amplas das histórias dos direitos do trabalho no Brasil, gostaríamos de recordar alguns aspectos sobre os primeiros anos da Primeira República, no tocante à política, à economia e à sociedade, que se relacionam diretamente às transformações do país no período.

No âmbito político, desde a Proclamação da República até 1930, tínhamos a Política dos Governadores, também conhecida como “Café com Leite”. No tocante à economia, o país era majoritariamente agrário-exportador, predominando as grandes propriedades de terra e as exportações de seus maiores produtos, como café, açúcar, cacau, algodão, borracha, entre outros. Apesar disso, o crescimento da indústria não podia ser subestimado: fábricas de médio e grande porte de fiação e tecelagem, bebidas, roupas, sapatos e alimentos estavam instaladas em algumas cidades do Brasil, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, desde o começo do século, como podemos notar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Valor da produção industrial, 1907

Produtos Industriais	Valor (Contos de réis)	Participação no total
Têxtil	174.541	23,50%
Indústria Alimentícia	212.557	28,70%
Vestuário	60.298	8,10%
Cerveja	22.686	3,10%
Calçados	26.726	3,60%
Chapéus	20.840	2,80%
Moagem de Cereais	39.959	5,30%
Subtotal	557.607	75,10%
Total	741.536	100%

Fonte: Recenseamento Geral, 1920.

Com relação à distribuição das indústrias pelos Estados do Brasil, observemos:

Tabela 2 – Valor da produção industrial segundo os estados, 1907

Estados	Valor (Contos de réis)	Partic. no Total
Distrito Federal	223.929	30,20%
São Paulo	118.087	15,92%
Rio Grande do Sul	99.779	13,46%
Rio de Janeiro	56.002	7,55%
Pernambuco	55.206	7,44%
Paraná	33.085	4,46%
Minas Gerais	32.920	4,44%
Bahia	25.078	3,38%
Subtotal	644.086	86,86%
Total	741.536	100,00%

Fonte: Recenseamento Geral, 1920.

O desenvolvimento industrial e os processos de imigração e migração do campo para a cidade geraram novas formas de produção e de vida, levando à organização e ao aumento de importância de novos atores sociais, como os “trabalhadores” e os empresários industriais.

Quem eram esses “novos” atores sociais, empregados nessas fábricas e indústrias nascentes? De maneira geral, variando de um local e ramo de atividade para outro, eram homens, mulheres e crianças.

Esses trabalhadores urbanos nem sempre eram brasileiros. Assim, também devemos recordar o grande fluxo de imigrantes, correspondente a mais de 3,5 milhões de pessoas entre 1890 e 1920. A partir da tabela seguinte, é possível ter noção de dados mais precisos sobre a vinda de imigrantes para o Brasil na Primeira República:

Tabela 3 – Entrada de imigrantes no Brasil de 1890 a 1930

Década	Quantidade de imigrantes
1890	1.205.703
1900	649.898
1910	821.522
1920	846.522
Total	3.523.591

Fonte: adaptado de Petrone (1997).

Os imigrantes influenciaram de maneira significativa as mudanças demográficas no Brasil durante o século XIX e o início do século XX. Até o ano de 1890, foram registrados 1.500.000 imigrantes vivendo no Brasil, sendo que 70% deles estavam concentrados nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e 17,6% no Rio Grande do Sul (COSTA, 1986).

E os escravos recém-libertos? Para refletir a partir dessa questão, iniciaremos as colocações iniciais sobre os estudos da “história” dos direitos do trabalho no Brasil.

De maneira geral, esses estudos começam com a Proclamação da República. Esse momento, imediatamente precedido pela Abolição da escravidão, é compreendido como de fundamental transformação política e social no país, o que não quer dizer *revolucionário*, como assinalou Batalha (2000):

A República trouxe inicialmente esperança, que logo deu lugar à decepção, àqueles que buscavam obter a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalhadores. Mesmo a parca legislação aprovada visando à melhoria das condições de trabalho – como o decreto 1313 de 1891 regulamentando o trabalho dos menores das fábricas do Distrito Federal – ficou só no papel, pela falta de vontade política e de uma estrutura de fiscalização para seu cumprimento (...) A República não fora uma revolução social e não promovera a libertação do “quarto

estado”, o proletariado, como haviam almejado os trabalhadores envolvidos no movimento republicano (p. 38).

Sabemos que a República, de imediato, não representou a vigência no país de práticas políticas muito diferentes das experimentadas no período imperial e que a Abolição não desencadeou um processo que significasse grandes melhorias para a população negra. Exemplo disso pode ser encontrado ao buscarmos uma das respostas possíveis para a questão levantada anteriormente sobre os escravos recém-libertos que, em grande maioria, ficaram “subempregados”, sujeitos aos piores trabalhos, quando não desempregados, como pontua Maria Helena Souza Patto (1999):

A luta diária pela vida levava-os a improvisar vários tipos de afazeres, desde ocupações autônomas, bicos e subemprego temporário, que movimentavam a economia informal, até outras formas de sobrevivência, como o roubo, o jogo, a prostituição e a mendicância (p. 174).

Mesmo que as condições de vida não tenham melhorado, concordamos com a argumentação de Gomes (2002b) de que só a partir de então tornou-se realidade jurídica no Brasil o princípio da “equidade política”, isto é, o princípio de que, perante a lei, todos os homens seriam “iguais”. Deste modo, ainda que em um primeiro momento se trate de “formalismo”, a Abolição e a República constituem um ponto de inflexão na história brasileira, que ultrapassou a fluidez de fronteiras entre o “homem livre” e o escravo, tornando possível a constituição do primeiro Código Civil brasileiro em 1916.

O que isso implicou? Em alguma medida, implicou o início da construção da cidadania para parte considerável dos brasileiros que até então não poderiam ser considerados “cidadãos”. Neste trabalho, a ideia de cidadania está vinculada à de “direitos”, podendo ser entendida a partir do livro clássico de Thomas Humphrey Marshall (1967), *Cidadania, classe social e status*. Neste livro, o autor, que trabalha com o exemplo inglês, distingue três dimensões básicas de cidadania: em primeiro lugar, a dos direitos civis, moldada pela ideia dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à manifestação de pensamento e movimento de pessoas, garantidos por lei; em segundo lugar, a dos direitos políticos, que dizem respeito à participação dos indivíduos na vida política, tanto no direito ao voto quanto na feitura das leis; por fim, a dos direitos sociais, que teriam como sentido primordial garantir as condições de vida e trabalho aos cidadãos de uma sociedade. Segundo o autor, educação, saúde e trabalho seriam a tríade fundamental desses direitos sociais, nascidos na Europa no século XX e que, em grande medida, seriam decorrentes das outras duas dimensões de direitos (civil e político), nascidos na Europa nos séculos XVIII e XIX, respectivamente.

Esse “caminho” ou “sequência” dos direitos não nasceu em todos os países da mesma maneira. No caso do Brasil, José Murilo de Carvalho (2001) considera que, a partir da Proclamação da República, houve uma superposição de demandas por direitos, ainda que nem todos fossem atendidos. Ademais, o autor afirma que, por razões históricas, os direitos sociais, e especialmente o trabalho, assumiram posição estratégica para a vivência da cidadania, sobretudo na época da Primeira República.

A fragilidade do momento refletia no desrespeito aos direitos civis, decorrentes do período da escravidão e da questão da propriedade privada, e aos direitos políticos, decorrentes da legislação da época que impôs elementos que limitavam o voto a uma pequena parcela da sociedade brasileira, isto é, homens, acima de 21 anos e alfabetizados tinham esse direito, o que significava 2,2% da população (LINHARES; SILVA, 1999). Esses elementos excluía grande parte da população que era composta por analfabetos e mulheres, por exemplo.

Pelos aspectos levantados, uma das principais características do início das lutas por direitos do trabalho no Brasil foi a necessidade de enfrentar a dura herança de um passado escravista, que marcou a sociedade como um todo, tanto na forma de tratar como de pensar os trabalhadores, pois, como assinala Batalha (2000):

(...) até meados dos anos 1850, o trabalho escravizado domina não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, mas também as principais cidades do país, em que os trabalhadores escravizados moviam portos, transportes terrestres, comércio urbano e até mesmo as primeiras fábricas (...). Nessas condições, trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras (p. 17-18).

Como podemos notar, muitas vezes os escravos e os trabalhadores assalariados estavam nos mesmos lugares, não estando, porém, nas mesmas condições de trabalho, implicando, até aquele momento, objetivos e demandas bem distintas. Com o fim da escravidão, *em tese*, os trabalhadores recém-libertos ou os *escravizados livres* passariam, de maneira geral, a dever ter as mesmas condições de trabalho, compreendendo, em alguma medida, alguns objetivos, demandas ou reivindicações em comum. Dever ter e poder ter alguns objetivos, demandas ou reivindicações não quer dizer que esses elementos facilitaram a organização dos trabalhadores como classe, pois, como mostra Batalha (2000):

Não é o bastante, embora seja determinante, que muitos indivíduos compartilhem uma experiência comum em termos de condições de vida e de trabalho para que constituam uma classe. É preciso que os grupos de

indivíduos identifiquem essa experiência como comum e seus interesses como convergentes entre si e opostos de outros grupos. Daí organizarem-se, em sindicatos ou partidos, por exemplo, para coletivamente defenderem tais interesses, expressos na crítica à sua situação e em propostas de mudança social, com sentido de classe (p. 34).

Assim, Gomes (2002a) ressalta a dificuldade e o esforço, por parte dos próprios trabalhadores, na virada do século XIX para o XX, para produzir uma identidade coletiva positiva para eles e dar valor ao ato de trabalhar: por um lado porque se tratava de afirmar a dignidade do trabalhador, de onde decorreria a demanda por direitos, sem que pudesse recorrer a um passado de *tradições*; por outro lado, porque a identidade social desse sujeito que integrava o mercado de trabalho não possuía contornos nítidos. Nesse sentido, essa “ética positiva do trabalho” foi considerada pelos primeiros militantes operários como um “pré-requisito” para um processo de conscientização complexo em que os trabalhadores se identificassem como classe.

Ademais, era vasta a diversidade entre os trabalhadores urbanos, a qual poderia ser revelada a partir de casos específicos, como, por exemplo, a cidade ou região em que estavam inseridos, o grau de qualificação, o tipo de relação de trabalho e o ramo de atividade, podendo aparecer diferenças até neste último.

Outro elemento que contribuía para essa diversidade era a origem étnica dos trabalhadores. Algumas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba eram compostas, majoritariamente, por imigrantes. Eles provocaram reações distintas em seu contato com os trabalhadores brasileiros, desde conflitos, por aceitar condições de trabalho que eram recusadas pelos brasileiros, até adesão e união a algumas causas políticas e sociais, chegando a liderar algumas organizações trabalhistas.

A diversidade dos trabalhadores, embora não seja uma especificidade brasileira, demonstra como esse foi um período estratégico para a formação de atores políticos no país, entre os quais estavam os trabalhadores e o empresariado. Do mesmo modo, a diversidade indica a dificuldade em construir propostas de identidades coletivas que produzissem um reconhecimento dos trabalhadores, por eles mesmos e por outros atores, como o empresariado e o Estado. Nesse processo de “conhecimento” e (re)conhecimento, foi necessário descobrir valores, inventar palavras, símbolos e formas de organização, capazes de criar no país uma nova tradição de respeito ao trabalhador, não mais escravo, um “cidadão” (GOMES, 2002a).

A heterogeneidade dos trabalhadores também indica a ocorrência de disputas entre as lideranças dos trabalhadores durante esse processo, sobretudo no que diz respeito às

ideologias ou correntes políticas a seguir, ao valor de iniciativas (como jornais, bibliotecas, grupos de teatro, entre outros) que mobilizassem a formação de uma consciência do trabalhador, aos instrumentos de organização dos trabalhadores, essenciais para a formulação de suas reivindicações, e as formas de luta por seus direitos consideradas mais eficientes.

No tocante à produção da identidade coletiva dos trabalhadores urbanos, Batalha (2000) aponta um aspecto ou uma demanda mais ampla, porém comum: as condições de existência do trabalhador urbano, isto é, as condições de vida e de trabalho. Segundo o autor:

A maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho – que nos primeiros anos do século XX atingiam 14 horas no Distrito Federal e 16 horas em São Paulo –, com poucas possibilidades de descanso e lazer. Esses trabalhadores moravam em habitações precárias, como os cortiços; na periferia dos centros urbanos, padecendo problemas de transporte e infraestrutura; ou ainda, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas (p. 11).

Ainda com relação às condições de moradia e, sobretudo, de trabalho, a partir dos estudos sobre os trabalhadores assalariados urbanos no Rio de Janeiro na Primeira República, Mattos (2008) constatou que a insalubridade nos locais de trabalho foi a responsável pelas epidemias que se alastraram pela cidade desde o final do século XIX:

(...) os esforços dos higienistas do início do século XX eram de combater a varíola e a febre amarela. Entretanto, a doença que mais matava os trabalhadores era a tuberculose, aquela vinculada diretamente à insalubridade no trabalho e às péssimas condições de alimentação (p. 70).

Além das péssimas condições de trabalho e das jornadas muito longas, não apenas no Rio de Janeiro mas também em outras partes do Brasil, que ocasionavam acidentes e mortes constantes, devemos mencionar a violência dos encarregados, a exploração do trabalho de crianças e o abuso contra as operárias.

Por conta desses aspectos, desde a segunda metade do século XIX, os trabalhadores urbanos livres passaram a se organizar em sociedades de “socorros mútuos”, conhecidas também como “sociedades mutualistas”. Essas sociedades eram formadas tanto por trabalhadores que procuravam se organizar politicamente quanto por trabalhadores que buscavam a sobrevivência a partir do auxílio mútuo.

Como eram proibidas pela Constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, essas sociedades constituíam um espaço para exercer a solidariedade, especialmente no auxílio material mútuo, e o zelo pelos interesses de seu ofício.

A última década do século XIX e os primeiros anos do século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo, que acabou extinguindo parte destas

sociedades mutualistas⁴: o sindicato operário, também denominado liga, clube, centro, associação, “sociedade de resistência”, entre outros. De acordo com Batalha (2013), devido à carência de legislação para os trabalhadores na Primeira República⁵, os sindicatos eram voltados para a “ação econômica” e social, enfrentando questões relacionadas à redução da jornada de trabalho para oito horas, regulamentação do trabalho feminino (com normas que protegessem a gravidez) e infantil, aumento do salário e melhores condições de vida e de trabalho.

Batalha (2000) distinguiu três tipos de sindicato: *pluriprofissional*, reunindo operários de diferentes ofícios e ramos industriais; por *ofício*, reunindo operários de um mesmo ofício ou, quando muito, de ofícios parecidos; e os de *indústria*, reunindo operários da mesma indústria. Ainda que os três tipos tenham existido nas mais diversas cidades e regiões do país, o que predominou e constituiu a base da organização operária, pelo menos até meados dos anos 1910, foi o sindicato por ofício.

Outra forma de organização dos trabalhadores urbanos, ao longo da Primeira República, foi a do espaço político, isto é, os partidos políticos. De acordo com Batalha (2000), partidos operários foram criados ao longo de toda Primeira República; no entanto, muitos tiveram vida curta. O caminho dos partidos era estreito, pois com as restrições ao voto, que impediam a participação operária, era natural que a política partidária fosse entendida como impermeável aos interesses populares.

Ainda assim, alguns partidos resistiram ao momento, como o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), concebido em 1922. Na sua criação, o partido procurou aglutinar as simpatias provocadas pela vitória da Revolução Soviética de 1917, tentando adequar-se ao formato do próprio partido bolchevique. Em 1929, os comunistas criaram uma central sindical sob sua orientação, fundando em congresso a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB).

Os Congressos dos trabalhadores organizados politicamente também foram significativos na Primeira República, sendo que o primeiro Congresso Operário ocorreu em 1906 no Rio de Janeiro. Em 1908 é formada a Confederação Operária Brasileira (COB), que organiza o segundo Congresso Operário Brasileiro em 1913, em que são reafirmadas as teses do Primeiro, como a luta pela jornada de oito horas de trabalho diário, incentivo para as

⁴ Além dessas duas formas mais amplas de organização dos trabalhadores, também existiram as cooperativas de consumo e produção, associações culturais, recreativas, educacionais e políticas. Com frequência, essas organizações eram desempenhadas por uma mesma associação mutualista ou sindicato (BATALHA, 2000).

⁵ A única legislação especificamente voltada para os sindicatos foi o Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que tratava dos sindicatos profissionais e das cooperativas, limitando a ação dos sindicatos.

mulheres criarem suas organizações e participarem dos sindicatos, orientação para que as várias organizações operárias passassem a ser denominadas sindicatos e, a partir destes, que os operários organizassem suas lutas, a continuidade da Confederação Operária Brasileira, entre outros. Finalmente, em 1920 é organizado o Terceiro Congresso Operário; no entanto, a repressão já estava muito forte, e a COB, sob pressão externa e com fortes divisões internas, acabou desaparecendo (GIANNOTTI, 2007).

Como foi comentado anteriormente, embora os trabalhadores urbanos tivessem ao menos uma demanda em “comum”, que contribuía para a produção de uma identidade coletiva como ator e classe social, as organizações e as formas de pensar o trabalhador e o seu papel na sociedade, os mecanismos de luta mais eficiente pelos direitos variaram, não apenas pelo local e ramo de atividade, mas sobretudo pelos “projetos” ou as “propostas” das diferentes correntes ideológicas do período. Na Primeira República, algumas “correntes” ou “tendências” ideológicas predominaram, de maneira geral, entre os trabalhadores urbanos: “amarelos”⁶, anarcosindicalista, anarquista, católica, comunista, positivista, socialista e sindicalista-corporativista.

Exemplo das disputas entre as lideranças dessas “correntes” ou “tendências” da época, como os socialistas, os anarquistas e os comunistas, podem ser tomados a partir das propostas que atribuíam pesos diferentes nas formas de luta. Gomes (2002a), em seus estudos sobre as propostas das correntes citadas a partir de alguns jornais do Rio de Janeiro na Primeira República, afirma que os socialistas e os comunistas priorizavam a organização de partidos políticos, dando destaque à importância do voto dos trabalhadores, bem como à luta por representação parlamentar e por uma legislação de proteção ao trabalhador. Enquanto os anarquistas consideravam os sindicatos instrumentos de “ação direta” na luta contra o patronato, propunham greves, boicotes e mobilizações do gênero.

Deste modo, os estudos sobre as experiências de organizações dos trabalhadores urbanos na Primeira República demonstram, por um lado, um esforço dos trabalhadores para adquirir um espaço como ator político e social ou mesmo lutar pela sua sobrevivência e, por outro lado, uma disputa entre eles pela “voz” ou “fala” “legítima” dos trabalhadores. Com relação às “vozes” dos trabalhadores urbanos, devemos mencionar também a importância dos jornais operários nos anos iniciais da Primeira República.

⁶ Na época, a denominação designava os sindicatos colaboracionistas, que defendiam a incorporação dos trabalhadores na sociedade, sem a necessidade de reivindicação, ou seja, esperavam que o Estado antecipasse a demanda de direitos aos trabalhadores, por meio do discurso moral.

A palavra “operário” pode designar tanto o enunciador do jornal quanto o seu coenunciador. Segundo Maria Nazareth Ferreira (1988), o jornal operário, nos primeiros anos da Primeira República, esteve relacionado a alguma forma de organização ou de movimentação da classe trabalhadora, circulando de maneira distinta à imprensa burguesa ou à grande imprensa⁷. Deste modo, o jornal operário foi considerado por essa autora um instrumento de informação, conscientização e mobilização entre os trabalhadores urbanos.

Entre os anos de 1847 e 1920, Ferreira (1988) identificou cerca de 330 jornais operários. Eles estavam distribuídos nas mais diversas regiões do país, como: Aracajú (SE), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Maceió (AL), Manaus (AM), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), entre tantas outras.

Figura 1 – Capa do jornal “A Plebe”, Primeiro de Maio de 1923.

Fonte: Hemeroteca Digital.

Interessante atentar para os títulos de jornais, que, por um lado procuravam refletir suas propostas e, por outro lado, o público a quem se dirigia, além de constituírem-se como representantes legítimos, isto é, a “voz” desse público. Com relação às propostas dos jornais refletidas no título, consideramos que por esta razão as palavras “luta”, “operário”, “povo”, “protesto”, “trabalho”, “trabalhador”, “voz” apareceram com tanta frequência, incidindo

⁷ Ferreira (1988) distinguiu três “etapas” do desenvolvimento da imprensa operária no Brasil, definidas pelo contexto histórico e social da época: a primeira é a anarcosindicalista, que se refere ao início do processo de urbanização do país e percorre grande parte do século XIX, acompanhando as transformações na virada do século e exaurindo-se entre 1922 e 1930 devido à mudança de orientação sofrida pelo operariado brasileiro; a segunda é a sindical-partidária, que tem como ponto de partida a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), passando pelo Estado Novo, pelo processo de democratização, o Segundo Governo de Getúlio Vargas e encerrando com o golpe militar de 1964; e a terceira, denominada sindical, que tem como característica a reorganização dos trabalhadores brasileiros, requerendo liberdades democráticas, entre outros. Em seu livro *Imprensa operária no Brasil*, a autora trata com mais detalhes cada um desses períodos.

inclusive nos títulos iguais em diferentes regiões do País. Ademais da interpretação de “voz” legítima dos trabalhadores urbanos, para nós, a palavra “voz” também pode ser interpretada a partir da ideia de que até aquele momento os trabalhadores não a tinham, isto é, eram silenciados e, a partir desses jornais, que expressariam suas questões, suas demandas, eles passariam a se fazer escutar, ao menos entre eles.

A seguir, um quadro com alguns dos nomes dos jornais, suas datas e locais de fundação:

Quadro 1 – Relação de alguns jornais da imprensa operária brasileira (séculos XIX e XX)

Ano	Título	Editores	Local(is)
1860	<i>A voz do povo</i>	-	Belém, PA
1870	<i>A Inquisição</i>	-	Belém, PA
1880	<i>A Revolução</i>	-	Rio de Janeiro, RJ
1890	<i>O Amigo do Povo;</i> <i>A Pátria;</i> <i>O Socialista;</i> <i>A Voz do Povo</i>	-	São Paulo, SP; Pelotas, RS; Salvador, BA; Rio de Janeiro, RJ
1900	<i>Avanti!; II</i> <i>Diritto; A Tribuna</i> <i>Operária</i>	Vicente Vacirca e A. de Ambrys; -	São Paulo, SP; Curitiba, PR; Rio de Janeiro, RJ
1910	<i>O Operário</i>	-	Rio de Janeiro, RJ e São Paulo, SP
1921	<i>O Combate</i>	Federação dos Trabalhadores do Ceará	Fortaleza, CE

Fonte: adaptada de Ferreira (1988).

Entre as questões e mobilizações dos trabalhadores anunciadas nos jornais mencionados, destacamos outro mecanismo de luta pelos direitos dos trabalhadores urbanos: as greves.

Figura 2 – Capa do jornal “A Batalha”, de 1922.
 Fonte: Hemeroteca Digital.

Como notamos observando o jornal carioca, as greves não apenas eram anunciadas como conclamadas, isto é, os trabalhadores deveriam participar do movimento. De acordo com Batalha (2000), as primeiras greves do Brasil, ainda no século XIX, desenrolaram-se, majoritariamente no âmbito de empresas e oficinas, decorrentes do caráter híbrido das sociedades operárias que eram mais mutualistas do que sindicais.

Em consequência de condições favoráveis, como a conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos com a expansão econômica iniciada em 1903 e a proliferação de organizações sindicais, as greves multiplicaram-se no início do século XX. Ademais, as greves adquiriram um caráter mais amplo, conseguindo, inclusive, mobilizar categorias inteiras, como no caso das categorias dos portuários e ferroviários, devido em parte à sua importância para o transporte e a exportação dos principais produtos brasileiros. Outro aspecto das greves do século XX foi ter mobilizado distintas categorias, constituindo “greves gerais” e reunindo milhares de trabalhadores.

A maioria dessas greves teve um caráter reivindicatório por direitos mínimos, como aumento de salário e redução de jornada de trabalho, além de melhorias de condições de trabalho. Importante dizer que algumas greves, sobretudo as gerais (como no caso dos marmoristas em Porto Alegre, em 1903, que teve adesão dos pedreiros, têxteis, coureiros e marceneiros), conseguiram concessões dos patrões como a redução da jornada de trabalho para nove horas.

Azis Simão (1966) identificou mais de 400 greves no país, organizadas entre o começo do século e o ano de 1920. Entre elas, as que constituíram o ápice de mobilização operária foram as greves gerais de 1917, que se espalharam durante o ano no país, envolvendo principalmente São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, e as de 1919, que também se espalharam pelo país em diferentes meses, envolvendo principalmente Salvador, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro.

Figura 3 – Greve geral de 1917, São Paulo.

Fonte: BIONDI, 2009.

Esses ápices tiveram grande influência de dois acontecimentos internacionais, considerados pela elite e pelo Governo um pavio de pólvoras, que ameaçava produzir um incêndio entre as “massas proletárias”: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Segundo Batalha (2000), a Grande Guerra permitiu uma recuperação da produção industrial brasileira, que sofreu os impactos da guerra, a partir de meados de 1916:

À medida que produtos importados deixavam de chegar aos portos brasileiros, as indústrias nacionais voltaram a empregar para atender ao crescimento da demanda. Ao mesmo tempo os trabalhadores enfrentavam uma escalada do custo de vida, ao passo que os salários permaneciam aos patamares anteriores à guerra. A conjuntura favorável à satisfação das reivindicações em virtude da retomada da atividade industrial conduziu – a partir de 1916, ganhando intensidade em 1917 – o movimento operário a um acelerado processo de reorganização das sociedades de resistência desarticuladas durante a crise (p. 49).

Além do “poder de barganha” disponível, os trabalhadores começaram a ter acesso às notícias da Revolução Russa, que teria possibilitado, por um lado, o poder e um “Governo dos trabalhadores” na Rússia, e, por outro, a emergência de partidos comunistas nos anos subsequentes em diversos países, como no já mencionado caso do Partido Comunista no Brasil.

Com o estado de sítio, entre os anos de 1922 e 1926, não encontramos registro de greves. Os trabalhadores retomariam a mobilização e a organização do movimento sindical a partir de 1926, sendo interrompidos somente em 1930, devido aos impactos da crise de 1929 no país:

No Rio de Janeiro irrompem mais greves em 1927 do que em todos os demais anos da década, com exceção de 1920. Em São Paulo o número de greves cresce ano a ano a partir de 1926, atingindo seu ápice em 1930 (BATALHA, 2000, p. 61).

De acordo com Batalha (2013), as grandes greves de 1902-1903, 1906-1907 e 1917-1919, em várias cidades brasileiras, revelam a classe trabalhadora como realidade histórica. Nesse sentido, o autor considera que esses momentos são um exemplo da formação e da consolidação da classe, descartando a afirmação de que a formação da classe é apenas o resultado mecânico da existência da indústria ou da abolição da escravidão. Essas colocações não implicam afirmar que esta formação e consolidação de classe foram frutos de um processo “perfeito”, “harmônico”, mas como um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pela multiplicidade de interesses e de maneiras de atingir esses interesses.

Além de greves, sindicatos e jornais, é interessante notarmos a mobilização operária em outros meios, como nos Atos e Associações, criados contra a carestia e o alto custo de vida. Peças teatrais, romances de conteúdo panfletário, poesias, entre outros, também foram formas de produzir e investir no trabalho de conscientização dos trabalhadores como classe. Ou seja, nem todos os trabalhadores eram militantes, mas também procuraram formas de lidar com as condições do momento.

Por fim, cabe mencionarmos um importante momento para as mobilizações e reivindicações dos trabalhadores: as festas de Primeiro de Maio⁸. De acordo com Valéria

⁸ A data é uma homenagem aos trabalhadores da cidade de Chicago que, nesse dia, em 1886, foram às ruas reivindicando melhores condições de trabalho e sofreram forte repressão policial. Nesse episódio houve trabalhadores mortos e presos que, desde então, tornaram-se símbolo para todos que desejavam engajar-se na mesma luta. Segundo Perrot (1988), foi em julho de 1889, no congresso organizado pela Federação Nacional de Sindicatos de Paris, que nasceu oficialmente o Primeiro de Maio e se decidiu realizar, no próximo ano, um protesto internacional em favor da jornada máxima de oito horas. Diante da boa repercussão do protesto de 1889,

Fernandes (2011), há relatos de manifestações do Primeiro de Maio no Brasil desde 1891, no entanto, as comemorações iniciais restringiram-se a discretas sessões solenes realizadas pelos Centros dos Partidos Operários de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, como afirmou Fernandes (2011):

Os primeiros registros de comemorações de Primeiro de Maio, nos noticiosos brasileiros, são datados de 1891, evento realizado pelo Centro do Partido Operário de São Paulo, presumidamente socialista. No ano seguinte, a imprensa divulgou mais notícias sobre os atos de Primeiro de Maio. Nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, foram registradas manifestações políticas (p. 48).

No início do século XX, as comemorações se tornaram maiores, constituindo-se com um número considerável de trabalhadores. De maneira geral, as lideranças das distintas correntes tiveram em comum a passagem da mensagem e do ensinamento de que o Primeiro de Maio não era dia apenas para se comemorar, mas de protestar e ganhar aliados; um dia para se valorizar o trabalho e os trabalhadores sem direitos, reivindicando jornada de oito horas de trabalho, abolição do trabalho infantil e proteção ao trabalho da mulher.

Vale recordarmos a figura 1 deste trabalho, em que apresentamos a capa do jornal *A plebe*. Na capa do jornal, além da convocação para a greve geral, vinha a seguinte alegoria:

Figura 4: Alegoria da capa do jornal *A plebe*, Primeiro de Maio de 1923

Fonte: Hemeroteca Digital.

O trabalhador era representado como jovem, forte, olhar altivo e peito aberto que ao cruzar os braços, abandonou seus instrumentos de trabalho. Outro aspecto da figura impactante, que é interessante, são as representações das fábricas sem fumaça, revelando a união dos trabalhadores no dia internacional de protesto. Acompanhando a imagem, aparecia

a comemoração do Primeiro de Maio tornava-se permanente na resolução do congresso da Segunda Internacional em 1891.

a seguinte legenda: “*O proletário, cruzando os braços paralisa a indústria: pensando e agindo revolucionaria o mundo*”.

Como mencionamos, o país era composto por distintas formas de organizações sindicais, por diferentes “projetos” e “propostas”, por tantas “correntes” ou “tendências” ideológicas, entre outras diversidades, a data passou a ser disputada e comemorada das mais distintas maneiras, constituindo um momento de “luta simbólica”, entre os distintos grupos, que se consideravam os “verdadeiros” ou os “legítimos” representantes dos trabalhadores:

(...) não faltaram controvérsias em torno da interpretação da data e da forma apropriada de celebrá-la, opondo anarquistas e socialistas, sindicalistas revolucionários e reformistas, libertários e comunistas (...). Portanto, o 1º de Maio, como de resto toda a cultura operária militante, foi um palco da disputa pela hegemonia política e cultural da classe operária, sem que isso eliminasse o fato de que havia muito em comum entre as várias correntes (BATALHA, 2000, p.68).

Uma das maiores comemorações do Primeiro de Maio no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro em 1919. A data foi recordada pela anarquista Elvira Boni:

No Primeiro de Maio de 1919 foi organizado um grande comício na praça Mauá. Da praça Mauá o povo veio andando até o Monroe pela avenida Rio Branco, cantando o *Hino dos Trabalhadores*, *A Internacional*, *Os filhos do Povo*, esses hinos. Não tinha espaço para mais nada. Naquela época não havia microfone, então havia quatro oradores falando ao mesmo tempo em pontos diferentes (CPDOC/FGV)⁹.

A seguir, uma das fotos daquele dia:

Figura 5 – Manifestação operária em Primeiro de Maio de 1919 no Rio de Janeiro.

Fonte: *Revista da Semana*, 10 de maio de 1919.

⁹ GOMES, Angela de Castro. Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *FGV-CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

Manifestações desse tipo continuaram a ocorrer nos anos subsequentes; no entanto, como veremos, as mesmas serão disputadas por outros atores da cena política. Finalmente, concordamos com Batalha (2013) ao afirmar que esses momentos e formas distintas de lutas de parte dos trabalhadores constituíram-se como uma conquista, sobretudo, de natureza cultural, isto é, afirmaram a dignidade do trabalho, denunciaram a exploração e construíram uma identidade positiva de classe para os trabalhadores, impondo-se perante o restante da sociedade.

1.2 Os trabalhadores rurais

Tal como os estudos das histórias dos trabalhadores urbanos, de maneira geral, os das histórias dos trabalhadores rurais também têm seu ponto de inflexão com a Proclamação da República e, principalmente, com a abolição da escravidão no ano anterior. A partir desse momento, uma série de propostas relacionadas à sobrevivência da classe dominante, da produção de seus produtos e da mão de obra a ser utilizada se impôs.

Para Linhares e Silva (1999), as Reformas Liberais iniciadas no Brasil a partir de 1850, com a cessação do tráfico transatlântico de escravos e a tentativa de estabelecer acesso a terra unicamente pela compra, chegaram ao ápice em 1888, com a abolição total da escravidão. Para os autores, de maneira geral, o processo de reforma realizado no Brasil era similar aos procedimentos dos demais países latino-americanos:

(...) controle da terra através de mecanismos legais e despojamento dos trabalhadores rurais, processos concomitantes e complementares. As medidas tomadas para expulsar os trabalhadores das suas terras, desconhecendo qualquer forma de posse que não fosse através da compra, deveriam garantir um contingente de trabalhadores que substituíssem os escravos (p. 68).

Os debates e as formas da posse, do uso e do trabalho nessas terras variaram de local para local, de ramo para ramo de atividade e assim por diante. Ainda que soubessem que o fim da escravidão estava próximo, muitos dos latifundiários mantiveram seus escravos, como opção econômica, a fim de conseguir a indenização paga pelo Estado imperial.

Com o advento da República, estabeleceu-se o federalismo, que representava a autonomia local com a ascensão de grupos oligárquicos regionais, a imposição dos interesses específicos e a dissolução de uma visão mais ampla de nação. Além desses aspectos, tinha-se a impossibilidade de os trabalhadores rurais buscarem uma instância superior de apoio e proteção, visto que os “coronéis” cuidavam dessas questões.

O Coronelismo, combinado com a política dos governadores ou a política do Café com Leite, marcou a hegemonia agrário-conservadora e a violenta espoliação de camponeses e trabalhadores rurais. Portanto, para os trabalhadores rurais, a República também não implicou grandes transformações, pois:

Não só o novo regime não dava qualquer passo em direção à liquidação do passado colonial, com sua fileira de injustiças, como ainda acumulava novas injustiças. Os 723.419 escravos existentes em 1888 não foram objeto de qualquer ação (aí sim, cabível) de indenização, seja direta (como em dinheiro), seja indireta (como a doação de um lote de terras). A lei dita áurea era um passo atrás no debate político liderado por Rodolfo Dantas ou Ruy Barbosa, onde se previa a doação de terras aos ex-escravos. Da mesma forma que milhares de camponeses, sertanejos, matutos, tabaréus etc. nem mesmo entenderam o que se passava com a derrubada do velho imperador (LINHARES; SILVA, 1999, p. 74-75).

O projeto modernizante dos setores agrários brasileiros, representado pelo Governo de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes, assegurava aos proprietários de terra crédito fácil e redução dos impostos de exportação, combinados com obras de infraestrutura, principalmente em portos e ferrovias. De acordo com Linhares e Silva (1999), a derrota do projeto de Ruy Barbosa e a intangibilidade da propriedade implicavam a ausência do imposto territorial, de qualquer cadastro que o viabilizasse e de um programa de distribuição de terras para libertos, pobres ou imigrantes.

Como mencionamos anteriormente, as formas de uso da terra e a relação com os trabalhadores rurais variaram caso a caso, local a local e por ramo de atividade. Analisando-se o caso paulista, Clifford Welch (2010) assinala que, mesmo após o fim da escravidão e a Proclamação da República, os fazendeiros se consideravam uma espécie superior aos trabalhadores rurais, sendo que os problemas de disciplina nas fazendas deveriam ser resolvidos pela força física. Desse modo, os fazendeiros recrutavam agregados para servir como capangas e para policiar suas propriedades, figurando como policiais do fazendeiro.

Devido aos conflitos com os imigrantes nas fazendas paulistas, sobretudo os italianos, e ao declínio da imigração, estabeleceu-se o Patronato Agrícola, cujo objetivo era defender os direitos e os interesses dos operários agrícolas. Para isso existiam os fiscais patronais, que procuravam persuadir os fazendeiros e os trabalhadores a entrar em acordo. Apesar dos esforços, Welch (2010) afirma que, devido aos restritos mecanismos legislativos, quando ocorriam as disputas entre os desiguais, não se tinha como assegurar garantias para os trabalhadores.

O Patronato Agrícola foi criado durante a gestão de Washington Luís (1906-1912) como secretário da Justiça. Washington Luís também teve destaque quando foi Governador do Estado de São Paulo, de 1920 a 1924, pois ajudou a quebrar as fazendas ineficientes, no crescimento das fazendas menores e na diversificação do cultivo. Ademais, ampliou a eficácia do Patronato Agrícola a partir do aumento do número de pessoas para trabalhar, profissionalizando o Judiciário, instituindo um sistema de tribunais de trabalho rural e tomando posse de todas as terras sem dono (WELCH, 2010).

Em 1913, por causa da legislação, as agências de imigração distribuíram cadernetas agrícolas aos trabalhadores imigrantes para comprovarem suas reivindicações por pagamentos atrasados e outros direitos. Assim, parte dos trabalhadores imigrantes, no caso paulista, passaria a criar mecanismos de luta e negociação por suas demandas a partir de aspectos mínimos comuns, como condições de vida e de trabalho.

No tocante às resistências, destacamos o depoimento de Augusto Ramos, na época fazendeiro, referente às greves dos trabalhadores:

Não causa grande surpresa ver-se no dia mesmo de se iniciar a colheita em uma fazenda, que cada colono, em vez de seguir cedo para o serviço, deixa-se ficar em casa (...) Para o fazendeiro essa é a hora crítica (...) Cientes dessa situação, os colonos aproveitam para fazer suas imposições, justas ou injustas (WELCH, 2010, p. 33).

O autor destaca uma greve com duração de oito dias no início da colheita que ocorreu em 1912, com a participação de ao menos setenta famílias na fazenda Iracema, propriedade do fazendeiro e coronel Francisco Schmidt, em Ribeirão Preto, na região da Alta Mogiana. No final, os trabalhadores conseguiram um aumento de 20% por saca de 50 litros de grãos de café colhidos.

No entanto, nem todos os movimentos grevistas tiveram sucesso. Em 1913, entre os meses de abril e maio, também na região de Ribeirão Preto, mais de 10 mil colonos resolveram entrar em greve no início da colheita. Dessa vez os fazendeiros não cederam, e o movimento acabou com a deportação de 137 trabalhadores italianos, considerados “agitadores”.

Do mesmo modo que na região Sudeste do país, no Nordeste os trabalhadores rurais também foram organizados nas fazendas, sobretudo açucareiras, em um sistema conhecido como morada, sofrendo com problemas semelhantes no tocante às condições de trabalho e de vida. Assim como da região Sudeste, parte dos trabalhadores da região Nordeste e de outras do país também não aceitaram as condições impostas, resistindo a elas.

A articulação e a organização dos trabalhadores não eram algo simples ou fácil, pois havia alguns aspectos que as dificultavam, como a mobilidade física e a incorporação política. Com relação à mobilidade física, devemos mencionar as migrações dos trabalhadores entre as fazendas, buscando condições de vida e de trabalho melhores. Outro fator que impulsionava a mobilidade física, sobretudo no caso do Nordeste, eram as secas.

Segundo Linhares e Silva (1999), as secas promoveram amplos remanejamentos populacionais, com forte impacto sobre o latifúndio. Ao longo das grandes secas do século XIX, cerca de 120 mil cearenses abandonaram o Estado e até o ano de 1900 outros 300 mil se dirigiram à Amazônia. Na seca de 1915, imortalizada na literatura brasileira, cerca de 40 mil pessoas saíram da região de Fortaleza e se dirigiram a outras áreas do País, como o Sul e o Norte. Esses fatores dificultavam a formação de classe do trabalhador e a luta nas fazendas, fosse pela resistência ou por organizações mutualistas, como no caso dos trabalhadores urbanos.

No tocante à incorporação política, como mencionamos no tópico anterior sobre os trabalhadores urbanos, a cidadania “seletiva”, excludente, advinda da Proclamação, diferenciava os cidadãos “ativos”, com direitos civis e políticos, e os cidadãos “passivos”, apenas com direitos civis, o que pode ser ilustrado a partir da Constituição de 1891, em que apenas 2,2% da população tinha direito ao voto. Essa questão dificultava a incorporação política também dos trabalhadores rurais.

Apesar da ordem estabelecida e da diversidade entre as formas e os trabalhadores, parte dos trabalhadores rurais encontrava aspectos comuns para se unir, como mobilidade geográfica, rigidez social, adversidades naturais e injustiças sociais, ou, em outras palavras, basicamente, a fome, a miséria e mesmo a desigual ou inexistente distribuição de terras. Esses três aspectos influenciaram a criação de, pelo menos, três frentes de conflitos rurais mais amplos, ainda na Primeira República.

Com relação às “frentes”, Dezemone (2002) considera a primeira associada à Guerra de Canudos (1896-1897) e ao Contestado (1916) no sul do Brasil, isto é, frentes “messiânicas”.

Figura 6 – Membros do Contestado.

Fonte: CPDOC/FGV¹⁰.

Ainda de acordo com o autor, a segunda é identificada a partir de 1910, com diversas greves de imigrantes colonos, trabalhadores nas fazendas cafeeiras de São Paulo, tendo inclusive repercussões maiores que envolveram o cônsul italiano nas negociações com os trabalhadores; e a terceira frente, identificada nas décadas de 1920 e 1930, na região Nordeste, pelo chamado Cangaço, com grupos armados vinculados a Lampião e ao conceito de *Banditismo Social*¹¹.

Figura 7 – Membros do Cangaço.

Fonte: Imagens Históricas¹².

Os movimentos foram contidos com forte repressão. No tocante às outras formas de organização e atuação, sobretudo política, devemos mencionar o Bloco Operário Camponês, nova nomeação do então Bloco Operário (BO), criado em 1928, como uma das frentes eleitorais do PCB.

¹⁰ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/contestado>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

¹¹ Para os autores que compartilham desse conceito, os cangaceiros atuavam em favor dos mais pobres, desfrutando de legitimidade diante das populações locais, ao mesmo tempo que eram considerados fora da lei pelas autoridades constituídas. No entanto, essa suposta legitimidade é decorrente do temor e da ameaça que representavam, ressaltando-se que agiam muito mais em função de seus interesses particulares do que a favor de uma causa popular.

¹² Disponível em: <<http://imagenshistoricas.blogspot.com.br/2009/12/cangaco.html>>.

O BO foi criado na fase de ilegalidade do PCB, para dar continuidade à organização política e de luta dos trabalhadores por suas reivindicações econômicas imediatas, além de se constituir como uma alternativa política para toda a sociedade. O Bloco Operário Camponês (BOC) adveio do BO e seguia os mesmos objetivos e bandeiras anteriores; entre seus objetivos, destacamos a luta pela regulamentação dos direitos dos trabalhadores através de leis para horário de trabalho, salário-mínimo, férias e outras normas protetoras que garantissem condições mínimas de trabalho, bem como contra a carestia de vida, e o combate ao imperialismo, tal como a anistia aos presos políticos e o reconhecimento, por parte do Governo brasileiro, da URSS.

Segundo Welch (2010), o PCB foi a primeira organização política a incorporar o trabalhador rural como constituinte do partido. Em 1930, as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), criadas em 1924, já estavam espalhadas pelo país. Em pesquisa feita pelo autor, em São Paulo, o DEOPS estava bem representado no interior do Estado, cujas presença e aderência dos trabalhadores rurais ao PCB eram significativas.

O foco do BOC tanto nos trabalhadores industriais como nos agrícolas era novo para o PCB. Internacionalmente, a ideologia revolucionária comunista tratou da união de camponeses e proletários na luta, e no Brasil a revolta de 1924 e a marcha de Prestes inspiraram a primeira versão nacional desse dogma. Em panfleto intitulado “Agrarismo e industrialismo”, o jornalista e ativista comunista Otávio Brandão retratou os trabalhadores rurais como membros integrantes e descreveu o importante e fundamental papel dos mesmos para a revolução brasileira.

O BOC concorreu a vagas de vereador no Rio de Janeiro e em São Paulo, propondo políticas governamentais reformistas – incluindo uma lei de férias e regulamentos para proteger o trabalho da mulher e da criança – para atender às demandas dos trabalhadores. Segundo Welch (2010), por meio do BOC, essas políticas se tornaram plataformas para os candidatos do partido, que exigiam a aplicação, a extensão e a expansão da lei no final da década de 1920 e início da década de 1930.

1.3 O Estado e os trabalhadores: a “questão social” como caso policial

Embora os anos iniciais da Primeira República não tenham sido de grandes conquistas materiais, os trabalhadores conseguiram disseminar uma experiência de reivindicações, constituindo, em alguma medida, a figura do trabalhador brasileiro, que lutava por uma nova

ética do trabalho e por direitos sociais que regulamentassem o mercado de trabalho. Buscaram se utilizar do que existia em termos de direitos civis e políticos para atuar e formular suas reivindicações: criaram associações de classe; fizeram boicotes, greves e campanhas; formaram partidos operários; e lançaram candidatos às eleições parlamentares. A multiplicidade de propostas de organização e formas de atuação apresentadas, demonstram que os trabalhadores se auto inventavam, se representavam.

Se por um lado é interessante observar as “invenções” pelos trabalhadores, também vale observarmos as “invenções” sobre os trabalhadores, por parte do Estado, via Governos. Para observarmos tais “invenções”, utilizaremos como “eixo norteador” a questão social e, sobretudo, as formas que os Governos utilizaram ou não para tratar da mesma. Segundo Iamamoto (2008), a produção da “questão social” está vinculada às configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado em uma sociedade capitalista. Deste modo, a questão social é configurada na tensão entre o processo de produção de desigualdades sociais e o processo de resistência e rebeldia ao trabalho. Em outras palavras e de um modo mais “prático”, o termo “questão social” foi utilizado pelo Estado para designar os conflitos sociais produzidos pelos trabalhadores.

Embora a frase “questão social como caso policial” tenha sido atribuída apenas ao presidente Washington Luís, consideramos a mesma emblemática e significativa para pensarmos não apenas seu Governo como os anteriores também, pois representa, em grande medida, a forma como o Estado tratou da “questão social”.

“Caso de polícia” pode ser interpretado de, pelo menos, duas maneiras: a primeira, a forma física, que remete àquela aplicada pela Força Pública; e a segunda, à forma legislativa, de criminalização das organizações ou dos movimentos existentes. Ambos os sentidos evocam o controle sobre o indivíduo pelo Estado para obter a ordem. Com relação à face repressiva, Patto (1999) ressalta os seguintes momentos:

Foi assim na greve de operários numa fábrica de sapatos no Rio de Janeiro, em 1902; no movimento grevista na Cia. Doca de Santos, em 1904; na greve de ferroviários paulistas, em 1906; na Revolta da Chibata, em 1910, quando marinheiros negros e mulatos rebelaram-se contra o uso do chicote como instrumento de punição na Marinha; em Juazeiro e no Contestado; na greve de colonos das fazendas de café da região de Ribeirão Preto, em 1913; na primeira greve geral que parou cerca de 50 mil trabalhadores da cidade de São Paulo, em 1917; na greve da Cia. Mogiana, em 1920, e assim por diante (p. 172).

No tocante à força física, houve momentos de repressão mais violentos que outros na Primeira República, sobretudo no Governo de Artur Bernardes (1922-1926), com no já

mencionado estado de sítio entre os anos de 1922 e 1926, decorrentes do movimento tenentista. Ademais, pode-se identificar o aumento da vigilância e da repressão a partir da maior especialização do aparato policial estatal. Em 1920 foi criada a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, da qual surgiria em 1922 a 4ª Delegacia Auxiliar, com uma seção de Ordem Política e Social, corpo policial especializado na vigilância e repressão às organizações e movimentos de trabalhadores, atividades identificadas como “polícia política”.

Nesse contexto também foi criado o DEOPS, em diferentes estados, constituindo uma força policial especializada em crimes políticos. Exemplo notável é o DEOPS em São Paulo, que funcionou de 1924 a 1983, com forte atuação nos períodos ditatoriais, vigilando e reprimindo esses movimentos, sobretudo os dos anarquistas. Esses aparatos auxiliaram no maior fechamento das organizações e sindicatos dos trabalhadores, além de na maior repressão aos movimentos grevistas (BATALHA, 2000).

Everardo Dias, militante anarquista, descreveu com detalhes a repressão do Governo em seu livro *História das lutas sociais no Brasil* (1977):

A classe operária foi muito sacrificada nessa arremetida de 1924. Em São Paulo foram centenas os fuzilados, sem qualquer processo de investigação (...). Na baía de Guanabara, ao largo, estava um velho navio apresado aos alemães em 1915 e imprestável para navegar. Em seu convés e porões foram encerrados oitocentos trabalhadores do Rio e Niterói, retirados de suas casas ou fábricas onde trabalhavam, por serem conhecidos por suas ideias esquerdistas, e ali espancados diariamente, mal alimentados, a roupa em farrapos (p. 109).

No tocante à força legislativa, os estudos referem-se a algumas leis que foram a base da política repressiva. Um exemplo é a Lei de Expulsão de Estrangeiros, proposta pelo deputado Adolfo Gordo em 1907. A lei era composta por um processo sumário sem chances efetivas de defesa para os acusados, considerados desde o início agitadores e subversivos, que precisavam ser devolvidos para os seus países.

Em 1921, foi criada uma lei mais rígida, para expulsar os imigrantes que o Estado considerasse agitadores, denominada Lei Infame. De acordo com Batalha (2000), com base nessas leis, foram expulsos do país, em 1907, 132 estrangeiros, e até o ano 1921 já se totalizava 556 expulsões, sendo que, por más condições, a grande maioria acabou morrendo na viagem.

Em 1927, um Decreto-lei, conhecido como Lei Celerada, dava amplos poderes à polícia política para invadir sindicatos, jornais, moradias e clubes que poderiam ser interditados e fechados definitivamente (GIANNOTTI, 2007).

Segundo Gomes (2002a), quando se cria um mercado de trabalho livre no país é necessário também criar um “modelo” ou um “referencial” de trabalhador. Deste modo, a autora considera que, desde fins do século XIX e, mais especificamente, desde o início da República, o tema trabalho e trabalhadores livres e educados no “culto ao trabalho” se impôs ao país:

Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes. A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande, e “educar” um indivíduo pobre era principalmente criar nele o hábito do “trabalho”. Ou seja, era obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente (p. 10).

O “pobre” e o “ocioso” eram um perigo para a “nova” ordem política e social que se instalara. Assim, a valoração positiva do trabalho deveria ser articulada com outros conceitos, como “ordem” e “progresso”, em contraposição aos conceitos de “desordem” e “atraso”.

Segundo Gomes (2002a), o ano de 1918 marcou o início dos trabalhos na Câmara dos Deputados na questão. As iniciativas associavam-se ao clima de intensa agitação que, como mencionamos, vigorava mais fortemente desde 1917, indicando a demanda por maior participação política da população urbana.

Internacionalmente, havia a preocupação com a “questão operária” devido ao fim da Primeira Guerra Mundial e da assinatura do Tratado de Versalhes (1919). Entre outras recomendações, este Tratado recomendava a instituição de um novo tipo de direito – o do trabalho –, capaz de representar a nova sociedade do pós-guerra. Foi criada, então, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual estabeleceria normas universais de funcionamento para as relações entre capital e trabalho, exigindo dos países-membros da Sociedade das Nações que as leis trabalhistas fossem aplicadas.

O Brasil como signatário do Tratado de Versalhes deveria seguir as medidas que lhe foram “sugeridas”. Além disso, o Brasil almejava ocupar a cadeira permanente na Sociedade das Nações, o que dependia da boa imagem do país.

Nesse contexto internacional, que aconselhava o abandono dos princípios liberais e o início da intervenção do Estado em assuntos trabalhistas, somado ao “conturbado” contexto nacional, as primeiras leis para os trabalhadores foram criadas; entre elas: Lei de Acidentes do Trabalho em 1919; formação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) em 1923; criação de um Conselho Nacional do Trabalho em 1923; Lei de Férias em 1925; e um Código de Menores em 1926 (GOMES, 2002a).

Segundo Gomes (2002a), as medidas legislativas eram parcela de uma iniciativa mais ampla que vinha sendo discutida desde 1917/18, quando se tentou aprovar um Código de Trabalho para o País. Então, segundo a autora, essas leis evidenciavam que

a chamada questão social já era um ponto da agenda política da época que, como outros, sofria fortes resistências, devido ao federalismo (os estados temiam a intervenção do Governo federal) e à postura do patronato, bem mobilizado por suas associações de classe e disposto a defender o que entendia como o princípio da “liberdade de trabalho” nas empresas (p. 19-20).

A dura resistência das oligarquias e do patronato refletia a sua força política e econômica sob o Estado. Além das resistências, também houve tentativas, por parte do Estado, via Governos, de forjar a aproximação e, por vezes, de apropriação, a partir de alguns aspectos simbólicos dos trabalhadores como as comemorações do Primeiro de Maio.

No tocante à apropriação, autores mencionam o Governo do Marechal Hermes da Fonseca (1911-1914), em que ocorreram atos oficiais referentes à data, procurando, inclusive, transformá-la em feriado nacional. No entanto, somente no dia 26 de setembro de 1924, no Governo de Artur Bernardes, foi assim instituída. Segundo Luciana Arêas (1996), esse processo não pode ser considerado “aleatório”, pois:

A paralisação do trabalho por parte do operariado era uma das formas de protesto levadas a efeito durante a jornada do Primeiro de Maio. Transformando-se o dia em feriado, ou simplesmente concedendo-se o ponto facultativo, conseguia-se retirar dos operários a iniciativa da paralisação. O operário não mais se ausentaria do trabalho porque estava enfrentando seu patrão e mostrando-se solidário para com seus companheiros, mas porque o Governo havia concedido a folga. E o Governo não se furtaria a alardear aos quatro cantos que tomara aquela decisão para “homenagear todos os trabalhadores” (p. 17).

Ademais, procurava-se produzir uma simpatia dos trabalhadores em relação ao Governo. Apesar dessas tentativas, a “campanha” não produziu o efeito esperado e, assim, a data continuou consistindo-se como momento de luta pelos direitos e aspirações dos trabalhadores.

A partir do “eixo norteador” deste subtópico, isto é, o trato da questão social, procuramos apresentar as propostas de “invenções” sobre os trabalhadores por parte do Estado, via Governos. Deste modo, as ausências e as presenças de propostas, tal como as distintas formas do trato com as questões relacionadas ao “mundo do trabalho” são

importantes para observarmos as continuidades e discontinuidades a partir da década de 1930, tal como os usos deste passado.

De acordo com Gomes (2002a), somente quando o “problema do trabalho” passa a ser mais efetivamente percebido também como um “problema da burguesia” é que se atacaria no país, de modo mais sistemático, a “questão social”; ou, em outras palavras, que a questão passaria a ser também política, constituindo-se como preocupação e pauta das plataformas políticas. Afinal, no período destacava-se a necessidade da modernização de fato do Brasil pelo desenvolvimento econômico, o que implicava, fundamentalmente, a passagem de um modelo agroexportador para um modelo industrial. Outro aspecto importante ressaltado por Gomes (2002a) é o da relativização necessária referente ao imaginário coletivo produzido sobre o período da Primeira República, com relação ao tratamento das “questões sociais” como apenas de polícia. De acordo com a autora, ainda que se tenha utilizado da força física e do órgão como regulador dessas questões, não se pode esquecer ou apagar os primeiros experimentos da legislação social, sobretudo no tocante à criação do Departamento Nacional do Trabalho, em 1918, e as demais leis já apresentadas por nós, aprovadas no Congresso nesse período.

Essa relativização é importante para observarmos quais ou como as alterações no tratamento dessas questões foram construídas nos demais anos tratados neste estudo e também a conformação das propostas da Aliança Liberal e do Governo “provisório” referentes às questões sociais.

CAPÍTULO 2 – OS TRABALHADORES NA ARGENTINA E SUAS "INVENÇÕES"

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as invenções dos e sobre os trabalhadores antes do peronismo. Para lograr o objetivo, este capítulo também tem dois momentos principais: no primeiro apresentamos alguns aspectos das histórias dos trabalhadores na Argentina, como suas práticas, suas organizações e suas lutas antes do peronismo; e no segundo pretendemos apresentar as relações entre o Estado e os trabalhadores, sobretudo para lidar com a chamada “questão social”, tal como as “respostas” e resistências do Estado frente a mesma.

Trataremos primeiramente do período entre os anos 1900-1943, procurando iluminar alguns momentos que revelam as distintas formas de organização e de ação dos movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais na Argentina. Em seguida, apresentaremos o mesmo período, mas sob a perspectiva do Estado, via Governos, isto é, as ações ou as formas utilizadas para lidar com a “questão social”, também no período entre os anos 1900-1943.

2.1 Trabalhadores urbanos

De maneira geral, os estudos sobre as histórias do trabalho e dos trabalhadores na Argentina começam descrevendo o contexto político, econômico e social do país, de maneira panorâmica, ressaltando o grande contingente de imigrantes que chegou ao país, tal como suas implicações, sobretudo desde o final do século XIX e o início do século XX.

Com relação ao contexto geral, Osvaldo Coggiola e Edgardo Bilsky (1999) consideram que, na segunda metade do século XIX, a Argentina inicia o processo de unificação política e econômica, transformando-se em um Estado moderno. No âmbito político, o país adotava um regime republicano e oligarca. No âmbito econômico, o país era composto pela economia primário-exportadora, cujos principais produtos eram cereais. A partir de 1880, a pecuária também teria um papel importante nas exportações, com a carne, o couro e o charque.

O contínuo crescimento da economia agrário-exportadora foi acompanhado de um nascente desenvolvimento industrial, sobretudo no final do século XIX. Alberto Belloni (2011) considera que as indústrias de alimentos, cigarros, calçados, sabão, móveis e construções se destacavam no período. O país também passou por obras de melhoria e ampliação da infraestrutura de transporte, com as ferrovias, e de comunicação, com as redes de telégrafos no final do século XIX. O desenvolvimento da malha ferroviária foi de grande

importância no período, sendo o responsável pela integração dos pampas com o litoral e pela ligação e unificação dos mercados internos com os portos exportadores.

Conforme as ferrovias avançavam rumo ao interior do país e realizavam essa unificação dos mercados, mais terras eram colocadas à disposição para o cultivo, ocasionando dois problemas: a falta de população para colonizar essas novas regiões e a falta de mão de obra para trabalhá-las. Neste contexto é que começam os incentivos aos grandes contingentes de imigrantes europeus para a Argentina.

De acordo com Coggiola e Bilsky (1999), a imigração representa o principal motor do impressionante crescimento que registra o país até a Primeira Guerra Mundial. A Argentina foi o país latino-americano que mais recebeu imigrantes europeus, correspondendo à entrada de mais de 6,3 milhões de estrangeiros no país durante o período de 1870 a 1930. Inicialmente esses imigrantes advinham da Itália e da Espanha, mas, posteriormente, polacos, russos, turcos, franceses, alemães, entre outras nacionalidades, também chegaram ao país, constituindo um contingente cada vez mais heterogêneo.

Essa imigração chegou em ondas sucessivas, aportando diferentes tipos de indivíduos, de experiências laborais, de tradição política e cultural e de inserção no país receptor. De acordo com os autores:

Os primeiros imigrantes, majoritariamente camponeses e com certa qualificação, tinham como destino colonizar o campo. Participaram em sua capitalização, encontrando possibilidades reais de melhoria de vida e de ascensão social, embora não em todas as áreas rurais. No final dos anos 80 as possibilidades de colonização diminuíram, entre outras razões, pelo aumento do valor da terra e da consolidação do latifúndio como forma privilegiada de exploração. Ademais, outros fatores nos países de origem incidiram nas modificações do tipo de imigração. Diminuíram paulatinamente os agricultores, e crescem relativamente os trabalhadores qualificados, os jornaleiros, peões, comerciantes, profissionais liberais. Finalmente, coincidindo com o auge da emigração das zonas mais atrasadas da Europa meridional, se incrementou a chegada de trabalhadores sem qualificação nem recursos (jornaleiros) sublinhando também o caráter também mais plebeu desta terceira etapa de imigração cujo ponto mais alto se deu depois de 1900 e implicou, ademais, uma melhor adaptação à demanda local de mão-de-obra. Isto se verifica sobretudo desde inícios da primeira década do século XX quando se observa mais claramente a chegada de trabalhadores sazonais que permanecem para trabalhar em uma ou mais colheitas no país e logo regressam (imigração “andorinha”) (COGGIOLA; BILSKY, 1999, p. 14).

Este trecho demonstra a diversidade desses trabalhadores por: país de origem, inseridas todas as suas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais; aptidões laborais; razões e objetivos da vinda desses trabalhadores; e mesmo de reinserção na

Argentina. Nesse sentido não é possível considerarmos um “modelo” de imigrante ou um único “processo” de imigração, pois eles são diferentes, compondo um quadro heterogêneo, e essas “ondas” de imigração, assinaladas pelos autores, não ocorreram de maneira uniforme, linear e progressiva, senão combinadas, diferenciando-se e ajustando-se de acordo com as necessidades de determinadas regiões e políticas locais.

De acordo com Samuel Baily (1967), grande parte destes imigrantes se concentrou nas províncias do litoral, principalmente nas cidades de Buenos Aires e Rosário. Em Buenos Aires, durante mais de meio século, a maioria da população economicamente ativa era estrangeira, de maneira que no centro econômico e político do país ser argentino tornara-se “raridade”: “Em Buenos Aires ao redor de 50% da população é estrangeira entre 1885-1914, mas se tomarmos somente a população de mais de 14 anos, os argentinos representam apenas um terço do total” (COGGIOLA;BILSKY, 1999, p. 27).

Por esses aspectos mencionados, no fim do século XIX, nas diferentes localidades, os imigrantes compunham distintos tipos de trabalho: assalariado, inserido nas pequenas fábricas, oficinas e no comércio em geral; autônomo ou de pequena produção mercantil, inserido no setor doméstico ou estatal; de subsistência; e o sazonal, inserido, sobretudo, nas atividades primárias. De acordo com Díaz-Alejandro (1986), entre 1890 e 1900 entraram e saíram em média, por ano, 50 mil trabalhadores estrangeiros. Na década subsequente, essa cifra se elevou a cem mil trabalhadores sazonais, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 4 – Imigração na Argentina de 1857 a 1930

Década	Imigrantes entrados na Argentina	Quantidade de imigrantes que entraram e ficaram na Argentina
1857-1880	440.500	172.800
1881-1900	1.489.000	957.600
1901-1910	1.764.100	1.120.200
1911-1930	2.602.300	1.125.100
Total	6.295.900	3.375.700

Fonte: adaptado de Díaz-Alejandro (1986, p. 36-37).

Ainda assim, a participação dos estrangeiros na composição da população argentina foi importante se considerarmos que em 1869 foi de 12,1%, em 1895 foi de 25,4% e, em 1914, foi de 29,9%. A imigração teve contribuição direta no crescimento populacional

argentino e na urbanização, sendo que entre 1869 e 1914 a população mais que quadruplicou, como podemos observar na tabela seguinte:

Tabela 5 – Composição da população argentina de acordo com os censos nacionais

Ano	População total	Estrangeiros	Estrangeiros na população total
1869	1.737.026	210.192	12,10%
1895	3.954.911	1.004.527	25,40%
1914	7.885.237	2.357.952	29,90%

Fonte: Argentina, *Primer censo de la Republica Argentina, 1869*; Argentina, *Segundo censo de la Republica Argentina, 1895*, v. II; Argentina, *Tercer censo nacional, 1914*, v. II.

A imigração influenciou não apenas o crescimento populacional, como também a taxa anual de crescimento e a oferta de mão de obra. A intensa imigração também influenciou a formação e as características dos movimentos dos trabalhadores na Argentina, que tiveram sua origem ainda no século XIX.

Com relação aos movimentos dos trabalhadores na Argentina, cabe retomarmos a diversidade mencionada dos trabalhos e dos trabalhadores para questionarmos: que elementos reuniriam estes trabalhadores em torno desses movimentos? De acordo com Coggiola e Bilsky (1999), alguns aspectos comuns uniriam esses trabalhadores, tais como a instabilidade social, as condições de trabalho e a crescente deterioração das condições de vida. Sobre as condições de vida, os autores afirmam que:

O aumento progressivo do valor da moradia se transformará pouco a pouco em um fator opressivo maior, conduzindo à superpopulação crescente entre os trabalhadores, em sua maioria imigrantes, em moradias coletivas formadas por um sem número de habitações, geralmente distribuídas ao redor de um pátio central, onde se amontoam as famílias, os trabalhadores solteiros, animais, etc., em condições de gritante insalubridade. Em Buenos Aires isto tipificou uma “forma de vida”: o cortiço, recorrente do *sainete criollo*, que reproduziu o ambiente onde se mesclaram as línguas e costumes dessa miríade de culturas (COGGIOLA; BILSKY, 1999, p. 20).

Igualmente, a melhoria das condições de trabalho e a redução do tempo de trabalho eram demandas comuns e acabaram contribuindo para a aproximação dos trabalhadores. Com isso, os trabalhadores se organizaram em sociedades mutualistas, como uma forma de criar novos laços e de proporcionar ajuda mútua, tal como ocorreu no Brasil. O objetivo dessas sociedades era:

(...) principalmente, conseguir fondos para ayudar a los enfermos o los de trabajar, crear hospitales, escuelas, bibliotecas, etc., aunque muchas de ellas incluían también entre sus propósitos la mejora de las condiciones laborales de sus asociados (KORN apud BAILY, 1986, p. 166).

As sociedades foram organizadas em torno de um ofício particular ou da própria nacionalidade. Como exemplo de sociedades mutualistas, logo na metade do século XIX, podemos citar a de ofício comum, como, por exemplo, a *Sociedad Tipográfica Bonaerense*, de 1857, e a por nacionalidade, como a italiana *Unione e Benevolenza*, de 1858. Durante os anos 1880 também começaram a surgir as sociedades de resistência, posteriormente denominadas sindicatos, que tinham uma diferença qualitativa fundamental com relação às sociedades mutualistas: sua razão de ser era a defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores, enquanto classe, como, por exemplo: *Unión Obreros Panaderos* e *Sociedad de Obreros Molineros* em 1881; *Unión Oficiales Yeseros* em 1882; *Sociedad Obreros Tapiceros* e *Sociedad de Mayorales* em 1883; e *La Fraternidad* em 1887.

Os primeiros sindicatos foram organizados por ofício, como os ferroviários, os padeiros, os tapeceiros, os marmoreiros, os carpinteiros, entre outros. Devido aos membros, grande parte dos sindicatos tinham denominações estrangeiras e suas publicações se faziam em outro idioma, tal como as assembleias, que eram compostas por oradores que se expressavam em italiano, alemão ou russo. Alguns dos primeiros sindicatos mais mencionados são: *Club Vorwarts*, fundado por imigrantes alemães em 1882; *Société des Travailleurs du Livre*, fundado por imigrantes franceses em 1907; *Genosenchafts des Budegswekes*; e *Ne Dio ne padrone* (ABÓS, 1983).

Esses sindicatos também produziam jornais para divulgação de seus objetivos e suas ações. Seus nomes revelam a influência europeia para além do idioma: *La questione sociale*; *Le revolutionaire*; *La liberte*; entre outros.

Figura 8: Primeira página do jornal *La questione sociale*, de 1902.

Fonte: Disponível em: <<http://anarquismoenlaargentina.blogspot.com.br/2012/12/la-prensa-anarquista-argentina.html>>.

Cabe assinalarmos que a influência europeia nas iniciativas das origens dos movimentos dos trabalhadores na Argentina decorreu também do já mencionado número elevado de trabalhadores europeus nos espaços de trabalho:

En especial, entre los obreros manuales, el porcentaje de los extranjeros en la ciudad de Buenos Aires era excesivamente alto, llegando a un 84,2%. El alto porcentaje de extranjeros entre los obreros de la capital fue una característica descollante en el primer momento del movimiento obrero argentino, y siguió siéndolo hasta bien la entrada de la década de 1930 (MATSUSHITA, 1983, p.23).

O grande contingente europeu nos movimentos dos trabalhadores na Argentina também demarca o diferencial com os movimentos dos trabalhadores no Brasil. Como mencionamos, ainda que o Brasil também tenha recebido um contingente de imigrantes significativo, a Argentina recebeu praticamente o dobro, refletindo em diferentes formas de pensar o trabalho e atuar dos trabalhadores.

Ademais, os movimentos dos trabalhadores no Brasil teriam de lidar com o recente passado escravista, que entre suas consequências, estabeleceu uma imagem negativa do trabalho e do trabalhador, associado a este passado, que deveria ser transformada em algo positivo, valorizado. Enquanto na Argentina, além da escravidão ter apresentado uma inserção bem menos importante do ponto de vista econômico e social e ter acabado em 1853, logo o passado escravista não era recente, o grande contingente de imigrantes que, em grande maioria eram organizados, politizados e alfabetizados, contribuiu para uma imagem positiva do trabalho.

Outro aspecto da atuação dos trabalhadores a ser mencionado é a central sindical. À medida que cresciam as atividades sindicais, iniciaram-se as diversas tentativas para se criar as centrais dos trabalhadores. A primeira central criada foi a *Federación de Trabajadores de la Región Argentina* (FTRA) em 1891, seguida da *Federación Obrera Argentina* (FOA) em 1901, a qual mudaria o nome em 1904, ficando conhecida como *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), constituindo-se como uma das centrais mais importantes no século XX, como comentaremos adiante. Outras centrais sindicais importantes da época foram a *Unión General de Trabajadores* criada em 1903, após a desvinculação de alguns membros da FORA, e a *Confederación Obrera de la Región Argentina* (CORA), criada em 1909.

Do mesmo modo que os sindicatos, essas centrais também tinham seus próprios jornais, considerados por seus membros as “verdadeiras vozes”, representantes legítimas do trabalhador. A FTRA publicava o *El Obrero*, enquanto a FOA publicava *Organización* e assim por diante.

Figura 9 – Primeira página do jornal *El Obrero*, de dezembro de 1897.

Fonte: Disponível em: <<http://patagonhistoria.blogspot.com.br/2006/10/la-union-obrera-de-punta-arenas.html>>.

Essas formas de organização e de atuação dos trabalhadores na Argentina, tais como no Brasil, constituíram também um espaço de disputa e de lutas, sobretudo simbólicas e ideológicas, entre os “verdadeiros” representantes dos interesses destes trabalhadores. Considerando-se o histórico e o contexto europeu em que muitos trabalhadores estavam inseridos, que foram marcados pela Primeira Internacional em 1864, a Comuna de Paris em 1871, além dos sindicatos que convocavam greves em países europeus, os imigrantes influenciaram também as ideologias presentes nos movimentos dos trabalhadores, pois:

Algunos de aquellos desharrapados conocían estos hechos, habían visto flamear banderas rojas, habían combatido contra la policía, habían luchado por mejores salários o menos horas de trabajo. Algunos de los que dejaban sus países lo hacían perseguidos por la represión antiobrera: eran auténticos agitadores. En la oleada inmigratoria no sólo vino mano de obra barata para asegurar la continuidad de la factoria. También llegaron ideas. Palabras nuevas: socialismo, anarquismo, sindicalismo. Nombres exóticos – Marx, Bakunin – resonaron en los oídos incrédulos de la oligarquía criolla (ABÓS, 1983, p. 17).

A partir da citação, podemos notar que alguns desses trabalhadores participavam ativamente do movimento dos trabalhadores e da luta por melhores condições de vida e de trabalho ainda na Europa. Deste modo, os reflexos das distintas ideologias ou concepções de mundo podem ser notados nas formas de pensar o movimento dos trabalhadores, tal como sua organização e atuação na Argentina. Ainda que as ideologias viessem com os imigrantes, cabe ressaltar que as mesmas se difundiram e se consolidaram na sociedade argentina não necessariamente por isso, mas, sobretudo, por existirem as condições objetivas para a sua

existência, sendo adaptadas às condições argentinas. Entre as ideologias, destacamos: a anarquista, a socialista, a sindicalista e a comunista.

O anarquismo foi uma das principais correntes que influenciou o movimento dos trabalhadores argentinos em seu período inicial. A corrente, ainda que contenha nuances, foi introduzida no país no final do século XIX, nos anos 1870, e se difundiu entre os trabalhadores das sociedades de resistência, também conhecidos como sindicatos. De acordo com Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero (2007), os anarquistas tinham uma proposta mais ampla que a política e, assim, envolviam os trabalhadores em um mundo cultural, composto por bibliotecas, centros de discussão, periódicos, escolas, entre outros, procurando recriar a cultura e a moral dos trabalhadores, contribuindo para a solidariedade de classe.

Os anarquistas ficaram conhecidos por suas “ações diretas” e, por vezes, violentas, reproduzidas nas greves gerais que convocavam desde o final do século XIX, sendo que entre os anos 1881 e 1890 foram registradas 48 greves. Apesar de as greves serem consideradas como uma das formas eficientes de luta, criaram importantes centrais sindicais como a FOA, já mencionada. O anarquismo foi perdendo sua condição predominante na segunda década do século XX, concorrendo com outras duas correntes: o socialismo e o sindicalismo revolucionário.

O socialismo foi introduzido no país a partir do já mencionado *Club Vorwarts*, organizado por imigrantes alemães, em 1882. No entanto, foi a partir da criação do Partido Socialista, em 1886, e do papel de Juan B. Justo para determinar as ideias e as ações do partido, que a corrente começou de fato a ter influência no movimento dos trabalhadores. Algumas das diferenças notáveis entre o anarquismo e o socialismo daquela época na Argentina eram a forma e os meios de atuação dos trabalhadores: enquanto os primeiros consideravam a greve uma das formas mais eficientes de ação, os segundos consideravam o uso ou a luta pelos direitos políticos um modo mais eficiente de ação.

Segundo Matsushita (1983), os socialistas desejavam atuar diretamente nas instituições políticas para obter melhoras na legislação trabalhista da época. O desejo de atuar nas instituições políticas não descartou a participação das lutas sindicais. Com relação à ação política, cabe mencionar a dificuldade que o partido enfrentou: sua suposta base social era os trabalhadores e, assim, teria de enfrentar dois aspectos: o primeiro relacionado à nacionalidade desses trabalhadores, uma vez que a maioria era estrangeira e, portanto, sem direitos políticos; e o segundo relacionado ao próprio sistema político, composto pela elite e

por fraudes eleitorais, o que descartava a participação política real de grande parte da população nativa.

Ainda assim, em 1904, o candidato socialista Alfredo Palacios foi o primeiro representante do partido na Câmara dos Deputados. Tal como os anarquistas, os socialistas também criaram centrais sindicais como a também mencionada *Unión General de Trabajadores* (UGT).

De acordo com Coggiola e Bilsky (1999), no final dos anos 1890, os anarquistas e os socialistas foram os principais responsáveis pela organização dos trabalhadores, sendo que as ações dos movimentos variaram, tendo nessas correntes duas formas principais de luta: o enfrentamento físico, por meio das greves, no caso dos anarquistas; e o enfrentamento político, a disputa por espaço, por meio das eleições, no caso dos socialistas.

Posteriormente, em 1903, as duas correntes anteriores enfrentariam uma terceira, que considerava os sindicatos como um dos meios mais eficientes de luta. O sindicalismo revolucionário se diferenciava das duas anteriores, pois:

Frente a ambas corrientes, los sindicalistas ofrecían una alternativa más flexible y más pragmática. Sin renunciar al idealismo revolucionário que seguía impregnando su retórica y que, al insertar las luchas parciales de los trabajadores en el marco de un grandioso proceso de redención de la humanidad, reforzaba su fe en el triunfo final, tampoco se limitaban a sua exaltación. Al lado de ello – y cada vez más – concentraban todos sus esfuerzos en la organización de los trabajadores, buscando principalmente en el sindicato no tanto un ámbito propicio para la difusión de su ideología – como hacían anarquistas y socialistas –, sino el instrumento para lograr mejoras concretas e inmediatas (DEL CAMPO, 2012, p. 39).

Deste modo, frente a um dos principais instrumentos de mobilização dos anarquistas – a greve – ou a ação educativa e parlamentar dos socialistas, os sindicalistas centravam sua estratégia na greve reivindicativa. Hugo Del Campo (2012) considera que, assim, eles conseguiam adequar, em cada caso, suas reivindicações e necessidades de uma classe trabalhadora heterogênea, além de atrair setores mais amplos do que se fosse centrado em uma ideologia. Ademais, os partidos também não seriam considerados como formas de luta, pois:

Os partidos políticos que participassem do Estado ficariam presos às teias da sua estrutura interna, estrutura essa de natureza burguesa. Ou seja, a política era concebida como algo externo, estranho à luta da classe operária, a qual efetivamente, no entender dos sindicalistas, localizava-se na instância econômica, no plano da produção (BEIRED, 1984, p. 23).

Outro aspecto importante foi a atitude diante do Estado, transformada ao longo do tempo, de revolucionária a negociadora. Assim, em alguns momentos posteriores, no lugar do enfrentamento direto, os sindicalistas consideraram a negociação com funcionários do Estado sob a base de conveniências mútuas.

Para Beired (1984), por incorporar e articular alguns elementos do socialismo e do anarquismo, o sindicalismo revolucionário conseguiria capitalizar a adesão da maior parte do movimento argentino. No país “tomaram” a direção da UGT socialista e formaram um grupo de simpatizantes dentro da FORA anarquista. Posteriormente, em 1909, criaram a central CORA, citada por nós anteriormente, e em 1914, parte significativa de sindicalistas atuaram na FORA, criando uma “facção” que ficou conhecida em 1915 como IX FORA. As centrais sindicalistas foram consideradas as mais eficazes no controle do movimento dos trabalhadores entre os anos 1915 e 1922, cujos ganhos materiais foram significativos.

O grau de complexidade dos movimentos dos trabalhadores na Argentina frente aos movimentos dos trabalhadores no Brasil pode ser revelado pelo número de centrais sindicais criadas, que disputavam das mais distintas formas a direção dos trabalhadores.

O grau de mobilização do movimento operário argentino era influenciado pela conjuntura econômica, apesar da constante ação repressiva do Estado. Deste modo, períodos de prosperidade, materializando crescimento econômico interno, aumento do mercado de trabalho e do volume de exportações favoreciam o poder de barganha dos operários. De acordo com David Rock (1992):

Até 1900 aproximadamente, em consonância com a fase repressiva da década anterior, os sindicatos foram muito débeis. Entre 1900 e 1910 viram-se fortalecidos pelo auge do setor primário. Alguns anos antes de 1910 já evidenciavam sinais de debilidade à medida que uma quantidade cada vez maior de imigrantes saturava o mercado de trabalho urbano. O novo impacto depressivo de 1913 a 1917 tornou a debilita-los (p.50).

Entre os anos 1900 e 1914 configurou-se a *Belle Époque* argentina, com um crescimento vertiginoso em todas as áreas. Foi também durante este período, entre os anos 1900 e 1910, que o movimento operário teve seu “momento histórico”, devido ao grande número de enfrentamentos, sobretudo via greves, com o Governo. Cabe dizer, porém, que não foi somente pelo enfrentamento físico que esses movimentos se nutriam, mas também pelo cultural. Nesse sentido, também devemos mencionar a interessante produção cultural do período, que envolvia produção literária, teatral, jornalística e folhetinesca, que procurava

captar e alimentar certos valores e significados e ideais como a própria solidariedade entre os trabalhadores.

Em oposição ao momento anterior, de crescimento vertiginoso, a Primeira Guerra Mundial repercutiria negativamente no país, como assinala Del Campo (2012):

La primera guerra mundial repercutia negativamente sobre la situación económica, produciendo carestía y desocupación. Frente a un alza del 60% en el costo de la vida entre 1914 y 1918, los salarios se habían mantenido estancados, con lo que el salario real bajó prácticamente un 40%. El alto grado de desocupación— cercano al 20% de la población activa en 1917— había limitado las posibilidades defensivas de los trabajadores: el número de huelgas entre 1914 y 1916 fue el más bajo desde que tienen datos (DEL CAMPO, 2012, p. 46).

Outro acontecimento notável da época e que influenciou os movimentos dos trabalhadores, sobretudo as correntes do movimento, foi a Revolução Russa de 1917, como assinalam Coggiola e Bilsky (1999):

A Revolução Russa esteve presente como pano de fundo em toda a crise do pós-guerra. Ao redor dos debates sobre os acontecimentos soviéticos bem como sobre a Terceira Internacional, se pretende dar conta de grande parte dos problemas locais. Isto tenderia a explicar a reiteração permanente das questões internacionais nos enfrentamentos internos mais agudos (p.65).

De acordo com Matsushita (1983), a “nova” tendência, o comunismo, surgiu na Argentina de dentro das fileiras do Partido Socialista Internacional em 1918, alterando a denominação para Partido Comunista (PC) dois anos mais tarde. A corrente, decepcionada com os rumos que o partido estava tomando, foi muito influenciada e entusiasmou-se com a recente vitória dos trabalhadores na Revolução Russa.

Do mesmo modo que as correntes anteriores, a comunista também buscava difundir suas ideias pelos jornais, sobretudo o *La Internacional*. Entre as ideias que a corrente procurou difundir estava a diferenciação entre ela mesma e as demais correntes. Segundo Belloni (2011), a questão da relação necessária entre o partido político e o movimento dos trabalhadores foi utilizada para distinguir-se da corrente socialista, enfatizando a necessidade de estarem unidos, lutando por um mesmo objetivo. No tocante à sindicalista, que foi a mais criticada, retomavam a necessidade do caráter político da luta de classes, que não poderia lograr o objetivo sem o caráter ideológico.

Ademais, os comunistas atacavam diretamente os “imperialismos”, responsável pela dependência econômica do país, o que também o diferenciava das demais. Por essas e outras diferenças, os comunistas também criaram sua própria central sindical denominada *Comité de Unidad Sindical Clasista* (CUSC), em 1929.

Sob os Governos radicais na Argentina, os movimentos dos trabalhadores alcançam seu ponto culminante de combate do período. A relativa melhora das condições econômicas do pós Primeira Guerra, acompanhada do aumento das exportações e do nível de emprego favoreceu as greves entre os anos 1918 e 1921. De acordo com Beired (1984),

Entre 1911 e 1916, registraram-se na Capital Federal 525 greves, com a participação de 111.217 operários. No período seguinte, de 1917 a 1921, foram registradas, no mesmo local, 993 greves, com a presença de 851.837 operários (p. 33).

Os setores mais combativos dos trabalhadores foram os portuários, os ferroviários, os do setor da navegação e cabotagem, de serviços municipais e frigoríficos, justamente os setores-chave para a produção, transporte ou escoamento dos produtos exportados argentinos. Entre as federações dos grevistas, a Federação Operária Marítima (FOM) recebeu destaque nas greves marítimas de 1916 e 1917 e a Federação Operária Ferroviária (FOF), dirigida por sindicalistas e anarquistas, recebeu destaque nas greves ferroviárias de 1917 e 1918.

As greves que eclodiram no ano de 1917, organizadas por sindicalistas e anarquistas, até setembro de 1917 não provocaram reação extremamente violenta do Governo. O ponto culminante de repressão policial e governamental aos movimentos grevistas foi em 1919, com o momento que ficaria conhecido como “Semana Trágica”:

El 2 de diciembre de 1918 los obreros de los talleres metalúrgicos de Pedro Vasena (hoy TAME) se declaran en huelga. La patronal recurre a contratar crumirs, rompehuelgas, lo que provoca choques entre éstos y los huelguistas. La empresa tiene además el apoyo de la policía. El día 7 de enero caerán muertos tres obreros en una refriega donde interviene el Escuadrón de Seguridad; al día siguiente la policía desencadena el terror entre la población de trabajadores, y tropas del Ejército patrullan las calles de los barrios obreros atacando a mansalva a los huelguistas. El día 9 hay una nueva agresión a una columna de obreros que va a enterrar sus muertos. Asimismo se produce un tiroteo en los alrededores de los talleres, dejando como saldo nuevos muertos y heridos. Toda la ciudad se convulsiona, la policía balea a todo transeúnte, se cierran los comercios, se paraliza el transporte, las calles quedan desiertas. Sólo quedan los huelguistas, acosados por la jauría reaccionaria (BELLONI, 2011, p. 57).

A greve geral conseguiu estender-se por todo o país e as reivindicações foram conquistadas, porém a um preço muito alto: 800 mortos, 4 mil feridos e milhares de detidos.

Figura 10 – Semana Trágica.

Fonte: Disponível em: <<http://anarquismoenlaargentina.blogspot.com.br/2012/12/la-prensa-anarquista-argentina.html>>.

Outro momento importante de mobilizações e reivindicações dos trabalhadores era o Primeiro de Maio. Segundo Mariano Plotkin (2013), o Primeiro de Maio foi adotado na Argentina como Dia do Trabalho em 1890, pelo Clube *Vorwarts*. Desde o início as celebrações tiveram as mesmas características legais, festivas e reivindicativas que os Primeiro de Maio tiveram no Brasil. Também do mesmo modo que no Brasil, na Argentina, a data também era descrita na imprensa como uma mescla de ironia, descaso e elogio pela ordem e pela cultura a partir dos manifestos dos trabalhadores.

Nos primeiros anos, as celebrações tinham um cunho socialista, no entanto, a partir de 1901, os anarquistas também passaram a organizar as suas celebrações, sendo que, desde os anos 1920, a data foi totalmente incorporada à cultura argentina. Os anos das comemorações que ficaram mais marcadas na história argentina foram: 1904, 1905, 1909 e 1919.

Figura 11 – Primeiro de Maio de 1909.

Fonte: Disponível em: <<http://anarquismoenlaargentina.blogspot.com.br/2012/12/la-prensa-anarquista-argentina.html>>.

No tocante às comemorações do Primeiro de Maio, cabe frisarmos a importância simbólica da data e a ressignificação de acordo com as diversas correntes apresentadas. Ainda que tenha suas particularidades, a data foi compreendida como um momento com pelo menos duas finalidades: por um lado, era preciso rememorar e homenagear os mártires de Chicago em 1886 e, por outro lado, a partir dessa rememoração, retomar e aplicar o momento de luta pelos direitos dos trabalhadores, tanto com relação às condições de trabalho quanto às de vida.

Do mesmo modo que no Brasil, devido à diversidade com relação às formas de organização, aos distintos projetos e propostas, às correntes e tendências ideológicas, a data também foi disputada e comemorada das mais distintas maneiras, constituindo-se como um momento de luta simbólica entre os diversos grupos, que se consideravam os “verdadeiros” ou os “legítimos” representantes dos trabalhadores.

As disputas entre as várias correntes e centrais foram amplas, complexas e delicadas, o que não será tratado aqui. No entanto, é preciso dizer que houve momentos em que essas correntes atuaram em conjunto para pressionar e exigir seus direitos comuns, como mencionamos anteriormente, relativos às condições de trabalho e de vida. Um exemplo dessa atuação pode ser tomado da criação da *Unión Sindical Argentina* (USA) em 1922, composta por membros das correntes socialista, comunista e sindical.

Pelas discordâncias internas e pelo afastamento das outras correntes, as dissidências socialistas formaram uma nova central sindical denominada *Confederación Obrera Argentina* (COA) e a USA ficou composta apenas pelos sindicalistas.

Cabe dizer também que as centrais, independentemente da corrente, eram acompanhadas por federações locais, reunindo ofícios diversos de um mesmo ramo (gráficos, calçados, madeira) ou então algumas federações nacionais de ofícios (portuários, pedreiros, ferroviários). Essas federações estavam espalhadas pelo território, além de Buenos Aires, e presentes também em Santa Fé, Córdoba, Entre Ríos, Mendoza, entre outras cidades.

A crise de 1929 afetou diretamente o movimento dos trabalhadores, devido à integração da Argentina ao mercado mundial, como afirma Del Campo (2012):

La caída de la demanda y de los precios en Europa pronto se tradujo en disminución del volumen y, sobre todo, del valor de las exportaciones (que se redujo a la mitad), lo que llevaría a un retroceso en la actividad agrícola-ganadera. Al mismo tiempo, la transferencia de capitales al exterior debilitó el valor de la moneda, que sufrió una devaluación del 40%. Ante esa situación, para cumplir con sus obligaciones financieras en el exterior, el gobierno debió limitar sus gastos—mediante la reducción, entre otras cosas, de las obras públicas y del sueldo de los empleados— y aumentar sus ingresos incrementando los impuestos (y estableciendo el

impuesto a los réditos). Finalmente, tanto para cubrir las necesidades fiscales como para equilibrar la balanza comercial desalentando las importaciones, se elevaron los derechos aduaneros (p. 54).

Ainda de acordo com o autor, esses aspectos influenciaram de maneira contraditória a atividade industrial, pois a queda dos preços agropecuários e o aumento dos direitos de importação favoreciam as indústrias que fabricavam matéria prima nacional (alimentícias, têxteis), enquanto a desvalorização do peso prejudicava as que deveriam importar suas matérias-primas, como no caso das metalúrgicas. O aumento do preço dos equipamentos e dos produtos intermediários importados, assim como a redução do mercado afetaram, direta ou indiretamente, todas as indústrias.

No tocante à classe trabalhadora, essa situação se traduziu no aumento do desemprego, nos níveis dos tempos da Primeira Guerra Mundial. Segundo os dados oficiais utilizados por Del Campo (2012), este era o quadro da época:

(...) el número de desocupados llegaba en 1932 a 334.000, de los cuales 264.000 lo estaban en forma total y 70.000 en forma parcial. Un 44% del total eran trabajadores agrícolas y jornaleros sin especificación de tareas, y un 37% obreros industriales y del transporte; más de la mitad de los desocupados estaban en la Capital Federal y la provincia de Buenos Aires – lo que muestra la incidencia de la construcción, la industria y el comercio –, y casi un 30% en las otras provincias agrícolas más importantes (Santa Fe, Córdoba y Entre Ríos) (p. 54)

Os setores urbanos mais afetados foram os da construção, de madeira, de comunicações, de metais e de confecções a domicílio. Essa é uma das razões pelas quais Del Campo (2012) considera que, apesar da redução dos salários, sobretudo do trabalhador industrial médio, que foi de \$130 em 1929 para \$105,5 em 1932, e, conseqüentemente do consumo, as lutas reivindicativas alcançaram os níveis mais baixos de toda a história do movimento dos trabalhadores.

Com relação às centrais sindicais, o quadro abaixo ilustra o momento:

Quadro 2 - Centrais obreiras argentinas (1890-1943)

Fonte: adaptado de Matsushita (1983, p.32).

Para Matsushita (1983), em 1929 o movimento dos trabalhadores na Argentina não poderia estar mais dividido. As seguintes centrais predominavam na época: FORA; COA; USA; e CUSC.

A divisão do movimento não favoreceu as aspirações ou mesmo a luta pelos direitos dos trabalhadores. Para Coggiola e Bilsky (1999), a história do movimento operário da década de 1930 e 1940 pode ser subdividida em dois momentos: o primeiro entre 1930 e 1935, em

que há uma legítima continuação dos processos observados na década de 1920; e o segundo, iniciado em 1935, em que há uma mudança por parte do movimento operário.

Em 1930, pouco depois do golpe militar, os integrantes da COA, controlada por socialistas, e da USA, controlada por sindicalistas, uniram-se para formar a *Confederación General del Trabajo* (CGT). Inicialmente, a CGT seria governada por um Congresso Nacional Sindical anual e provisório, com delegados nomeados por eleições, e por um Comitê Executivo para redigir os estatutos e convocar uma Assembleia Constituinte para dar o caráter oficial da organização. O Congresso seria composto por 15 membros da COA, 15 membros da USA e dez dos sindicatos autônomos. Ademais, para conservar a unidade gremial, os dirigentes da CGT insistiram que ela fosse independente de todos os partidos políticos e grupos ideológicos.

Para Del Campo (2012), o Programa Mínimo proposto pela CGT em 1931 e que seguiu vigente representa uma síntese das principais necessidades e aspirações da classe trabalhadora. Propunha:

1º Reconocimiento de los sindicatos. Por el mero hecho de existir los sindicatos serán considerados como instituciones de bien público, con facultades para vigilar la aplicación de la legislación social.

2º Jornada de trabajo y vacaciones. 8 horas de trabajo para adultos en trabajo diurnos y 6 en trabajos nocturnos y en las industrias insalubres. El ciclo semanal será de 5 días como máximo. Vacaciones anuales con goce de sueldo.

3º Derecho de vida y seguro social. Salario mínimo fijado periódicamente por comisiones integradas por representantes de los sindicatos obreros y de organizaciones patronales de industria o región. Establecimiento del seguro nacional sobre la desocupación, enfermedad, vejez y maternidad.

4º Intervención obrera. Intervención y contralor de la organización obrera en diversos organismos del estado.

5º Oficinas de colocación. Supresión de las agencias particulares: las oficinas de colocación serán establecidas por las municipalidades y en su administración tendrán intervención directa los sindicatos.

6º Protección a la maternidad. Pensión proporcional al número de hijos menores de 14 años a toda mujer sin marido y sin recursos.

7º Defensa de la infancia. Instrucción pública y obligatoria, laica y gratuita, hasta los 14 años, debiendo el estado proveer, también gratuitamente, alimentos, vestidos y los útiles necesarios a la enseñanza.

8º Ley 9.688 (Accidentes de trabajo). Reforma de ley en estos aspectos: las incapacidades se contarán desde que se produce el accidente. Extensión de la ley a todos los asalariados indistintamente. Aumentar las indemnizaciones máximas a 15.000\$. Supresión del límite de salario para tener derecho a los beneficios de la ley. Los seguros por accidente de trabajo estarán a cargo del estado.

9º Estabilidad y escalafón para los trabajadores del estado y demás entidades de carácter público.

10° Carestía de vida. Fijación de los alquileres rústicos y urbanos con arreglo al valor; construcción de casas económicas para obreros por cuenta del estado y las municipalidades.

11° Derogación de la ley 4.144.
(DEL CAMPO, 2012, p. 72-73).

Notemos que as condições não ficavam apenas nos direitos dos homens, senão das mulheres e das crianças também. Os trabalhadores procuravam consolidar sua posição de igualdade crescente diante dos demais setores da sociedade. No entanto, essa posição seria impossibilitada pelo próprio Governo de Urriburu, como veremos ainda neste capítulo, no tópico do “Estado os trabalhadores: a questão social e a década infame”.

O papel da CGT no movimento dos trabalhadores na Argentina também demarca uma diferença com o Brasil. Seja pela grandiosidade que tomou, como grande central dos trabalhadores, congregando até a década de 1950 aproximadamente 3 milhões de trabalhadores, seja pela sua atuação e persistência ao longo do tempo, algo que não ocorreria no Brasil. No caso do Brasil, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), seria criado apenas na década de 1960 e teria vida curta comparada à CGT argentina.

O momento em que a CGT foi criada era marcado pela fraude eleitoral e pela força física. Não obstante, os dirigentes da CGT protestavam contra a violação dos direitos legais e constitucionais, ressaltando o desejo de desfrutar dos mesmos direitos que todos os cidadãos. As frequentes fraudes e supressão dos direitos dos trabalhadores criaram um dilema para os dirigentes da CGT, como assinala Baily (1986):

Por un lado, habían adoptado un programa de gremialismo apolítico para evitar dividir el movimiento obrero o contrariar al régimen. Por el otro, creían que los gobiernos de Urriburu y Justo estaban violando los derechos constitucionales de los trabajadores al negarles cualquier papel importante en la sociedad, y al limitar las conquistas económicas y sociales que mucho costó ganar. Los dirigentes sindicales querían saber como podía funcionar la CGT, dentro de los límites de su programa apolítico, para modificar la actitud de un régimen hostil y para proteger sus derechos legales (BAILY, 1986, p.64).

Ainda de acordo com o autor, esse dilema, combinado com o contexto que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, marcado pela ascensão de Governos totalitários, gerou um sério conflito dentro da CGT, pois os sindicalistas da anterior USA e os socialistas, da antiga COA, propunham soluções diferentes à questão. Os sindicalistas estimulavam a continuação do programa do gremialismo apolítico, para concentrarem-se nos problemas econômicos específicos, enquanto os socialistas propunham a abolição do gremialismo apolítico para que a CGT se identificasse ativamente com os grupos políticos que se opunham à oligarquia, ao

fascismo, ao Governo e que defendiam o que consideravam ameaças para um Estado democrático.

Após uma série de acontecimentos, que não poderiam ser abordados neste trabalho, que revelavam o “impasse” entre os dirigentes das distintas correntes, no dia 12 de dezembro de 1935, um grupo de líderes majoritariamente socialistas, representantes dos sindicatos mais poderosos, tomou os escritórios da CGT, ocasionando a divisão da CGT, entre a “nova” e a “velha” direção sindicalista. A “velha”, sindicalista, passaria a ser conhecida como CGT da Rua Catamarca, apoiando-se em alguns grêmios, como a FO Marítima, a Federação dos Operários e Empregados Telefônicos (Foet), Federação de Oficiais da Marinha Mercante, Associação dos Trabalhadores da Comuna e os sindicatos menores, possuindo, até 1936, 25 mil afiliados. Enquanto a CGT dos socialistas, conhecida como CGT Independência, reforçara-se com a incorporação dos sindicatos dirigidos por comunistas, tornando-se a principal central operária da época, alcançando 262 mil afiliados (COGGIOLA; BILSKY, 1999).

A partir de 1936 notava-se a mudança do panorama do movimento operário quando comparado com a década anterior. Segundo os autores, as transformações que se sucederam desde então terminaram por consolidar uma nova fisionomia da classe trabalhadora na Argentina. Essas transformações também decorreram do processo de industrialização no país e dos novos movimentos migratórios, provenientes do interior, para as cidades:

(...) O número de operários industriais duplicou: passou de 418 mil em 1935 a 938 mil em 1946 (...). Paralelamente mudou em parte a composição étnica e social da massa trabalhadora. A crise de 1929-1930 marcou o fim da imigração de massa. Durante a década seguinte cresceu a porcentagem de operários argentinos, em sua maioria filhos de imigrantes, sobre o total de trabalhadores da indústria. Simultaneamente as mudanças econômicas aceleraram o deslocamento da população rural para as principais cidades. Em Buenos Aires – que seguiu sendo a principal concentração industrial do país – chegavam anualmente entre 1936 e 1943 cerca de 72 mil migrantes provenientes do interior do país (COGGIOLA; BILSKY, 1999, p. 88-89).

Esse processo variou segundo o ramo e a atividade. De maneira geral, o crescimento da indústria nos anos 1940 foi suficientemente avançado para modificar o lugar desses trabalhadores assalariados dentro da estrutura produtiva e política do país. No âmbito político, quanto aos direitos políticos, como cidadãos, representavam parte considerável do eleitorado, ainda que a situação não tenha sido notada rapidamente em razão das eleições fraudulentas na década de 1930 e mesmo pelo golpe em 1943.

No âmbito social os avanços também foram limitados, pois, embora a legislação social concedesse o acesso a alguns direitos, o Estado restringiu seu alcance. Assim, poucos setores tiveram melhoras substantivas em suas condições de trabalho ou de vida, como assinala Coggiola e Bilsky (1999):

(...) o panorama social geral não registrou melhorias para a família operária. Os salários reais se mantiveram quase estancados e a moradia, apesar do aumento dos trabalhadores com casa própria, seguiu sendo um grave problema popular, por seu alto custo e escassez. A ausência de uma política redistributiva que permitisse aprofundar o processo de integração social deixava latente um clima potencialmente conflitivo que não encontrava, na situação política e através dos grupos existentes no período, uma via adequada de canalização (p. 90).

O panorama nacional e o movimento operário se tornariam mais complexos com a Segunda Guerra Mundial e o realinhamento de forças que se produziram ao redor dos campos em luta, sobretudo em torno da neutralidade ou do apoio declarado. Após o pacto Hitler-Stálin, o PC permaneceu numa atitude militar contrária à guerra, denunciando as posições pró-aliados do PS como pró-imperialistas. A renovação dos enfrentamentos provocou a divisão em alguns sindicatos e paralisou o funcionamento dos organismos colegiados da CGT.

Com a entrada da União Soviética na guerra, o PC interveio em favor de um apoio ativo aos aliados. A tensão nacional foi revelada pela necessidade de o Poder Executivo declarar o estado de sítio em dezembro de 1941. De acordo com Coggiola e Bilsky (1999), as diferentes formas de atuação e de participação da Argentina diante da situação ocasionaram um problema sério no movimento operário:

Esta dificuldade transcendia em termos de uma fratura, sobretudo observável no terreno sindical. Um dos grupos de dirigentes sindicais socialistas – liderado por Domenech – não se sentia inclinado, pelos laços que o atavam ao Governo, a adotar uma postura demasiadamente ativa em favor dos aliados. O então presidente Castillo, sustentava a neutralidade argentina (...). Em sentido oposto, outra fração dirigida por Perez Leirós, e sustentada pelos comunistas, exigia uma atitude pró-aliados mais resolvida. Propunham que a CGT denunciasses a postura de Castillo e se integrasse na frente popular para as eleições de 1943. Finalmente Domenech, ao ver-se ameaçado de ser deposto da direção cegetista, reafirmou suas posições e levou ao rompimento da central operária. Isto ocorreu em 1943 (p. 94-95).

O setor de José Domenech formava a CGT nº 1, de cunho sindical, enquanto o setor de Francisco Perez Leirós, conjuntamente com o PC, formavam a CGT nº 2, de cunho comunista

e socialista. Em 1943, o movimento aparecia novamente dividido, contando com duas CGT¹³ USA, os grêmios autônomos e, mesmo que marginal, a FORA anarquista.

De acordo com Beired (1984), a partir de 1943, a presença de Perón na *Secretaria de Trabajo y Previsión* (STyP) modificou o quadro de relações entre o Estado e o movimento sindical. As atividades da CGT nº 2 foram proibidas em todo o território nacional pelo decreto de 12 de julho de 1943, enquanto a CGT nº 1 seria agraciada por vários benefícios. Ainda de acordo com o autor,

Líderes comunistas, socialistas e todos aqueles não dispostos a colaborar com a Secretaria foram perseguidos, presos e torturados, quando não assassinados; os sindicatos considerados hostis foram fechados ou postos sob a intervenção do Estado. Exemplo disso foram a União Ferroviária, a Fraternidade, a União Operária Metalúrgica, a Federação Telefônica, a Federação Gráfica Bonarense, a Federação Bancária, a Federação Argentina de Trabalhadores da Indústria Açucareira e a Federação Operária da Indústria da Carne. Vários sindicatos paralelos, dóceis à política da Secretaria de Trabalho e Previdência, foram criados para esvaziar os opositores (BEIRED, 1984, p. 60-61).

A partir de 1943 as raízes de um momento complexo e contraditório foram lançadas. Por essa razão que procuramos demonstrar as distintas formas de “invenções” dos trabalhadores, a partir das propostas de organização e atuação dos trabalhadores. A partir de 1943, os trabalhadores receberiam uma “nova” proposta e “voz” sobre as suas formas de organização e atuação, a qual será abordada na segunda parte deste trabalho.

2.2 Trabalhadores rurais

Tal como os estudos dos trabalhadores urbanos, de maneira geral, os das histórias dos trabalhadores rurais também assinalam o grande contingente de imigrantes que chegaram ao país, sobretudo suas implicações, desde o final do século XIX e início do século XX. De acordo com Mirta Zaida Lobato (2000), inicialmente, nas zonas rurais argentinas havia uma preponderância de imigrantes italianos e espanhóis, principalmente nas regiões de Santa Fé e Córdoba.

Ainda que esses estudos se refiram aos imigrantes, há autores que mencionam os índios como os primeiros trabalhadores rurais, posteriormente os “criollos”. Somente mais

¹³ A CGT nº 1 ficaria composta pelos grêmios sindicalistas, como a *Unión Ferroviaria*, *Unión Tranviaria* e o *Sindicato dos Cerveceros*, enquanto a CGT nº 2 seria composta pelos grêmios leais ao Partido Socialista ou Comunista, como *La Fraternidad*, os empregados do comércio, os municipais, os gráficos, os trabalhadores do Estado e a FONC (BAILY, 1986).

tarde, a partir do final do século XIX, entrariam em cena os imigrantes. Ademais, os autores referem-se à “Campanha do Deserto” para tratar da desigual distribuição de terras e dos grandes latifúndios e relações de poder estabelecidas.

De acordo com Lobato (2000), a imigração marcou a história dos movimentos dos trabalhadores rurais, pois, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o país receberia grande contingente de imigrantes, transformando a oferta de mão de obra. Em momento anterior, a escassez de mão de obra somada aos espaços vazios representavam o grande problema da economia argentina. Este quadro seria um dos motores para que as classes dirigentes buscassem a “solução” aos problemas que adviria com os imigrantes, acreditando que os mesmos alterariam os hábitos dos nativos, considerados indolentes e preguiçosos.

Os impactos dos processos migratórios e a modernização auxiliaram na emergência de “novos” atores sociais subalternos, como os peões-braceiros, os chacareiros e os colonos. A diferenciação entre os chacareiros e os colonos é que o primeiro alugava o terreno, mediante pagamento com porcentagem da colheita ou o valor total em dinheiro, enquanto o segundo era o pequeno proprietário do terreno. De acordo com Lobato (2000), o agricultor (colono arrendatário) e os trabalhadores assalariados adquiriram importância na região quando a agricultura demandou grande quantidade de força de trabalho. Com relação ao regime de trabalho,

El chacarero pampeano podía trabajar la unidad de producción con fuerza de trabajo familiar durante buena parte del año agrícola y recurrir al trabajo asalariado en el período de la cosecha. La duración de las tareas de las distintas cosechas (trigo, lino, maíz) implicaba un desplazamiento de trabajadores en un período de tiempo, desde noviembre a abril aproximadamente; y espacialmente, de un partido a otro, de una provincia a otra (LOBATO, 2000, p. 480).

Desta forma, os trabalhadores rurais muitas vezes eram itinerantes, o que auxilia na compreensão das possibilidades e limites das organizações dos trabalhadores rurais na Argentina. Outro aspecto que diferenciava e, por vezes, os afastava era os tipos de trabalho ao qual estavam submetidos, o que implicava não apenas o tempo que passavam juntos como também os salários:

En la pampa, los trabajadores rurales vendían su fuerza de trabajo a los chacareros; los comerciantes cerealistas; los propietarios de máquinas agrícolas (contratistas); los propietarios de carros (transportistas); los ganaderos (estancieros, cabañeros). Sus salarios presentaban disparidades significativas de acuerdo con las categorías, los cultivos y las tareas y también con las áreas de cultivo, los departamentos y las provincias donde se realizaban las actividades. Esta situación generaba una experiencia de

fragmentación entre los trabajadores que hacía difícil la tarea de unión y organización y generaba varias líneas de conflictos donde los contendientes podían variar permanentemente (LOBATO, 2000, p.480).

Do mesmo modo que nas cidades, os trabalhadores rurais que permaneciam nos locais em que trabalhavam começavam a se unir pelas condições de vida ou de trabalho. Com relação às organizações, em 1901, a FOA, que se tornaria FORA, tentou estender a organização do mundo urbano até o mundo rural. Tal projeto se concretizou em 1902, reunindo os trabalhadores rurais no Primeiro Congresso Agrícola, em Pergamino. De acordo com Eduardo Sartelli (1989),

Las organizaciones pertenecían al norte de Buenos Aires y sur de Santa Fe, reunidas para iniciar una campaña de propaganda y organización entre los obreros del campo y tomar las medidas necesarias para tratar de obtener mejoras en las condiciones de trabajo de siega y trilla (p.5).

Ademais, decidiram criar uma Federação Regional dos Centros dos Trabalhadores do Norte e da Costa da Província de Buenos Aires e Santa Fé, que teria o Comitê permanente em Pergamino. O segundo Congresso se realizaria em 1903, o que, no entanto, não ocorreu. Ainda de acordo com Sartelli (1989), a preocupação dos trabalhadores agrícolas somente se manifestou com as conclusões dos trabalhos e observações de Juan B. Justo, que recomendava que os patrões dessem alojamentos higiênicos aos trabalhadores do campo, como ponto mínimo do programa do Partido Socialista no Congresso.

A partir da década de 1920, o autor considera que se desenvolveu uma ação sindical dos trabalhadores rurais que reconhecia quatro filiações principais: Partido Socialista, Anarquista, FORA IX e PSI. Também nos anos vinte surgiu a *Federación Argentina de Trabajadores Rurales*, que procurava lutar contra as condições de vida e de trabalho.

Com relação aos conflitos, um dos primeiros registrados foi em 1901, em Pergamino, Província de Córdoba. Em 1912, em Alcorta, eclodiu uma greve dos chacareiros pela redução dos altos valores dos arrendamentos de terra e contra os “contratos escravistas” aos quais eram submetidos. Nesse contexto, surgiu em Rosário a *Federación Agraria Argentina*, que agrupava os colonos agrários e os pequenos arrendatários.

De acordo com Sartelli (1989), uma série de conflitos eclodiu em diversas regiões do país:

Estas huelgas, localizadas prácticamente en toda la pampa, tienen auge en tres provincias, Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba. Tienen menor importancia en La Pampa y en Entre Ríos. Se extienden entre 1912 y 1922, siendo 1919-20 la cosecha con mayor actividad. Fueron más importantes las producidas en la cosecha del trigo, mientras que en la del maíz, muy escasas. La primera mención de preparativos huelguísticos aparece en La

Organización Obrera a fines de 1917 pero es en la cosecha siguiente en la que aparecen las primeras huelgas: San Antonio de Areco, Alberti, Armstrong, San Pedro y General Lavalle. Durante la cosecha del maíz de 1919 hay huelgas en San Pedro, Santa Teresa (Santa Fe) y Pergamino. Las exigencias son iguales a las anteriores: reducción de la jornada de trabajo, aumento de los salarios, mejoras en las condiciones laborales y reconocimiento sindical (p.10).

Um dos conflitos mais dramáticos registrados na história dos trabalhadores rurais foi o da Patagônia, em 1922. Em 1920, sob o Governo de Yrigoyen, mediante as condições de trabalho apresentadas, os trabalhadores rurais fizeram uma petição solicitando algumas melhoras mínimas, que, por não serem atendidas, ocasionaram uma greve. Em 1922, os trabalhadores organizaram novamente uma greve que alcançou grandes proporções e foi extremamente reprimida.

Figura 12: Combate na Patagônia, 1922.

Fonte: Disponível em < <http://www.anred.org/spip.php?article4679>>.

Com relação aos anos 1930 e 1940, não encontramos estudos sobre o período.

2.3 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" e a segurança nacional

Tal como no Brasil, na Argentina, os trabalhadores também se auto inventavam e se representavam, como procuramos demonstrar a partir de breves considerações sobre as propostas de organização e de atuação dos mesmos. Também como no Brasil, na Argentina, o Estado, via Governos, também proporia distintas “invenções” sobre os trabalhadores. Deste modo, também utilizaremos como “eixo norteador” o trato da questão social.

Segundo Miguel Angel Forte (s/d), o surgimento da “questão social” na Argentina estava inserido no conjunto de consequências sociais do processo de modernização econômica

e social que caracterizou o país na segunda metade do século XIX, como produto da economia agrário-exportadora, da imigração massiva e do processo de urbanização.

Essas transformações na estrutura econômica e social do país contribuíram para a emergência de problemas relativos à saúde, à pobreza e às condições de vida, às formas de marginalidade e da vida urbana, inseridos aspectos como a criminalidade, o vício, a prostituição, a mendicância e o alcoolismo. Essas questões preocupavam a elite, sobretudo a portenha, em razão das consequências negativas para o estabelecimento da ordem social e política. Nas últimas décadas do século XIX, os debates relacionados a essas questões foram marcados pela dimensão moral e a intervenção dos discursos de higienismo e “criminologia positiva”.

No tocante ao higienismo, Forte (s/d) considera que:

La epidemia de fiebre amarilla de 1871, que paralizó durante algunos meses la actividad productiva y comercial de Buenos Aires, tuvo consecuencias en todos los grupos sociales. Ante esta situación, las estrategias desplegadas por la elite porteña fueron: la segregación espacial (que se materializó en su traslado a la zona norte de la ciudad) y las medidas entorno a la resolución médico sanitaria del problema. Con este último objetivo, se crearon instituciones como el Departamento Nacional de Higiene (1880), la Asistencia Pública Municipal (1883), la Oficina Química Municipal y el Instituto Bacteriológico, para articular dichas medidas (p. 6).

Ainda de acordo com o autor, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, as enfermidades físicas passaram a ser consideradas males sociais e morais. Deste modo, os higienistas ficaram responsáveis por controlar e regular a sociedade, visando a construção do projeto de “cidade higienizada”. Todo esse processo de imposição de práticas e normas não ocorreu sem resistência de grande parte da população que vivia naquelas condições.

Tanto no âmbito higienista quanto no criminalista, a ideia de infecção, no sentido do contágio, esteve presente na época. No tocante à esfera criminalista, o receio do contágio era relacionado a elementos como ociosidade, mendicância, prostituição, delinquência e outras formas de marginalidade social que pudessem ser consideradas “enfermidades morais”. De acordo com Forte (s/d), do mesmo modo que os enfermos fisicamente poderiam infectar a sociedade, afetando o corpo social, esses indivíduos poderiam “infectar” a sociedade por suas condutas patológicas.

O receio desse contágio, sobretudo pela classe dominante, chegou ao “mundo do trabalho” relacionado ao delito e à “má influência” dos estrangeiros, sustentando o “círculo vicioso” da desordem. Segundo Ricardo Salvatore (2000), no mundo do trabalho, os

“delinquentes” nutriam a desordem e os delitos, constituindo-se como um espaço de propagação ao movimento de protesto mais radicalizado.

Assim, o Estado se utilizou de duas estratégias para tratar da questão social: a “política social sem Estado” ou filantropia, em que se tinham sociedades que tratavam da ação social e higienistas, como o caso da *Sociedad de Beneficencia* de 1823, que recebia colaboração do Estado; e a criminologia positiva. De acordo com Forte (s/d):

En el país, la escuela criminológica positiva consistió en formulaciones teóricas y prácticas orientadas a convertir a los marginales (mendigos, vagos, delincuentes) en fuerza de trabajo productiva y reinscribirlos en el mercado laboral. Frente a la creciente inestabilidad del empleo, la circulación ocupacional y espacial de los trabajadores, la desocupación, los trabajadores ocasionales y los desalentados, la criminología positiva desarrolló prácticas disciplinarias que apuntaron a reformar a estos sujetos a través de su adaptación a la disciplina del trabajo asalariado. Esta estrategia se presentaba como una solución no represiva, sino más bien humanista, de reforma de los sujetos mediante la inculcación de la ética del trabajo (p. 14).

Ainda de acordo com o autor, as prisões funcionavam como espaços propícios para a imposição da disciplina do trabalho. Interessante notar que não apenas nas prisões, como também nos hospitais psiquiátricos o trabalho se transformou como elemento de regeneração moral.

Também é interessante notarmos a transformação da imagem do imigrante, anteriormente, sobretudo pela Geração de 37¹⁴ e os governantes, relacionado à ideia de civilização com a de bárbaro, ocasionador da desordem, no fim do século XIX e início do século XX. Como comentamos em tópico anterior, no final do século XIX e início do século XX parte desses imigrantes, sobretudo os anarquistas, eram os principais grevistas.

Com relação às “respostas”, diretas ou indiretas, às greves, cabe mencionarmos algumas das leis criadas contra os imigrantes, sobretudo contra os anarquistas, como a proposta do senador Miguel Cané com o projeto de *Lei de Residência* em 1902. De acordo com Baily (1986), a lei autorizava o Governo a deportar todo estrangeiro cuja conduta “*comprometa la seguridad nacional o perturbe el orden público*”, a proibir a entrada daqueles que tinham antecedentes criminais e políticos, como deportar no prazo de três dias, sem necessidade obrigatória de serem condenados pelo tribunal. Na ocasião, Cané justificou da seguinte maneira:

¹⁴ Políticos e intelectuais, marcados pelo iluminismo, que propunham um regime republicano liberal para a Argentina, em oposição ao governo ditatorial de Juan Manuel de Rosas (1829-1852), dentre os quais destacam-se Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutierrez, Estebán Echeverría.

ni los constituyentes del '53, ni los legisladores de los primeros congresos que sucedieron después de la reorganización nacional, tuvieron por qué preocuparse de esta cuestión: no pudieron nunca prever que entre los hombres de buena voluntad, que llamaban para cultivar el suelo, ejercer las artes y plantear industrias, vinieran enemigos de todo orden social, que llegaran a cometer crímenes salvajes, en pos de un ideal caótico, por decirlo así, que deja absorta la inteligencia y enfría el corazón (CANÉ apud FORTE, s/d, p.20).

Deste modo, estabeleciam-se políticas repressivas aos “estrangeiros perigosos”, que ameaçavam a ordem social. Em 1910, também em decorrência das greves, um novo projeto de lei foi aprovado. A *Lei de Defesa Social* visava atingir novamente os anarquistas, ao proibir reuniões e associações, propagação das ideias anarquistas, além de ratificar a Lei de Residência, de regular a realização de manifestações públicas, de prescrever penas para aqueles que provocassem tumultos, realizassem atentados, fabricassem ou portassem explosivos ou fizessem apologia daquilo que a lei considerasse delito.

No tocante às medidas a favor da resolução de conflitos, cabe mencionar ao menos duas: a primeira referente à tentativa de Joaquín V. González, então ministro do Interior de Julio Argentino Roca, em 1904, de melhorar as relações entre o movimento dos trabalhadores e o Estado. De acordo com Baily (1986), o ministro levou um projeto de lei ao Congresso, semelhante a um Código de Trabalho, que visava estabelecer a jornada de oito horas de trabalho, a regulamentação do trabalho noturno, o descanso dominical, o seguro por acidente, a regulamentação do trabalho feminino, a proibição do trabalho de menores e a regulamentação oficial para as atividades sindicais. O projeto foi recusado tanto pelos sindicatos socialistas e anarquistas, que se opunham à intervenção estatal, quanto pelos empregadores, que o enxergavam como muito favorável aos trabalhadores. Ainda assim, um ano depois foi aprovado o descanso dominical por iniciativa do primeiro deputado socialista, Alfredo Palacios.

A segunda medida era referente à criação do *Departamento Nacional del Trabajo* em 1907, visando resolver os conflitos entre os empregadores e os empregados. Baily (1986) considera que essa medida também fracassou pois nenhuma das partes estava disposta a negociar. Um dos reflexos do fracasso da negociação foi a continuidade da repressão ao movimento dos trabalhadores.

A terceira tentativa “conciliatória” consistia no programa de “educação patriótica”, proposto em 1910 pelo Dr. José María Ramos Mejía, presidente do Conselho Nacional de Educação. Essa “educação conciliatória” visava incitar o sentimento nacionalista nas mentes dos filhos dos imigrantes, para que uma barreira contra as “ideologias perigosas” fosse criada.

Entre os momentos do uso da força do Estado do início do século XX, os autores mencionados, destacam o ano de 1909, sobretudo a *Semana Roja*. De acordo com Beired (1984), a polícia de Buenos Aires, na época comandada pelo Coronel Ramón Falcón, no dia Primeiro de Maio de 1909, massacrou os manifestantes anarquistas concentrados na Plaza Lorea. Como resposta dos trabalhadores, iniciou-se a maior greve geral até então, reunindo a FORA, a UGT e com o apoio do Partido Socialista, que foi reprimida com o estado de sítio decretado em novembro de 1909, decorrente do atentado a bomba praticado pelo anarquista Simón Radowitzky, que causou a morte do Coronel Ramón Falcón e de seu secretário. Segundo o autor:

O Governo rapidamente respondeu, estabelecendo o estado de sítio e montando uma grande operação policial repressiva que agiu paralelamente a grupos paramilitares constituídos por civis. As instalações dos jornais anarquistas *La Protesta* e *La Batalla* e do socialista *La Vanguardia* foram destruídas e incendiadas. Vários dirigentes da FORA e da CORA (...) foram encarcerados, alguns confinados na Terra do Fogo e outros deportados. Quase todos os dirigentes sindicais foram detidos (BEIRED, 1984, p. 27-28).

Com receio das ameaças de greve, que poderiam paralisar as obras de preparação dos festejos do Centenário da Revolução de Maio, previstos para aquele mês de 1910, o Governo decidiu continuar com a repressão e o estado de sítio.

No contexto da mencionada Lei de Defesa Social de 1910 e da repressão policial, também eram apresentados projetos de lei para a proteção do trabalhador: o deputado Del Barco apresentou um projeto que propunha a resolução de conflitos trabalhistas por meio dos tribunais de conciliação e arbitragem; e o deputado Escobar que propunha uma lei contra acidentes de trabalho (FORTE, s/d).

Segundo o autor, a repressão combinada à legislação trabalhista pode ser interpretada como a política da *zanahoria y el garrote*, isto é, por um lado a repressão garantiria a ordem, no entanto, a melhora nas condições de trabalho se mostram uma política mais eficaz e racional para a redução dos protestos e manifestações dos trabalhadores.

A partir de 1916 inaugurou-se uma nova etapa da história e da política argentina, com a eleição que levaria à União Cívica Radical¹⁵, representada por Hipólito Yrigoyen, ao poder, inaugurando um momento inovador na Argentina.

¹⁵ O partido foi criado no dia 26 de junho de 1891 por Leandro Alem.

2.4 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" e o Governo radical (1916-1930)

A criação da Lei Sáenz Peña em 1912 implantou o voto secreto, obrigatório e restrito às pessoas do sexo masculino, com mais de 18 anos e de nacionalidade argentina. Se por um lado essa lei possibilitou e influenciou a participação política de maior parcela da sociedade argentina, sobretudo da classe média, por outro lado, impossibilitou a participação política de grande parte da sociedade argentina desconsiderando os imigrantes, que ainda eram a maioria da população e dos trabalhadores, e as mulheres.

Com relação à cidadania na Argentina, retomando as ideias mencionadas no primeiro capítulo, que relacionavam a cidadania com a ideia de direitos civis, políticos e sociais, conquistados de formas e tempos distintos em cada país, Gutiérrez e Romero (2007) consideram que a Constituição de 1853 consagrou os direitos civis, enquanto a Lei Sáenz Peña consagrou os direitos políticos. Para os autores, os direitos sociais seriam consagrados em momento posterior, na época do peronismo.

Os radicais venceram as eleições com 45,6% dos votos, sendo maioria na Capital Federal, Córdoba, Entre Ríos, Mendoza, Santiago Del Estero e Tucumán. Também venceram as eleições de 1922 e 1928, tendo como candidatos os presidentes Yrigoyen (1916 e 1928) e Marcelo T. Alvear (1922). Yrigoyen permaneceu no poder até 1930, quando foi deposto por um golpe militar.

De acordo com Rock (1992), o radicalismo era formado em parte por setores da alta burguesia tradicional, mas sustentado pela classe média. A inovação do Governo radical foi a proximidade com os trabalhadores urbanos, procurando incluí-los em seu projeto de integração política. Para isso, desenvolveu um delicado jogo de arbitragem entre as principais forças sociais, sobretudo os empregadores e os empregados, ainda que nem sempre fosse bem-sucedido.

Segundo Coggiola e Bilsky (1999), Yrigoyen desenvolveu uma política oscilante diante do movimento operário, pois era:

tendente a dividir e a ganhar apoio entre grêmios-chave (marítimos e ferroviários) através de práticas semi-institucionalizadas de negociações. Mas, ao mesmo tempo, buscava isolar outros setores e estrangular a ação das correntes mais radicalizadas, ou inclusive, de seus adversários políticos (o PS era forte concorrente na capital). Por momentos e frente à pressão do grande patronato, utilizou todo o peso do aparato repressivo. Finalmente, protagonizou o planejamento mais sério de integração parcial do movimento operário à sociedade e chegou a apresentar vários projetos de associações

profissionais para enquadrar os sindicatos e obrigá-los a funcionar dentro das regras do sistema (...) (p. 57).

Tal política oscilante auxilia na compreensão dos distintos comportamentos adotados por Yrigoyen nos momentos em que procurou mediar os conflitos estabelecidos entre empregados e empregadores, sobretudo durante o período de greve com os sindicalistas revolucionários, que aceitavam algumas negociações, e as empresas públicas; em momentos em que enfrentava o Partido Socialista, pois era o concorrente político na Capital; em momentos em que utilizou o aparato repressivo do Estado, pressionado pelos empregadores nos momentos de greve, sobretudo contra os anarquistas, como no caso da Semana Trágica, já mencionada, de 1919, e da tragédia na Patagônia em 1922; ou mesmo na criação de algumas leis trabalhistas.

Segundo Beired (1984), apesar dessa política oscilante, foi durante o Governo radical que a classe operária encontrou espaço político, o que tornou possível a implantação de leis trabalhistas:

(...) em 1918, foi regulamentado o trabalho a domicílio; em 1921, foram criadas leis de reciprocidade em matéria de indenização de acidentes de trabalho com a Espanha e a Itália; em 1924, foram estabelecidos regulamentos para contratação de menores e foi proibido o trabalho noturno nas padarias. Em 1929 essas leis culminaram com a limitação da jornada de trabalho para 8 horas diárias e 48 horas semanais (p. 33).

Ademais, de acordo com Belloni (2011), também foi no primeiro Governo de Yrigoyen que os salários dos trabalhadores duplicaram. Ainda assim, a repressão aos movimentos dos trabalhadores foi intensa, de modo que também nesse contexto, em 1918, surgiu a *Liga Patriótica Argentina*, formada por paramilitares, com ações que não se restringiam ao uso da força, atuando intensamente durante os três anos seguintes e intervindo inclusive nos conflitos entre capital e trabalho, sempre se posicionando a favor dos empregadores. De acordo com Beired (1984), a Liga atuava com o respaldo do Exército e da Marinha e não era homogênea ideologicamente:

Abrigava desde liberais até grupos fascistas, sustentando-se financeiramente por meio de subscrições individuais, dos clubes aristocráticos, das associações e das principais empresas estrangeiras (p.41).

O Governo de Alvear (1922-28) teria de lidar com a Liga e com outras questões decorrentes do período pós-Primeira Guerra Mundial e do primeiro Governo de Yrigoyen, como a crise da indústria de carne, a dívida pública e a reforma tarifária. No tocante aos

trabalhadores, desde o início de 1922, os radicais criaram comitês nos bairros operários, a fim de conseguir o apoio dos trabalhadores.

Ao reassumir a presidência, em 1929, o radicalismo estava dividido entre os personalistas, que apoiavam Yrigoyen, e os antipersonalistas, que não o apoiavam. Para conseguir esteio dentro do partido e do Governo, o presidente distribuía cargos públicos e defendia a expansão da máquina burocrática. No tocante aos trabalhadores, os comitês radicais eram os locais em que Yrigoyen procurava difundir seu personalismo. Não foram poucas as polêmicas em seu segundo Governo, sendo que entre as mais mencionadas está a da nacionalização do petróleo.

Para Rock (1988),

Cuando Yrigoyen volvió al poder, descubrió que sobreviviría mientras pudiese gastar. Una vez que los gastos del gobierno se redujeron, perdió el apoyo de la clase media y fue derrocado (p. 275).

De acordo com Beired (1984), uma série de acontecimentos nacionais somado à crise internacional de 1929 ocasionou a debilidade do Governo de Yrigoyen e do radicalismo que acabou sendo derrubado por um golpe militar em setembro de 1930.

2.5 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" e a década infame (1930-1943)

O golpe de Estado de setembro de 1930 encerra uma época da história argentina. No dia 6 de setembro, o general José R. Uriburu derrocou o regime de Yrigoyen por meio de um golpe de Estado. Entre as principais causas apontadas pelos autores figurava a crise econômica de 1929, a qual afetou profundamente o modelo econômico agroexportador argentino, desagregando também o sistema político inaugurado em 1912. A elite conservadora tradicional, por meio dos militares, deslocou o *yrigoyenismo* do poder e retomou o controle do aparato do Estado.

O novo Governo negaria às classes populares os meios de adquirir influência dentro da estrutura política do país, assim como de promover mudanças positivas na sociedade. Exemplo dessa situação pode ser notada pela anulação da eleição para governador da Província de Buenos Aires porque um radical tinha triunfado sendo, assim, substituído por um de seus homens ou mesmo pelas eleições a presidente, em que utilizaram o sistema de fraude para garantir a vitória de Agustín P. Justo em 1932 como sucessor de Uriburu. O período seria marcado pela fraude eleitoral, pela violência política e pela crescente dependência econômica do país, ficando conhecido como a “década infame”. De acordo com Beired (1984),

A fraude eleitoral era inclusive defendida por alguns políticos, que preferiam chamá-la de “fraude patriótica”, por entender seu exercício como positivo à nação, em oposição à “fraude nociva”, praticada pelos adversários (p. 50).

Com relação à violência política, a pretexto da luta contra o comunismo, praticaram-se assassinatos, torturas sistemáticas e criou-se um órgão federal para a repressão política, denominado Seção Especial. Paralelamente, Uriburu, no início de seu Governo, tinha fortalecido a *Legión Cívica Argentina*, grupo paramilitar que também auxiliava na repressão às “ideologias exóticas”.

De acordo com Coggiola e Bilsky (1999), a repressão não se deu de maneira uniforme e homogênea nos movimentos dos trabalhadores. Segundo os autores, os movimentos que incluíam organizações mais moderadas não sofreram tanto, como o Partido Socialista e a recentemente criada CGT, e as mais radicais, caso dos anarquistas e dos comunistas. Essa repressão incluía a deportação de muitos, sendo que até 1932 300 deportações foram registradas, além do grande número de detentos e das denúncias de fuzilamento.

Diante da crise econômica, o novo Governo também permitiria a redução de salários e o desconhecimento de algumas conquistas:

(...) el movimiento obrero vio frustradas sus aspiraciones cuando el gobierno dio a conocer un programa que abrogaba las garantías constitucionales de muchos ciudadanos, y otorgaba privilegios a grupos especiales. Poco después del golpe del 6 de septiembre, el régimen eliminó los sindicatos dirigidos por anarquistas y comunistas, proceso que continuó con ataques a los elementos obreros más moderados. Además de ello, el general Uriburu denunció la ley de salarios mínimos, dificultó las reuniones sindicales, estableció un sistema de espías en los gremios, aplastó huelgas mediante la acción policial, y no se preocupó por hacer cumplir la legislación laboral existente (BAILY, 1986, p.63).

Em 1932 a ditadura seria substituída pelo Governo constitucional de Justo, o que permitiria uma leve e limitada recuperação da iniciativa dos trabalhadores. Apesar da diminuição da imigração, limitada por lei desde 1933, o nível elevado da taxa de desemprego indicava haver uma super oferta de trabalho. Também nesse contexto surgiram os acampamentos de desempregados, antecedentes da *villa miséria*.

O Governo e a situação política tendiam a beneficiar os empregadores. Não obstante, a reabertura do parlamento em 1932 e a ação do PS para a aprovação das outras forças políticas parlamentares permitiram que o período de 1932 a 1935 fosse um dos mais prolíficos em leis sociais, como a aprovação da Lei nº 11.729, também conhecida como o Código de Comércio,

que outorgava o reconhecimento do direito de aposentadoria do idoso, das férias remuneradas e da indenização por demissão.

Com relação aos aspectos econômicos do período, vale mencionar o pacto Roca-Runciman¹⁶, entre a Argentina e Grã-Bretanha, assinado por Julio A. Roca, vice-presidente da Argentina, e Walter Runciman, Ministro do Comércio inglês, em maio de 1933, e o processo de substituição de importação argentino, sobretudo após a crise de 1929, que impulsionou o crescimento da industrialização argentina.

O pacto Roca-Runciman estabelecia uma favorável posição da Grã-Bretanha frente à Argentina, uma vez que o monopólio frigorífico ficava com os ingleses e com os norteamericanos. No momento posterior, sobretudo a partir da década de 1940, o pacto seria recordado como algo vergonhoso para a Argentina, sendo utilizado para combater o domínio inglês e norteamericano no país.

Com relação ao processo de substituição de importações e o crescimento da industrialização argentina na década de 1930, Murmis e Portantiero (2012) consideram alguns aspectos para tal crescimento como a “aliança de classes” e uma industrialização “limitada”, isto é, o crescimento de uma indústria produtora de bens de consumo não duráveis. Em 1933, Federico Pinedo e Luis Duhau ocupam, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, criando novas orientações para superar o conflito entre setores rurais e industriais e o estímulo ao crescimento industrial representadas pelo “Plan Pinedo”.

Durante o ano de 1934 a crise econômica começou a ser superada. De acordo com Murmis e Portantiero (2012), o crescimento industrial argentino produziu, simultaneamente, a acumulação baseada na exploração dos trabalhadores. Assim, entre 1930 e 1935, a capacidade negociadora dos sindicatos estava limitada devido à dois fatores mais amplos: a alta taxa de desemprego e a vigência de medidas repressivas.

Em 1935 a situação começa a mudar graças ao nível de ocupação e a ao aumento da capacidade negociadora dos sindicalistas. Deste modo, inaugurou-se um novo ciclo ascendente de conflitos e greves dos trabalhadores, tal como das unidades sindicais por ramo

¹⁶ Por este pacto, a Grã-Bretanha era obrigada a manter a quota de importações de carnes argentinas, conservando o direito de restringir as importações quando convinha. Esta concessão inglesa trazia uma série de obrigações paralelas à Argentina. Em primeiro lugar, 85% das licenças de importações de carne argentinas na Inglaterra deveriam ser distribuídas pelo governo britânico, o que consolidava o *trust* frigorífico e os fazendeiros ligados a ele. Além disso, a Argentina se comprometia: manter livres de impostos o carvão e as demais mercadorias que fossem importadas nas mesmas condições; voltar às taxas de importações do período anterior à década de 1930, comprometendo-se a não criar novas taxas ou aumentar as existentes; entre outras vantagens para os ingleses (CANTÓN; MORENO; CIRIA, 1980).

de atividade. Tais conflitos decorriam de aspectos mencionados como os salários, as jornadas, melhoras nas condições de trabalho, entre outros.

Em 1942 o número de greves e jornadas perdidas atingiu seu ápice. De acordo com Murmis e Portantiero (2012), o total de greves foi de 113, abarcando 39.685 grevistas, constituindo 60% do total de trabalhadores das empresas em conflito. Ainda assim, nem todos os sindicatos atuaram com práticas de ação direta, como as greves, e combinava-as com as exigências de sistemas de negociação coletiva. Neste contexto, o Estado intervinha nos conflitos trabalhistas através do DNT, embora contasse com a ausência legislativa.

Para Del Campo (2012), a “doutrina” que guiou a ação do DNT, desde a segunda metade da década de 1930, aparece claramente em uma nota do Chefe da Divisão de Estatística do Trabalho, José Miguel Figuerola, em 18 de março de 1943:

Pero la formación del Derecho del Trabajo, de igual manera que ha sucedido en la gestación del derecho en general, ha sido precedida por un período de autodefensa en que los derechos, ya declarados o pretendidos, se imponían mediante la fuerza de las partes, como en las etapas primitivas de la elaboración del derecho las transgresiones, supuestas o verdaderas, se persiguieron por medio de la venganza individual, reminiscencia de la arcaica venganza privada. Es natural que la conciencia jurídica individual rechazara esa forma primaria de buscar la reparación de las injusticias, de igual modo que, paulatinamente, la legislación del trabajo há hecho menos agudas las luchas sociales encauzando las divergencias hacia fórmulas que no sólo logran la paz entre los elementos interesados, sino que contribuyen al mejoramiento general de las condiciones de vida y trabajo (...) De este modo será posible afianzar el convencimiento de que los avances del Derecho del Trabajo acorten cada día más la distancia que separa a los hombres de hoy del momento en que se sustituya efectivamente la autodefensa de clase por el imperio de la justicia (p. 79-80).

Alguns dos reflexos dessa ideia de intervenção nos conflitos trabalhistas podem ser notados em 1939, com a Comissão Nacional para combater a desocupação que propunha a criação de um Ministério do Trabalho e Ação Social e em 1940, com a criação de algumas leis, decretos e laudos ministeriais que regulavam as condições de trabalho em diversas atividades. Exemplo dessas ações pode ser notado na província de Buenos Aires, durante o Governo de Manuel A. Fresco (1936-1940), sobretudo em sua mensagem ao Congresso, acompanhada de um projeto para reorganização do DNT provençal em 1937. Para o então governador,

Los dos factores que concurren a la economía y a la producción— el capital y el trabajo— no deben ser considerados como fuerzas esencialmente contradictorias y en pugna permanente por fatalidad histórica, sino destinadas a la armonía y el equilibrio (...). El estado debe intervenir con sus instrumentos legales de autoridad toda vez que el equilibrio sea roto,

para restablecerlo, y toda vez que el abuso de alguna de las partes amenace, o bien el sentido de justicia, tan arraigado en el alma humana y flor de las más evolucionadas civilizaciones, o bien el sentido de la nacionalidad y el orden social (FRESCO apud DEL CAMPO, 2012, p. 81).

A partir deste trecho, podemos notar que parte das propostas sugeridas à reformulação do DNT remetiam à substituição da ideia e da imagem de “luta de classes” para o da “conciliação de classes”, sobretudo se quisessem atingir melhoras econômicas. Essa substituição da imagem, isto é, de “luta” por “conciliação” foi fortemente utilizada a partir de 1943.

No contexto da Segunda Guerra Mundial se iniciou uma nova fase da história argentina. O conflito, embora tenha estimulado a industrialização do país, não mudou a vida do trabalhador argentino. O conflito refletiu fundamentalmente no âmbito político, como trataremos na próxima parte deste trabalho.

O “eixo norteador” deste subtópico foi o trato da questão social, pois procuramos apresentar as distintas propostas de “invenções” sobre os trabalhadores por parte do Estado, via Governos. Assim, tal como no caso brasileiro, as ausências e as presenças de propostas, tal como as distintas formas do trato com as questões relacionadas ao “mundo do trabalho” são importantes para observarmos as continuidades e discontinuidades a partir da década de 1940, tal como os usos deste passado.

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PRIMEIRA PARTE

Nesta primeira parte procuramos apresentar as diversas propostas de “invenções” dos e sobre os trabalhadores antes do varguismo e do peronismo. Para lograr o objetivo, propomos dois capítulos, com “dois” grandes momentos principais: um primeiro que abordasse as “auto invenções” e representações, isto é, os trabalhadores e suas múltiplas propostas; e um segundo que abordasse as invenções e representações sobre os trabalhadores por parte do Estado, via Governos.

A partir do que foi apresentado, procuramos demonstrar que não acreditamos em uma história ou uma luta por direito do trabalhador no Brasil e na Argentina. Acreditamos em histórias, lutas, trabalhadores, trabalhadoras, direitos, organizações, isto é, acreditamos na multiplicidade ou diversidade, por um lado, e na particularidade ou especificidade, por outro lado, de lugares, de situações, de atores, de organizações, de lutas, entre outros. Histórias repletas de dificuldades e de resistências, que têm um começo e um meio, mas que certamente ainda não têm um fim, já que consideramos as lutas por direitos de cidadania contínuas, permanentes.

Em grande medida, procuramos apresentar algumas das experiências ou das histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil e na Argentina para mostrar ao leitor que eles, ou parte deles, organizaram-se de maneiras distintas como grupo e como classe, com especificidades de consciência política e social, sabiam suas condições e procuraram exigir seus direitos sob as mais variadas formas de lutas. Do mesmo modo, procuramos não idealizar essas lutas, mostrar que não foram simples, que tinham múltiplos interesses envolvidos, que sofreram resistências em diversos momentos por parte do empresariado e do Estado, que buscaram “respostas” em distintos níveis (do uso da força à criação e implantação de leis e decretos) para conter as lutas dos trabalhadores. A partir do “eixo norteador”, o trato da questão social, notamos que as propostas de “invenções” dos trabalhadores não surgiram apenas do lado dos trabalhadores, mas também do Estado, via Governos.

Consideramos as apresentações destas múltiplas “invenções”, seja por parte dos trabalhadores ou dos Governos, significativas por duas razões especiais: a primeira por desconsideramos a ideia generalizante de que os trabalhadores eram uma “massa amorfa”, “completamente inconsciente”, uma “*tabula rasa*”, em que Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón simplesmente “escreveram” e “desenharam” sem o mínimo critério ou estratégia, utilizando apenas seu “poder” de persuasão e manipulação; e a segunda pelos usos do passado, seja das “invenções” por parte dos trabalhadores ou pelos Governos, por Vargas e

Perón a partir da década de 1930, no caso do Brasil, e 1940, no caso da Argentina. Na próxima parte deste trabalho procuraremos apresentar as (re) invenções sobre os trabalhadores, as “dimensões” que as compunham e os “critérios” utilizados.

PARTE II- AS (RE) INVENÇÕES DOS TRABALHADORES: DAS RAÍZES À CONSAGRAÇÃO NO VARGUISMO E NO PERONISMO

Na primeira parte deste estudo procuramos apresentar as diversas invenções dos e sobre os trabalhadores antes do varguismo e do peronismo. Assim, recuperamos os aspectos que consideramos significativos das histórias dos e sobre os trabalhadores, tal como as relações entre os trabalhadores e o Estado, via Governos, antes do varguismo e do peronismo.

Nesta segunda parte pretendemos apresentar as (re) invenções dos trabalhadores, desde as raízes até a sua consagração no varguismo e no peronismo. É preciso recordar a ideia inicial proposta, em que afirmamos que a entrada em cena política nacional de Getúlio Vargas como presidente do Governo Provisório, em 1930, e de Juan Domingo Perón como Secretário de Trabalho e Previsão, em 1943, demarcava o início das (re) invenções dos trabalhadores.

Ainda que as raízes das (re) invenções estejam em períodos anteriores aos conhecidos como varguismo e peronismo, é no Estado Novo de Vargas e no Primeiro Peronismo de Perón que as (re) invenções serão consagradas. Em que consistiria tais (re) invenções? Que elementos seriam considerados? Que imagens seriam projetadas para e sobre os trabalhadores? Qual o papel da legislação trabalhista e das políticas sociais do período? Eis alguns dos questionamentos gerais norteadores desta segunda parte.

Para tratarmos das (re) invenções, propomos esta segunda parte com cinco capítulos. Vale dizer que embora seja uma única parte, a mesma tem “dois” momentos mais amplos principais, o que estamos chamando de interregno do varguismo e do peronismo, isto é, o momento em que Vargas assumia o cargo de Presidente Provisório e Perón Secretário de Trabalho e Previdência e o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, períodos conhecidos como varguismo e peronismo. Os dois capítulos iniciais, *“Getúlio Vargas, o trabalho e os trabalhadores: primórdios de uma (re) invenção”* e *“Juan Domingo Perón, o trabalho e os trabalhadores: primórdios de uma (re) invenção”*, abordam o interregno do varguismo e do peronismo e, portanto, as raízes das (re) invenções propostas. Nestes capítulos procuraremos dar atenção ao momento em que Vargas e Perón emergem no cenário nacional, observando as formas utilizadas para tratar da “questão social” nos seus países, o trabalho, os trabalhadores e a relação que estabeleceriam com eles. Mais do que analisar suas ações como um todo em seus cargos, procuraremos identificar em seus discursos políticos e pronunciamentos o trabalho e o trabalhador a fim de refletirmos: o trabalhador do varguismo e do peronismo já estava sendo “imaginado” e “anunciado” antes do período assim conhecido? Neste período

inicial é possível afirmar que Vargas e Perón, aparentemente, iniciam a produção da ideia de amistosidade e futuro elo entre eles e os trabalhadores?

Nos três capítulos finais, “*Os trabalhadores nos espetáculos de poder do varguismo e do peronismo*”, “*A (re) invenção do trabalho e dos trabalhadores do Brasil*” e “*A (re) invenção do trabalho e dos trabalhadores na Argentina*”, procuraremos apresentar a consagração das (re) invenções.

Para analisar as (re) invenções dos trabalhadores, no varguismo e no peronismo, selecionamos a produção e reprodução dos imaginários sociais sobre os trabalhadores nos discursos políticos de Vargas e de Perón, em festas cívicas específicas como os 10 de novembro e os Primeiros de Maio no Brasil, entre os anos 1937 e 1945, e os 17 de outubro e os Primeiros de Maio na Argentina, entre os anos 1946 e 1955. Deste modo, no capítulo cinco apresentaremos algumas considerações acerca das festas cívicas, de maneira geral, e dos espetáculos de poder mencionados, de maneira específica. Entre as questões que norteiam este capítulo, figuram: como esses espetáculos de poder foram constituídos e utilizados? Qual o papel desses espetáculos de poder para a produção de imaginários políticos e sociais?

Finalmente, os dois capítulos finais serão compostos sobretudo pelos discursos políticos de Vargas e de Perón, nessas ocasiões, procurando identificar os imaginários sociais e políticos produzidos e reproduzidos, isto é, a (re)invenção dos trabalhadores, por esses governantes, assim como os “elos” entre os trabalhadores e os governantes. Entre as perguntas que norteiam os capítulos estão: há alguma relação entre os imaginários políticos e sociais utilizados nesses discursos políticos com os momentos anteriores analisados? Qual o papel dos trabalhadores nesses “novos” regimes? Como os trabalhadores deveriam atuar nestes governos? Que relação deveriam ter com os governantes?

CAPÍTULO 3- GETÚLIO VARGAS, O TRABALHO E OS TRABALHADORES: PRIMÓRDIOS DE UMA (RE) INVENÇÃO

Pretendemos tratar de alguns aspectos dos anos 1930-1937, fundamentalmente, do Governo que instaurou a “Revolução de 1930”, do discurso sobre as “questões sociais”, dos mecanismos utilizados a partir destes discursos e o papel do “Ministério da Revolução” para sustentar e legitimar estes discursos. Por fim, apresentaremos o “novo presidente” a partir de suas propostas nos discursos e pronunciamentos políticos procurando identificar se há ou não a existência das imagens do trabalho e do trabalhador naquele momento ou algumas das formas que ambos foram apresentados.

3.1 O Estado e os trabalhadores: a "questão social" como caso governamental e a “Revolução de 30”

A questão social, no período da Primeira República, não foi entendida ou tratada como política, senão como problema moral e sanitário:

Neste sentido, significava uma disfunção, um desequilíbrio nas relações de trabalho que precisava ser eliminado da sociedade da mesma forma que a ignorância e a doença. Justamente por esta razão, era mencionada e analisada em conjunto com os problemas de instrução e saúde públicas. A questão política só ganhava conteúdo político quando assumia de fato um problema de ordem pública, afeto ao aparelho repressivo do Estado e não a qualquer tipo de órgão “especializado” (GOMES, 2002b, p. 8).

Em setembro de 1929, a Aliança Liberal lançou um Manifesto inovando o entendimento e o tratamento da questão social. O Manifesto, produzido por Lindolfo Collor, que seria o primeiro ministro relacionado às questões trabalhistas de Vargas, indicava como a questão social passaria a ser tratada:

Existe a questão social porque não poderia deixar de existir: existe nas cidades, nas vilas, nos campos; no comércio, nas indústrias urbanas, na lavoura, nas indústrias extrativas; existe por força da imigração, que fugirá aos nossos portos, se não protegemos convenientemente os trabalhadores alienígenas. A existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação pública de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza e desse alcance (COLLOR apud BARBOSA, 2013, p. 24).

Como fenômeno da modernidade, existente em outros países desenvolvidos do mundo, a “questão social” não mais poderia ser tratada como algo da polícia, senão da política. O

conteúdo negativo seria esvaziado e a questão social se tornaria indicador de desenvolvimento econômico, isto é, consequência normal do processo de industrialização.

Outro aspecto importante era a preocupação dos “trabalhadores alienígenas”, que podem ser interpretados como aqueles que pregam ou que acreditavam nas ideologias “exóticas”, como o comunismo, o socialismo e o anarquismo. Portanto, pelas razões mencionadas, o que preocupava era o Governo ainda não reconhecer ou mesmo negar essa questão como política. Essa era a inovação apresentada pela Plataforma e que ficaria mais evidente posteriormente, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930.

A Aliança Liberal, a partir dos candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa, apresentava-se como aquela que iria restabelecer a paz através da anistia e a aproximação com o “povo”, como podemos notar no cartaz da campanha eleitoral a seguir:

Figura 13 –Cartaz da Aliança Liberal
Fonte: CPDOC/FGV.

A Plataforma da Aliança Liberal pode ser revelada e analisada a partir do discurso político de Getúlio Vargas no dia 2 de janeiro de 1930. A Aliança Liberal foi apresentada como fruto dos “anseios nacionais”, sendo que suas propostas seriam dirigidas à coletividade. Do mesmo modo, as propostas seriam apresentadas em contraposição à situação do momento, sobretudo aos antigos Governos e a Washington Luís, procurando diferenciar-se do candidato governamental Júlio Prestes.

Nesse discurso, Vargas reproduz uma imagem de preocupação com o povo, projetado em âmbito nacional, a partir da proclamação do Programa, em que afirmou:

O programa é, portanto, mais do povo que do candidato. Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são realmente as classes

populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do país sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos (VARGAS, 2011 [1930], p. 280).

Mais do que reconhecer a existência dessas classes, o discurso político de Vargas revela a necessidade de participação dessa classe na política. Como o programa era “do povo” e a preocupação eram as “classes populares”, criou-se uma seção especial para tratar da “questão social”. A seção “Questão Social” começava da seguinte maneira:

Não se pode negar a existência da questão social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos (VARGAS, 2011 [1930], p. 285).

O discurso de Vargas sobre a “questão social” foi produzido a partir do contraste de suas propostas e o período que o antecedeu. Segundo Fonseca (1989), a diferença era apontada por Vargas como de conteúdo, isto é, antes havia um Governo contra os trabalhadores e, naquele momento, uma proposta governamental que buscava se aproximar e integrar os trabalhadores na esfera política. Ainda de acordo com o autor, a partir dessas propostas, Vargas apresentava outras, de legislação, que demonstravam que o futuro Governo estaria ao lado dos trabalhadores:

Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice. A atividade das mulheres e dos menores nas fábricas e estabelecimentos comerciais está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem (VARGAS, 2011 [1930], p. 285).

Este trecho do discurso político revela, em grande medida, o imaginário político que seria produzido e (re) produzido nos anos subsequentes, isto é, o reconhecimento da pluralidade de classes e o Estado como o ator que influenciaria diretamente, como “coordenador” na cooperação e conciliação entre as mesmas, sem beneficiar apenas uma das partes.

As propostas da Aliança Liberal, pronunciadas por Vargas, convergiam com as ideias da época relacionadas à necessidade do tratamento das questões sociais justamente por serem

um problema e pelo fato de o Brasil ser signatário do Tratado de Versalhes e da Organização Internacional do Trabalho, que estabeleciam condições mínimas para lidar com essas questões. A partir da última citação, referente às promessas da regulamentação do trabalho, também podemos notar os “ecos” de “outras” vozes nesse pronunciamento, isto é, as “vozes” referentes às aspirações e demandas feitas pelos trabalhadores anteriormente.

A insatisfação e a gravidade da situação começariam a fazer parte das propostas e dos discursos políticos. Do mesmo modo, as “lutas” simbólicas entre aqueles que seriam os “oficiais” e “legítimos” representantes dessa classe “esquecida”, “desamparada”, seria ampliada também para a esfera “político-governamental”.

Interessante notar que as propostas não estariam limitadas aos trabalhadores urbanos:

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico – industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc (...) É preciso agrupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia (VARGAS, 2011 [1930], p. 286).

A partir deste trecho, podemos notar a preocupação com as condições sociais, sobretudo no tocante à educação tanto do trabalhador urbano quanto do rural. Segundo Fonseca (1989), isso decorre da ideia de que o problema educacional estava intimamente relacionado ao trabalho: *(...) o educando era visto sobretudo por suas potencialidades com respeito ao trabalho futuro. A criação da riqueza dependia da produtividade, que se vinculava à qualificação e às condições físicas do trabalhador* (p. 233).

Deste modo, era preciso investir na qualificação desse trabalhador para que ele produzisse mais e melhor. Não por acaso as propostas de ensino técnico e profissional também foram mencionadas por Vargas nesse e em outros momentos, as quais retomaremos adiante.

Como notamos, as propostas da Aliança Liberal estavam inseridas no contexto da época, que pregava a necessidade da modernização, industrialização, do tratamento das questões sociais como políticas e do intervencionismo do Estado. Como “pano de fundo” era

preciso produzir e, para isso, era preciso valorizar o “capital humano” e oferecer as “condições mínimas” para lograr o objetivo. Nas palavras de Vargas (2011 [1930]):

Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano. Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção (p. 288).

Não apenas como “capital humano” Vargas se preocupou e dirigiu seu discurso político. Segundo ele, pela prosperidade, solidariedade e felicidade da pátria, discursava e tinha aceitado o “apelo” e o “convite” de disputar as eleições, tratando-se, portanto de “uma candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo” (p. 304).

Ainda que tivesse esse programa, a vitória das eleições de 1930 foi do candidato governista Júlio Prestes. A partir daquele momento, uma nova rearticulação de forças começou, gerando uma série de acontecimentos que culminaram em outubro na chamada “Revolução de 30”.

3.1.1 Getúlio Vargas, o Governo “provisório” e os trabalhadores

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade (VARGAS, 2011 [1930], p. 15).

O Governo “provisório” fechou o Congresso, extinguiu os partidos políticos, nomeou interventores militares para administrar os Estados e assumiu poderes absolutos. Ainda assim, Vargas se autodenominava como “líder do povo” e afirmava que, quando a situação melhorasse e uma nova Constituição fosse escrita, convocaria eleições presidenciais.

A partir de seu discurso político de posse, em 3 de novembro de 1930, notamos algumas características do seu Governo. Entre elas, a imagem projetada de que o acontecimento só foi possível porque era vontade do povo brasileiro:

Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas (VARGAS, 2011 [1930], p. 15).

O anseio da coletividade, que conciliaria as vontades dos civis e militares possibilitou que caminhassem em conjunto, no “movimento nacional”, pois era preciso construir uma “pátria nova”:

Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos (VARGAS, 2011 [1930], p. 16).

A imagem da novidade foi produzida concomitantemente à imagem da fraternidade e da necessária integração de todos os brasileiros com o novo Governo, para o bem desta pátria.

Vale notar o uso dos pronomes possessivos “nosso”, “vosso”, “seus”, “suas”, entre outros, nos trechos destacados, indicando e reafirmando a ideia da coletividade, do pertencimento, seja da “vontade” ou da “realização” do ato realizado, seja das aspirações ou das demandas que se tinha e assim por diante. Deste modo, Vargas, a partir desses trechos do discurso político, procurou produzir a imagem de representante dessa coletividade, exaurindo-se da “responsabilidade” ou da “liderança” do ato. Apresentamos a seguir outro trecho que revela a projeção da imagem de algo que era comum à vontade de “todos”:

Era vossa, também, a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça – abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E, finalmente, era vossa, também, a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos por outro de realidade e confiança (VARGAS, 2011 [1930], p. 17).

Além da imagem de representante, encontramos a imagem de “salvador” e novamente a contraposição entre o novo Governo e o Governo anterior a partir de aspectos da “velha” e da “nova” ordem. A “nova” ordem implicava também a reconstrução da pátria:

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas temporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia (VARGAS, 2011 [1930], p. 16).

A partir deste trecho, podemos extrair outros dois aspectos que passariam a ser muito utilizados nos discursos políticos de Vargas e, conseqüentemente, no seu Governo: a questão econômica e a questão social, projetadas como algo intimamente relacionado e interligado.

No tocante à questão econômica, Getúlio Vargas assumiu o Governo “Provisório” em 1930, diante de um contexto complexo, sobretudo econômico, devido também aos resultados da crise de 1929 na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. A crise atingiria a orientação agrário-exportadora da economia brasileira de forma nunca antes alcançada.

Ademais, segundo Gomes (1979):

A insegurança de uma política econômica centrada basicamente na defesa de um produto agrícola de exportação – o café – ficaria atestada com a derrocada dos preços internacionais e com o colapso de inúmeras atividades, inclusive do comércio e da indústria (p. 305).

Ainda segundo a autora, desde o ano de 1928 os industriais vinham apontando os crescentes problemas que assolavam a economia do país e criticando a política de valorização do café. Em 1929 a situação seria agravada devido à multiplicação de falências e com a quase paralisação de muitas fábricas.

No tocante ao mundo rural, a crise de 1929 afetou a produção do principal produto de exportação brasileira naquele momento: o café. Essa crise levou muitas fazendas à substituição dos antigos cafezais por pastos para a pecuária extensiva e algumas culturas, como o algodão. De acordo com Dezemone (2008a), essa prática teve como principal efeito a redução de mão de obra nas fazendas, conduzindo a um intenso fluxo migratório na direção dos grandes centros urbanos. Ainda de acordo com o autor, esse fluxo migratório ocorreu não apenas no Sudeste cafeeiro com o sistema do colonato como também no Nordeste canavieiro com o sistema da morada, como na Zona da Mata Pernambucana, em que, com as quedas dos preços do açúcar, que reduziu muitas propriedades à condição de “engenhos de fogo morto” e ainda ao aforamento, houve migrações para os centros urbanos.

Nesse contexto outro aspecto preocupante e crescente era o desemprego, tanto no campo quanto na cidade. Os efeitos da crise atingiram as diferentes classes sociais, forçando uma revisão crítica das questões econômicas e, entre elas, a diversificação dos produtos de exportação e o investimento na industrialização.

No tocante à industrialização, Fonseca (2012) considera que o Governo brasileiro na década de 1930 conscientemente buscava a industrialização, considerando-a uma alternativa a ser implementada na economia brasileira. A “consciência” industrializante não implica dizer que em 1930 a mesma estivesse plenamente configurada, pois, como afirmou Fonseca (2012), “ela não nasceu acabada, mas foi se fortalecendo ao longo da década” (p. 168). Tal processo não seria introduzido apenas pelo trabalho do Governo, mas também pelos trabalhos dos industriais da época e dos órgãos associativos.

Essa “consciência” pode ser notada a partir também do discurso político de posse. Entre os 17 pontos que resumiam as ideias centrais do Governo, podemos notar a preocupação com a produção nacional:

14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não

utilizam matéria prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando (VARGAS, 2011 [1930], p. 20).

A partir deste trecho, é possível notarmos que o Governo procuraria valorizar a produção nacional, sendo que a ideia seria aplicada em formato de lei alguns anos mais tarde. Além desse trecho, podemos mencionar outro no discurso político do primeiro ano do Governo da “Revolução”, em que Vargas destaca as leis industriais aprovadas:

1º, de abolição dos impostos interestaduais, a partir de 1º de janeiro de 1932; 2º, de estatística industrial, já regulamentado; 3º, de proibição de importações de máquinas para as indústrias consideradas em superprodução; 4º, da marcação obrigatória e indelével dos tecidos nacionais; 5º, da marcação dos envoltórios e recipientes de produtos destinados à exportação (VARGAS, 2011 [1931], p. 90).

Associadas aos discursos políticos estão as leis voltadas aos interesses industriais, como o já referido no discurso político de Vargas, Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos para determinados segmentos da indústria, e os tratados comerciais, como o de 1935 com os Estados Unidos, que concedia vantagens a alguns produtos de exportação brasileiros, como café, borracha e cacau, em troca da redução de 20% a 60% na importação de certos produtos norte-americanos, como máquinas, equipamentos, aparelhos e aços. Ademais, alguns órgãos estatais voltados a setores específicos da economia e mais diretamente voltados à indústria foram criados, como: o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933; o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares em 1934 (FONSECA, 2012).

Além desses órgãos estatais, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, o qual trataremos mais detalhadamente no próximo tópico. A importância da criação desse órgão e da política do Governo com relação aos trabalhadores também revelam a intencionalidade da industrialização do período e a forma como as questões sociais seriam tratadas nos discursos políticos e nas práticas governamentais:

(...) o Governo passou a envolver-se nas políticas relativas ao trabalho, considerando como questão de Estado sua regulamentação, reconhecendo os conflitos como de “classe”, criando instituições para mediá-los, bem como para educar e preparar a mão de obra para as atividades produtivas, não só rurais como urbanas – o comércio e a indústria (FONSECA, 2012, p. 175).

Considerar a intencionalidade da industrialização de Vargas a partir de seus discursos políticos e dos órgãos que seriam criados não implica dizer que a produção agrícola passaria a

ser desconsiderada. Desse modo, concordamos com Gabriela Carames Beskow (2006), quando afirma que continuou havendo o investimento e até mesmo um crescimento das políticas agrícolas. Um dos aspectos que a autora menciona para justificar essas ações, para além da balança comercial, é justamente o aumento acelerado da população urbana devido ao êxodo rural, como afirmou Vargas:

(...) verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupação fixa (p. 115).

De acordo com Beskow (2006), o Estado identifica, então, a questão do campo e da população rural como um grave problema a ser solucionado, propondo até a “volta ao bom caminho”, ideia ressaltada na necessidade de “povoar”, constituindo-se como um dos três objetivos principais de Vargas, como detalharemos em outro momento.

No tocante às questões sociais, no mesmo discurso político de posse Vargas “resume” as ideias centrais de seu programa de reconstrução do país em 17 pontos, dos quais mencionaremos três, por tratarem diretamente do trabalhador:

(...) 5) nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos Governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; (...) 15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural; (...) 16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade (VARGAS, 2011 [1930], p. 20).

O trecho revela a intencionalidade do Governo como principal responsável e mediador nas questões das relações de trabalho a partir do Ministério do Trabalho. Ademais, novamente, podemos notar ecos de outras “vozes” no discurso político, sobretudo no ponto 16, que revela as demandas e as aspirações dos trabalhadores rurais.

Notemos que a “questão social” começaria a ser tratada não mais como caso policial, sobretudo nos discursos políticos, mas como caso governamental, isto é, literalmente do Governo/governante. Observemos o Manifesto à nação em 3 de outubro de 1931, após o primeiro ano de Governo:

Não exageramos, recordando que, para a mentalidade predominante no regime passado, o problema operário no Brasil era simples questão de

polícia. Em círculo de concepção tão estreita, não cabiam as justas reivindicações proletárias, conquistas correntes que se haviam incorporado à legislação social da maioria dos países civilizados (VARGAS, 2011 [1931], p. 85).

Deste modo, Vargas e o Governo Provisório, em contraposição aos Governos anteriores, reconheceriam e defenderiam essas reivindicações dos trabalhadores. Assim, a questão social passaria a ser entendida não mais como questão policial, senão política, o que não implica dizer que o Governo não utilizaria mais a força para tratar da questão, como comentaremos adiante. Essa ideia de “mudança” acompanhou a ideia do Governo como o regulador e mediador das relações entre trabalhadores e empresários.

Outra ideia revelada nas três centrais destacadas por Vargas em seu discurso de posse em 1930 é a das condições necessárias para o trabalhador rural produzir, indicando até mesmo uma ideia nascente de reforma agrária. Os trabalhadores rurais foram novamente mencionados no discurso político do primeiro ano do Governo:

Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros, que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam (VARGAS, 2011 [1931], p.86).

Este trecho do discurso político revela o imaginário social do trabalhador rural, produzido e reproduzido nos anos anteriores, isto é, o típico “Jeca Tatu”. Apesar dos imaginários sociais reproduzidos nos discursos políticos, é interessante notar que, embora a ideia predominante fosse de modernização e industrialização, o trabalhador rural e algumas de suas aspirações, ainda que mencionado como “operário”, foram considerados nos discursos políticos de Vargas.

De acordo com Dezemone (2008a), a menção aos trabalhadores rurais decorre ou é reflexo, em grande medida, de dois aspectos mais amplos, sendo que o primeiro pode ser compreendido em uma dimensão mais simbólica ou imaterial e o segundo em uma dimensão mais prática ou material.

O primeiro abarca os esforços da intelectualidade brasileira, sobretudo a partir do movimento modernista (ainda que com suas múltiplas dimensões), de estudar as origens e os rumos da nação, tal como a “brasilidade”, isto é, o brasileiro “genuíno”. Nesse sentido, reconhecendo o peso do passado colonial e do mundo rural, foi preciso estudar e ressignificar

o papel e o lugar do trabalhador rural, mesmo porque grande parte da população brasileira não vivia no mundo urbano.

O segundo aspecto abarca a preocupação do contexto da década de 1930, marcado por expansionismos territoriais de potências industriais como o Japão diante da China em 1931, o ataque italiano à Etiópia em 1935 e, posteriormente, a partir de 1938, o avanço da Alemanha nazista na Europa. Segundo Dezemone (2008a), a ocupação do território nacional, com amplas parcelas desabitadas e sem integração, denominadas “espaços vazios” – como o caso da fronteira Oeste brasileira, em que estavam Goiás, Mato Grosso, Guaporé/Rondônia –, além das comunidades de imigrantes, cuja origem remontava a países expansionistas, tornou-se um tema sensível ao Governo.

No caso de Vargas, o exemplo dessa preocupação pode ser encontrado no seu discurso político como presidente constitucional, em 1934, em que identificou como problemas fundamentais para o progresso brasileiro: sanear, educar e povoar. No tocante ao mundo rural, retomemos a ideia de “povoar” para Vargas:

Povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre nós, atrair imigrantes e localizá-los, empiricamente, no território do país. (...) Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uni-los, para tirar-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação (VARGAS, 2011 [1934], p. 246).

Neste sentido o governante afirmava a necessidade de povoar o país com os nacionais, sobretudo pelo pensamento e pela ideologia, para que não se deixassem influenciar pelas ideias e modelos estrangeiros, que não solucionariam os problemas do Brasil. Vargas advertia a grandeza do território combinado com as vastíssimas zonas geográficas vazias como um risco, que implicava esforço persistente e imediato para a segurança do país e dos seus nacionais. Ademais, como mencionamos acima, havia a preocupação e o incentivo do retorno ao campo, decorrentes da preocupação com a estabilidade das cidades. Assim, Vargas (2011 [1934]) considerou que:

Povoar não é somente acumular elementos humanos em determinada região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto da terra, salubre e de fácil acessibilidade aos escoadouros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos; não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõe, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar (p. 115).

Todas essas ideias seriam combinadas com uma reformulação do imaginário social do trabalhador rural, que seriam reforçadas no Estado Novo, como veremos adiante.

Sanear deve ser compreendido no sentido mais amplo, pois não se limitava apenas à questão de higiene e da profilaxia, mas abrangendo a ideia de melhoria das condições de trabalho, como a racionalização do trabalho na fábrica, por exemplo. De acordo com Beskow (2006), essa melhoria implicava lidar com uma série de problemas que afetavam o bem-estar do operário, como a segurança no trabalho, a ação da previdência social, o estudo das doenças originadas do trabalho, entre outros. Esses elementos eram fundamentais para a garantia do aumento da produtividade dos trabalhadores.

Cabe tratarmos mais especificamente de dois aspectos levantados pela autora: o da saúde pública e o da educação. Beskow (2006), utilizando-se dos estudos de Gilberto Hochman, considera que, na década de 1930, o campo das políticas públicas seria marcado por novidades e por continuidades das políticas sanitárias desenvolvidas nas décadas anteriores. Estudando os intelectuais da Era Vargas, sobretudo os que estavam inseridos no MTIC, a autora afirma que as condições de trabalho nas fábricas, como os cuidados a serem tomados para evitar acidentes e doenças, eram temas recorrentes em seus estudos e também em convenções internacionais. Nesse contexto, as menções desses intelectuais e médicos à noção e à importância da medicina social, aplicada pelos países europeus desde o século XIX, foram notáveis no Brasil. Segundo Gomes (2002a): A medicina social compreendia um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia. Não se tratava unicamente de curar. Havia toda uma dimensão sanitária que buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. No próprio interesse do progresso do país, deviam-se vincular estreitamente as legislações social e sanitária, já que o objetivo de ambas era construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada (p. 110).

Grande importância foi dada aos estudos e artigos que discorriam sobre a orientação profissional e o seu papel no processo de modernização e racionalização do trabalho. Essas noções seriam ressaltadas e tratadas de forma acentuada no Estado Novo.

Outro aspecto muito mencionado, inserido nestas ideias de melhoria da produtividade, foi a educação. Educar foi considerado por Vargas uma forma de saneamento, na medida em que:

(...) não é, somente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças (VARGAS, 2011 [1934], p. 245).

Interessante notar e pontuar que a ideia de educação para Vargas não envolvia apenas o aspecto “formal”, mas também incluía a perspectiva do homem em sua formação moral e cívica, levando em consideração as garantias não só de melhoria das condições físicas do

trabalhador, mas também psíquicas e sociais. Para Vargas, o problema da educação era o magno problema dos brasileiros. Como comentaremos adiante, após a instauração do Estado Novo, Vargas voltaria a referir-se à importância da alfabetização em todas as idades. No tocante ao aspecto “formal” da educação, para o governante, o melhor cidadão era aquele que poderia ser útil aos seus semelhantes e não o que mais cultura poderia exhibir. Essa ideia estava relacionada ao que comentamos anteriormente neste estudo sobre a relação estabelecida entre a educação e o trabalho, sendo que com níveis mais altos de qualificação do trabalhador atingiriam níveis mais altos de produção. Não por acaso a valorização da educação técnica e profissionalizante seria retomada em outros discursos políticos de Vargas, como o discurso de posse, entre aquelas 17 ideias centrais do Governo:

(...) 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (VARGAS, 2011 [1930], p. 20).

Ademais, estas ideias seriam reafirmadas em 1934, quando anunciava a necessidade de ter homens “práticos” e “profissionais”:

A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas (VARGAS, 2011 [1934], p. 246).

Para Vargas, a partir do investimento no “capital humano”, isto é, nos trabalhadores, sobretudo a partir dos cursos técnicos e profissionalizantes, trabalhar-se-ia plenamente nas riquezas do país. Decorrente dessas relações, destacamos a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública em 14 de novembro de 1930, sob direção de Francisco Campos, e a reforma educacional de Francisco Campos, iniciada em 1931. Segundo Fonseca (2012), essa reforma visava:

Abandonar o ensino exclusivamente considerado teórico e preparador de elites, os “bacharéis”, ainda no essencial o mesmo que havia sido introduzido no país pelos jesuítas, centrado nas disciplinas ditas “humanísticas”: latim, retórica, francês, filosofia, história, geografia e literatura. Ao lado deste, dever-se-iam criar cursos técnicos e profissionalizantes, centrados em áreas voltadas diretamente à produção como engenharia, agronomia e contabilidade (p. 175).

Reafirma-se uma vez mais a vontade do governante de qualificar e investir no “capital humano” para atingir maiores níveis de produção e desenvolvimento, necessários para o

Brasil “novo”. É importante destacarmos que as instruções profissional e técnica, consideradas fundamentais no período, eram também para os trabalhadores rurais, como notamos no trecho do discurso político de Vargas de 1934.

Nesse sentido, o homem sertanejo, que havia sido abandonado pelo Estado nas décadas anteriores, tomava a atenção de Vargas e dos intelectuais que pensavam os problemas nacionais, constituindo-se também como alvo da política do Estado a “Revolução” de 1930. Observando os discursos políticos de Vargas do período, é possível notar que ao sertanejo era “devida” a consciência de seus direitos e deveres, sendo necessário garantir o fortalecimento desse homem através da higiene e do trabalho, para que fizesse parte do projeto de desenvolvimento do país e enrijecimento da raça nacional.

Estudando os intelectuais ligados ao Estado no período, Beskow (2006) afirma que os mesmos culpavam os governantes anteriores pelo atraso do homem do sertão, pois a própria história nacional comprovava sua fortaleza, desbravando os interiores do País. No entanto, abandonado e vítima de doenças, esse homem pôs-se a vegetar. Assim, somente através da educação, inserida na perspectiva e na relação com o trabalho, seria possível despertar os valores adormecidos desse “homem forte”. Não por acaso os discursos políticos de Vargas do período revelam a importância de adaptar as escolas às necessidades de cada região.

Como mencionou Capelato (2009), nos anos 1920, com a diminuição do fluxo migratório europeu, o trabalhador nacional, antes marginalizado e desqualificado, incapaz de se colocar no mercado de trabalho, passou a ser visto como o substituto do imigrante. No entanto, deveria ser transformado em força produtiva, para contribuir com o progresso nacional. Na década de 1930, as teses raciais seriam associadas a um projeto de tentativa de recuperação do homem do campo, que se dirigira para a cidade em virtude do grande êxodo rural ocorrido no período. No discurso nacionalista, o trabalhador emergiria nas figuras do caboclo, sertanejo, jeca-tatu caçara, caipira, variantes do elemento rural. Tais personagens, que até então eram depreciados, passaram a ser vistos como cerne e vigor da raça.

Outro aspecto implícito no tocante à educação era a necessidade de afastar esses trabalhadores das ideologias “exóticas” ou “alienígenas”. Quanto às “ideias exóticas”, destacamos os discursos de 1935 e 1936, em comemoração do Sete de Setembro, que no contexto da “Intentona” ou do “Levante” Comunista revelam a necessidade de o trabalhador estar atento ao comunismo e aos comunistas:

Precisamos, portanto, estar em guarda contra a investida bolchevista, anarquizadora e maléfica e alertar aqueles a quem se dirige, com insistência, a propaganda sinuosa e tôrva. O trabalhador desprevenido, voltado aos

problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da pátria, da família e da religião (VARGAS, 2011 [1936], p. 185).

A ameaça comunista, sobretudo aos trabalhadores, acompanha a ideia de ofensa aos valores “morais”, como a família e a religião, além do da Pátria. Ademais, o comunismo proporia a desordem não apenas à pátria, mas à própria vida do trabalhador:

Enquanto, fronteiras a dentro, agem pela técnica da violência, solapam as crenças herdadas dos nossos maiores, provocam dissídios, desencadeiam a luta fratricida, no exterior, apresentam-se como vítimas da prepotência de governantes em cujas mãos o Brasil não passa de uma terra bárbara, onde só o arbítrio decide e impera. Esta campanha derrotista, entretanto, não modificará a nossa atitude (VARGAS, 2011 [1936], p. 185).

Por ocasionar a desordem e a destruição da “grande obra” de reconstrução nacional que Vargas conclamou a ajuda de todos os brasileiros, na derrota de seu grande inimigo:

Estou confiante em que os comunistas e os que se acumpliciam para aniquilarnos serão abatidos pelo esforço comum, pelo devotamento de todos os brasileiros que querem, sob a égide da justiça, o ambiente de ordem imprescindível às realizações do seu destino creador de um Brasil maior e mais próspero (VARGAS, 2011 [1936], p. 185).

O Brasil maior e mais próspero seria alcançado com o trabalho de todos os brasileiros. Também por essa razão consideramos que a ideia e a palavra “trabalho” começariam a ser uma das tônicas do momento: “Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação” (VARGAS, 2011 [1930], p. 20).

A tônica trabalho seria acompanhada, ainda que de maneira singela neste primeiro momento, da tônica “trabalhador”:

Todos vós – trabalhadores das cidades e dos campos, professores e intelectuais, magistrados e militares, comerciantes e industriais, educadores e jovens estudantes, mães amantíssimas, mulheres de alma fortalecida na piedade cristã – todos quantos me ouvís, através dos mais longínquos rincões da nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade e engrandecimento da Pátria Brasileira! (VARGAS, 2011 [1936], p.357).

A partir deste trecho podemos notar uma evocação não apenas para as questões materiais, mas sobretudo simbólicas, dos trabalhadores. As mesmas são expressas a partir das imagens projetadas nas figuras das mulheres, antes descritas como mães e depois alinhadas

com a imagem da piedade cristã, podendo ser até mesmo associadas à imagem da Virgem Maria. Outros sinais de evocação simbólica podem ser notados a partir da imagem de sacrifício e de voto praticamente “sagrado”, como um “pacto”, pela integridade e pelo engrandecimento do Brasil.

A partir dos aspectos presentes nos discursos políticos de Vargas, podemos notar os primórdios da (re) invenção dos trabalhadores. Estes aspectos seriam utilizados com maior ênfase no Estado Novo. Com relação aos trabalhadores, eles constituiriam, no momento posterior, a grande representação e expressão do povo brasileiro. Para isso ser possível, era preciso moldá-los para constituírem-se como “modelos ideais” a partir da aproximação da esfera governamental. Deste modo, é mister tratarmos da criação do Ministério da “Revolução” e da atuação referente ao mundo do trabalho e do trabalhador.

3.1.2 O “Ministério da Revolução”: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

A chamada “Revolução de 1930” marcou o início da intervenção direta do Estado. Como notamos a partir do Manifesto à Nação, produzido pela Aliança Liberal e pelos discursos políticos de Vargas no período, a “questão social” seria tratada de maneira distinta do período da Primeira República, como fenômeno intimamente relacionado com a modernidade, constituindo-se como questão política com desdobramentos sociais, cujo garantidor seria o Governo.

Essa “nova” imagem também revela o “novo” papel do Estado, via novo Governo. Do mesmo modo que a questão social não era mais “caso de polícia”, a legislação social não poderia mais ser considerada uma forma de “ferir” ou “castigar” os interesses da burguesia comercial e industrial, em nome dos trabalhadores. Portanto, o “novo” papel do Estado era o de conciliar e atender aos interesses das distintas classes sociais existentes.

De acordo com Gomes (1979), o momento foi marcado pela produção da “mudança” de pensamento no tocante à legislação social:

Neste sentido, também já não se tratava de pensar a legislação social como uma mera medida sanitária ou filantrópica. O próprio movimento operário e os interesses políticos governamentais se encarregavam de, cada um por vias e razões distintas, erigi-la na posição de um direito social e de uma questão política. Portanto, todo o universo no qual a política social seria discutida e aplicada alterara-se, fundamentalmente, desde o tipo de líderes que a defenderia, aos motivos que a impulsionariam e aos setores que passariam a apoiá-la (p. 313).

A legislação passaria a ser entendida como necessária tanto para a estabilidade política e social quanto ao crescimento econômico e, particularmente, industrial do país.

Nesse contexto, o Governo se apresentaria como o inventor da legislação social, constituída por quatro núcleos básicos de leis: a) legislação previdenciária, como, por exemplo, as Caixas de Aposentadoria e Pensões criadas ainda na década de 1920, que iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) legislação trabalhista que regulava jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, entre outros; c) legislação sindical, que instituiu o modelo de sindicato único por categoria e região; e d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza do trabalho (MATTOS, 2003). Neste tópico, trataremos sobretudo da legislação sindical, sendo que as demais serão tratadas no próximo tópico.

De acordo com Mattos (2003), as relações entre o Estado e os trabalhadores tiveram, no primeiro Governo Vargas, diferentes fases. Se formos considerar de uma maneira mais ampla e geral, a primeira pode ser delimitada entre o período de 1930 a 1934, a segunda entre o período de 1935 a 1942 e a terceira entre o período de 1942 a 1945. Neste momento, trataremos apenas da primeira fase e de parte da segunda, isto é, de 1935 a 1937.

O maior marcador da intervenção direta do Estado nas relações de trabalho foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) pelo Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, e formalmente organizado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, tendo como primeiro ministro o gaúcho e redator do Manifesto da campanha da Aliança Liberal, Lindolfo Collor, com mandato de ministro do MTIC entre os anos 1930 e 1932. O Ministério foi pensado inicialmente como um órgão responsável apenas pelas questões que envolviam o trabalho, mas acabou tendo suas funções alargadas, passando a ter responsabilidade administrativa sobre a produção e a circulação das riquezas. Deste modo, o MTIC era composto pela Secretaria de Estado e pelos Departamentos Nacionais do Trabalho, da Indústria, do Comércio, do Povoamento e de Estatística.

O alargamento das responsabilidades indica uma perspectiva mais ampla, que revela a compreensão, por parte do Estado, de os problemas sociais e econômicos constituírem-se como face da mesma moeda. Sobre o MTIC, Leôncio Martins Rodrigues (1997) comenta:

O novo ministério, como o próprio nome indica, deveria tratar não apenas dos problemas trabalhistas como também dos de comércio e da indústria. Deste ângulo, já prenunciava as ulteriores orientações do novo Governo no sentido da regulamentação não somente das atividades operárias como

também patronais, ou seja, o controle da classe empresarial e da classe operária pelo Estado (p. 511).

O MTIC foi colocado na posição de árbitro e mediador dos interesses das diferentes classes que dialogavam, procurando mostrar que a resolução dos problemas trabalhistas trazia benefícios tanto para os trabalhadores quanto para o patronato. Nesse sentido, o Ministério estava inserido na perspectiva do novo projeto de desenvolvimento do país, que se baseava na colaboração e na convivência harmônica entre os vários setores da sociedade em prol do crescimento nacional. No tocante aos segmentos populares, a necessidade de sua inclusão nesse projeto seria construída a partir da regulamentação de seus direitos, deveres e funções no processo.

Para Beskow (2006), o MTIC incluía-se no plano político como símbolo de uma grande novidade que, por um longo período, causou estranhamento e, por vezes, desconfiança entre os grupos opositores e parcelas de opinião pública. Nesse sentido, o processo de montagem do Ministério envolveu um corpo de funcionários, compostos por técnicos, especialistas e intelectuais, pois buscava-se a construção de sua legitimidade diante dos diversos setores da sociedade. Os técnicos, especialistas e intelectuais ficariam responsáveis também pela construção dos discursos que tinham como objetivos principais o esclarecimento e a divulgação das ações do órgão, de forma a garantir a sua legitimidade e consolidação.

Nesse contexto destacamos o papel do ministro Collor, importante para promover a ruptura dos antigos moldes do tratamento da questão trabalhista no Brasil e para colocar em prática os preceitos levantados pela Aliança Liberal, que, como mencionamos, foi plataforma de sua própria autoria. No tocante à construção do discurso “legitimador”, é interessante observarmos alguns trechos da entrevista concedida por Collor ao jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo tema era “Interesses econômicos e sociais brasileiros”, em abril de 1930:

Creio que não vale a pena demonstrar a necessidade da construção do Ministério do Trabalho. Só uma inteligência obtusa, completamente fechada à corrente de ideias renovadoras, que agitam o mundo, seria capaz de insistir na monstruosidade de que as questões sociais entre nós devem ser resolvidas pela polícia. No terreno social, empregada à expressão no seu sentido específico, quase tudo está por fazer no Brasil. As poucas leis que possuímos são defeituosas e falhas no seu alcance. A obra, nesse terreno, não é de reconstrução, mas sim de construção pura e simples (...) Não me esqueço também, na gestão da pasta que me foi confiada, de que não sou apenas o Ministro do Trabalho, mas também da Indústria e do Comércio. Impossível seria tratar proficuamente dos problemas do trabalho, sem, com cuidado paralelo, tratar dos interesses das classes produtoras (COLLOR, 1931, s/p).

O tema da entrevista já revela o “pano de fundo” do MTIC, isto é, o tratamento, que deveria ocorrer de forma concomitante, das questões econômicas e sociais dentro do mesmo Ministério. Com relação ao trecho extraído, podemos notar a defesa da imagem construída sobre a transformação do tratamento da questão social relacionada com a imagem de conciliação entre os setores sociais, a qual comentaremos adiante.

Além do discurso legitimador do MTIC, é interessante notarmos o de preocupação e valorização da importância do trabalhador, que foi desconsiderado por governantes anteriores:

Quanto as questões de trabalho, ellas são, sob múltiplos aspectos, as mais reductoras no novo órgão da Administração. Parece incrível que esses milhões e milhões de brasileiros livres, que substituíram, em nossa terra, o elemento servil, tenham vivido até hoje completamente entregues à sua própria sorte, sem uma justa assistência dos poderes públicos, sem uma atitude de comprehensao daqueles que tudo devem ao seu trabalho obscuro e mal recompensado. A Revolução vitoriosa trouxe as questões sociais do Brasil do fundo das enxovias policiais e das “geladeiras” para o pleno ar da discussão e das reivindicações de classes. O trabalhador brasileiro (custanos a confissão mas ella se impõe porque é a expressão da verdade) é ainda um dos mais desprezados do mundo. Até hoje, pode-se dizer que ele não tinha direitos: tinha deveres, e, quando pretendia fazer valer os seus direitos, ahí saltava do fundo de uma synagoga de hipocrisia a argumentação dos fariseus, a demonstrar que o operariado brasileiro era dos mais bem aquinhoados e que todas as suas reivindicações não tinham sentido real porque a munificência dos que dão trabalho já havia, de modo próprio, cogitado de propiciar remédio dos aflitos (COLLOR, 1931, s/p).

Ressaltando a importância do MTIC, Collor demarca a nova política do Governo a partir da dicotomia entre o momento anterior e o momento novo, entre a ausência de direitos e de espaço para o trabalhador e a existência de direitos e de espaço para o trabalhador, entre outros elementos. O discurso de Collor afirma e sobrevaloriza a importância do trabalhador para a sociedade e para o projeto de desenvolvimento político, econômico e social do país. Esses tipos de discursos seriam combinados com os discursos de outros intelectuais e do próprio Vargas, atingindo seu auge no Estado Novo.

Para Gomes (2002a) a atuação de Collor e de sua equipe experiente foi importante, pois foi em seu período que se constituiu o processo de produção e implementação da maior parte das leis. Do MTIC originou-se quase a totalidade das leis que foram depois reunidas e sistematizadas em 1943 na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Como mencionamos anteriormente, o “Ministério da Revolução” deveria simbolizar o projeto “inovador” do Governo, com a presença do Estado regulamentando e fiscalizando as relações entre capital e trabalho no país. Mais do que regularizar e fiscalizar, o Estado, a partir de Vargas e seus ministros, representado pelo MTIC, anunciava-se como o “conciliador”

entre o capital e o trabalho. A primazia incontestável do Estado nesse processo tornaria o MTIC o *locus estratégico* da política nos anos subsequentes.

A mudança nas relações bem como a necessidade da conciliação podem ser notadas a partir do discurso político de Lindolfo Collor no Rotary Club, no Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1930:

É tempo já de substituímos o velho e negativo conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtor e orgânico de colaboração de classes. A nova República Brasileira propõe-se a dar expressão legal e real a essas novas diretrizes sociais. A luta das classes encontra as suas origens em condições retrógradas, que nós refugamos por absurdas e atentatórias da própria dignidade do Estado. Tanto o capital como o trabalho merecem e terão o amparo e proteção do Governo. As forças reacionárias do capital e as tendências subversivas do operariado são igualmente nocivas à Pátria e não podem contar com o beneplácito dos poderes públicos. Capital e trabalho no Brasil têm uma função brasileira a cumprir, e essa função se há de realizar dentro dos mais rigorosos ditames da justiça (COLLOR apud CARONE, 1970 [1930], p. 223).

Novamente, notamos a oposição entre passado e presente a partir da distinção entre o “velho” e “novo” conceito e a relação entre as classes, passando da ideia e do conceito de luta para o de colaboração. Alinhada à ideia de colaboração estão outras duas: a do Governo como conciliador entre o capital e o trabalho para a modernização e o desenvolvimento do país; e a da desclassificação e “ataque”, seja do lado do capital, seja do lado do trabalho, àqueles que forem contrários ao “bem maior” da nação.

Essas ideias estariam sintetizadas na atuação do MTIC, que reuniria, em um mesmo Ministério, o “capital” e o “trabalho”. A ideia dessa conciliação e colaboração acompanharia a da necessidade de o país se modernizar, sobretudo via industrialização, o que tornava imprescindível a ordem e o trabalho. Para que se chegasse à colaboração, as organizações sindicais seriam fundamentais, tomando destaque na nova organização social.

Em maio de 1931, Vargas explicitava a importância da “colaboração de classes” e da legislação sindical: “em vez de atuarem como força negativa, hóstias ao poder público, se tornassem [sindicatos], na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado” (VARGAS apud HALL, 2002, p. 13).

Em março de 1931, com o Decreto nº 19.770, que regularia a sindicalização das classes operárias e patronais, estabeleceram-se novas normas de sindicalização. O Decreto foi composto por 21 artigos, dos quais destacaremos os quatro primeiros:

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da Republica e por intermedio do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, os seus interesses de ordem

economica, juridica, hygienica e cultural, todas as classes patronaes e operarias, que, no território nacional, exercerem profissões identicas, similares ou connexas, e que se organisarem em sindicatos, independentes entre si (...); Art. 2º Constituidos os syndicatos de accordo com o artigo 1º, exige-se, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Industria e Commercio e adquirirem, assim, personalidade Juridica, tenham aprovados pelo Ministerio os seus estatutos, acompanhados de copia autentica da acta de installação e de uma relação do numero de socios, com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residencia e logares ou empresas onde exercerem a sua actividade profissional; Art. 3º Poderão os syndicatos, em numero nunca inferior a tres, formar, no Districto Federal, em cada Estado, e no Territorio do Acre, uma federação regional, com séde nas capitaes, e, quando se organizarem, pelo menos, cinco federações regionaes, poderão ellas formar uma confederação, com séde na Capital da Republica. Denominar-se-á – *Confederação Brasileira do Trabalho* – a que se constituir por federações operarias, e *Confederação Nacional da Industria e Commercio* – a que se constituir por federações patronaes; Art. 4º Os syndicatos, as federações e as confederações deverão, annualmente, até o mez de março, enviar ao Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio relatorio dos acontecimentos sociaes, do qual deverão constar, obrigatoriamente, as alterações do quadro dos socios, o estado financeiro da associação, modificações que, porventura, tenham sido feitas nos respectivos estatutos, além de factos que, pela sua natureza, se possam prender a dispositivos do presente decreto.

Estes parágrafos iniciais revelam, em grande medida, como deveria ser a atuação dos sindicatos, sobretudo no âmbito das relações com o Governo. O Decreto consagrava o princípio da unidade e definia o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, trazendo as associações operárias para a órbita do Estado. Ademais, vedava aos sindicatos a propaganda de ideologias políticas ou religiosas e, ainda que estabelecesse a sindicalização como facultativa, tornava-a, na prática, compulsória, já que apenas os elementos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social.

Na ocasião da apresentação do decreto para Vargas, Lindolfo Collor assinalava a importância dos sindicatos e a defesa dos mesmos em uma carta para o presidente:

(...) O syndicalismo de classe é um fato social determinado pelas necessidades da vida contemporânea (...) o direito syndical ou o direito coletivo, começou a ter existência no momento em que, acima do direito privado do indivíduo – patrão e indivíduo – operário se erigiu como uma convenção regulando os direitos e os deveres do patrão-classe e do operário-classe. O direito syndical regula os interesses coletivos das classes ou dos agrupamentos de classes nas convenções regularmente pactuadas entre elas (...). Os syndicatos ou associações de classe serão os para-choques dessas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado (COLLOR, 1931, p. 4).

Ainda que fossem os “para-choques”, para Gomes (2002a) não se tratava apenas de regular as condições de trabalho, mas, sobretudo, de controlar as organizações com ideologias “exóticas” existentes:

(...) o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional (p. 147).

As reações ao modelo de organização sindical foram diversas tanto entre os trabalhadores quanto entre o patronato. Com relação aos trabalhadores, Gomes (2002a) considera que o quadro foi um dos mais complexos, constituído por: setores do movimento que tiveram interesse na proposta corporativista, apoiando-a e utilizando-a para garantir negociações com o patronato; setores que a consideraram perigosa pelos riscos que impunha à autonomia das associações operárias, mas caminharam para sua aceitação por julgá-la inevitável; e por setores que a recusaram inteiramente, reagindo antes às investidas da política governamental.

A resistência no início da década de 1930, sobretudo nos anos 1931 e 1932, pode ser notada a partir do número reduzido de sindicatos registrados:

**Tabela 6 – Número de sindicatos de empregados
segundo o ano de reconhecimento (1931-1936)**

Ano	Número de sindicatos
1931	32
1932	83
1933	141
1934	111
1935	73
1936	242
Total	682

Fonte: COSTA apud MATTOS, 2009, p. 64.

Pelo quadro é possível notarmos um processo progressivo, com dois picos: 1933, com 141 sindicatos registrados, e 1936, com 242, sobre o que comentaremos em outro momento. O pico de 1933 pode ser interpretado a partir de dois fatores gerais: o primeiro retoma o que já foi mencionado sobre a sindicalização de 1931 que, embora não tornasse a filiação a um sindicato reconhecido obrigatória, apontava uma nítida correlação entre a situação do sindicalizado – sindicato reconhecido pelo MTIC – e o recebimento dos direitos sancionados

pela legislação social. Assim, com a instituição das Carteiras de Trabalho, criava-se um instrumento capaz de exercer um controle eficaz sobre a massa trabalhadora, passando a “estimular” a sindicalização a partir do fato de que só poderiam recorrer aos órgãos da Justiça existentes aqueles que fossem sindicalizados, reforçando a lógica “só quem tem ofício tem benefício”; e o segundo fator era o clima das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que se instalaria em 1933 e cuja composição estava prevista uma bancada de deputados classistas, eleitos pelos sindicatos de empregadores e empregados. Desta forma, abria-se aos trabalhadores a participação política desde que reunidos em sindicatos tutelados pelo Estado.

A Constituinte foi composta por 214 representantes, entre eles 40 classistas distribuídos da seguinte maneira: 18 empregados, 17 empregadores, três profissionais liberais e dois funcionários públicos (D’ARAÚJO, 2003). Entre os deputados classistas empregados, quatro estavam comprometidos com os sindicatos mais combativos, lutando por uma legislação que garantisse a liberdade de organização sindical, com base em uma “autonomia sindical”. Gomes (2002a) assinala a crítica feita ao controle do MTIC explícito na lei do sindicato único e a comparação da “Carta Sindical” à “Carta Del Lavoro” da Itália fascista, como demonstra a declaração do deputado classista João Vitaca, no Plenário da Constituinte:

A unidade sindical sem a autonomia dos sindicatos outra coisa não significa do que transformá-los, no caso da representação profissional, principalmente, não só em simples instrumentos eleitorais do Governo, mas, o que é pior, caminhar para o corporativismo fascista (GOMES, 2002b, p. 16).

Os representantes operários contaram com a combinação das restrições de empresários e da Igreja ao modelo de sindicato único, conseguindo assim incluir na Carta um dispositivo que garantisse a liberdade sindical. No entanto, as regulamentações posteriores do preceito constitucional nas leis ordinárias retomaram o caminho da imposição do modelo de sindicato oficial.

Durante a administração do Ministro do MTIC, entre os anos 1932 e 1934, Joaquim Pedro Salgado Filho, o processo de elaboração da legislação social intensificou-se, procurando desenvolver contatos entre os “empregados” e os “empregadores”, cujo objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do Ministério. Entre os mecanismos de aproximação, devemos destacar o de fiscalização das leis sociais, inicialmente subordinado ao Conselho Nacional do Trabalho e posteriormente ao

Departamento Nacional do Trabalho, quando foram criadas as Inspetorias do Trabalho. A importância foi ressaltada por Jacy Magalhães:

A função de um fiscal, narra Jacy Magalhães, ele próprio elemento da fiscalização era fundamental. Cabia a ele assegurar o cumprimento da legislação, enfrentando uma reação patronal que no começo foi de fato muito grande. O fiscal tinha amplos poderes punitivos; podia multar os empregadores e investigar as condições de trabalho nas empresas. Mas, fazendo isso, podia “convencer” (mesmo que através de “chantagem fiscal”) o empregador dos benefícios da aplicação das leis e mostrar aos trabalhadores que o novo ministério queria lhes dar pleno apoio, desde que dentro das normas estabelecidas pela fiscalização (MAGALHÃES apud GOMES, 2002a, p. 149).

Além de mediador entre o trabalhador e o patronato, a atuação fiscalizadora do MTIC, sobretudo no Distrito Federal da época, assumiu um aspecto eminentemente pedagógico, tornando-se meio valioso de entrar em contato com trabalhadores e associações. Não por acaso que muitos destes fiscais ou de seus “auxiliares fiscais” eram os próprios trabalhadores, que foram construídos como novas lideranças, capazes de ter crédito com os trabalhadores.

De acordo com Gomes (2002a), a partir desses fiscais se criaram vários sindicatos novos e diversas associações passaram a contar com lideranças simpáticas à orientação oficial. Apesar dessas considerações, o início do MTIC, entre os anos de 1931 e 1933, foi de disputa ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizando-se pela existência de um sindicalismo oficial e um sindicalismo independente, a despeito da corrente que o dominasse.

Com relação ao momento em que Salgado Filho foi Ministro, é preciso dizer que ele não apenas deu continuidade às ações do seu antecessor como aprofundou-as de maneira importantíssima. O caráter de “regime de exceção” do Estado na conjuntura entre os anos de 1930 e 1934 permitiu que a ação desses Ministros fosse bastante enfática, cumprindo os preceitos da “Revolução de 1930”.

Gomes (2002a) destaca a importância do momento em que Salgado Filho esteve à frente do Ministério:

Foi durante a administração de Salgado Filho que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, quer em termos de condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de menores), quer em termos de compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho). Trata-se de um período-chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, tentando através dela desenvolver uma série de contatos com os “empregados” e “empregadores”. Seu objetivo era ajustar os

interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do Ministério (p. 164).

Nesse sentido, a grande maioria das leis seriam promulgadas durante o período em que ele esteve no MTIC.

Para Maria Hermínia Tavares de Almeida (1978), os decretos relacionados à lei de sindicalização, elaborados durante o primeiro Governo Vargas – Decretos nº 19.770, de março de 1931; nº 24.694, de 1934; e nº 1.402, de julho de 1939, o qual será comentado na terceira parte deste trabalho – e que culminariam no modelo consagrado pela CLT em 1942, apresentam características comuns, apesar da diferença de contexto em que foram promulgados. Essas características são importantes para a compreensão das estratégias da política trabalhistas traçadas durante este período. Segundo a autora, todos esses Decretos:

(...) partiam da aceitação de que cabia ao Estado regular as relações entre capital e trabalho, canalizando-as através das instituições incrustadas no próprio aparato estatal. E todos aceitavam a tutela oficial como forma de promover a harmonia social, substituindo o conflito – por definição, sintoma de anomia – pela colaboração entre as classes. (...) os três decretos propunham uma organização sindical simétrica para empregados e empregadores, pois se tratava de igualar, no direito à representação e na forma de representação, as forças do capital e a do trabalho (...) os três decretos impunham o reconhecimento oficial como condição de existência legal das entidades classistas e instalavam o controle ministerial no cotidiano das associações profissionais (ALMEIDA, 1978, p. 339-340).

Estas características comuns contribuíram para a insatisfação de alguns setores da sociedade, como Gomes (2002a) assinalou:

As reações a tal modelo de organização sindical não se fizeram esperar, e, por razões distintas, mobilizaram tanto o meio empresarial quanto o meio operário. Além dessas duas resistências, haveria outras, como a da Igreja, que foi frontalmente atingida pelo estabelecimento da unidade sindical e pela proibição de qualquer vinculação religiosa da parte dos sindicatos. Estas normas impediriam virtualmente a existência de um movimento sindical de bases católicas, que já começara a se desenvolver e que até então contara não só com o apoio, como com a proteção do Estado (p. 163).

As reações com relação à parte da esfera governamental podem ser notadas pelas declarações do novo Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, que ocupou o cargo entre os anos 1934-1937, e de Vargas. O novo ministro considerou a organização sindical sancionada pela Constituição um equívoco e a nova lei de sindicalização um instrumento pouco adequado ao momento político, enquanto Vargas não escondeu o desagrado no seu discurso de posse como presidente constituinte.

Para Gomes (2002a), em 1935, o perfil do sindicato era mais nítido. Por um lado, existia um sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho, composto por entidades em parte reais e em parte fictícias e, por outro lado, havia sindicatos que, mesmo tendo reconhecimento oficial, permaneciam sob o controle de lideranças de esquerda.

O momento também foi de criações como a Frente Única Sindical (FUS) em 1934, Centro Operário Católico Metropolitano, Federação Sindical Proletária das Indústrias do Estado de São Paulo, Frente Única Sindical de São Paulo e União dos Sindicatos Proletários em 1935. Embora os esforços, para Almeida (1978), todas estas criações tiveram algo em comum: a vida curta.

Do mesmo modo havia associações indefinidas e outras onde o confronto era aberto, sendo que o “pano de fundo” eram as greves, como demonstra Mattos (2009) ao tratar das greves no Rio de Janeiro:

(...) onde ocorreram 11 greves em 1930, 22 em 1931, 7 em 1932, 12 em 1933, 35 em 1934 e 20 greves até o início da repressão mais sistemática em 1935 (p. 68).

A escolha de Agamenon Magalhães para Ministro do Trabalho é notável, pois revela a maneira como o Governo lidaria com o novo contexto político. Já familiarizado com as questões trabalhistas, o político pernambucano deixou a cargo dos técnicos e intelectuais as funções administrativas e fixou-se nas questões estritamente políticas. De acordo com Beskow (2006), a principal tarefa do Ministério era lidar com a questão sindical, incluindo aí as greves e as manifestações sindicais.

Os sindicatos que faziam reivindicações e organizavam as mobilizações sofreram intervenções, no sentido de invasão policial e destruição das sedes, inclusive com espancamentos e prisões. Mesmo antes da Lei de Segurança Nacional a repressão foi notável e vinha da parceria entre o MTIC e a Polícia Especial de Filinto Müller:

Mesmo antes de abril de 1935, quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, houve muita intervenção nos sindicatos que reivindicavam ou organizavam greves. Intervenção, na época, significava em grande parte invasão policial e destruição virtual das sedes dos sindicatos, com abundantes espancamentos e prisões. Legalmente isso não poderia acontecer, e, os representantes classistas escapavam ao controle do ministério denunciavam na Câmara as arbitrariedades policiais (GOMES, 2002a, p. 163).

O contexto de reconstitucionalização também permitiu a volta à normalidade institucional e o florescimento de organizações políticas, entre elas a Aliança Nacional

Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. A dimensão e a expansão destas organizações, seja por questões de luta ideológica ou confronto direto entre elas, e o Levante Comunista em 1935 formaram o “pano de fundo” em que a Lei de Segurança Nacional foi criada.

A partir da Lei de Segurança Nacional, a repressão era implacável e a manutenção de qualquer tipo de resistência, complicada. Sob o estado de sítio e posteriormente de guerra, mecanismos e tribunais foram criados para os presos políticos. De acordo com Batalha (2013), as lideranças sindicais mais combativas estavam entre os principais alvos dessa legislação, e seu afastamento dos sindicatos – seja por cassação de direitos, prisão ou eliminação física – foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento sindical. É nesse contexto de repressão que a Tabela 5 deste trabalho, sobre a oficialização dos sindicatos, com pico em 1936, insere-se.

Interessante atentarmos para a maneira como os Levantes de 1935 foram utilizados por Vargas e por seu Governo para legitimar e sustentar sua política trabalhista. Embora alguns líderes dos sindicatos tenham participado, inclusive sendo presos, os Levantes não contaram com uma adesão popular realmente significativa, sobretudo com pouca adesão dos trabalhadores. Beskow (2006), analisando esses usos por parte do Governo a partir de documentos produzidos pelo MTIC, como os Boletins, identifica nos discursos dos funcionários os feitos da política trabalhista como fator que impedia a radicalização política dos trabalhadores, como podemos notar no trecho do documento abaixo, de 1936, intitulado “O MTIC e a sua função na economia brasileira”:

Os reacionários, que os há em toda parte, por temperamento ou prejuízo de cultura, investem a cada passo contra a amplitude das nossas leis sociais. Mas, os levantes comunistas de Novembro último, ocorridos nos quartéis das forças federais, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e nesta capital, sem participação das massas trabalhadoras, demonstram a previdência e acerto do Governo Provisório no decretar uma legislação profundamente humana e justa (...). Não fossem as classes trabalhadoras e patronais articuladas pelo Governo através dos sindicatos, órgãos com funções públicas definidas, e amparadas umas e outras por uma legislação social e prudente, que lhes assegura a solução legal para todos os dissídios, e o extremismo teria encontrado um campo aberto para a corrupção e a desordem (BESKOW, 2006, p. 69).

Se nos primeiros anos republicanos a “questão social” era definida como “caso policial”, sendo os anarquistas um dos principais “inimigos objetivos”, em 1935 a questão seria definida como caso político. Tal questão “política” implicaria na própria ideia da defesa da segurança nacional, que por vezes estaria “ameaçada” pelas ideologias “exóticas”, sendo os comunistas os “inimigos objetivos”. O discurso produzido pelo governante e pelos órgãos

do Governo, como o MTIC, revela a valorização e enaltecimento das formas de agir do Governo, seja como “criador” da legislação trabalhista, conciliador de classes ou repressor aos desordeiros. Combinada com essas imagens está a dos trabalhadores ao lado do Governo, contra os desordeiros, que pelas benesses concedidas pelo Governo estariam ao seu lado e não na desordem.

Esses momentos são significativos, importantes e determinantes para observarmos as formas como o Governo e o governante conduziram a questão trabalhista. Diante dos desafios colocados por esses fatores, o governante, auxiliado por intelectuais, especialistas e técnicos, sobretudo do MTIC, procuraria produzir discursos e imagens que legitimassem e exaltassem as ações governamentais.

Nesse sentido, concordamos com Gomes (1979) quando considera que os anos de 1935, 1936 e 1937 podem ser pensados como a antecâmara do Estado Novo, isto é, o seu período de “gestação”. “Gestação” não apenas da ditadura como também do próprio ideário que seria amplamente difundido a partir do Estado Novo e, sobretudo, o ano de 1942.

Também foi nesse contexto apresentado, sobretudo a partir de 1935, que os autores assinalam o início de um “longo silêncio” forçado às mobilizações sindicais, reforçado em 1937 e que perdurou até 1942. Acompanhado do “silêncio”, é possível notarmos outra proposta de identidade coletiva para os trabalhadores: a do Governo. Consideramos que tal proposta identitária tem suas raízes neste período apresentado, isto é, já no início da década de 1930, mas tem seu apogeu e consagração no período do Estado Novo e, assim, será analisada por nós na terceira parte deste estudo, enquanto o estudo da legislação trabalhista terá seu início nesta segunda parte.

3.1.3 A legislação trabalhista (1930-1936)

Como mencionamos no tópico anterior, a legislação social, nos discursos políticos de alguns dos principais representantes do Governo, seria colocada como necessidade de ordem pública e política, além de fundamental para a modernização e desenvolvimento do país. Procuramos apresentar ali algumas das legislações sindicais e, neste momento, procuraremos analisar algumas das legislações trabalhistas e previdenciárias para o trabalhador urbano e para o rural.

Entre a legislação trabalhista do período, destacamos os seguintes Decretos: Decreto nº 19.808, de 28 de março de 1931, que estabelece novas modalidades para a concessão de

férias¹⁷; Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que instituiu a Carteira profissional; Decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932, referente ao horário de trabalho do comércio; Decreto nº 21.186, de 4 de maio de 1932, referente ao horário de trabalho da indústria; Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, referente à regulamentação do trabalho da mulher; Decreto nº 22.042, de 3 de novembro de 1932, referente ao trabalho de menores; Decreto nº 21.396, de 12 de maio de 1932, referente à criação de Comissões Mistas de Conciliação; Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, que cria as Juntas de Conciliação e de Julgamento; Decreto nº 21.761, de 23 de agosto de 1932, que instituía as Convenções Coletivas de Trabalho; Decreto nº 23.103, de 19 de agosto de 1933, referente à nova Lei de Férias dos comerciários; e o Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934, referente à nova Lei de Férias do operariado.

No tocante às leis previdenciárias, figuravam os benefícios de estabilidade, pensões e aposentadorias¹⁸. Também devemos mencionar a criação, ainda que gradativa por categorias profissionais, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Deste modo, a população previdenciária era atendida diferencialmente pelos IAPs, consagrando-se uma noção contratual no recebimento dos benefícios compensatórios. Segundo Gomes (2002a), o Governo estava representado na administração que também incluía representantes dos empregadores e dos empregados.

No tocante aos benefícios dos trabalhadores, precisamos ressaltar e relembrar que estavam atrelados à lógica “só quem tem ofício tem benefício” do Governo, que reforçava a lógica do gozo destes benefícios principalmente pelo trabalhador sindicalizado “oficialmente”.

De acordo com Gomes (1979), todas estas iniciativas se desenvolviam dentro de uma dinâmica que procurou estabelecer contatos com empregadores e empregados, isto é, com os representantes dos sindicatos, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e

¹⁷ As concessões de férias foram estabelecidas gradativamente por categoria, isto é, não ocorreu simultaneamente para todos. Como exemplo podemos citar os trabalhadores de estabelecimentos comerciais e bancários que tiveram a concessão de férias com o Decreto nº 23.103, de 19 de agosto de 1933, e os de indústria, sindicalizados, que tiveram a concessão de férias com o Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934. Ou seja, quase seis meses depois e com a condição de fazerem parte dos sindicatos oficiais.

¹⁸ Entre os quais destacamos: Decreto nº 21.326, de 27 de abril de 1932, que aprova o regulamento para a aquisição ou construção de casas pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões; Decreto nº 22.016, de 26 de outubro de 1932, que aprova o regulamento para a execução de socorros médicos e hospitalares das Caixas de Aposentadorias e Pensões; Decreto nº 22.096, de 26 de novembro de 1932, que estendia os benefícios para os mineiros; Decreto nº 24.273, de 22 de maio de 1934, que estendia os benefícios aos comerciários; Decreto nº 24.275, de 22 de maio de 1934, que estendia aos estivadores; Decreto nº 24.615, de 9 de julho de 1934, que estendia aos bancários; e o Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934, que estabelecia sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho.

Comércio. Assim, o Governo assumia a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social a partir dos “ecos” de outras vozes, isto é, das demandas e aspirações dos próprios trabalhadores. Essas ações foram possíveis pelo fato de atuar como “árbitro” ou “mediador” entre os interesses dos empregadores e empregados, com o diferencial do poder de acelerar o andamento das questões, decidir quando ocorriam impasses e assegurar, por meio de uma fiscalização mais eficiente, o cumprimento dos dispositivos sancionados.

Observando os decretos, podemos notar a promulgação tanto de benefícios para os trabalhadores quanto de órgãos responsáveis para assegurar e negociar esses benefícios, como o caso das Comissões Mistas de Conciliação. As Comissões, compostas por representantes dos empregadores e empregados, tinham como objetivo alcançar uma solução conciliatória e arbitrar nos casos de dissídios coletivos do trabalho. No entanto, segundo Gomes (1979), na prática, seu funcionamento foi quase nulo.

Salgado Filho, já mencionado Ministro do MTIC, assinala o problema:

Desde que uma das partes se recusasse à conciliação ou ao arbitramento continuaria em impasse o dissídio, aguardando uma solução violenta ou de puro arbítrio ditado por quem dispusesse das graças da força, dada a impossibilidade de um fim equitativo e sereno (...). Não havendo, além disso, um meio coercitivo qualquer, a parte que não estivesse em situação de presente dependência da outra, aguardaria indiferente que esta, premida pela necessidade, quiçá pela fome, se conformasse com todos os sacrifícios e humilhações (apud GOMES, 1979, p. 367).

Decorrente da inoperância das Comissões, em 1936 seria elaborado, por técnicos do Ministério, o projeto de organização da Justiça do Trabalho. O então ministro do MTIC, Agamenon Magalhães, expunha a necessidade da organização baseando-se na complexidade e na ineficiência do sistema de julgamento existente. De acordo com Gomes (1979):

(...) a complexidade do sistema de julgamento então vigente, que se caracterizava pela existência de duas jurisdições: uma especial, de julgamento e uma ordinária, de execução das sentenças, já que os órgãos existentes (o Conselho Nacional do Trabalho e as Comissões e Juntas de Conciliação) não tinham competência para determinar o cumprimento de suas deliberações (...) a inoperância das Comissões Mistas de Conciliação que, encarregadas de tratar dos dissídios coletivos, praticamente não funcionavam devido à vigência da arbitragem facultativa. Por isso, era preciso que os litigantes soubessem que, se não transigissem, estariam sujeitos à arbitragem obrigatória (p. 482).

Assim, era preciso ter um órgão que obrigasse o cumprimento do que tinha sido acordado, atingindo maior eficácia. Além das Comissões Mistas, também foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamento, a fim de dirimir os litígios entre empregadores e empregados. Diferentemente das Comissões Mistas, as Juntas tiveram um papel importante e

atingiram resultados significativos, sendo que, no ano de 1936, 436 audiências foram realizadas somente no Distrito Federal. Outro órgão importante para as questões de arbitragem foi o Conselho Nacional do Trabalho, cuja proposta era harmonizar os decretos até então promulgados num sistema único, articulado e funcional (GOMES, 1979).

Ainda que esses decretos tenham sido promulgados e que o Governo procurasse atuar como o “mediador” entre as classes, esse também foi um momento de resistência e luta das classes, em razão da forma e da aprovação de Decretos e de benefícios, tanto por parte dos empregados quanto dos empregadores. No tocante aos empregadores:

As discussões, portanto, não se fazem em torno das leis como um todo, mas sim em torno de certos artigos e parágrafos que significariam uma exorbitância da ação intervencionista do Estado, na medida em que atingiriam, basicamente, três questões fundamentais: a) constituíam limitações à autoridade patronal na fábrica, face ao operariado, como é o caso das normas que procuram regular os casos de dispensa dos trabalhadores; b) constituíam uma ameaça à independência e poder das suas próprias associações de classe, atingidas em suas decisões e articulações pela nova autoridade do Ministério do Trabalho; c) constituíam um perigo para o próprio desenvolvimento da produção econômica, pelos ônus excessivos que acarretavam, como é o caso nítido da lei de férias (GOMES, 1979, p. 357).

Assim, a partir dos debates sobre as leis sociais que se desencadearam nas Comissões Mistas e nos órgãos do MTIC, a autora procura demonstrar a atuação, a negociação e, por vezes, a resistência do empresariado e de seus representantes, sobretudo no caso do setor de fiação e tecelagem, diante dessas leis no Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos trabalhadores rurais, procurando incorporar o interior, os chamados “sertões”, Vargas assinou o Decreto sobre terras públicas em 1932, em que abria as terras públicas do Estado para o assentamento de trabalhadores na qualidade de arrendatários mediante módica contribuição. Segundo Linhares e Silva (1999), tratava-se de promover a colonização interna do país e de expandir as fronteiras agrícolas, ambos objetivos amplamente difundidos nos discursos que destacamos.

Ademais, Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2001) afirma que, em 1933, discutiu-se na Comissão de Férias do Ministério do Trabalho a possibilidade de elas serem estendidas ao trabalhador rural. Mesmo que tenha sido rejeitada a proposta, sob o argumento de que era inaplicável, o autor considera que é possível notar que os setores da burocracia estatal tinham a sensibilidade para essa questão, pois regular férias seria uma forma de intervenção burocrática no dia a dia da fazenda.

Também na Constituinte de 1934, o anteprojeto governamental voltou a propor direitos trabalhistas como salário mínimo, jornada de trabalho limitada e aviso prévio para os

trabalhadores rurais. A solução para conciliar a resistência dos proprietários e as propostas governistas seria a extensão dos direitos na Constituição, deixando sua regulamentação para a Lei Ordinária (RIBEIRO, 2008). Assim, a Constituição de 1934 garantiu o direito à sindicalização rural, inclusive com direito a representantes classistas nos parlamentos.

O Decreto nº 24.606, de 6 de julho de 1934, extinguiu o sistema de arrendamento de terras da União, inclusive para ordens e instituições religiosas. Ademais, outros dois aspectos são notáveis: para legalizar a posse de terra considerada pública exigia-se o título da propriedade; e autorizava também a desapropriação mediante o pagamento de quarenta vezes o valor do último foro pago. Atrelar a indenização ao último foro não foi apenas uma forma de coibir os atrasos e os baixos valores venais, mas de igualmente baratear o valor das indenizações por desapropriação (DEZEMONE, 2012).

Há três aspectos que merecem ser destacados com relação à legislação social desse período: o primeiro referente à promulgação das leis trabalhistas; o segundo referente à fiscalização das mesmas; e o terceiro referente ao imaginário político produzido na época. Com relação à promulgação, devemos notar que a maior parte das legislações trabalhista, previdenciária e sindical foi criada antes do Estado Novo¹⁹. Deste modo, precisamos observar atentamente no próximo capítulo a forma como Vargas utilizou de grande parte de leis já promulgadas para difundir em seus discursos políticos do Primeiro de Maio os “presentes” aos trabalhadores.

De acordo com Gomes (1979), a elaboração da legislação social no pós-30 demonstra que ela resulta de uma conjuntura de mudanças e de rearticulação das forças políticas e econômicas na qual a massa trabalhadora não podia mais deixar de ser incorporada e o empresariado, considerado. Com relação à participação do empresariado:

(...) pode-se destacar um reconhecimento tácito da inevitabilidade da regulamentação do trabalho, sobretudo após 1930 com a reativação do movimento operário. Desta forma, pautam-se por uma orientação que procura limitar ao máximo os custos econômicos das leis sociais e a margem de controle que o Estado ganhava através destes regulamentos. Por outro lado, procuram adiar ao máximo a real implantação destas medidas e quando elas entram em vigência, encontrar fórmulas de burlar e contornar a fiscalização oficial (GOMES, 1979, p. 484).

Assim, o empresariado também procurou estratégias para retardar e adaptar as leis, demarcando um processo de múltiplas faces e “vozes”. O processo de elaboração e aprovação da legislação social deve ser notado também como algo complexo, difícil e, por vezes,

¹⁹ Neste sentido, mesmo o salário mínimo para o comércio, indústria e bancos foi aprovado em 14 de janeiro de 1936 e regulamentado dois anos mais tarde.

contraditório, em que estão inseridos, implicitamente ou explicitamente, os jogos de “poder” e de interesses das e entre as classes envolvidas e o Governo.

No tocante à fiscalização, devemos mencionar também as Inspetorias do Trabalho, do Distrito Federal e dos Estados, que fiscalizavam todo o conjunto de leis sociais. Apesar da falta de pessoal e de outros problemas, garantiam de forma mais efetiva que anteriormente o cumprimento dos dispositivos legais, o que não significa que era um sistema perfeito, mas, a partir daquele momento, existiria um órgão para fiscalizar.

E o terceiro aspecto trata do imaginário político que começava a ser produzido sobre a ideia e imagem de doação e concessão da legislação social em contraposição à conquista das mesmas pelos trabalhadores. Deste modo, o Estado e, sobretudo, o Governo Vargas apareciam como benevolentes e humanizados diante das condições precárias dos trabalhadores e, por essa razão, conceder-lhes-ia benefícios. Exemplos podem ser extraídos do discurso de Salgado Filho em agosto de 1933:

O Governo Provisório, Governo de fato, Governo Ditatorial, é, senhores, o Governo mais legalista que tem tido o Brasil. A prova está em que tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. E isso é exatamente o que constitui o traço predominante que nos coloca, em matéria de legislação social, acima de todos os países (...). Há concessões. Concessões do Governo aos eficientes colaboradores, que são os homens de trabalho, quer braçal, quer intelectual (CARONE, 1970, p. 226).

Notemos que o fato de ser um Governo de cunho ditatorial não importava, pois a legislação social em preparação estava acima de tudo. Ademais, a ideia de espontaneidade acompanha e reforça a de concessão desta legislação àqueles que colaboram com o projeto de engrandecimento e modernização do Brasil. Segue outro trecho interessante do discurso do então Ministro do MTIC:

O Governo Provisório, conferindo direitos aos trabalhadores, o fez – e não me canso de repetir – por um acentuado sentimento de humanidade. Desse modo, amparou e protegeu os que se tornaram merecedores desses benefícios. Porque, senhores, o que se via antes era o espetáculo de serem relegados, às vezes, os direitos mais legítimos, ao passo que se concediam outros nomes justos. E a razão de semelhante anomalia é que os mais capazes de fazerem o que se chama de reivindicação eram os mais violentos. Indivíduos falhos de direitos, não encontravam outro meio de pugnarem pela sua causa senão com o socorro aos meios violentos (CARONE, 1970, p. 227).

Segundo o imaginário político que estava sendo produzido, o caráter humanitário proporcionaria então o conjunto de leis que estariam agrupadas em pelo menos dois grupos com funções complementares: o de proteção ao trabalhador, cuja legislação trabalhista e

previdenciária estavam inseridas, de caráter individual; e o de organização do trabalhador, cuja legislação sindical foi a tônica, de caráter coletivo e institucional.

Ainda assim, como notamos pelo discurso político de Salgado Filho, essas leis seriam concedidas apenas para aqueles que “colaborassem” com o Governo vigente, isto é, os “não” agitadores, os trabalhadores “ideais” que começariam a ser projetados pelo Governo. Esses trabalhadores “ideais” estariam inseridos em um “novo” momento de relações com seus empregadores e com o Governo e, por essa razão, não seguiriam ou atuariam da mesma maneira que no passado, como mencionado também por Salgado Filho.

3.1.3.1 A Constituição de 1934, o trabalho e o trabalhador

A Constituição de 1934, no tocante à política social, estabeleceu as condições do trabalho na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país. Entre as condições do trabalho estariam os Decretos mencionados por nós.

No tocante aos direitos do trabalhador, a Constituição contemplou grande parte das leis trabalhistas criadas. Assim, estabeleceu no Capítulo II, “Dos Direitos e das Garantias Individuais”, Seção II, “Da ordem econômica e social”, no artigo 121: proibição da diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; salário mínimo; trabalho diário de oito horas, reduzíveis ou prorrogáveis nos casos previstos em lei; proibição do trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 anos e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e a mulheres; repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; férias anuais remuneradas; indenização ao trabalhador dispensado por justa causa; assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário ou do emprego; instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, à favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; regulamentação do exercício de todas as profissões e reconhecimento das convenções coletivas de trabalho.

Também ficaria instituída a Justiça do Trabalho, os Tribunais do Trabalho e as Comissões de Conciliação.

Ademais, a Constituição estabeleceria uma regulamentação “especial” ao trabalho agrícola, procurando fixar o homem ao campo, cuidar da educação rural e assegurar ao trabalhador nacional ou para os desempregados a preferência na colonização e o aproveitamento das terras públicas.

Entre os diversos artigos, os estudiosos dos direitos do trabalho no Brasil também destacam o artigo nº 120, do capítulo e seção mencionados acima, que declara a pluralidade e a autonomia sindicais. No entanto, o Decreto-lei nº 24.694, editado alguns dias antes da promulgação do texto, através de suas exigências como cada sindicato agrupasse pelo menos um terço de uma dada categoria profissional e a intervenção dos Estados nos sindicatos a um prazo máximo de seis meses, tornava intencionalmente a pluralidade muito difícil e a autonomia muito relativa.

Outro aspecto no tocante ao “mundo do trabalho” estava relacionado aos imigrantes, sendo que a entrada sofreria restrição, fixando o limite era de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. Além disso, era proibida a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional, sobretudo pelo perigo de disseminação de ideias “alienígenas”.

A Constituição teve vida curta. Procurou estabelecer, ao mesmo tempo, uma ordem liberal e moderna e fortalecer o Estado e seu papel diretor na esfera econômico-social.

Finalmente, vale dizer que os aspectos apresentados, sejam os da dimensão “simbólica” ou os da “material”, compunham as raízes da (re) invenção dos trabalhadores. Tal (re) invenção teria sua consagração no Estado Novo de Vargas.

CAPÍTULO 4- JUAN DOMINGO PERÓN, O TRABALHO E OS TRABALHADORES: PRIMÓRDIOS DE UMA (RE) INVENÇÃO

Neste capítulo pretendemos apresentar o Governo “Revolucionário” de 1943, dando continuidade à apresentação das formas utilizadas pelo Estado para lidar com a “questão social”, ainda que procurando identificar as rupturas, continuidades e nuances nestas formas a partir do então Secretário de Trabalho e Previdência, Juan Domingo Perón, seja pela análise de alguns dos seus discursos políticos como também dos aspectos materiais, isto é, a legislação social.

4.1 O Estado e os trabalhadores: a justiça social e o Governo da “revolução nacional” (1943-1945)

Em 1943, ano das eleições presidenciais, o ciclo da “restauração conservadora”, também conhecido como “década infame”, foi interrompido por um golpe militar desferido no dia 4 de junho. De acordo com Beired (1984), neste dia deveria acontecer a escolha do candidato à Presidência da República na convenção do Partido Democrata Nacional, sendo que era praticamente certa a vitória de Robustiano Patrón Costas. O candidato era apoiado pelo então presidente Ramón Castillo, que não contava com o apoio do exército devido às suas posições favoráveis aos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Na Argentina, o exército declarava-se neutro. Contudo, de acordo com Beired (1984), as declarações de neutralidade eram um artifício para esconder a simpatia pelo Eixo. Os militares que articularam o golpe pertenciam ao Grupo de Oficiais Unidos (GOU) e, não concordando com as tendências aliadófilas reveladas pelo então presidente, culminando na ruptura com o Eixo em fevereiro de 1944, desfecharam o golpe, sendo que a Presidência foi assumida pelo general Arturo Rawson e substituído dois dias depois pelo general Pedro Ramírez. Na ocasião, a proclamação do golpe assinalava:

*Al pueblo de la República Argentina:
Las Fuerzas Armadas de la Nación, fieles y celosas guardianas del honor y tradiciones de la patria, como asimismo del bienestar, los derechos y libertades del pueblo argentino, han venido observando silenciosa, pero muy atentamente las actividades y el desempeño de las autoridades superiores de la Nación. Ha sido ingrata y dolorosa la comprobación. Se han defraudado las esperanzas de los argentinos, adoptando como sistema la venalidad, el fraude, el peculado y la corrupción. Se ha llevado al pueblo al escepticismo y a la postración moral, desvinculándolo de la cosa pública, explotada en beneficio de siniestros personajes movidos por la más vil de las pasiones.*

Dichas fuerzas, conscientes de la responsabilidad que asumen ante la historia y ante su pueblo cuyo clamor ha llegado hasta los cuarteles, deciden cumplir con el deber de esta hora que les impone salir en defensa de los sagrados intereses de la Patria (p. 2).

Clamavam pela honradez administrativa, a união de todos os argentinos, o castigo aos culpados e a restituição do Estado. Também ressaltavam a importância do ensino da religião católica nas escolas e do desenvolvimento industrial, como pré-requisito para a “independência econômica”.

Segundo Plotkin (2007), ideologicamente, o GOU era composto por princípios do nacionalismo, do anticomunismo e do ultracatolicismo. Um documento secreto que havia circulado entre os membros em maio de 1943 assim definia a situação do país:

Los grandes empleados y acomodados de la burocracia disfrutan sus buenos sueldos sin pensar sino en que esta situación dure y el gobernante se cruza de brazos ante el aparente panorama de bienestar; los pobres no comen ni se visten conforme a sus necesidades (PLOTKIN, 2007, p. 23).

O discurso de parte dos oficiais do GOU ressaltava a necessidade de elevar o nível de vida dos trabalhadores para evitar a continuidade dos conflitos sociais. Segundo o mesmo documento, a solução para estes problemas era:

la supresión del intermediario político, social y económico. Para lo cual es necesario que el Estado se convierta en órgano regulador de la riqueza, director de la política y armonizador social. Ello implica la desaparición del político profesional, la anulación del negociante acaparador y la extirpación del agitador social (PLOTKIN, 2013, p. 50).

Nesse sentido, o Estado deveria ser convertido em órgão regulador da riqueza e garantidor da harmonia social. Segundo Plotkin (2013), a ideia de uma sociedade harmônica, governada por um consenso, na Argentina, não era nova, pois foi o que Yrigoyen procurou fazer em seus Governos radicais a partir do “consenso liberal”. No entanto, ainda de acordo com o autor, os oficiais do GOU “atualizaram” a ideia, redefinindo o papel do Estado e agregando alguns elementos tomados das experiências europeias e do catolicismo de direita.

O novo Governo exigia o retorno do ensino religioso católico nas escolas públicas, proscreeu os partidos políticos e estabeleceu um rígido controle sobre a imprensa. Além dessas medidas, o novo Governo procuraria acompanhar e se aproximar dos movimentos dos trabalhadores.

Assim, logo após o golpe, o Estado começou a outorgar benefícios aos sindicatos leais, enquanto reprimia aqueles cuja lealdade era “questionável”, sobretudo por razões ideológicas, como foi o caso da CGT nº 2, cuja sede foi fechada no dia 21 de julho de 1943 e suas atividades foram proibidas em todo o território nacional. Combinado com essas políticas, o

DNT, e posteriormente a STyP, teriam especial importância, pois seriam os órgãos que receberiam as demandas dos trabalhadores e garantiriam a justiça e a harmonia social, como trataremos no próximo tópico.

A Segunda Guerra Mundial continuava tendo grande impacto no país, sobretudo na política. No âmbito político, decorrente ainda das posições que os governantes assumiam relacionadas ao conflito mundial, os militares pressionaram a substituição do então presidente, por meio de um golpe dentro do golpe, assumindo, assim, o presidente general Edelmiro J. Farrell em 25 de fevereiro de 1944. Com a presidência de Farrell, outros nomes e personagens entrariam ainda mais em cena nacional, como o tenente coronel Juan Domingo Perón, já responsável pelo DNT, que também seria designado como Ministro de Guerra e, em junho, como vice-presidente da nação.

4.1.1 Juan Domingo Perón: o novo responsável do Departamento Nacional do Trabalho

Uma das figuras pertencentes ao GOU e que trataria de garantir a “harmonia” e a justiça social era o tenente coronel Perón, até então desconhecido por grande parte dos argentinos. Nos jornais da época ele foi apresentado aos argentinos da seguinte maneira:

(...) el nuevo funcionario militar había actuado anteriormente en dicho departamento en calidad de ayudante del extinto general Manuel A. Rodríguez. Diplomado de oficial de estado mayor, dictó cátedra de historia militar en la Escuela Superior de Guerra, fue agregado militar en Chile, profesor de operaciones combinadas en la Escuela Superior de Guerra Naval, de 1939 a 1941, perfeccionó sus conocimientos en Europa, dirigió internamente el Centro de Instrucción de Montaña y en los últimos días desempeño el cargo de jefe de estado mayor en la 1ª División de Ejército (LA NACIÓN apud DEL CAMPO, 2012, p. 188).

O fato de Perón ser do exército seria utilizado em seus discursos políticos desde 1943. Perón se colocaria como alguém que chega de “fora” da política, dos quartéis. De acordo com Sigal e Verón (2010), o quartel era um lugar fechado, autônomo, constituindo o momento em que o soldado aprende a desenvolver as “virtudes patrióticas”.

Do quartel, o soldado observa a sociedade desde fora dela. Para os autores:

Esa sociedad otra, que funciona tras los muros del cuartel, es la contraimagen exacta de la sociedad exterior: esta última está fragmentada por los políticos, mientras la primera se funda en un auténtico sentido orgánico; en la sociedad exterior reina la injusticia, los privilegios inmerecidos, las prebendas, mientras que la sociedad militar es un ejemplo de jerarquía y respeto. Y si el ejército, saliendo del cuartel, está en condiciones de restablecer la justicia en la sociedad exterior y en el Estado, es porque él mismo es una sociedad justa. El ejército sale a la calle para

aportar a la sociedad civil la justicia que es la suya propia, desde siempre, dentro del cuartel (SIGAL;VERÓN, 2010, p. 40).

A “chegada de Perón” representou, ao menos em um primeiro momento, a chegada do exército, do soldado que saiu do quartel movido pelo dever de restabelecer a justiça na sociedade. Assim, de acordo com os autores, a chegada de Perón marcava o encontro dos “valores imutáveis” da sociedade militar com os valores degradados da sociedade civil.

O soldado que saiu do quartel para restabelecer a justiça social tinha como primeira preocupação a melhora das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores argentinos. Não por acaso, os discursos políticos iniciais de Perón seriam marcados pelo militarismo.

Em outubro de 1943, Perón foi designado como responsável pelo DNT. Ao assumir a direção do DNT, ele expressava a importância dos sindicatos:

Entiendo que el sindicato bien realizado es una de las bases fundamentales de la organización racional del estado moderno. Considero que para que sea eficiente y eficaz, el sindicato debe basarse en tres puntos esenciales: dirigentes capacitados que representen a los auténticos trabajadores y que estén absolutamente persuadidos de que para ellos no existirá mayor honor que ser exclusivamente dirigentes de sus propios gremios; absoluta disciplina gremial; defenderse contra la política, ejerciendo únicamente funciones específicas, vale decir, custodiar única y celosamente los intereses gremiales. Dentro de estas ideas, el gobierno será respetuoso de las instituciones obreras y propenderá por todos los medios a formar y unir todo el movimiento sindicalista argentino (PERÓN apud DEL CAMPO, 2012, p. 191).

A “novidade” no discurso político de Perón não estaria na recomendação do apoliticismo das classes trabalhadoras, mas sobretudo na inserção do Governo nas ideias apresentadas sobre os sindicatos. Nesse sentido, o Governo estaria encarregado de “formar e unir” o movimento sindical, assim como garantir a justiça social por meio de políticas sociais.

Perón convocou uma reunião com os dirigentes da CGT, da USA e com mais 22 sindicatos no dia seguinte de sua posse, com os quais manteve diálogo cordial. Também nessa ocasião ele anunciou seu projeto para um Ministério ou Subsecretaria de Trabalho, em substituição ao DNT.

No dia 27 de novembro de 1943, mediante o Decreto nº 15.074, seria criada a STyP, dependente da Presidência da nação, que tinha como objetivos gerais fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e centralizar toda a atividade social do Estado. Para lograr o objetivo, seriam incorporados à Secretaria todos os organismos e serviços que cumpriam funções afins, como: DNT; seções da Direção Nacional de saúde pública e assistência social; caixa nacional de aposentadorias e pensões; Câmara de aluguéis; Comissão Nacional de Casas Baratas; Comissão Assessora para a moradia popular; Junta nacional para

combater a desocupação; Direção da Imigração; e o Tribunal Bancário (DEL CAMPO, 2012). Ademais, a nova entidade disporia de delegações regionais em todo o país, para que seu papel fosse desempenhado com eficácia.

Para Murmis e Portantiero (2012), a partir deste momento uma nova etapa nas relações entre o sindicalismo e o Estado começava. Em términos políticos, se iniciara o processo das origens do peronismo que, no plano gremial, se centraria basicamente nas organizações que constituíam a CGT nº 1, a USA, alguns sindicatos da CGT nº 2 e a maioria dos sindicatos autônomos.

Na ocasião da criação da STyP, Perón discursou estabelecendo o papel do Estado, dos empregadores e dos empregados diante do “problema social”:

Los patronos, los obreros y el estado constituyen las partes de todo problema social. Ellos y no otros han de ser quienes lo resuelvan, evitando la inútil y suicida destrucción de valores y energías. La unidad y compenetración de propósitos de estas tres partes deberán ser la base de acción para luchar contra los verdaderos enemigos sociales, representados por la falsa política, las ideologías extrañas sean cuales fueren, los falsos apóstoles, que se introducen en el gremialismo para medrar con el engaño y la traición de las masas, y las fuerzas ocultas de perturbación del campo de la política internacional (PERÓN apud DEL CAMPO, 2012, p. 197).

As três partes deveriam trabalhar juntas para combater os “inimigos sociais”. No tocante aos empregadores, Perón utilizava as imagens da desordem, da “revolução social” e a própria sobrevivência da nação para assinalar a importância da colaboração e justificar a mediação das relações entre capital e trabalho. Essas imagens foram reveladas em seu discurso político na Bolsa de Comércio de Buenos Aires no dia 25 de agosto de 1944, em que ressaltava que era melhor “dar algo para no perder todo”.

Retomando seu discurso político da criação da STyP, Perón procurou demarcar a mudança de tratamento por parte do Estado da “questão social”, assinalando a importância da Secretaria:

(...) Por tener muy firme esta convicción he lamentado la despreocupación, la indiferencia y el abandono en que los hombres de gobierno, por escrúpulos formalistas repudiados por el propio pueblo, prefirieron adoptar una actitud negativa o expectante ante las crisis y convulsiones ideológicas, económicas y sentimentales que han sufrido cuantos elementos intervienen en la vida de relación que el trabajo engendra (...). Con la creación de la STP se inicia la era de la política social argentina. Atrás quedará para siempre la época de la inestabilidad y desorden en que estaban sumidas las relaciones entre patronos y trabajadores. De ahora en adelante, los empresarios podrán trazar sus previsiones para el futuro desarrollo de sus actividades, tendrán la garantía de que si las retribuciones y el trato que otorgan al personal concuerdan con las sanas reglas de convivencia humana, no habrán de encontrar por parte del estado sino el

reconocimiento de su esfuerzo en pro del mejoramiento de la economía en general y consiguiente engrandecimiento del país. Los obreros, por su parte, tendrán la garantía de que las normas de trabajo que se establezcan enumerando los derechos y deberes de cada cual habrán de ser exigidas por las autoridades del trabajo con el mayor celo y sancionado con inflexibilidad su incumplimiento (PERÓN apud DEL CAMPO, 2012, p. 199).

A “mudança” de papel deveria ser das três partes envolvidas, sendo que o Estado teria o papel fundamental. Um ano depois, no aniversário da STyP, ele retomaria e ressaltaria as razões de sua proposta de criação, afirmando:

Llegamos a la Secretaría de Trabajo y Previsión para cumplir el postulado básico de la Revolución del 4 de junio: la justicia social. Pero, ante todo, el Estado necesitaba la herramienta para lograr tan ambiciosa finalidad. Existía el viejo DNT, instalado en 1907, apenas remozado en 1912 y privado constantemente de facultades y medios de acción. Muchos legisladores, temerosos de perjudicar los intereses creados que tenían la consigna de defender, regateaban avariciosamente las facultades al organismo que debía aplicar las leyes del trabajo. Así, el Departamento quedaba relegado a la categoría de simple recaudador de multas y recopilador de los hechos sociales, sin poder desarrollar siquiera sus funciones conciliatorias, frecuentemente absorbidas por los “directores oficiales” de la política en boga. El resultado de tal situación bien lo conocéis todos vosotros. Bastaba un tropel de agitadores para sabotear toda una industria. Pero también bastaba la intransigencia de un solo patrono para que los trabajadores no tuvieran otra alternativa que renunciar a sus legítimas aspiraciones o convertirse en huelguistas perseguidos por la policía. Era necesario cambiar el rumbo de los hechos y canalizar las aspiraciones legítimas por cauces bien estructurados que, recogiendo lo justo y humano de cada aspiración, le diese forma material y contenido jurídico. Sólo así podrán ser perdurables las mejoras que alcanzarán los trabajadores. De esta manera nació el convencimiento de que debía acelerarse la creación de un organismo que fuera la casa de los trabajadores argentinos. Así nació la STP (PERÓN, 1973 [1944], p. 10-11).

Para Perón, o DNT não cumpria funções fundamentais, tais como a conciliação entre os empregadores e os empregados, e não atendia às legítimas aspirações de nenhuma das partes, sobretudo dos trabalhadores, pois não tinha uma política social. Seu discurso político de comemoração é emblemático, pois revela uma série de elementos “novos” para o momento, entre eles: a justiça e a política social; o Governo “forte”; e o “novo” momento argentino.

Com relação à política social, a mesma seria criada com o novo Governo, para garantir a justiça social que seria assegurada pelo novo órgão. A relação entre a justiça e a política social seria assinalada por Perón, a partir da descrição do momento anterior:

Recordemos las indignidades y los fraudes cometidos y tolerados; recordemos la desorganización y la venalidad administrativa; recordemos

la desorganización y la venalidad administrativa; recordemos el escepticismo y el descreimiento de todo un pueblo que había perdido la fe en sus hombres dirigentes y la esperanza en una posible resurrección de los valores permanentes de la patria (...). Ved, pues, se es ardua la labor de recuperación que resta por hacer (...). Para ser más argentinos debemos crear una realidad nueva; que sustituya a la ficción en que se nos hizo vivir por tanto tiempo, a beneficio exclusivo de los que medraban a costa de las riquezas y del prestigio del poder (PERÓN, 1973 [1944], p. 15).

O trecho acima revela o eco de “outras vozes” nos discursos políticos de Perón, isto é, as demandas e as aspirações dos trabalhadores, como apresentamos no segundo capítulo deste trabalho.

Notemos que a recordação do momento anterior é utilizada para demarcar este “novo” momento na Argentina, tal como das novas políticas a serem implantadas. Ademais, o momento anterior, de injustiça social, era utilizado para justificar o regime “forte”, como garantidor de uma “nova” situação no país:

Quizá aleguen los suspicaces y descontentos que falta todavía el ejercicio del libre juego político. Pero a ello me anticipo a contestar que en todas las coyunturas históricas de un país, el bienestar general no puede lograrse si no existe una autoridad capaz de imponerse a los que coaccionan o explotan otros, tanto si se coacciona en nombre de un sindicato obrero como si se explota en nombre de la prepotencia patronal. Ni explotación por unos ni coacción por otros. Otorgación de derechos y exigencias de deberes, mantenidos, vigilados y protegidos por el Estado, que, cuando es justo, constituye la encarnación verdadera de todas las aspiraciones nacionales (PERÓN, 1973 [1944], p. 12).

Com relação aos sindicatos, vale recordar que o novo Governo procurou limitar o papel dos sindicatos e torná-los cada vez mais dependentes do Estado. Exemplo é o Decreto nº 23.852, de 2 de outubro de 1945, que determinava, entre outras coisas, que as atividades do sindicato poderiam ser exercidas livremente, dentro das limitações impostas pela ordem pública e respeitando as instituições fundamentais. Ademais, em outro trecho declarava que a associação profissional poderia constituir-se livremente e sem a necessidade de autorização prévia sempre que seu objeto não fosse contrário à moral, às leis e às instituições fundamentais da nação. O aspecto subjetivo da lei revela a liberdade “restrita”, que permitia ao Governo praticar arbitrariedades contra os sindicatos.

O Estado teria um papel fundamental para que o país atingisse o progresso social. Para atingir o progresso social, a política social a ser implantada seria sustentada pela tríade de objetivos: elevar a cultura social, dignificar o trabalho e humanizar o capital. De acordo com Perón, tais aspectos seriam fundamentais pois

Tiende, ante todo, a cambiar la concepción materialista de la vida por una exaltación de los valores espirituales. Por esto aspira a elevar la cultura

social (...). Todas las inteligencias han de poder orientarse hacia todas las direcciones del saber, a fin de que puedan ser aprovechados los recursos naturales en la forma que reporte mayor utilidad económica, mayor bienestar individual y mayor prestigio colectivo. No podría lograrse este cambio de rumbo, si no se buscara la forma de dignificar el trabajo, dando el valor y el lugar que en la vida social merecen ocupar los trabajadores, facilitándoles los medios económicos que les permitan gozar de las satisfacciones de que gozan otros grupos sociales hasta hoy más favorecidos. También es necesario humanizar el capital. El capital ha sido injusto porque ha provocado la esclavitud económica y ha obligado a los obreros a defenderse hasta la muerte para que sus hijos no muriesen de hambre (PERÓN, 1973 [1944], p. 13).

De acordo com Del Campo (2012), embora tivesse propostas “inovadoras”, esses primeiros discursos políticos de Perón não entusiasmaram grande parte dos trabalhadores argentinos. Ainda segundo o autor, Perón sabia que acompanhado destes aspectos imateriais ou simbólicos deveriam estar os aspectos materiais, isto é, as medidas efetivas para essa transformação. Por essa razão, o slogan “*Mejor que decir es hacer. Mejor que ofrecer es realizar*”, que logo seria convertido por “*Mejor que decir es hacer. Mejor que prometer es realizar*” seria o lema insistentemente repetido da STyP para tratar da legislação trabalhista, a qual será apresentada no próximo tópico.

Não apenas pelos discursos políticos que Perón tentou se aproximar dos trabalhadores. Baily (1986) recorda-nos dos encontros que Perón tinha com os dirigentes sindicais. O primeiro contato foi em meados de julho de 1943, quando o tenente-coronel Domingo A. Mercante reuniu Perón com Angel Borlenhi e José Argaña, representantes na CGT. Ao grupo se somaria Juan A. Bramuglia, advogado da *Unión Ferroviaria*, Francisco Pablo Capozzi, da *La Fraternidad*, entre tantos outros. De acordo com Baily (1986), as reuniões que se seguiram ao longo de seu “mandato” foram importantes pois

En estas reuniones, Perón se enteró de los deseos de los dirigentes sindicales: igualdad de status con respecto a todos los demás grupos integrantes de la sociedad argentina, y un gobierno representativo de sus intereses y aspiraciones (p. 84).

Vale assinalarmos as distintas formas que Vargas e Perón se utilizaram para iniciar a reformulação do trato da “questão social” e para estabelecer uma relação com os trabalhadores. Vargas era presidente provisório e, posteriormente, constitucional, e, assim, não utilizou o contato pessoal direto com os trabalhadores. Na década de 1930, Vargas se utilizou de seus Ministros do Trabalho, Indústria e Comércio e de alguns líderes sindicais para se aproximar dos trabalhadores, saber de suas aspirações e demandas e, assim, se relacionar com eles. Ou seja, o trato de Vargas com os trabalhadores era impessoal, ainda que ele se

colocasse como o único responsável do “acesso” e da “relação” que os trabalhadores tinham com o Governo.

Por outro lado, Perón, que não tinha o cargo de presidente, pode utilizar o trato pessoal com os trabalhadores, o contato direto, visitando seus locais de trabalho, recebendo-os em seu escritório, ouvindo suas reclamações, suas aspirações e suas demandas. Assim, Perón representava a “ponte direta” entre os trabalhadores e o Estado, além de ser, ao mesmo tempo, o “representante” dos trabalhadores no Estado, via Governo, e aquele que atenderia tais demandas e estaria ao lado dos trabalhadores. Este diferencial de tratamento reflete nas distintas relações dos trabalhadores com Vargas e com Perón, como mencionaremos ao longo deste trabalho.

Em alguns momentos, Perón apoiou algumas greves, como o caso dos frigoríficos em 1943, por considerar as aspirações dos trabalhadores justas e legítimas. Em outros momentos, como em Berisso, um dos centros da indústria frigorífica, andou de braço dado com Cipriano Reyes, dirigente dos trabalhadores. Finalmente, um dos atos mais populares de Perón era nomear indivíduos vinculados ao movimento dos trabalhadores para ocupar cargos importantes no Governo, como o caso da nomeação como interventor nacional da província de Buenos Aires de Juan A. Bramuglia.

Segundo Beired (1989), na aproximação do movimento sindical com o Governo foi muito importante a atuação do maior sindicato do país, a União Ferroviária, que apoiava integralmente o trabalho de Perón na STyP. Em dezembro de 1943, Perón chegou a receber o título de “primeiro trabalhador argentino” em uma homenagem oferecida pelo dirigente ferroviário José Domenech.

Tal título é representativo e simbólico, pois foi um trabalhador, dirigente sindical, que o atribuiu a Perón, diferentemente de Vargas que se auto intitularia “primeiro trabalhador brasileiro”, a partir da Carteira de Trabalho de número 001. Interessante também pensarmos no significado de “primeiro” trabalhador argentino, podendo ser entendido de, pelo menos, duas formas: a primeira relacionada ao tempo de trabalho, ao exemplo a seguir, entre outros; e a segunda relacionada ao fato de ser o “primeiro” funcionário do Estado a reformular o trato da questão social, considerando as demandas e as aspirações dos trabalhadores, reunindo-se com eles e representando a “voz” dos mesmos, atendendo-as.

A eficácia da STyP foi colocada à prova após o terremoto de San Juan, no dia 15 de janeiro de 1944, que exigiu a mobilização de muitos recursos para o socorro das vítimas. Na ocasião, Perón, como responsável da STyP, organizou uma grande operação de socorro,

conclamando a ajuda da nação com remédios, roupas, comidas, dinheiro, abrigo e sangue. Assim, o organismo e o responsável pelo STyP passaram a ocupar o centro da atenção pública.

Analisando alguns depoimentos de trabalhadores, das mais diversas tendências e organizações na Argentina, Del Campo (2012) demonstra a complexidade do momento. De fato, os ganhos materiais e os discursos políticos de Perón foram recebidos por parte dos trabalhadores de alguns setores, sobretudo os de ideologia sindicalista e socialista, de maneira bem positiva. Ademais, seus discursos políticos foram amplamente difundidos, por meio do rádio e de folhetos, para todos os locais do país:

Y no le faltó oportunidad a Perón para expresar sus ideas, puesto que entre el 2 de diciembre de 1943 y el 17 de octubre de 1945 pronunció más de 165 discursos registrados, lo que hace un promedio de uno cada cuatro días. La mayoría de estos discursos fueron difundidos por la Red Argentina de Radiodifusión, lo cual le garantizaba una gran llegada a todos los sectores de la población (PLOTKIN, 2007, p. 44).

Além da grande difusão, destacam-se as comemorações do Primeiro de Maio. A data foi declarada feriado oficial no ano de 1943, sendo que outras comemorações foram proibidas, quando Perón assumiu o cargo na STyP; assim, a partir de 1944 seriam organizadas comemorações oficiais, que reuniriam os trabalhadores, os líderes sindicais, o presidente Farrel, Perón e outras autoridades do regime. De acordo com Perón, os Primeiros de Maio seriam oportunidades em que a relação “especial” entre a classe trabalhadora e o Governo, representado pela STyP, se manifestaria.

Novamente podemos notar o diferencial da situação brasileira e argentina. No primeiro caso não encontramos registros de comemorações do Primeiro de Maio, dirigidas pelo Estado, na década de 1930, quando Vargas era presidente provisório e, posteriormente, constitucional. Diferentemente, na Argentina, Perón como Secretário de Trabalho e Previsão se utilizaria da data para anunciar as políticas sociais e trabalhistas criadas e implementadas, tal como para reforçar a relação de proximidade e os laços com os trabalhadores a partir dos seus discursos políticos.

No ano de 1944, Perón procurou atrair tanto trabalhadores quanto empregadores, sendo que aos primeiros oferecia um programa de melhorias das condições de vida e de trabalho, enquanto aos segundos oferecia a garantia da “estabilidade” e da “paz” social nos locais de trabalho. Na ocasião, na parte do discurso político intitulada “*La justicia suplantando la lucha de clases*”, Perón afirmava:

(...) la consigna severa a la que ajustamos nuestra labor desde entonces: “Buscamos suprimir la lucha de clases, suplantándola por un acuerdo justo

entre obreros y patrones, al amparo de la justicia que emana del Estado”. Como lo prometimos al iniciar esta cruzada de Trabajo, hemos defendido “la unidad y compenetración de propósitos entre patrones, obreros y Estado, como el único medio para combatir a los verdaderos enemigos sociales, representados por la falsa política, las ideologías extrañas seas cuales fueren, los falsos apóstoles que se introducen en el gremialismo para medrar con el engaño y la traición de las masas y las fuerzas ocultas de perturbación del campo político-internacional (PERÓN, 1944, p. 2).

O Estado apareceria como o grande mediador e conciliador entre o capital e o trabalho e como o defensor dos “verdadeiros” interesses da Argentina, protegendo a nação dos falsos políticos, das ideologias “perigosas” e das forças “ocultas”, em âmbito nacional e internacional. Em 1945 a celebração do Dia do Trabalho tomaria outro tom, justamente pelo conflito político aberto com os empregadores, como abordaremos a seguir. Na ocasião, Perón declarou:

En estos últimos días algunas empresas comerciales, sociedades anónimas, bolsas de comercio, etc. elevan pedidos al gobierno (...). Se pretende obtener que la reforma social naufrague. Se busca alcanzar que el gobierno se asuste y se deje manejar por los señores de siempre y sea instrumento de sus manejos (PERÓN, 1973[1945], p. 245).

No trecho seguinte Perón enumerara os fatores que fizeram com que os preços subissem, atribuindo a responsabilidade aos comerciantes e industriais. Entre os fatores, estavam: aumento indevido dos preços das coisas; beneficiar-se ilicitamente das especulações; desacreditar e culpabilizar os altos preços por causa das políticas sociais implantadas; sabotar as medidas implantadas pelo Governo; criar e manter um clima de instabilidade social, tal como o estado de inquietude e insegurança na população; entre outros.

A resistência à política social e as interferências nos assuntos referentes ao capital e ao trabalho também podem ser notadas entre os empregadores. Segundo Plotkin (2013), no momento em que Perón iniciou sua carreira “política”, já não era possível atingir o consenso nos termos propostos, pois a sociedade estava profundamente polarizada antes mesmo do golpe de 1943. Com relação à oposição, Plotkin (2013) afirma:

La oposición que los sectores industriales hacían a Perón no derivaba solamente de las posibles pérdidas económicas que las nuevas políticas sociales pudieran infligirles, sino también, y tal vez este punto sea más relevante, del hecho de que esas políticas, en vez de servir contra la movilización social, como Perón nunca se cansaba de proclamar, funcionaban en realidad como una fuente adicional de indisciplina para la clase trabajadora (p. 58).

Notando a oposição e o fracasso da imagem conciliatória e harmônica da sociedade argentina, os discursos políticos de Perón do final de 1944 até a data emblemática do dia 17

de outubro de 1945 foram compostos pela ampliação dos “inimigos” da pátria, como podemos notar no discurso político do dia 12 de outubro de 1944 aos ferroviários do porto:

Hemos comenzado a sentir el reflujo de una oposición a nuestra política social. Sabemos bien cuáles son los orígenes de esa oposición y qué fuerzas la impulsan: en primer lugar, el eterno egoísmo de los que han alcanzado una situación (...). En segundo lugar, las fuerzas ocultas de la mala política, que indudablemente no pueden ver con buenos ojos que otros realicen con sinceridad y lealtad lo que sus malos sentimientos no les permitieron realizar a ellos. La demagogia, la avaricia y el egoísmo, en trilogía morbosa, comienzan su sistemática oposición a la obra política, económica y social de la Revolución. Ellos no pueden concebir que ésta sea una revolución que alcance también a los pobres, como si la justicia fuera un privilegio de la fortuna. Es necesario que los más remisos comprendan que estamos frente a la revolución de los pobres (PERÓN apud DEL CAMPO, 2012, p. 231).

Perón referia-se não apenas aos “maus políticos”, mas também aos empregadores, que ficariam incluídos na imagem da “oligarquia”, configurando as imagens opostas: povo *versus* oligarquia. Ademais, utilizar-se-ia da ideia e imagem do trabalho para firmar esta “divisão” da sociedade argentina, entre o grupo dos homens que trabalham e o grupo dos homens que vivem dos que trabalham, concluindo: “*nos hemos colocado abiertamente al lado de los hombres que trabajan*”.

O fracasso da imagem de conciliação de classes na Argentina também é um aspecto que a diferencia do Brasil. Como mostramos no capítulo anterior, o MTIC representava a imagem produzida acerca da “conciliação de classes” para atingir os objetivos da “revolução”. Esta diferença entre o Brasil e a Argentina também influenciaria nos distintos discursos políticos de Vargas e Perón para e sobre os trabalhadores, tal como nas formas de se relacionar com os mesmos e produzir imaginários coletivos e políticos.

Perón afirmava também que a continuidade das obras da “Revolução”, iniciada em 1943, deveria ser garantida pelos trabalhadores, mas, se necessário, poderia ser garantida também pelo exército. Novamente, retomando o discurso político do dia 26 de novembro de 1944, comemoração de um ano do STyP, é possível notar não apenas as “garantias”, como também fundamentalmente o elo que Perón procurava criar com os trabalhadores:

(...) Conozco los focos de resistencia que alimentan algunos agitadores desplazados y no se me oculta la campaña subterránea de ciertos capitalistas, que no desdeñan las más bochornosas alianzas para impedir o retrasar el triunfo de la justicia social que anhela implantar la revolución. No ignoro cuáles son las perversas aspiraciones y los deleznales medios que usan para alcanzarlas. Pero tampoco ignoro que los trabajadores argentinos saben perfectamente que ya no son posibles los salarios de hambre, ni las jornadas extenuadoras, ni la indefensión ante el accidente del trabajo, la enfermedad profesional o común, la vejez, la invalidez y la

muerte. Saben también perfectamente que los derechos que les corresponden son reconocidos primero y defendidos después por un gobierno amante de la justicia. Saben por último que el gobierno de la revolución no entiende de componendas porque basa sus decisiones en la rectitud castrense de su intención y en el insobornable espíritu de justicia que le anima (PERÓN, 1973 [1944], p. 11-12).

Do mesmo modo que o discurso revela a almejada aproximação com os trabalhadores, cabe notarmos as raízes de um discurso relacionado às imagens de “doação”, “garantias”, proporcionadas e garantidas pelo Estado.

No âmbito econômico, procurando conter a inflação, no dia 2 de junho de 1945, o Governo aprovou um decreto que reduzia os preços dos artigos de primeira necessidade aos níveis da primeira quinzena de dezembro de 1944, congelando-os, e deixava a inspeção e o controle a cargo da Polícia Federal. Somado a essas questões, o Governo aprovou: a implantação do salário-mínimo; o aumento de todos os salários; a participação nos lucros; extensão do direito a férias; criação dos Tribunais de Trabalho; o *Estatuto del Peón*; e permitiu algumas greves, como no caso dos frigoríficos em abril de 1945. Essas medidas ocasionaram grande insatisfação das entidades empresariais, como a *Cámara de Comercio de Buenos Aires*, e das rurais, como a *Sociedad Rural Argentina* (SRA). Em um primeiro momento, 63 entidades patronais, encabeçadas pela *Unión Industrial Argentina* (UIA), pela *Bolsa de Comercio* e pela *Confederación Argentina de Comercio, la Industria y la Producción* (CACIP), fizeram uma nota de repúdio às políticas adotadas.

Sem o resultado esperado e após os “ataques” no discurso político do Primeiro de Maio de 1945 de Perón, novamente as entidades se reuniram, agregando outras, e publicaram um Manifesto no jornal *La Nación*, no dia 16 de junho de 1945. O Manifesto do Comércio e da Indústria é emblemático, pois representa a “declaração de guerra” das entidades dos empregadores contra o Governo e, especialmente, contra Perón.

O documento contava com o apoio de 321 entidades empresariais de todo o país, sendo encabeçado pela: *Bolsa de Comercio de Buenos Aires, Cámara Argentina de Comercio, Asociación del Trabajo, Confederación Argentina del Comercio, de la Industria y de la Producción, Cámara de Comercio, Propiedad e Industria de la Provincia de Buenos Aires, Cámara de Grandes Tiendas y Anexos, Bolsa de Comercio de Córdoba – Bolsa de Comercio de Rosario, Bolsa de Comercio de Mendoza, Centro de Almaceneros, Bolsa de Cereales, Cámara de Comercio de Buenos Aires, Cámara de Exportadores, Cámara de Industria y Comercio em sucursales, Cámara de la Industria del Calzado e Unión Mayoristas*. De maneira geral, no documento repudiavam: a incitação da divisão da sociedade, sobretudo

entre empregadores e empregados, que provocava a resistência e indisciplina no trabalho; e as políticas adotadas, sobretudo a fixação de preços em oposição ao aumento dos benefícios pelos trabalhadores.

O então Secretário de Trabalho e Previsão também teria um destaque especial no Manifesto, pois em momento anterior mencionou algumas das entidades em seu discurso político do Primeiro de Maio de 1945:

No hemos recibido hasta hoy respuesta ni satisfacción alguna a nuestro pedido. Por el contrario: hemos sido aludidos en el discurso pronunciado el 1º de Mayo por S. E. el señor Secretario de Trabajo y Previsión cuando afirmara la existencia de intenciones políticas en nuestro movimiento, detrás del cual acusaba la acción de manos extrañas, revelando al mismo tiempo el juicio que le merece el comercio del país, descripto como una turba de traficantes de lo ajeno y prestidigitadores del precio. Este movimiento no ha tenido ni tiene intenciones políticas, aunque comparte el general anhelo del pronto imperio de la ley; no lo mueve nadie desde afuera; lo constituyen las organizaciones del comercio y de la industria del país, encabezadas por las más antiguas y tradicionales, no para asustar al gobierno con fantasmas, sino en defensa de sus legítimos intereses, de carácter general y económico, bajo el amparo de las leyes y practicando en sus gestiones –que no son peregrinaciones ante el gobierno para obtener sus favores sino ejercicio de em derecho constitucional– el decoro y el respeto que tributan a las altas autoridades y se deben a sí mismas (MANIFESTO, 1945, p. 3-4).

Murmis e Portantiero (2012) assinalam as respostas sindicais diante do Manifesto. De acordo com os autores, quatro dias depois do Manifesto, as organizações começaram a se manifestar. A primeira delas foi a *Confederación General de Empleados de Comercio*, um dos grêmios numericamente mais importante da CGT nº 2 e, posteriormente, seguiram-se as declarações da *Asociación de Trabajadores del Estado*, de sindicatos e federações da CGT nº 1, da USA e dos sindicatos autônomos, como a *Unión Ferroviaria*, a *Federación de Obreros Panaderos*, a *Unión Tranviarios*, a *Asociación Bancaria*, a *Asociación Argentina de Telegrafistas*, *Radiotelegrafistas y Anexos*, a *Federación de Obreros y Empleados Telefónicos*, entre outros. A estes sindicatos e federações com sedes na capital, somaram-se grêmios de Tucumán, Corrientes, San Juan, Salta, Jujuy e Chubut.

A mobilização dos trabalhadores a favor da política estatal e contra a atitude das organizações patronais culminou em um motim nas ruas no dia 12 de julho, organizado pela Comisión de Unidad Sindical, pela CGT, pela Unión Ferroviaria, pela Confederación de Empleados de Comercio, pela Asociación de Obreros y Empleados del Estado e pela Unión Tranviarios. O lema da concentração era “*en defensa de las mejoras obtenidas por los trabajadores por intermedio de la Secretaría de Trabajo y Previsión*” e o orador central foi o representante dos empregados do comércio, Ángel Borlenghi.

Tal ato reuniria 300 mil trabalhadores, cujas palavras de ordem eram: contra a reação capitalista, pela defesa das conquistas obtidas, pelo aumento de salários e aposentadorias para os operários industriais e pelas liberdades constitucionais e a imediata normalização institucional. Para Murmis e Portantiero (2012), o ponto central destas declarações e deste motim é a exigência dos trabalhadores por sua participação nas decisões políticas. De acordo com Beired (1989), neste ato apareceram pela primeira vez slogans pronunciados em coro pelos manifestantes: “*Perón presidente*”, “*Um milhão de votos*”, e o que ficaria mais famoso, “*Nem nazis, nem fascistas: peronistas*”.

Não apenas entre os empregadores que as ideias e interferências de Perón sofreriam resistência. No “mundo do trabalho”, algumas ideias seriam recebidas de forma negativa, ocasionando conflitos diretos e indiretos, sobretudo entre os trabalhadores em organizações de cunho socialista e comunista e o Estado.

Entre os momentos de confronto entre o Estado e os trabalhadores, os autores citados mencionam alguns casos emblemáticos, como: a proibição das atividades em todo o território nacional da CGT nº 2, de cunho socialista e comunista, mediante decreto de 12 de julho de 1943; a intervenção na *Unión de Obreros y empleados municipales* (UOEM) em 1944; e a proibição dos atos de Primeiro de Maio também em 1944. De acordo com Del Campo (2012),

Las cárceles seguían llenas de gremialistas y de militantes comunistas, y muchos sindicatos de esa tendencia seguían clausurados. A mediados de octubre de 1943, un centenar de profesores y funcionarios – entre los cuales estaba Bernardo Houssay – eran cesanteados por firmar en manifiesto donde expresaban su adhesión a la democracia representativa y reclamaban una política de solidaridad americana. A fines de diciembre se habían disuelto los partidos políticos y establecido la enseñanza religiosa obligatoria (...). Los actos del 1º de mayo – transformado en feriado como “fiesta de los trabajadores” – fueron prohibidos, y las gestiones de una comisión representativa de las tres centrales – integrada por Almarza, Borlenghi y Gay – para que se reconsiderara la medida fueron infructuosas. Ese día hubo en serie de disturbios en Plaza Once, atribuidos por el gobierno a los comunistas, de los que resultaron varios heridos y 36 presos. El 20 de mayo Perón declaraba ilegal la huelga que sostenían los obreros de Grafa y el 16 de junio la de los talleres navalhes de Dock Sud (p. 203-204).

Apesar do confronto com estes trabalhadores mencionados, Perón conseguiria o apoio de uma grande parcela dos trabalhadores, sobretudo na política. Ao apoio de parte dos trabalhadores somou-se também o apoio do exército. Em reunião do dia 28 de julho, generais e oficiais do exército adotavam uma resolução que continha uma estratégia para que o Governo não perdesse o controle do processo de normalização institucional. A resolução

indicava que o exército defendia que se conformasse uma candidatura defensora das “obras da revolução” e expressasse a vontade das massas populares (BEIRED, 1989).

Contudo, havia setores das Forças Armadas descontentes com a posição majoritária no exército, cuja discordância era alimentada pelas manifestações contrárias ao Governo e a Perón. Em setembro de 1945, a oposição ao Governo organizou uma manifestação, intitulada Marcha da Constituição e da Liberdade, procurando a imediata entrega do poder à Corte Suprema de Justiça. Segundo Plotkin (2013) a marcha foi um êxito e, de acordo com fontes, contou com a participação entre 65 e 250 mil manifestantes, incluindo líderes políticos. Ainda de acordo com o autor, os manifestantes portavam bandeiras da Argentina e cartazes em que se lia:

Esto es Argentina: Revolución de Mayo, Asamblea de 1813, 9 de Julio, Caseros, Código Civil, Código Penal y garantías individuales. Esto no es Argentina: anarquía, barbarie, tiranía de Rosas, decretos-leyes, estado de sitio (PLOTKIN, 2013, p. 62).

Como notamos, os manifestantes clamavam pela “verdadeira Argentina”, representada pela apropriação de elementos do passado nacional, oposta à “falsa Argentina”. O Governo se enfraquecia, e parte dos militares liderados pelo general Arturo Rawson tentou um golpe que fracassou.

Para Beired (1989), a posição vitoriosa dos aliados e a desmoralizante declaração de guerra argentina pouco antes do conflito terminar foram elementos que desempenharam o papel de catalisadores para que as forças políticas opositoras do Governo se organizassem. O presidente Farrel começou, então, a ceder a algumas pressões: no dia 31 de maio foi assinado um decreto sobre organização dos partidos políticos e justiça eleitoral; no dia 30 de junho o Governo anunciava que até aquela data 375 presos políticos tinham sido libertados; no dia 6 de julho o presidente declarava a convocação de eleições diretas até o final do ano; e, no dia 6 de agosto, o estado de sítio era suspenso, vigente de forma ininterrupta desde dezembro de 1942.

Nesse contexto, outro acontecimento tomaria as ruas da Argentina: a destituição dos cargos e prisão do tenente-coronel Perón. Antes, porém, de tratarmos deste acontecimento emblemático na Argentina, pretendemos apresentar algumas das legislações trabalhistas promulgadas durante sua gestão como responsável pelo DNT e, posteriormente, pela STyP.

4.1.2 Legislação trabalhista (1943-1945)

Foi durante o período que Perón esteve como responsável pelo DNT e, posteriormente, pela STyP, que parte das legislações trabalhistas foram criadas. Como comentamos anteriormente, nas reuniões com os dirigentes sindicais Perón conseguia ter acesso a algumas demandas e aspirações dos trabalhadores e, assim, trazia para o Governo. De acordo com Peter Waldmann (1981), a maioria das medidas procurou atingir objetivos básicos, como: a valorização social dos trabalhadores, incluindo o reconhecimento como membros da comunidade nacional, com todos os seus direitos; e a melhora de suas condições econômicas.

Entre as leis aprovadas ou reformuladas mais mencionadas por Perón e mesmo pelos autores que tratam do período figuravam: 13º salário; fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário-mínimo, o regime de trabalho de menores; a cobrança de salários nos feriados; férias anuais remuneradas para todos os trabalhadores; criação do Instituto Nacional de Previdência Social; criação da Administração Nacional da Moradia para os trabalhadores; aprovação do regime legal das Associações Profissionais, que regulamentava o funcionamento dos sindicatos.

De acordo com Perón, tais medidas seriam ampliadas para o trabalhador rural. Entre as leis aprovadas para este trabalhador, figuravam: o *Estatuto Del Peón* de 1944 e a criação do *Consejo Agrario Nacional* para promover a reforma agrária no país.

Além dessas leis mais gerais aprovadas, em seus discursos políticos e mesmo na bibliografia do período consultada aparecem também leis mais específicas, que mencionam tanto o salário-mínimo, a arbitragem dos problemas trabalhistas, a participação nos lucros das empresas, quanto aumentos de salário, faculdade para os trabalhadores, entre outras. Exemplo disso pode ser tomado no dia Primeiro de Maio de 1945, quando Perón resumiu as tarefas realizadas pela STyP no último ano (1944): 29 decretos, 319 convênios e 174 gestões conciliatórias que beneficiaram mais de 2.580.000 de trabalhadores, atingindo os mais diversos setores: marítimos, gráficos, fábrica de chapéu, estaleiros navais, metalúrgica, entre outros (PERÓN, 1945).

Quando Perón entrou em cena nacional, os trabalhadores já tinham logrado alguns direitos como a lei do descanso dominical de 1905, dos acidentes de trabalho de 1915 e das jornadas de oito horas de 1929. Perón exigia o cumprimento das leis existentes como as que estabeleciam o direito às férias pagas, a proteção contra demissões arbitrárias e a restrição dos monopólios. Para isso, criou o Tribunal do Trabalho, nacionalmente, no dia 25 de julho de 1945. Na ocasião declarou:

Las leyes tienen valor cuando se cumplen. Que cada uno se ponga dentro de la ley y cuando crea que ella ten sido violada en su perjuicio, recurra a sus jueces y encontrará el apoyo de la Nación, por intermedio de los representantes de la propia ley (PERÓN, 1945, p. 122).

As leis promulgadas seriam amplamente recordadas e utilizadas por Perón, sobretudo para contrapor o momento anterior ao momento recente.

4.1.3 17 de outubro de 1945, o Partido Laborista e as eleições de 1946

Em pouco tempo, Perón acumularia os cargos de vice-presidente da Argentina, ministro de Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência. Segundo Federico Neiburg (1997), transformado em “homem forte” do regime, Perón converteu-se no alvo principal de uma oposição que se confrontava com ele em dois campos: o primeiro relacionado à sua política social e trabalhista, advindo do cargo de Secretário de Trabalho e Previsão, que provocou ferrenha oposição por parte das associações dos empregadores e também de parte das direções sindicais “tradicionais”, sobretudo os comunistas e os socialistas; e o segundo relacionado à política exterior mantida no contexto da Segunda Guerra Mundial, isto é, o novo Governo mantinha a posição de neutralidade diante do conflito.

No dia 9 de outubro de 1945, como resultado de pressões internas e externas, Perón foi forçado a renunciar aos cargos de vice-presidente, Ministro de Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência, e solicitou sua transferência para a reserva, como coronel do exército. São notáveis as mensagens que Perón enviou aos funcionários da STyP e aos trabalhadores que ali estavam concentrados, transmitidas pelo rádio, pela cadeia nacional de radiodifusão.

As mensagens enviadas revelam que, para além de uma despedida, ao enaltecer seus feitos e elo criado entre os trabalhadores e ele, Perón firmava seus planos futuros:

Señoras, señores: En la misma forma que hace un año y medio llegué a esta casa y tuve el gran placer de saludar a ustedes quiero hoy, en que me alejo a la Secretaria, darles mi más afectuosa despedida (...). Les ruego que acepten estas palabras mías, no como un adiós, sino como un hasta pronto, o hasta siempre. Como ustedes, soy un hombre al servicio de la Nación, a la que he de servir en el puesto más encumbrado o en el más humilde, como general o como soldado, que es como se debe servir al país, donde tendremos todavía en la vida muchas oportunidades de encontrarnos y yo tendré el placer de seguir queriéndolos como ahora. Piensen que no soy un hombre frío, sino que soy un hombre con un alma sensible que disse lo que siente. Y para terminar, en la imposibilidad de estrechar la mano de todos como sería mi deseo, quiero que reciban simbólicamente el afectuoso y fraternal abrazo que yo me despido de las personas a quienes más quiero (PERÓN, 1973 [1945], p.181).

O tom melancólico e afetuoso, combinando a ideia inicial de redenção e sacrifício pela nação, ficaria ainda mais forte na mensagem aos trabalhadores, os quais eram convocados a defender a grande obra empreendida até aquele momento:

(...) la revolución encarna en sí las reformas fundamentales que se ha propuesto realizar en lo económico, en lo político y en lo social. Esta trilogía representa las conquistas de esta revolución que ésta en marcha y que cualesquiera sean los acontecimientos, no podrá ser desvirtuada en su contenido fundamental. La obra social cumplida es de una consistencia tan firme que no cederá ante nada, y la aprecian no los que la denigran, sino los obreros que la sienten. Esta obra social que sólo los trabajadores la aprecian en su verdadero valor debe ser también defendida por ellos en todos los terrenos (PERÓN, 1973 [1945], p. 182).

A combinação entre os trabalhadores e Perón, por meio da STyP, também seria reafirmada, a partir da reafirmação dos feitos realizados:

La Secretaría de Trabajo y Previsión acometió hace un año y medio dos enormes tareas: la de organizar el organismo y la de ir, sobre la marcha, consiguiendo las conquistas sociales que se consideraban más perentorias para las clases trabajadoras. Sería largo enumerar las mejoras logradas en lo que se refiere al trabajo, a la organización del trabajo, a la organización del descanso, al ordenamiento de las remuneraciones y a todo lo que concierne a la previsión social (PERÓN, 1973 [1945], p. 183).

As “armas” simbólicas dos trabalhadores, isto é, a legislação trabalhista, contribuiria para eles vencerem a “batalha” contra a oligarquia:

(...) Pensamos que los trabajadores deben confiar en sí mismos y recordar que la emancipación de la clase obrera está en el mundo el que marcha en esta dirección. Hay que tener fe en esa lucha y en ese futuro. Venceremos en un año o venceremos en diez, pero venceremos. En esta obra, para mí sagrada, me pongo desde hoy al servicio del pueblo y así como estoy dispuesto a servirlo con todas mis energías, juro que jamás he de servirme de él para otra cosa, que no sea su propio bien. Y si algún día, para despertar esa fe, ello es necesario, me incorporaré a un sindicato y lucharé desde abajo (Ibidem, p. 183).

O uso dos verbos no plural revela a posição pretendida de “igualdade” de Perón com os trabalhadores, a fim de lutar pela garantia dos direitos dos trabalhadores. Novamente, ele se coloca como o grande servo do povo nessa luta, encerrando com a promessa de um reencontro “espiritual” ou “simbólico”, justamente pelos laços criados:

Para terminar no voy a decirles adiós. Les voy a decir hasta siempre, porque desde hoy en adelante estaré entre ustedes más cerca que nunca. Y lleven, finalmente, esta recomendación de la Secretaria de Trabajo y Previsión: únanse y defiéndanla, porque es la obra de ustedes y es la obra nuestra (Ibidem, p. 183).

Para Neiburg (1997), a partir desse dia, o processo político argentino adquiriu uma fluidez alucinante. Em vez de superar o impasse, a renúncia de Perón tornou-o mais agudo. A

oposição exigia a entrega do poder à Suprema Corte de Justiça, o que aos olhos do Governo era inadmissível. Por outro lado, o Governo procurava ganhar tempo renovando suas alianças políticas e demonstrando suas intenções “democráticas mais sinceras”. Na noite do dia 12 de outubro, Perón foi preso e confinado na prisão na ilha Martín García, no Rio da Prata.

No dia 16 de outubro, enquanto a CGT decidia, com uma votação apertada, a convocação de uma greve geral para o dia 18, o Governo não conseguia formar um novo gabinete e a oposição parecia imobilizada; milhares de manifestantes começaram a percorrer as ruas das principais cidades do país pedindo a libertação de Perón²⁰. Durante aquele dia e o dia 17 de outubro de 1945, colunas de manifestantes, provenientes da capital federal e de outros pontos do país, chegavam ao centro de Buenos Aires com o propósito de exigir a liberdade imediata de Perón, a partir dos dizeres “*Queremos a Perón*”, e a formação de um novo Governo²¹. Félix Luna (2012) assim descreveu o episódio:

Empezaba la mañana cuando comenzaron a llegar rotundos, desafiantes, caminando o en vehículos que habían tomado alegremente por asalto y cuyos costados repetían hasta el hartazgo el nombre de Perón en tiza, cal y carbón. A medida que avanzaban, las cortinas de los negocios bajaban abruptamente con tableteo de ametralladoras. Venían de las zonas industriales aledañas a Buenos Aires. Nadie los conducía, todos eran capitanes (p. 288-289).

Os trabalhadores ocuparam a *Plaza de Mayo*, em frente à Casa Rosada, sendo que à noite, em decorrência da ocupação e com receio das manifestações dos trabalhadores, os militares libertaram Perón²² e permitiram que ele se dirigisse aos trabalhadores dos balcões da Casa Rosada:

Trabajadores: Hace casi dos años, desde estos mismos balcones, dije que tenía tres honras en mi vida: la de ser soldado, la de ser un patriota y la de ser el primer trabajador argentino (...) Dejo el honroso uniforme que me entregó a la Patria para vestir la casaca civil y confundirme con esa masa sufriente y sudorosa que elabora en el trabajo la grandeza del país. Con esto doy mi abrazo final a esa institución que es el puntal de la patria: el ejército. Y doy también el primer abrazo a esta masa inmensa que representa la síntesis de un sentimiento que había muerto en la República: la verdadera civilidad del pueblo argentino (PERÓN, 1973 [1945], p. 185).

²⁰ Na manhã do dia 18, Perón tinha sido transferido da ilha para o Hospital Militar em Buenos Aires.

²¹ Outras manifestações, com a passividade da polícia, ocorreram em La Plata, Berisso, Rosario e outras cidades do interior (PLOTKIN, 2013).

²² Cabe dizer que o dia foi resultado de um longo processo político que estava em curso na história argentina. A análise dos elementos que compuseram e propiciaram esta data não poderia ser feita neste estudo e nem é nosso objetivo. Deste modo, para maiores informações sobre o tema, ver: TORRE, Juan Carlos. La CGT y el 17 de Octubre de 1945 (1988); JAMES, Daniel. 17 y 18 de Octubre de 1945: El peronismo, la protesta de masas. *Desarrollo Económico*, p. 83-129, 1987; NEIBURG, Federico. O 17 de outubro na Argentina. Espaço e produção social do carisma. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, 1997; LUNA, Félix. *El 1945* (2012).

Perón desvinculava-se de um coletivo, o exército, e assumia uma “nova” identidade, com outro coletivo: o povo e, sobretudo, os trabalhadores, passando, inclusive, a falar em nome deste coletivo. O discurso político da data emblemática revela alguns aspectos que formariam a tônica dos próximos anos, sobretudo referentes ao imaginário político de Perón, como ser primeiro trabalhador argentino e a simbiose dele com os trabalhadores. Ademais, de amigo dos trabalhadores, é possível notarmos a posição de “irmão mais velho” de Perón, permitindo-o “aconselhar”:

Ha llegado ahora el momento del consejo. Trabajadores: únanse; sean hoy más Hermanos que nunca. Sobre la hermandad de los que trabajan ha de levantarse en esta hermosa tierra la unidad de todos los argentinos (...) Sé que se han anunciado movimientos obreros. En este momento ya no existe ninguna causa para ello. Por eso les pido, como un hermano mayor, que retornen tranquilos a su trabajo (PERÓN, 1973 [1945], p. 186).

Perón consideraria aquele momento como o marco do “renascimento” de uma consciência dos trabalhadores. Do mesmo modo, eles já seriam colocados como os “únicos” que podem fazer a nação grande e imortal, pois representavam as “verdadeiras” e “autênticas” forças da nacionalidade e da ordem argentina.

Essas considerações são significativas se considerarmos o histórico dos políticos na Argentina e a ausência dos trabalhadores nos discursos políticos e na cena política. Nesse sentido, Perón retomaria uma aspiração e demanda dos trabalhadores extremamente simbólica, que é justamente a ideia do pertencimento à grande nação argentina. Nestes trechos destacados por nós é possível notarmos os ecos das “outras vozes”, sendo Perón seu “representante”. Por esses trabalhadores e, sobretudo, pelo povo argentino Perón novamente fez promessas de reencontro:

A ellos, que representan el dolor de la tierra, vaya nuestro cariño, nuestro recuerdo y nuestra promesa de que en el futuro hemos de trabajar a sol y a sombra porque sean menos desgraciados y puedan disfrutar mejor de la vida (PERÓN, 1973 [1945], p. 186).

Com a participação de centenas de milhares de pessoas, a manifestação logrou o retorno de Perón à vida pública e, de acordo com Beired (1989), desencadeou um processo em que as forças de oposição e que o apoiavam organizaram-se, inclusive partidariamente, para as eleições gerais que se realizariam em fevereiro do ano seguinte.

Com relação à oposição, a insatisfação de parte dos trabalhadores socialistas e comunistas se somaria aos empregadores, aos outros setores da classe média, às associações profissionais, às universidades, aos partidos políticos “tradicionais” – UCR, PS, PC, Partido Democrático Progressista e Conservadores –, a grande parte da imprensa, aos setores do poder

judicial e parte das forças armadas, que confluíam formando a “*Unión Democrática*”, frente antifascista que reunia as forças “aliadas”, com forte presença do recém-chegado embaixador norte-americano na Argentina, Spruille Braden.

No tocante aos setores pró-governamentais, destacamos a fundação do Partido Laborista no dia 24 de outubro de 1945. Depois de uma série de reuniões, optou-se pelo nome de laborista justamente por se inspirar no Partido Trabalhista inglês. O partido seria organizado pelos dirigentes da CGT, da USA e dos sindicatos autônomos e teria uma Mesa Diretiva Provisória, cujos presidentes eram Luis Gay e o ferroviário Luis Monzalvo. Ademais, o partido também abrigaria uma dissidência radical chamada UCR-Junta Renovadora e o Partido Patriótico, constituído por antigos conservadores e nacionalistas, além de outras agrupações políticas menores.

Do ponto de vista ideológico, os dirigentes laboristas conformavam um amplo leque, como afirmou Luis Gay (1999): “*había hombres que eran socialistas, comunistas, radicales y había hombres sin partido (...) había también anarquistas*” (p.88). Na carta orgânica do partido, figurava a constituição e o fim do mesmo:

Artículo 1º El Partido Laborista, fundado en la ciudad de Buenos Aires el 24 de octubre de 1945, es esencialmente una agrupación de trabajadores de las ciudades y del campo, que tiene como finalidad luchar en el terreno político por la emancipación económica de la clase laboriosa del país, procurando elevarla en la condición humana y convertirla en factor decisivo de un fecundo progreso social (GAY, 1999, p. 133).

O artigo primeiro da carta reforça o desejo da participação política dos trabalhadores de maneira autônoma, a partir dos sindicatos. Era um caso inédito na Argentina a formação de um partido dos trabalhadores, com bases exclusivamente sindicais. Segundo Beired (1989), a adesão ao partido foi massiva e as suas propostas tiveram enorme ressonância popular. A fórmula trabalhista era Perón-Quijano²³.

Nesse contexto recebe destaque o confronto ideológico aberto entre Braden e Perón. O funcionário do Departamento do Estado dos Estados Unidos, antes embaixador da Argentina, declarava apoio aberto às forças da *Unión Democrática*, colaborando, inclusive, com a publicação do *Libro Azul*, em que caracterizava Perón como um agente nazista. Em contraposição, Perón publicou o *Libro Azul y Blanco*.

As acusações de Braden no *Libro Azul* serviram para reafirmar os argumentos de Perón relacionados à oposição, que não era apenas oligárquica, mas também ancorada no imperialismo estrangeiro, contribuindo para a conformação dos termos “*antipátria*” e

²³ Hortensio Quijano (1884-1952) foi Ministro do Interior em 1945.

“vendepátria”. No discurso político de Proclamação da sua candidatura, a “divisão” na Argentina era reafirmada:

El pueblo argentino, el auténtico pueblo de la patria, repudia esa intromisión inconcebible, y su indignación desborda y supera largamente la alegría enferniza de los que se alinean presurosos en las filas del señor Braden. Los viejos políticos venales recogen sus palabras y hacen con ellas sus muletas, se sienten redimidos y perdonados, sin darse cuenta que son ahora más miserables aún, afiliados y subordinados al extranjero, dentro de los propios confines patrios (...) En consecuencia, sepan quienes voten el 24 por la fórmula del contubernio oligárquicocomunista, que con ese acto entregan, sencillamente, su voto al señor Braden. La disyuntiva, en esta hora transcendental, es esta: O Braden o Perón. Por eso, glosando la inmortal frase de Roque Sáenz Peña, digo: Sepa el pueblo votar (PERÓN, 1973 [1946], p. 199).

A consigna “*Braden o Perón*” representava uma série de imagens opostas que Perón utilizava em sua campanha, tais como: pátria *versus* antipátria; nacionalismo *versus* imperialismo; povo *versus* oligarquia; oligárquico-comunista *versus* peronista; e assim por diante. Em grande medida, essas imagens contribuíam para a consagração da identidade coletiva que Perón começara a propor, envolvendo ele e o povo argentino, sobretudo para fortalecer os laços imaginários e materiais com os trabalhadores argentinos.

A fórmula Perón-Quijano venceu a Tamborini-Mosca com 54% dos votos. Segundo Plotkin (2007), o partido de Perón também conquistou dois terços da Câmara dos Deputados, o que permitiria grande margem de manobra.

Assim como no caso do Brasil, no caso da Argentina, os aspectos apresentados compunham as raízes da (re) invenção dos trabalhadores. A partir da presidência de Perón estes aspectos seriam amplamente utilizados, para comporem as dimensões simbólicas e materiais da (re) invenção dos trabalhadores, cuja consagração ocorreria no Primeiro Peronismo.

CAPÍTULO 5- OS TRABALHADORES NOS ESPETÁCULOS DE PODER

Nos capítulos anteriores desta segunda parte inserimos Vargas e Perón, no momento anterior do varguismo e do peronismo, procurando demonstrar os embates e as diversas estratégias utilizadas por eles ou pelos órgãos a eles submetidos, para lidar com a “questão social”, sobretudo com os trabalhadores. Neste primeiro momento, já notamos que somente os discursos políticos não seriam suficientes para lograr a aproximação com os trabalhadores. Assim, outros aspectos estavam envolvidos, como: o uso de “outras vozes”, isto é, o uso do passado dos movimentos dos trabalhadores, tal como das aspirações e demandas deles; os aspectos materiais, sobretudo a legislação trabalhista; os acordos com parte dos líderes sindicalistas; e a imagem, o papel e o significado da cidadania, sobretudo se a relacionarmos com os direitos sociais.

Tal mudança foi baseada em aspectos imateriais ou simbólicos, como os imaginários sociais sobre os trabalhadores que emergiam nos discursos políticos de Vargas e Perón, como também em aspectos materiais, como a legislação trabalhista promulgada até então. Vale dizer que, embora Vargas e Perón reformulassem o modo de tratar a “questão social” e, fundamentalmente, os trabalhadores, as formas utilizadas por eles para tratar das questões seriam distintas, mesmo que tocassem em aspectos elementares dos trabalhadores como classe, “consciência política”; participação política; identidade coletiva; identidade política; imaginários coletivos; e imaginários políticos.

Assim, procuramos assinalar as distintas formas do trato da “questão social” por Vargas e por Perón, sobretudo com relação ao trato “impessoal” e “pessoal”, à auto identificação de “primeiro trabalhador” e à recebida por um trabalhador, e ao fracasso e ao relativo “logro” da imagem da conciliação de classes.

Ainda que essa mudança tenha raízes nesses momentos anteriores é no varguismo e no peronismo, isto é, no Estado Novo e no Primeiro Peronismo que a (re) invenção dos trabalhadores tem a sua consagração. Neste capítulo pretendemos apresentar o cenário em que os discursos políticos selecionados de Vargas e de Perón foram pronunciados. Mais do que apresentar os espetáculos de poder no varguismo e no peronismo, procuraremos pensar o papel dos trabalhadores nestes momentos. Como estes espetáculos de poder foram produzidos? Qual era o papel dos trabalhadores nestes momentos? Tratava-se de participação espontânea ou forçada? Tratava-se do uso destes trabalhadores pelos regimes? Que relação

deveriam ter com os governantes? Mais do que buscar respostas definitivas, procuraremos refletir a partir destes questionamentos.

Na primeira parte do capítulo apresentaremos algumas considerações sobre os espetáculos de poder, de maneira geral, e, em seguida, os espetáculos de poder dos dias 10 de novembro e Primeiro de Maio no Brasil, entre os anos 1937-1945, e 17 de outubro e Primeiro de Maio na Argentina, entre os anos 1946-1955, de maneira específica.

Roberto Da Matta (1979) considera, basicamente, dois tipos de eventos: os que fazem parte da rotina, do cotidiano ou do chamado “dia-a-dia” e os que não estão situados dentro desta rotina de “vida” como as festas, as cerimônias e as solenidades. Estes eventos chamam a atenção por ter um caráter aglutinador de pessoas, de grupos e categorias sociais, sendo, por essa razão, acontecimentos que escapam do cotidiano. Por serem previstos, o autor considera que estes eventos constituem o “*extraordinário construído pelo e para a sociedade*” em oposição aos acontecimentos que suspendem a rotina, mas que são imprevisíveis como catástrofes, desastres e fenômenos naturais.

O autor faz uma distinção entre “rituais de inversão” e “rituais de reforço”. Os de inversão seriam aqueles associados a uma ruptura do sistema de classificação social, colocando em um mesmo espaço o que usualmente pertence a espaços distintos, enquanto os de reforço reforçariam a validade dos mecanismos sociais e existentes, deixando claro o lugar de cada um no espaço social.

A festa é um signo e faz parte de um ritual: não há sociedade sem ritual e não há ritual sem festa. Normas, regras, doutrinas e mesmo a coerção não são suficientes para fundamentar o consenso social e a legitimidade política de um regime, pois faltaria o “calor da emoção”, a “força mágica” do mito que floresce em todas as ideologias, o movimento de símbolos e gestos que subentende toda a organização social (CAPELATO, 2009).

Com relação às festas cívicas é a partir delas que uma série de elementos comuns vão ser ressaltados e lembrados, sendo o momento de “despertar” o sentimento de pertencimento:

Tratava-se de despertar em nós o sentimento de pertencer a um grupo, reafirmar os valores que nos identificam como parte dele, ocasião de encontro que, repetido periodicamente, é um ritual que nos permite afirmar nossa própria identidade, como pessoa e como membro desse grupo (MEYER & MONTES, 1985, p. 7).

Ou seja, também se deve considerar o caráter simbólico, as ideias difundidas, os imaginários sociais e políticos construídos e reproduzidos nas festas cívicas, responsáveis pela identificação de algo em comum entre aqueles que “festejam”.

Toda festa, como celebração, é também uma comemoração. Elizabeth Jelin (2002), tratando dos sentidos das comemorações, assinala dois aspectos que consideramos interessantes. O primeiro é que nem toda a sociedade compartilha as mesmas memórias nestas comemorações. No tocante ao Estado, a festa constitui-se como um momento de memorização da história nacional, seja por meio de um acontecimento ou de personagem específico.

A memória, como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas conscientes do Estado em definir e reforçar o pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos distintos. O segundo aspecto é que as festas, como parte da memória, sofrem transformações ao longo do tempo, sendo visíveis especialmente nas manifestações públicas e nos discursos políticos, quando comparados ano após ano.

Por ser um ato de lembrar em conjunto, não apenas aquilo que se celebra, mas a própria emoção da celebração, passado o momento, poderá ser “rememorada”, seja pelos meios de comunicação, pelos discursos políticos dos governantes ou mesmo nos anos subsequentes da data cívica, com o objetivo de seguir legitimando o regime vigente, sustentar o imaginário político e social que está sendo construído, assim como destacar a importância da participação da sociedade no projeto político anunciado pelos líderes.

De acordo com George Balandier (1980), o poder é concebido como um jogo dramático, que persiste ao longo do tempo e ocorre em todas as sociedades. Não obstante, a produção de imagens, a manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial efetuam-se de modos variados. Concordamos com Capelato (2009) ao afirmar que nas democracias, as potencialidades dramáticas são mais débeis, sendo que nos regimes autoritários, que se fundamentam na política de massas, a teatralização tem papel mais importante: o mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas tornam o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento. O imaginário da unidade e da festa mascara as divisões e os conflitos existentes na sociedade.

O poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história. Dentre os meios para demarcar a entrada do varguismo e do peronismo, selecionamos as comemorações, isto é, os espetáculos de poder, inspirados nos realizados na Itália fascista e na Alemanha nazista. Embora tenham os elementos das festas cívicas anunciadas e a inspiração nos espetáculos de poder europeus, os espetáculos de poder brasileiro e argentino tinham suas especificidades e particularidades, as quais pretendemos apresentar a seguir.

5.1 Vargas, os trabalhadores e os 10 de novembro (1937-1945)

O Estado Novo foi instaurado com a dissolução do Congresso e a criação da Carta Constitucional, que legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar o espaço das liberdades políticas, a controlar os movimentos dos trabalhadores, a disciplinar a mão de obra e a industrializar o país (CAPELATO, 2009). Nesse cenário emergiu o Estado intervencionista que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, na integração territorial, política e social, na ampliação dos direitos sociais, buscando a construção do progresso dentro da ordem. O regime que durou quase dez anos, em distintos momentos contou com os setores majoritários das Forças Armadas, da Igreja, dos setores de trabalhadores e proprietários.

Segundo Maurício Parada (2009), o Estado Novo enfrentou um problema que não era exclusivamente seu, nem historicamente inédito: como estabilizar uma nova ordem social que se afirmava em um contexto público muito instável? Ademais, sendo instaurado por um golpe, a primeira preocupação do novo regime era assegurar sua legitimidade.

Para lograr o objetivo utilizou-se de estratégias como: a propaganda política, os espetáculos de poder e a repressão aos opositores. Outra estratégia utilizada ao longo do Estado Novo foi a aproximação dos trabalhadores, a partir da combinação de aspectos materiais, como a legislação trabalhista, com os aspectos simbólicos, os quais mencionaremos adiante. Consideramos que tal estratégia pode ser observada nos espetáculos de poder selecionados.

Antes de iniciarmos a exposição das celebrações anuais, precisamos fazer uma observação: embora o período 1937-1945 corresponda à vigência do Estado Novo, este não pode ser entendido como um momento homogêneo porque as circunstâncias externas e internas foram responsáveis por mudanças significativas no jogo político. Desse modo concordamos com a divisão do período em dois momentos, considerada por Gomes (2002): o primeiro momento (1937-1942) caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; e o segundo momento (1942-1945), no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, caracterizou-se pelas contradições explícitas do regime. Destarte da divisão do período, devemos ressaltar que ambos foram definidos pelo autoritarismo a partir do intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos.

As datas nacionais destes espetáculos eram comemoradas e realizadas a partir de jogos de imagens e discursos políticos elaborados, primeiro pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e posteriormente, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério de Educação e Saúde. Cada uma das datas tinha um programa cerimonial específico, com seu público, sua pedagogia, seus temas, seus símbolos e ritos.

As comemorações do primeiro aniversário do Estado Novo mais comentadas pelos jornais da época, na capital, foram: a inauguração oficial do Palácio do Trabalho construído na Esplanada do Castelo e do busto em bronze do presidente Getúlio Vargas como homenagem dos trabalhadores, o título de honra do Centro dos Operários e Empregados da Light ao presidente, as congratulações do mesmo Centro ao ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, pelo novo prédio, a parada trabalhista em homenagem à Getúlio Vargas, o discurso do presidente e o desfile do Exército no campo dos Affonsos.

De acordo com o jornal²⁴ *Folha da Manhã*, todos os pontos do país comemoraram o primeiro ano do regime e, na capital, as delegações cariocas com as chegadas de São Paulo e Minas Gerais se concentraram na Praça Paris, de onde se iniciou o desfile até o prédio do Ministério do Trabalho, de cujo terraço Vargas, os ministros e autoridades de outros Estados assistiram. O *Correio da Manhã* assim descreveu o evento em São Paulo:

A data de 10 de novembro, em que se comemorou o primeiro aniversário da implantação do Estado Novo, foi festejada em São Paulo de maneira a mais auspiciosa. Do grande Estado Bandeirante partiu a afirmação incontestada de que o seu Governo e o seu povo estão perfeitamente integrados na reforma de novembro e que o apelo, lançado no dia 10 de novembro de 1937, pelo sr. dr. Getúlio Vargas, foi plenamente correspondido²⁵.

As notícias acerca das comemorações procuraram expressar o apoio, a gratidão e a união dos Estados, principalmente por meio das declarações dos interventores ou membros diretamente ligados ao Governo, ao presidente Getúlio Vargas e ao novo regime.

“Uma parada trabalhista e várias inaugurações”: assim foi a manchete do jornal *Correio da Manhã* ao anunciar a programação do segundo ano do Estado Novo. A novidade, além das “inaugurações”, esteve no canto do Hino Nacional pelas alunas da Escola Aureliano

²⁴ Cabe notarmos que o governo tinha a imprensa sob controle, pois, nas palavras do presidente Vargas: “A Constituição de 1937 – diz o Presidente no seu discurso na A.B.I. a 17 de janeiro de 1931 – deu a imprensa o caráter de serviço público. Esta consideração por si mesma eleva-a a um alto grau de dignidade. (...) A imprensa do Brasil não dispõe de poderio financeiro. A irmandade jornalística é pobre. Essa condição, porém, mais a eleva, como força espiritual, pela sua capacidade propagadora de ideias, dando-lhe mais prestígio e mais desinteresse nas causas que abraça. Ao Estado cabe função aglutinadora das forças e das energias nacionais, afim[sic] de ampará-las, para que tenham o desenvolvimento normal que outros recursos não lhe permitiriam. Eis porque o amparo dado à imprensa pode ser considerado, como um dever do Estado, dentro do conceito que acabo de exprimir (...)” (*Cultura Política*, n. 21, outubro de 1942, p. 205).

²⁵ *Correio da Manhã*, 11 de novembro de 1937, p. 6.

Leal e nos discursos proferidos pelas autoridades do Governo. Nesse sentido, o discurso de Francisco Campos, através do microfone do DNP, nos festejos “privados” do jardim de Monroe, recebeu destaque da imprensa.

Os primeiros anos do aniversário do Estado Novo não contaram com atenção demasiada do Governo para grandes comemorações. Como “pano de fundo” deste primeiro momento do Governo Vargas, podemos notar um caráter militar bem marcado nas comemorações, ainda que os elementos relacionados ao trabalho e aos trabalhadores fossem utilizados. As comemorações de 1940, por exemplo, tiveram como um dos principais acontecimentos, a inauguração do edifício-sede do Ministério da Guerra.

Com relação às comemorações oficiais do Estado Novo e do decênio de Vargas no poder, o presidente assistiu da sacada do Palácio do Trabalho o desfile de três horas dos operários da capital e dos Estados que mandaram delegações. O pequeno percurso à Esplanada do Castelo foi o momento em que os jornais descreveram a grande saudação dos trabalhadores brasileiros ao presidente Vargas.

Na ocasião foi mencionada a ideia de continuidade e dos feitos desde a Revolução de 1930 até o Estado Novo. Essa ideia era anunciada pelas autoridades governamentais, como foi o caso do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema:

Há, em nossa história contemporânea, duas datas fundamentais: 3 de outubro e 10 de novembro. Sei que muitos separam as duas como coisas divergentes. Há mesmo quem as considere antagônicas. Mas a verdade é que elas se harmonizam e se integram. A primeira foi a explosão inicial dos anseios nacionais, à busca de um regime de método, de clareza, de audácia e de energia, destinado a criação de novos valores materiais e espirituais para o Brasil. A segunda foi o definitivo encontro desta solução; foi o providencial aproveitamento da experiência de sete anos de trabalhos, de lutas, de sacrifícios, numa fórmula de salvação nacional²⁶.

Como “pano de fundo” de tal continuidade estavam as ideias de atenção aos anseios nacionais e salvação nacional. Entre os aspectos que estavam inseridos nestes anseios nacionais estava o trato da questão social e, sobretudo, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Não por acaso que as comemorações também envolviam a atuação dos trabalhadores e as ações para os trabalhadores.

Exemplo pode ser dado ainda na data, com a inauguração do primeiro restaurante popular e o oferecimento de um almoço, por Darcy Vargas, aos operários e a suas famílias no edifício do Aeroporto.

²⁶ *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1938, p. 1.

Na ocasião discursou Luis Augusto França, presidente da Federação Nacional do Comércio Hoteleiro e representante dos operários no Conselho Nacional dos Trabalhadores, e Eugenio Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias. Luis Augusto França saudou o presidente Vargas e terminou dizendo: “o Missionário da Conciliação, a 10 de novembro de 1937, uniu os brasileiros debaixo da mesma bandeira, depois de acabar com os antagonismos entre empregados e empreendedores”²⁷.

A partir dos personagens que discursaram, podemos notar que Vargas seguiria com a projeção da imagem e da ideia de conciliação de classes. Por um lado, as comemorações contaram com representantes da indústria e do comércio e, por outro, com representantes dos trabalhadores. Essa composição de membros sustentava essas imagens na medida em que tanto os empregadores quanto os empregados pertenciam à uma mesma nação, que era unida e coesa graças aos “esforços” de Vargas, considerado por Luis Augusto França o “Missionário da Conciliação”.

Por fim foi inaugurada a sede do Instituto dos Industriários e dos Bancários. Além das inaugurações, o ano também contou com um desfile de três horas pelos operários e os discursos do ministro do Trabalho e do Presidente Vargas.

Figura 14 – Presidente Vargas discursando no hangar do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, em ocasião do 10 de novembro de 1940.

Fonte: *Correio da Manhã*, 12 de novembro de 1940.

²⁷ *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1940, p. 2

A partir de 1941, a revista *Cultura Política*²⁸ se torna um importante instrumento de propaganda para enaltecer o significado e as comemorações do 10 de novembro, por meio de escritos dos ministros e das principais figuras do Governo, além de considerações do presidente. A revista contou com uma edição especial em 1941 pela “passagem de mais um aniversário do regime político que reintegrou o Brasil na posse de si mesmo e lhe trouxe a segurança de um progresso real e decisivo” (p. 1). Ademais, também era preciso celebrar a passagem, pois o

(...) 4º aniversário do regime vem testemunhar, uma vez mais, que só o Estado Nacional poderia ter assegurado ao Brasil esse ambiente de paz e de prosperidade em que vivemos – em meio a grande crise social do mundo. Hoje, mais do que nunca, é preciso crer no Brasil e confiar nos rumos traçados pelo Chefe da Nação (p. 2).

De acordo com o *Correio da Manhã*, as comemorações com o “*brilho de todos os anos*” contaram com a execução de uma alvorada no Palácio Guanabara, palestras dos manifestantes em saudação ao Governo e à Getúlio Vargas, inauguração do primeiro trecho da Avenida Presidente Vargas, os banquetes oferecidos pelo Exército em nome do ministro Eurico Gaspar Dutra no Palácio da Guerra e pela Marinha ao Chefe da Nação a bordo do “Almirante Saldanha”, o discurso do presidente Vargas, o desfile de carros a gasogênio, homenagem da Força Aérea Brasileira com sobrevoos ao Palácio da Guanabara e uma moção congratulatória ao presidente Vargas em nome da Primeira Conferência Nacional de Saúde.

O caráter militar da festa foi reafirmado pelos banquetes e pelos discursos, principalmente pelo contexto de se integrar ao bloco dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a partir de 1942, como bem notou Gomes (2002), inicia-se o segundo momento do Governo Vargas, marcado, fundamentalmente, pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

O “segundo momento” já pode ser notado pela mudança das manchetes dos jornais²⁹: “Excepcionais festas cívico-populares assinalarão, hoje, as realizações práticas e objetivas do

²⁸ Sob a direção de Almir de Andrade, a revista foi concebida para tratar de “estudos brasileiros”, encarregada de definir o rumo das transformações político-sociais, congregando os intelectuais de maior projeção, produtores do discurso autoritário como Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos. Segundo Veloso (1987), a revista aceitaria “qualquer” tipo de colaboração, no entanto, as coordenadas do discurso eram fornecidas por intelectuais de renome que, de algum modo, se encontravam diretamente vinculados ao aparelho do Estado pelos cargos que ocupavam ou tinham participação efetiva na montagem do projeto ideológico.

²⁹ Com relação à imprensa, cabe notarmos que ela sofreu censura. Em entrevista concedida a Gilberto Negreiros, Joel Silveira (1979) afirmou que a censura total e absoluta à imprensa foi declarada por Góes Monteiro e, posteriormente, empreendida pelo DIP. O departamento tinha o controle da imprensa por meio da censura e da corrupção, com a isenção da taxa de importação do papel da imprensa, por exemplo. Ainda segundo Silveira, os jornais que tentaram se rebelar foram fechados e, assim, a grande imprensa daquele tempo imediatamente aderiu ao Estado Novo, com exceção do jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos principais porta-vozes da oposição. A

Estado Novo” (*Folha da Manhã*, 1942). Do mesmo modo, os jornais enalteciam ainda mais o significado do 10 de novembro e o apoio das classes populares: “A obra empreendida pelo Sr. Getúlio Vargas, com o apoio do povo brasileiro, é de tal modo vasta que deve ser classificada como gigantesca. Melhor do que quaisquer elogios, do que a adjetivaçãolouvaminheira, é a simples referência no que se fez e no que se está fazendo. Atos e unicamente atos” (Idem, p. 2).

Interessante atentar para o uso dos termos dos jornais, sobretudo a palavra “povo”. Nossa hipótese sobre os jornais utilizarem o termo “povo” em vez de um público específico, como os trabalhadores, por exemplo, é a que a palavra tem um significado mais abrangente, revelando um apoio maior e mais amplo ao Governo e ao governante.

Figura 15 – Ao alto, o senhor Accacio Nogueira, secretário da Segurança Pública, pronunciava o discurso ao lado de autoridades. Embaixo, a população paulista assistindo às festividades na Praça da Sé.

Fonte: *Folha da Manhã*, 1942, p. 3.

As solenidades do dia, na capital, foram compostas por: toque da alvorada nos jardins do Palácio da Guanabara, manifestações das crianças ao presidente da República, inauguração do novo trecho da Avenida Getúlio Vargas, manifestação e homenagem da Prefeitura do Distrito Federal, encontros com o Exército e a Marinha, uma parada militar, além da celebração magna no Teatro Municipal, que contou com a presença do Presidente Vargas, de todo o Ministério e dos governadores e interventores dos Estados. Destaque nos jornais também foi dada à Exposição do Quinquênio do Estado Nacional na Escola de Belas Artes,

oposição levou o diretor Júlio de Mesquita Filho a ser preso 14 vezes em dois anos, antes de seguir para o exílio na França.

onde foi resumido e sintetizado, de modo “perfeito”, o Brasil Novo que o Presidente Vargas proporcionou aos brasileiros.

Segundo a *Folha da Manhã*, na ocasião estavam presentes o que o Rio e o Brasil tinham de mais representativo nas elites, nas esferas culturais, no campo da produção, no domínio econômico e na liderança espiritual³⁰. Com a Bandeira Nacional como pano de fundo, além das palavras muito aclamadas do presidente, também discursaram: Calixto Ribeiro Duarte, pelos empregados; França Filho, pelos empregadores; Cassiano Ricardo, pela imprensa; Alfredo Monteiro, pelas universidades do Brasil; ministro Anníbal Freire, pela magistratura; governador Benedito Valadares; e o ministro Marcondes Filho. A menção detalhada dos que discursaram decorre da reafirmação do Governo ao apoio amplo ao regime, nas mais distintas esferas públicas e privadas, sobretudo dos trabalhadores e dos empregadores.

Também é interessante notar que, embora o grande público brasileiro não estivesse presente, por meio dos jornais da época, os discursos na íntegra das principais autoridades do Governo eram divulgados. Dessa forma, o regime foi construindo a ideia de consenso e legitimidade, por meio das palavras propagadas pelos principais nomes do Governo e dos meios de comunicação disponíveis, que além de reportar na íntegra os discursos políticos e as solenidades, enaltecia o “entusiasmo patriótico” e a “emocionada” participação de todos os brasileiros no “brilho” de todos os anos das grandes solenidades.

O sexto ano do Estado Novo foi anunciado nos jornais com o destaque ao discurso do presidente Vargas e a repercussão social pelo aumento dos salários dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral. No contexto da participação na Segunda Guerra Mundial, as solenidades seguiram com alguns aspectos que demonstravam a influência do momento, como a exposição sobre a colaboração brasileira/norte-americana, a inauguração de um arsenal de guerra na praia de São Cristóvão e o banquete para o Presidente Vargas oferecido pela Marinha. Ademais, o dia contou com outros eventos, seguindo a linha dos anos anteriores, e de inaugurações, tendo destaque o novo prédio do Ministério da Fazenda.

A *Cultura Política* fez, novamente, uma edição para a comemoração do 10 de novembro. Além dos diversos elogios, dos enaltecimentos aos logros do regime e ao presidente da Nação, cabe notar a alusão que se faz à popularidade do chefe do Governo e suas condições:

Conservando o seu título de chefe eminentemente popular, o Presidente Getúlio Vargas faz, com a atmosfera que o envolve, o maior apanágio do

³⁰ *Folha da Manhã*, 10 de novembro de 1942, p.3.

regime que ele soube inspirar e que tem sabido manter com a mesma continuidade e persistência de propósitos. Só podem ser populares assim os Chefes de Governo que sabem realizar a felicidade dos povos que governam³¹.

De acordo com Maria Celina D'Araújo (2000), a distinção entre Estado e nação e, ao mesmo tempo, a necessidade de fundi-los por meio de um líder foram as marcas dos regimes de cunho autoritário e nacionalista. Ainda segundo a autora, o Estado Novo expressaria esse pressuposto pelas comemorações cívicas que inventou e cultivou, e também pelo culto à personalidade do “chefe”, que simbolizava o poder de Estado e a nacionalidade brasileira. Desse modo, era o Chefe do Estado e da Nação.

A propaganda política da época tratou de informar as várias homenagens do sétimo ano do Governo ao Presidente Vargas. Ainda que informassem as homenagens, cabe notar que grande parte delas partiu do Exército e dos militares, contando com desfiles, esquadrão de cavalaria, inauguração do círculo dos oficiais, banquete de gala oferecido pelo Exército, entre outros. Interessante notar outros dois meios para divulgação dos logros do Governo: “*Vargas e o Boletim do Trabalhador*”, órgão da Comissão Técnica Sindical, em edição comemorativa com 24 páginas, e os filmes *Esforço de Guerra do Brasil* e *Brasil no Front da Europa*, produzidos pela Divisão de Cinema e Teatro do DIP para divulgar a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Capelato (2003), em 1945 o Governo não conseguia mais impedir ou abafar as manifestações contrárias a ele. Somava-se ao fato a próxima vitória dos aliados que colocaria em xeque as ditaduras, assim como tornaria explícitas as contradições do Estado Novo – regime internamente autoritário e externamente favorável à democracia. Os aspectos anunciados enfraqueceriam o prestígio de Vargas, que passou a ser alvo de oposição mais sistemática.

O enfraquecimento e a crítica ao regime podem ser notados a partir do trecho extraído do jornal:

Sem feriado, sem as habituais concentrações de sindicatos e sob o anátema dos verdadeiros brasileiros, passa hoje o 10 de novembro, que poderia ser indiferente a todos nós ou poderia, mesmo, ser uma data simpática por outro qualquer motivo. Ele relembra, porém, o início de um período de ominosa memória, dentro daquele de outros três lustros, que o sr. Getúlio achava tão curto e a nação sempre considerou uma triste e desoladora eternidade. Faz, portanto, hoje, oito anos que uma traição triunfou para nosso descrédito, alinhando-nos entre os povos escravizados por aventureiros totalitários³².

³¹ *Cultura Política*, n. 34, 10 de novembro de 1943, p. 8.

³² *Correio da Manhã*, do dia 10 de novembro de 1945, p.3.

Esta passagem ilustra o que mencionamos no início deste capítulo sobre a interpretação distinta das vítimas, dos opositores e dos ditadores, tal como as distintas maneiras de se construir o passado, dar sentido ao presente e relacioná-lo com o ato de rememorar ou recordar. Nesta passagem, no fim do Estado Novo, os opositores da ditadura puderam divulgar uma interpretação e uma memória distinta da oficial.

5.2 Perón, os trabalhadores e os 17 de outubro (1946-1955)

Iniciaremos este tópico assinalando o diferencial dos marcos fundacionais do varguismo e do peronismo, isto é, o 10 de novembro e o 17 de outubro, sobretudo no tocante aos trabalhadores. O 10 de novembro demarcou o golpe que instaurou uma ditadura, não contando com o apoio ou a atuação dos trabalhadores, enquanto o 17 de outubro demarcou uma grande manifestação popular, composta sobretudo por grande parte dos trabalhadores argentinos, exigindo a liberdade de Perón.

Deste modo, o “*Dia de la Lealtad*” teria um significado simbólico não apenas para Perón como também para os trabalhadores constituindo, inclusive, um momento de disputas simbólicas, o que não ocorreu com o 10 de novembro no Brasil. Novamente, as questões das interpretações destas datas tal como das memórias sobre elas, mencionadas no início deste capítulo, são significativas na medida em que o Governo peronista e os trabalhadores produziram comemorações distintas. Por essa razão que o regime manipulava a memória do 17 de outubro, inclusive reinventando a história e o significado da data, para lograr o monopólio da comemoração.

Antes de iniciarmos a exposição das celebrações anuais, precisamos fazer uma observação: embora o período 1946-1955 corresponda à vigência dos Governos de Perón, este não pode ser entendido como um momento homogêneo porque, assim como no Estado Novo, as circunstâncias externas e internas foram responsáveis por mudanças significativas no jogo político.

Norteados pela divisão dos períodos de Plotkin (2013), o processo de “peronização” dos espetáculos de poder, assim como o processo de criação do aparato simbólico peronista, para nós, pode ser dividido em três períodos: entre 1946 e 1948 caracterizado como um período de luta pelo monopólio do espaço simbólico; o segundo período, compreendido entre 1948 e 1950, caracterizado pela institucionalização do aparato simbólico oficial; e o terceiro período, compreendido entre 1950 e 1955, caracterizado pela cristalização dos rituais políticos peronistas.

O primeiro aniversário da data foi comemorado por eventos de distintos grupos, considerando diversos aspectos e maneiras de realizar. Com relação às comemorações oficiais, cabe dizer que a mesma foi organizada pela CGT e contou com um contingente de 250 mil pessoas. De acordo com Plotkin (2013), como era esperado, os festejos do *Día de la Lealtad* se concentraram em grandes decorações nos prédios ao redor da praça. Com relação às demais festividades, Raquel Paz (2000) cita: uma missa pela manhã, uma homenagem a San Martín a partir do depósito de flores em sua tumba e ao meio dia, um desfile de mil ônibus, sob orientação do sindicato, louvando Perón.

O presidente estava acompanhado por Eva Perón, todos os seus ministros e secretários, chefes militares, deputados e senadores partidários. A semana da data contava com uma significativa propaganda com os anúncios dos jornais e os discursos pronunciados pelos dirigentes sindicais, reproduzidos na cadeia nacional de rádio³³, ressaltando o significado da comemoração. Da mesma forma, os jornais da época retratariam o dia posteriormente, o que nos remete à ideia da “rememoração” das festas, seja pelos meios de comunicação, seja pelos discursos de Perón.

Segundo Plotkin (2013) no primeiro ano foi possível ter comemorações alternativas e, ligeiramente, espontâneas, pois, embora Perón fosse o protagonista, o regime peronista ainda não tinha o monopólio do significado do dia 17 de Outubro. O processo de apropriação da data avançaria no ano de 1947.

A diferença do primeiro para o segundo ano de comemoração consistiria na tentativa de associar e fixar a celebração como data pátria e, a partir da convocação e organização pela CGT, os sindicatos portariam cartazes com a identificação do lugar e ramo de atividade. A celebração contou com Perón e sua esposa, Eva Perón, o vice-presidente Quijano, o governador da província de Buenos Aires, Mercante, altos funcionários da administração pública e da CGT. O diferencial também estava no uso da palavra, além de Perón, pelos dirigentes dos trabalhadores, Juan Rodríguez, pela CGT, e Julio César Villada, pela Comissão Intergremial de Homenagem.

As comemorações paralelas também perderam espaço devido à falta de “relevância política”. Em 1947, a data pertencia definitivamente ao regime peronista e, assim, é possível notar uma forte tendência de repetir certos gestos, como os atos de violência aos jornais

³³ O governo também distribuiu um panfleto nas escolas, no qual explicava o significado do dia: “*el pueblo arrebatado por el fervor patriótico y enardecido por la pasión cívica se volcó, nunca se viera, en las calles de todas las ciudades y todos los pueblos de la República pidiendo el retorno del hombre al que las fuerzas oscuras pretendieron alejar del sitio que sus merecimientos y su lucha le habían asegurado*” (LA PRENSA apud PLOTKIN, 2013, p. 116).

antiperonistas *Critica*, *La Prensa* e *Clarín*. Até mesmo a cobertura das celebrações, por parte da imprensa peronista, passou a ser mais monolítica que no ano anterior. Os grandes marcos da história de 1945 seriam reformulados e aprimorados³⁴, fazendo com que as figuras de Perón e Eva Perón tivessem maior destaque.

Para Plotkin (2013), as comemorações do *Día de la Lealtad*, entre os anos 1948 e 1950, passaram a ter aspectos simbólicos cada vez mais institucionalizados. O primeiro deles é a figura de Perón em um lugar absolutamente central na simbologia do dia. Ainda segundo o autor, a liturgia política da festa seria mantida até que fosse apagada a distinção entre o Partido e o Estado, propiciando a personificação de ambos os elementos na figura de Perón. Nesse sentido, a lealdade ao ideal e ao partido implicava a lealdade à nação e a Perón; logo, ser leal a Perón era ser leal à Argentina.

Esta “institucionalização” dos símbolos também estaria ligada às ideias e aos valores transcendentais pensados pelo novo secretário da Educação, Oscar Ivanissevich³⁵. De acordo com Plotkin (2013), o secretário colaborou para a ritualização da data a partir da conversão do peronismo em uma verdadeira religião política.

Outra inovação foi a participação, como oradores inaugurais, do secretário da CGT, José Espejo, e de Eva Perón, que passaram a participar e discursar nos demais anos. Posteriormente, Perón discursava. Cabe dizer que antes dos pronunciamentos, em todos anos, era comum hastear a Bandeira Nacional, tocar o Hino Nacional e a marcha *Los Muchachos Peronistas*³⁶.

Assim, com base nos personagens que discursaram nos anos iniciais, podemos notar que o Governo também procurou manter a projeção de imagens de unidade e, sobretudo, de pertencimento dos trabalhadores à “grande obra” do Governo. Além dos discursos políticos dos representantes dos trabalhadores, cabe notar os aspectos materiais oferecidos, como, por exemplo, nos anos 1949 e 1950. Em 1949, Perón passou a condecorar com a medalha peronista, outorgada pelo Conselho Superior da Medalha Peronista, alguns trabalhadores sindicais, e em 1950 foi a inauguração do prédio sede da CGT.

Ainda que os regimes varguista e peronista procurassem inserir os trabalhadores nas comemorações “fundacionais”, podemos notar diferenças significativas entre as mesmas.

³⁴ De acordo com Raquel Paz (2000), segundo a nova versão, Perón não foi destituído dos seus cargos públicos em 1945. Ele teria renunciado, espontaneamente, porque não teria concordado com as restrições que queriam impor aos trabalhadores.

³⁵ Fazia parte do Comitê Organizador das celebrações do Primeiro de Maio e do 17 de outubro. Também foi o autor da letra da *Marcha del Trabajo* e, possivelmente, da *Marcha Peronista*.

³⁶ *Mundo Peronista*, ano I, nº 7, outubro de 1948.

Entre as diferenças, notamos a condecoração com a medalha peronista para alguns trabalhadores sindicais. Este aspecto é interessante, pois revela as distintas formas utilizadas pelos regimes de reforçar a imagem e a ideia do pacto com os trabalhadores. Em alguma medida, a medalha simbolizava o cumprimento do pacto e o reconhecimento do trabalhador, a partir do “modelo ideal” proposto pelo regime.

De acordo com Plotkin (2013), a partir de 1950, a “Doutrina” passa a ser composta, basicamente, pelas imagens de Perón e Eva Perón, não deixando espaço para outros personagens. Para o autor, isso também decorre da forma como o novo secretário de Informações da Presidência, Raul Alejandro Apold³⁷, cuidava da propaganda peronista. O novo secretário procurava aprofundar a “peronização” do Estado e da sociedade, fazendo com que os limites entre o partido e o Estado ficassem difusos. Ademais, a retórica peronista ficaria mais carregada de elementos religiosos, que eram necessários para alcançar o “bem-estar” dos trabalhadores.

As festas encerravam com eventos artísticos como bailes populares na Avenida *Nove de Julio*, dos quais participavam figuras célebres da canção popular como Hugo del Carril, Charlo e Azucena Maizini, além do corpo de baile do Teatro Colón.

A importância dessas festas não estava no ato de celebrar, mas na oportunidade de reafirmar a devoção do povo, sobretudo dos trabalhadores, ao líder e recriar os fundamentos que legitimassem o regime. Nesse sentido, não era por acaso que, em todos os discursos políticos da data, Perón perguntava se estavam satisfeitos com seu Governo, se ele representava as ideias dos argentinos e se queriam que ele continuasse com suas obras.

A interação com os trabalhadores durante as comemorações também era um diferencial do peronismo com relação ao varguismo. Além dos tipos de “entrada” ao poder, isto é, um golpe e uma eleição, que possibilitaria esta interação com o público, vale observarmos as distintas formas de produzir imagens de legitimidade do poder e apoio dos trabalhadores as políticas implantadas, ao governante e ao regime como um todo.

Exemplo do culto cada vez maior em torno das figuras de Perón e Eva Perón foi o 17 de outubro de 1951. Em decorrência de seu delicado estado de saúde e de seu papel fundamental no imaginário social e político almejado pelo regime peronista, a data foi praticamente dedicada a Eva Perón. Perón anunciava que a rememoração do grande dia deveria ser uma Homenagem de Distinção e Mérito a Eva Perón, que inclusive recebeu a Medalha Peronista e uma medalha especial da CGT (*Comisión Ejecutora de la Ley 25.114*,

³⁷ Autor da frase “*Perón cumple, Evita dignifica*”, um dos principais *slogans* do peronismo.

2002). Esse aspecto é simbólico na medida em que era condecorada não apenas pelo Governo, representado pelo Partido Peronista, como também pelos trabalhadores, a partir da CGT.

Figura 16 – Concentração dos trabalhadores na Plaza de Mayo, em 17 de março de 1951.

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 8, ano II.

Outro aspecto notório deste ano é que, também em homenagem à Eva Perón, o feriado do dia 18 de outubro de 1951 não receberia o nome de “*San Perón*”, mas de “*Santa Evita*”. A celebração coincidiu com a inauguração oficial dos serviços televisivos na Argentina, que reproduziu as imagens de Perón e Eva Perón, podendo ser assistidos nos aparatos receptores colocados nos edifícios adjacentes à *Plaza de Mayo*, nos bairros e em alguns lugares da grande Buenos Aires.

Novamente podemos assinalar outra diferença entre as comemorações do regime varguista e peronista: o caráter religioso durante e após o ritual peronista. O caráter religioso contribuía para a produção e reprodução de imaginários sociais e políticos do peronismo, inclusive na “santificação” do governante e de sua esposa, com um feriado com o próprio nome, o que não ocorreu no varguismo.

Para Plotkin (2013), em 1952, a comemoração se assemelhava a uma celebração semirreligiosa. O programa foi meticulosamente traçado, perdendo a pouca espontaneidade que havia lhe sobrado desde o nascimento da data, tal como o caráter original quase carnavalesco. Somado a isso, a comemoração de 1952 se transformou em uma homenagem popular, centrada na figura de Perón e na memória de Eva Perón, pois era o primeiro aniversário que estava ausente. Assim o *Mundo Peronista* descreveu a data:

Otro 17 de Octubre! Pero un 17 de Octubre distinto a todos los otros. El mismo Pueblo y el Conductor de siempre. En la Plaza de nuestras mayores glorias y de nuestros mayores recuerdos (...). Las columnas de trabajadores avanzan hacia la Plaza de Mayo, procedentes de todos los rumbos, con la misma fe, con la misma resolución, con el mismo entusiasmo de todos los 17 de Octubre. Sin embargo, hay algo íntimo que trasciende a las expresiones físicas de la multitud. La marcha triunfal de siempre no se refleja hoy en los semblantes, que llevan la evocación de una figura que animó todos los 17 de Octubre y que hoy no podrá estar físicamente presente. Porque el pueblo avanza hacia la Plaza de Mayo evocando a Evita³⁸.

Nesse ano, a comemoração contou com um toque de silêncio seguido do Hino Nacional e da marcha “*Evita Capitana*”³⁹, em vez de “*Muchachos Peronistas*”. Após a entrega da Medalha Peronista e do discurso de José Espejo, secretário-geral da CGT, foi reproduzido o último contato de Evita com os *descamisados*: o discurso do Primeiro de Maio de 1952. Posteriormente, foi lido o capítulo “*Mi suprema voluntad*” do livro *Razão da Minha Vida*, seguido do discurso do Perón. O dia também contou com o primeiro documentário colorido, produzido pela Subsecretaria de Informações, sobre Evita.

Legitimados o seu Governo e a sua figura perante os trabalhadores, Perón precisava disciplinar a oposição. Nesse sentido, alguns autores mencionam o caráter autoritário de Perón acompanhado por denúncias diretas à oposição. Tanto os discursos quanto a propaganda peronista personificaram os “antipátrias” na figura de Braden, sendo que aqueles que estavam contra ou que queriam sabotar o regime seriam os demais “Braden”.

O *Dia de la Lealtad* de 1953, em certa medida, pode ser notado como um exemplo do caráter mais autoritário do regime. Nesse sentido, o dia foi composto por generais: o presidente da República da Nicarágua, o general Anastasio Somoza, o secretário-geral da CGT, Eduardo Vuletich, o governador da Província de Buenos Aires, Carlos V. Aloé, e Perón. Como tradição, houve a entrega da Medalha Peronista, sendo que Perón receberia uma Medalha de Reconhecimento pela CGT por “*el imperio espiritual de su prédica incansable y por el auspicio de su fe en los destinos del pueblo y de su amor por la causa de los humildes*” (Comisión Ejecutora de la Ley 25.114, 2002, p. 80). Por fim, também fizeram um momento de silêncio em memória de Eva Perón, “*ausente físicamente pero eterna en el alma de su pueblo*” (Idem).

³⁸ *Mundo Peronista*, ano II, n. 32, p. 18.

³⁹ O trecho da marcha demonstra o culto e a devoção que deveriam ser dados a Perón e Evita: “(...) *Las muchachas peronistas, Con Evita triunfaremos y con ella brindaremos nuestra vida por Perón. Viva Perón, viva Perón. Por Perón y por Evita la vida queremos dar: por Evita Capitana y por Perón General* (...)” (*Mundo Peronista*, 1952).

Interessante ressaltar o aspecto simbólico da troca de medalhas, isto é, Perón entregando uma medalha a um trabalhador e um trabalhador entregando uma medalha a Perón. Este ato revelou e reforçou a projeção da imagem de apoio e legitimidade ao Governo peronista.

Para alguns autores, não estava claro que 1954 seria a última vez que se comemoraria o *Dia de la Lealtad*. Ao que parece, Perón sentiu a pressão opositora, expressando um tom mais firme em seu discurso “*cuando está en juego la suerte del país, los indiferentes son traidores*”. Todavia, o ritual seguiu a programação dos outros anos: inicialmente, tocou-se o Hino Nacional e a marcha “*Los Muchachos Peronistas*”, seguidos do discurso do secretário-geral da CGT, Eduardo Vuletich. Ao final, foi lido o decreto que estabelecia o dia 18 como feriado. Por fim ocorreu o festival artístico organizado pela CGT, na Avenida *Nove de Julio* com a Rua *Moreno*, e fogos de artifício para encerrar o último espetáculo daquele Governo peronista.

Figura 17 – Cartaz em homenagem ao Dia da Lealdade.

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 8, ano II.

Plotkin (2013) considera que, até 1955, essas celebrações não poderiam mais ser caracterizadas como festividades populares. O caráter espontâneo e carnavalesco, que configurava alguns dos aspectos essenciais de uma festa popular, foi se perdendo ao longo daqueles quase dez anos de Governo peronista. Esses rituais acabaram sendo o resultado de um esforço intenso para reformular a memória coletiva e construir o imaginário político almejado a partir da manipulação do significado da data.

5.3 Do dia dos trabalhadores ao dia do Trabalhador: Vargas, Perón e os trabalhadores

Os Governos varguista e peronista assinalavam a importância dos trabalhadores de seus países para a construção de algo “novo”, que priorizava o bem estar e a felicidade. Do mesmo modo que o papel do trabalhador, a relação entre o governante e o trabalhador era de fundamental importância.

O Primeiro de Maio contém um histórico valor simbólico, representando, em grande medida, a união e a identidade dos trabalhadores de um determinado local, por uma determinada causa ou memória. Nesse sentido, os Governos de Vargas e de Perón se apropriaram e ressignificaram a data, utilizando-a como um momento para a produção de um imaginário político e social sobre os trabalhadores e sobre si, sendo que a data começaria a se transformar de dia dos trabalhadores para o dia do trabalhador, isto é, como homenagem a Vargas e Perón.

Ainda que ambos tenham se apropriado da data, tais apropriações ocorreram de maneira distinta, como veremos adiante. De que forma estes espetáculos seriam montados? Quais as suas particularidades? Qual o papel dos trabalhadores? Tinham alguma semelhança com os espetáculos das datas “fundacionais” dos regimes?

5.3.1 Os Primeiros de Maio (1937-1945), Vargas e os trabalhadores

A ideia norteadora deste tópico é que a data, de expressiva significação para o proletariado mundial, foi apropriada e reformulada pelo Governo de Vargas, constituindo-se em um momento de esforço pedagógico e de legitimação pelo destaque à figura do trabalhador. Ainda que seu significado e formas comemorativas tenham sido reconfiguradas, acreditamos que o Estado Novo manteve parte dos traços rituais anteriores, permitindo seu reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades.

Segundo Cássio Tomaim (2006), independentemente das diversas interpretações dadas ao Primeiro de Maio, representando um dia de lembrança aos trabalhadores de Chicago em 1886 ou para celebrar a conquista da jornada de oito horas de trabalho, ou ainda o “despertar” da consciência de classe, o que de fato predominou no imaginário do trabalhador foi o sentido de “festa do trabalho”. Ademais, o Primeiro de Maio no Estado Novo foi pensado como uma forma de incentivar a reinvenção de uma identidade coletiva da classe trabalhadora e de estabelecer uma relação entre ela e a legislação trabalhista.

Desse modo, o dia passou a ser uma festa de exaltação aos trabalhadores, aos direitos concedidos a eles e, por consequência, ao chefe da nação e ao regime, que lhe “proporcionaram” tais benesses. A partir de 1938, o Primeiro de Maio passou a ser conduzido pelo Governo, com a apresentação de um novo conteúdo simbólico:

Nesse momento, o Primeiro de Maio se transformou numa festa, onde o presidente e os trabalhadores se encontravam e se comunicavam pessoalmente, fechando simbolicamente um grande conjunto de práticas centradas na elaboração e implementação de uma legislação trabalhista para o país. Por isso, nessas oportunidades, os trabalhadores não estavam nas ruas, nem faziam reivindicações como antes, mas recebiam o anúncio de novas leis, o que efetivamente causava impacto, não sendo apenas efeito retórico⁴⁰.

Assim, diferentemente de outros Primeiro de Maio, este não teria espaço para protestos, greves ou luta de classes, recebendo um novo sentido, como comprova a propaganda publicada em *O Estado de S. Paulo*:

(...) o 1º de maio tem em todo o mundo um sentido de reivindicações conquistadas com luta e sangue. No Brasil, entretanto, o 1º de maio é uma grande oportunidade, um grande dia de festa, de harmonia e de colaboração das classes trabalhadoras com o Governo e com as outras classes (...) a sua festa de hoje tem outro sentido, um sentido de harmonia, de problemas resolvidos, de compreensão mútua (...) o 1º de maio no Brasil deixou, portanto, de ser uma data exclusivamente proletária, para ser uma comemoração de caráter nacional, onde o proletário, antes que o Governo, se sente feliz em demonstrar que não há mais no Brasil nenhum clima para a luta de classes (*OESP*, 01.05.1940 apud SCHEMES, 2005, p. 44).

No ano de 1938 a comemoração, relativamente tímida, foi organizada no Palácio Guanabara, dando início a uma nova relação do Governo com a data. Sob a organização do DNP, órgão de propaganda oficial antes do DIP, a solenidade contou com a presença de ministros de Estados, autoridades civis, militares e representantes dos sindicatos patronais e de trabalhadores.

Reunidos no Salão Rosa do Palácio Guanabara, os convidados presenciaram a assinatura de dois decretos referentes ao estabelecimento de 22 comissões – representando cada Estado, o Distrito Federal e o território do Acre –, responsáveis por assessorar no estabelecimento do salário-mínimo que seria implantado futuramente e outro referente à isenção de impostos de transmissão para aquisição e construção de casas para operários (FERNANDES, 2011).

⁴⁰ GOMES, Angela de Castro. Primeiro de Maio. *FGV CPDOC* [on-line], s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>>.

Segundo Gomes (2002a), a assinatura dos dois decretos sinalizou um compromisso do Governo de anualmente “presentear” os trabalhadores com iniciativas governamentais no campo social. A partir daquele momento, a data passaria a fazer parte do “tempo festivo” inaugurado pelo regime, assim como a ser guardada de maneira especial pelos trabalhadores. Além dos decretos, a solenidade contou com as palavras do ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, do presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal, Luis Augusto França, e do presidente Getúlio Vargas.

Com relação às celebrações pelos trabalhadores, em 1938, na Capital Federal, Bilhão (2011) afirma que ocorreram sob “liberdade vigiada”, pois, por ordem da Chefatura da Polícia, não poderia ocorrer qualquer tipo de manifestação pública ou ocupação, sob qualquer pretexto, nas ruas da cidade. Dessa forma, os sindicatos e as agremiações, que tinham seu funcionamento assegurado por lei, promoveram “sessões cívicas” seguidas de bailes e outras festividades.

Apesar da cerimônia relativamente tímida por parte do Governo, houve cobertura do jornal *Correio do Povo*. Segundo ele, em outras capitais, o Primeiro de Maio foi marcado por solenidades, apresentações de bandas e desfiles com a presença de interventores e autoridades militares, além de missas campais que reuniram um público considerável. De acordo com nota do *Jornal do Brasil*, o interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, recebeu autorização do Governo federal para transportar, gratuitamente, os operários do interior para Porto Alegre para que pudessem participar das festividades do Primeiro de Maio, o que nos leva a crer que o fato ocorreu em outras localidades também (BILHÃO, 2011).

Em 1939 as comemorações do Primeiro de Maio foram incrementadas tanto na preparação como na divulgação. Dias antes, a imprensa começou a noticiar os preparativos da “grande parada operária em homenagem ao presidente Vargas”, assim como divulgar algumas instruções para o seu “brilhantismo”. Do mesmo modo, caberia a cada sindicato conclamar seus associados a comparecerem à concentração – no caso da capital, na Praça Paris –, às 14 horas, para dali saírem organizados rumo ao desfile, que se iniciaria às 15 horas.

Ainda sob a direção do DNP, a comemoração foi feita em frente ao Palácio do Trabalho, sendo iniciada com o desfile da Comissão Executiva da União dos Sindicatos, que conduziu a Bandeira Nacional e seguida pelos estandartes das Federações, ladeados pelas respectivas comissões executivas. Na sequência desfilaram os sindicatos com seus respectivos estandartes, carregados por associados, formados por colunas de oito e cantando o Hino Nacional.

Findo o desfile, os trabalhadores se concentraram em frente ao Palácio do Trabalho, para ouvir os discursos. Em primeiro lugar falou Valdemar Falcão, ministro do MTIC, e, posteriormente, o presidente Vargas.

De acordo com Bilhão (2011), a partir de 1939, verificava-se a transformação da data em momento privilegiado de culto à nação, apagando-se qualquer alusão ao seu caráter internacional. Do mesmo modo, notam-se o controle e a colaboração ambicionados pelo Governo a partir das orientações aos trabalhadores pelo seguinte texto:

Aproveitamos a oportunidade para avisar aos inimigos do regime, escondidos no anonimato, que o proletariado, unificado em torno do Estado Novo e do seu grande chefe Getúlio Vargas, não permitirá a intromissão de elementos estranhos nas classes e, principalmente, a de antigos extremistas que, sabotando o noticiário da grande parada de Primeiro de Maio, ainda pretendem criticar as deliberações das assembleias sindicais (BILHÃO, 2011, p. 78).

O ministro do Trabalho teve de lidar com a oposição sindical, que ainda encontrava brechas para se manifestar contra o regime, e com a “boa vontade” patronal. Com essa finalidade, Valdemar Falcão pediu aos estabelecimentos comerciais e industriais, assim como às casas de diversão públicas, que fechassem suas portas entre as 12 e 17 horas daquele dia, para que todos os seus empregados pudessem participar da “imponente demonstração cívica”⁴¹ (BILHÃO, 2011).

Por fim, os “presentes” da festa, anunciados pelos rádios e jornais, foram a assinatura de dois novos decretos: o primeiro criando a Justiça do Trabalho⁴² e o segundo criando refeitórios para trabalhadores e escolas profissionais para os filhos dos operários.

O *Correio do Povo* enfatizou a grandiosidade da comemoração:

(...) muito antes da hora marcada para o início do desfile já se comprimia na praça em frente ao Ministério uma multidão calculada em cem mil pessoas. No horário marcado iniciou-se o desfile. Nele, ao passarem pela sacada, os

⁴¹ É preciso dizer que, em 1940, os críticos da ditadura estadonovista denunciavam as manipulações que o Primeiro de Maio sofria. Segundo Afonso Henriques (1966), era comum um funcionário do Ministério do Trabalho convocar os presidentes dos sindicatos para, com eles, organizar uma lista em que cada um se comprometia a levar um número de operários para a parada trabalhista. Assim, quando o líder sindical não conseguia levar o número acordado, era advertido e ameaçado com represálias, o que o levava a praticar com o trabalhador métodos “distintos” como a apreensão de carteiras de trabalho antes do grande evento. Como descreve Henriques (1966): “O grosso das manifestações de fidelidade ao Estado Novo repousava, porém, nos estivadores e nos operários das fábricas de tecidos de Bangu. Os estivadores porque, como é sabido, estavam sujeitos a um estrito controle policial e ministerial. As carteiras profissionais eram apreendidas até a terminação da parada e só podiam trabalhar no dia seguinte se tivessem passado pelo visto do comparecimento. Quanto os operários de Bangu, todos conheciam o íntimo grau de relações existentes entre seus patrões e o Estado Novo. Havia livro de ponto e punição para os faltosos. Um verdadeiro comboio de caminhões se encarregava de trazê-los e levá-los depois da “parada trabalhista espontânea” (p. 197).

⁴² A instituição da Justiça do Trabalho só ocorreu, de fato, em maio de 1941, quando um novo anúncio de sua implantação foi feito.

representantes dos sindicatos, portando seus estandartes, saudavam com salvas de palmas o presidente da República e davam vivas ao Estado Novo. O sindicato dos artistas entregou ao presidente um arranjo de flores (BILHÃO, 2011, p. 78).

Para além da veracidade dos dados apresentados como a afirmação de cem mil pessoas, é interessante notar a transformação em dois anos do regime, da comemoração por parte do Governo, em um evento dos trabalhadores. O Primeiro de Maio como “espetáculo do poder” foi propiciado a partir da criação do DIP, em 1939.

Desse modo, a partir de 1940, as comemorações passaram a ser realizadas nos grandes estádios desportivos. No ano de 1940, as comemorações da data foram no Estádio de São Januário, o campo de Vasco da Gama, com o ingresso franco e gratuito a todos os que desejassem assistir às festividades. Segundo as informações da imprensa, a grande concentração prevista para as 15 horas contou com a presença de 40 mil pessoas (*Jornal do Brasil*), sendo que os ônibus e bondes especiais partiriam de diversos pontos da cidade para conduzir os trabalhadores e suas famílias ao local.

A extensa programação contou com a participação de artistas do rádio e do teatro com apresentações do Hino Nacional, discursos das autoridades e entregas de diplomas de honra ao mérito a empresários que se adequaram às normas e que mantinham refeitórios para seus empregados.

Como um exemplo de artista que participou das comemorações, podemos citar Carlos Galhardo, um dos principais cantores da era do rádio na época, que interpretou a *Canção do trabalhador*, composta por Ari Kerner especialmente para ser lançada na data:

Somos a voz do progresso
E do Brasil a esperança.
Os nossos braços de ferro
Dão-lhe grandeza e pujança.
Seja na terra fecunda,
Seja no céu ou no mar.
Sempre estaremos presentes,
Tendo na Pátria o altar (GOMES, 2014, p. 2).

Como se pode observar neste trecho, a mensagem explícita na letra da canção era a de exaltação do ato de trabalhar e da lealdade dos trabalhadores para com a grandeza do país, o que condiz com a “periodização” (1937-1942) estabelecida no primeiro tópico deste capítulo, como um momento em que o Governo estava buscando legitimar o novo regime. Após as

atrações artísticas⁴³ foi anunciado o “presente da festa” que, naquela ocasião era a assinatura do decreto-lei que estabelecia o salário-mínimo em todo o país.

Na manhã do Dia do Trabalhador de 1941, como primeiro compromisso oficial, o presidente Vargas se dirigiu à Praça Onze de Junho, onde seria iniciada a edificação de um monumento elaborado pelo “elemento proletário” em homenagem ao Governo, sendo saudado por representantes sindicais e, posteriormente, por uma apresentação de canto orfeônico.

Na tarde daquele dia, o estádio Vasco da Gama, em São Januário, foi novamente “palco” das comemorações do Dia do Trabalhador. A celebração seria apresentada como “*concentração operário-esportiva e grande homenagem ao presidente Vargas*”. As festividades ocorreram sob a coordenação do DNT, do MTIC, sendo que a imprensa publicou, pela primeira vez, uma extensa regulamentação de como deveriam se portar e desfilar cada uma das representações, incluindo a orientação detalhada dos portões do estádio a serem utilizados para a entrada de cada grupo. O DIP ficou responsável pela transmissão, pela primeira vez, em cadeia nacional dos discursos de Getúlio Vargas e de Valdemar Falcão que também foram retransmitidos, em ondas curtas, para fora do país (BILHÃO, 2011).

Com relação à programação do dia, tiveram destaque as apresentações artísticas, o desfile da delegação de “atletas operários”, a execução do Hino Nacional, o discurso de Vargas e a realização de duas partidas de futebol, sendo que uma foi com jogadores profissionais que representavam as zonas Norte e Sul do Rio de Janeiro, e outra entre trabalhadores de distintas categorias profissionais. Outra importante e notável inovação foi a apresentação de uma esquadrilha recém-criada da Força Aérea Brasileira (FAB), que às 15 horas sobrevoou o estádio fazendo uma exibição de manobras.

⁴³ Na cobertura do *Jornal do Brasil* estava a programação dos mais diversos cinemas da Capital que, “desejando associar-se às comemorações do Dia do Trabalho”, promoveram sessões cinematográficas para os filhos dos operários antes e depois dos desfiles no Estádio.

Figura 18 – Manifestação cívica, no Dia do Trabalho, em homenagem a Vargas no estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro.

Fonte: CPDOC/CDA Vargas.

Naquele ano o Governo também se preocupou em controlar os movimentos externos ao estádio, contando com delegações nas ruas adjacentes ao local, ainda que trajados de atletas. Desse modo, os participantes foram informados antes do grande evento de que forma deveriam proceder:

A formação de cada representação, tendo à frente a Bandeira Nacional, será feita em coluna por seis; ao atingirem a primeira bandeira branca, a um silvo do apito do chefe, farão a saudação ao Presidente da República da maneira seguinte: será desfraldada a Bandeira Nacional e abatida a da representação e assim conservadas até atingirem a segunda bandeira branca; os componentes das representações executarão o ‘olhar à direita’ (BILHÃO, 2011, p. 83).

Como constatou Baczko (1985), “*a função do símbolo não é apenas de instituir distinções, senão também de introduzir valores e de modelar condutas individuais e coletivas*” (p. 29). Segundo Capelato (2009), a bandeira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Para Bilhão (2011), a larga utilização da Bandeira Nacional, reforçada pela proibição do uso dos símbolos estaduais, bem como de todos aqueles associados às demais ideologias combatidas pelo regime, exaltava a pretendida unidade nacional.

Como de costume, o “presente da festa” no ano de 1941 foi a instituição de fato da Justiça do Trabalho. Gomes (2002a) chama a atenção ao significado desses eventos em não se limitarem apenas a palavras.

Além da programação consagrada – desfiles, apresentações artísticas, aclamação à Bandeira e a Vargas e o futebol –, as comemorações do Dia do Trabalhador, em 1942, apresentaram duas “inovações”: a primeira era a presença do novo ministro do Trabalho,

Alexandre Marcondes Filho (de 1941 a 1945) e a segunda era a apresentação do evento como “comício cívico militar”.

Figura 19 – Estádio do Vasco da Gama, Primeiro de Maio de 1942.

Fonte: CPDOC/FGV.

A partir da imagem é interessante notarmos que, embora o Governo e o governante anunciassem que o destaque seria a figura do trabalhador, é a imagem de Vargas que está sendo carregada por estes trabalhadores, como se o presidente fosse o condutor e guia da nação. Esta imagem é significativa porque revela aspectos importantes deste período, como por exemplo a imagem e o papel que foram construídos para Vargas e para os trabalhadores, seja pelo próprio governante ou pelas políticas empreendidas por seu Governo, incluindo aí propaganda política, funcionários do Governo, intelectuais, entre outros.

Figura 20 – Trabalhadores desfilando, reforçando a ideia-imagem da Pátria-Una.

Fonte: Reprodução/ Laboratório de Fotografia da Fundação Cinemateca Brasileira. Arquivo de Cássio Tomaim (2005).

Como podemos notar, além dos cartazes, faixas saudando os feitos do presidente Vargas também eram levadas pelos trabalhadores nos desfiles. Ademais, pela posição dos trabalhadores, podemos notar aspectos implícitos nesse Governo, como a ordem, a unidade e o trabalho.

O caráter militar da festa foi acentuado, principalmente, pelo clima de se integrar ao bloco dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, dando início ao segundo momento da “periodização” (1942-1945) estabelecida no primeiro tópico deste capítulo. Desse modo, o programa cerimonial contou com manifestações das forças mecanizadas do Exército, das Forças de Artilharia e Corpo de Bombeiros, assim como as evoluções da Esquadra da Força Aérea Brasileira. De acordo com Schemes (2005), de maneira geral, nesse Primeiro de Maio, procurou-se reforçar as ideias de disciplina, hierarquia, ordem, pátria em guerra e soldados da pátria. A ideia foi reforçada inclusive na acomodação dos participantes no Estádio:

As gerais do estádio foram reservadas para o povo; as arquibancadas para os sindicatos; as tribunas especiais para os tiros de guerra, isto é, para os trabalhadores militarizados, e nas tribunas de honra os sócios do Vasco e as altas autoridades civis e militares” (BILHÃO, 2011, p. 84).

Novamente ficaria sob a responsabilidade do DIP a transmissão e a divulgação dos discursos de Marcondes Filho e Vargas. No entanto, o discurso político do presidente Vargas foi lido pelo ministro do Trabalho, pois Vargas sofreu um acidente automobilístico quando estava a caminho da celebração. Segundo Bilhão (2011), as festividades daquele ano representaram o ápice da normatização e do investimento estatal nas celebrações do Primeiro de Maio, marcando também o período de início da perda do controle das manifestações públicas por parte dos órgãos governamentais.

O tom de mudança, em curso ainda em 1942, pode ser observado no retorno das festividades da Festa do Trabalhador em 1943 à Esplanada do Castelo, apresentadas como “espetáculo cívico-trabalhista”. O “pano de fundo” dessa ocasião era a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Por essa razão, o regime buscava ressaltar a importância do “apoio” do povo brasileiro, utilizando-se de vários sindicatos que convidaram seus associados a se reunirem às *“13 horas, ao Largo da Carioca, a fim de hipotecarem integral apoio à atitude serena do presidente Getúlio Vargas, em defesa de nossa integridade e de nosso querido Brasil”*⁴⁴ (BILHÃO, 2011, p. 85).

⁴⁴ Mesmo o feriado caindo em um sábado, voltou a repetir-se o problema da dispensa dos trabalhadores, sendo a vez de Marcondes Filho negociar com o empresariado para que os estabelecimentos fossem fechados ao meio-dia, permitindo assim maior adesão à solenidade (BILHÃO, 2011).

Do mesmo modo, a *Folha da Manhã* auxiliou no objetivo da data quando comparou a festividade a uma conversa amistosa entre o Governo varguista e os trabalhadores:

As reivindicações trabalhistas custaram, em todos os países, muito sangue e muitas lágrimas. (...) Foi certamente inspirado por um sentimento de reconhecimento que os trabalhadores brasileiros se acostumaram a essa amistosa conversação anual com o chefe do Governo, da qual, em meio à espontânea e carinhosa aclamação, recebe a palavra de ordem, a orientação segura, um encorajamento amigo, a diretriz certa⁴⁵.

Novamente as comemorações foram compostas pelo desfile das agremiações e sindicatos, apresentações artísticas, saudações à Bandeira Nacional e ao presidente Vargas, assim como os famosos discursos do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, e de Vargas. A data foi encerrada com o “presente da festa”. Na ocasião, os trabalhadores receberam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além de divulgar e transmitir os discursos do Primeiro de Maio, o DIP também incentivava o apoio ao regime a partir dos cartazes produzidos:

Figura 21 – Cartazes produzidos pelo DIP, em 1943, anunciando a concentração trabalhista (à esquerda) e a promulgação da CLT (à direita), respectivamente.

Fonte: CPDOC/GV.

Os cartazes do Primeiro de Maio de 1943 e da CLT revelam alguns aspectos importantes e notórios do Estado Novo, no tocante ao trabalho e ao trabalhador. O do Primeiro de Maio, à esquerda, pelos símbolos representados no cartaz, tal como pelas

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 1º de maio 1940, p. 6.

ferramentas dos trabalhadores, indicando o tipo de trabalho e as aspirações para o Brasil, pode ser relacionado à industrialização e modernização do Brasil. Enquanto o da CLT, à direita, pelas ferramentas utilizadas pelos trabalhadores e pelos prédios atrás da figura de Vargas, revelam a combinação dos elementos que compõem o trabalho no Brasil, isto é, o trabalhador rural e o trabalhador urbano.

Notemos que ambos os cartazes têm um aspecto em comum: Vargas apresentado e representado, em uma posição acima dos trabalhadores, como se estivesse observando-os e até “abençoando-os”. Esta imagem é reafirmada com as palavras de exaltação à Vargas, em ambos os cartazes, revelando também que a festa do trabalhador e todos os benefícios “concedidos” deveriam ser relacionados ao “grande responsável”, incluindo os sentimentos de gratidão e retribuição dos trabalhadores a Getúlio Vargas.

O diferencial do Primeiro de Maio de 1944 foi a sua celebração em São Paulo, no Estádio do Pacaembu⁴⁶. A *Folha da Manhã* divulgou a programação que constaria de: execução do Hino Nacional, exaltação à Bandeira Nacional, desfile das delegações sindicais do interior do Estádio com seus estandartes e dísticos em saudação a Vargas; apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal e apresentação de *ballet* clássico, numa versão em que “o popular e o erudito” se encontrariam, contribuindo para a grandeza do evento; saudação de Fernando Costa, interventor do Estado, e discursos do ministro do Trabalho e do presidente Vargas; por fim, um jogo de futebol entre times de trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Figura 22 – Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de Primeiro de Maio, no estádio municipal do Pacaembu, em São Paulo, 1944.

Fonte: CPDOC/AMF.

⁴⁶ Na capital do país houve somente a “instalação de alto-falantes em vários pontos da cidade para a retransmissão da festa trabalhista do campo do Pacaembu” e “sessões cinematográficas especialmente dedicadas ao elemento proletário”.

De acordo com Vargas (1944), sua participação na festividade paulista justificava-se pela “necessidade de atender ao apelo de quase meio milhão de trabalhadores da cidade” e pelo reconhecimento à “conduta exemplar” dos trabalhadores locais, que não promoveram “nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos”, pois compreenderam *“com a mesma inteireza de ânimo posta no desempenho das tarefas cotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos”*.

Figura 23 – Concentração trabalhista de Primeiro de Maio no estádio do Pacaembu, em São Paulo, 1944.

Fonte: CPDOC/CDA Vargas.

As faixas da arquibancada também são reveladoras no tocante a alguns aspectos do Governo. A primeira delas, com os dizeres “Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado”, reforça a tônica do momento, isto é, a importância de todos os trabalhadores estarem vinculados a um sindicato que garanta seus direitos e, assim, impeça a desordem. Desse modo o sindicato garantiria a disciplina do trabalho e do trabalhador.

A segunda delas, com os dizeres “Viva Getúlio Vargas, comandante do Brasil em guerra”, revela o contexto da época combinando com a saudação. E, finalmente, a maior delas na foto, “Estamos convosco”, indica outro dos aspectos da época, que é justamente a imagem de “apoio” a Vargas.

A última celebração do Dia do Trabalhador voltou a ocorrer no estádio do Vasco da Gama, sob o formato “cívico-artístico-desportivo”. Em sua programação constavam os desfiles de delegações sindicais, escoteiros, bandas de fábricas e de militares, apresentações de ginástica, canto orfeônico, discursos do ministro do Trabalho e do presidente Vargas, além da novidade da edição: a presença do Serviço Nacional da Indústria (Senai), instituído por decreto presidencial em janeiro de 1942, que contou com uma delegação de mil alunos.

Naquele momento, as insatisfações do regime acabaram retratadas em alguns *Cinejornais* da época.

Figura 24 – Nas arquibancadas ou nas raias trabalhadores participam da última celebração do Primeiro de Maio.

Fonte: TOMAIM (2005).

Notemos o uso da bandeira do Brasil reforçando imagens como pátria una e coesa pelo engrandecimento e amor ao país. Ademais, devemos recordar que o Brasil estava em guerra e, assim, o uso dos símbolos se tornaria ainda mais frequente.

Os jornais da época comentavam a movimentação em torno do processo eleitoral e as informações a respeito dos dois pré-candidatos que iniciavam suas campanhas e refletiam as críticas cada vez mais abertas da oposição ao regime que findava. Desse modo, nota-se que as festas cívicas já não conseguiam propagar ou maquiar a ideia de “unidade” do povo brasileiro.

Figura 25 – Trabalhadores urbanos assistindo às comemorações do Primeiro de Maio.

Fonte: Reprodução/Laboratório de Fotografia da Fundação Cinemateca Brasileira. Arquivo do Cássio Tomaim (2005).

As multidões reunidas nas arquibancadas ou em desfiles pelas ruas no Estádio de São Januário eram as imagens ideais para cristalizar e incorporar o “ideal autoritário” da Unidade Nacional, pois a festa provoca a

emoção trazendo consigo um sentimento de exaltação, de engrandecimento que leva à comunhão de todos. Como espetáculo cívico, ela torna seus participantes “iguais”, criando em cada pessoa a figura do cidadão membro da comunidade (SCHEMES, 2005, p. 60).

Figura 26 – Trabalhadores esperando a chegada de Getúlio Vargas.

Fonte: Reprodução/Laboratório de Fotografia da Fundação Cinemateca Brasileira. Arquivo do Cássio Tomaim (2005).

Pelas descrições apresentadas, consideramos as festas do Primeiro de Maio fundamentais para a construção e a consagração dos imaginários políticos e sociais que o

regime buscava implantar. Desse modo, os discursos políticos de Vargas, nesse cenário, tiveram um significado especial.

5.3.2 Os Primeiros de Maio (1946-1955), Perón e os trabalhadores

Hace años las manifestaciones del 1º de mayo tenían el carácter de protesta por la ejecución de los obreros de Chicago. Eran entonces una expresión de odio, de rebeldía y de lucha contra el capitalismo. Pero desde que está el general Perón al frente de los destinos de la Patria, ya no albergamos odios ni rencores: nos reunimos junto a la tribuna del 1º de Mayo para bendecir a Dios y celebrar la felicidad de los trabajadores argentinos⁴⁷.

Do mesmo modo que o Governo de Vargas, o Governo de Perón também se apropriou dos símbolos, significados e reformulou o Dia Internacional do Proletariado, constituindo-se também como um momento de esforço pedagógico e de legitimação a partir do destaque à figura do trabalhador, como podemos notar a partir da epígrafe.

A “incorporação” do Primeiro de Maio por parte do Estado na Argentina seria facilitada por algumas coincidências. Naquele país, o Primeiro de Maio é o aniversário do pronunciamento de Urquiza, da Constituição Nacional de 1853 (em homenagem ao pronunciamento) e o dia em que o presidente da Nação deve proceder a uma solene inauguração do período legislativo ordinário (PLOTKIN, 2013). Nesse sentido, ainda no século XX, a comemoração tomaria diversos significados, de acordo com o grupo que organizasse as distintas celebrações.

Como mencionamos na primeira parte deste estudo, desde o golpe de 1943, Perón iniciou um processo de “unificação” dos significados e das celebrações do Primeiro de Maio. A partir de 1944, o Primeiro de Maio contava com uma celebração oficial, sendo que Perón já declarava a data como uma oportunidade para manifestar a relação “especial” entre a classe trabalhadora e o Governo. Ao assumir o Governo em 1946, este aspecto seria reforçado.

⁴⁷ Convenção Nacional Constituinte, 1949. *Diario de Sesiones de la Convención Nacional Constituyente*, p. 489 (VIGUERA, 1991, p. 53).

Figura 27 – Propaganda da época.

Fonte: Secretaria de Trabajo y Previsión apud Capelato (2009).

O cartaz do Primeiro de Maio revela alguns aspectos do momento, como as imagens que remetem à industrialização e ao trabalhador, combinadas com os dizeres “*Trabajador ontem oprimido, hoje dignificado*”. Como é um cartaz produzido pela STyP, indica que apenas após a criação da STyP que o trabalhador conseguiu deixar de ser oprimido e começou a ser dignificado.

Em 1946, como Presidente da República, Perón incorporou o oficialismo militar-peronista nas festas do trabalho, assim como a mobilização popular através de manifestações organizadas pela CGT, em conjunto com os sindicatos autônomos, do apoio do *Partido Laborista* e da *UCR Junta Renovadora*. Como cenário central das celebrações destaca-se a *Plaza de Mayo*, convertida em espaço simbólico antes mesmo de 1945, mas apropriada como espaço simbólico peronista a partir desta data.

A imprensa também teve um papel importante na divulgação das celebrações, ainda em abril, como mostra o trecho extraído do periódico *El Laborista*:

Por primera vez en la historia del país los trabajadores argentinos esperan el 1º de Mayo, su día, con un amplio porvenir para sus legítimas aspiraciones. Esta será una auténtica fiesta del trabajo, y lo será aún más porque los trabajadores del país están celebrando desde que el hombre galvaniza la confianza y simpatía de todo el proletariado argentino, el coronel Perón, fue confirmado en plebiscito popular como el primer magistrado del pueblo argentino (PLOTKIN, 2013, p. 111).

A partir deste trecho podemos considerar algumas mudanças no caráter do Primeiro de Maio, anunciadas tanto pela imprensa quanto pelo Governo, desde os anos de 1943 até os

anos do Governo de Perón⁴⁸, entre eles o significado do Primeiro de Maio, o caráter mais “nacional” da festa e a permissão de manifestações públicas. Com relação ao significado, a data não poderia mais ser compreendida como um momento de manifestar a indignação e ódio do trabalhador ao Estado e aos empresários, mas como uma festa, uma celebração do e para os trabalhadores, graças às benesses oferecidas pelo Governo de Perón (PAZ, 2000); outro aspecto a ser considerado é que, em decorrência de um regime democrático, as celebrações públicas, por parte dos grupos, voltaram a ser permitidas.

No tocante ao significado da data, tanto Vargas quanto Perón enfatizariam que a mesma não poderia mais ser composta por lutas, protestos ou reivindicações, uma vez que o “novo” tempo que os trabalhadores viviam correspondia a uma melhora nas condições de vida e de trabalho, propiciadas pelos Governos varguista e peronista.

As celebrações adquirem novas características a partir de 1948, como: as concentrações parciais deixam de basear-se na velha rede de bairros, em que se tinha apoiado o aparato mobilizador socialista e que a CGT tinha assumido também desde os anos 1930, e passaram a formar as concentrações nos respectivos sindicatos; a concentração massiva, inclusive da Grande Buenos Aires, à *Plaza de Mayo*; o concurso iniciado nos jornais da *Reina Del Trabajo*⁴⁹; Eva Perón como uma importante protagonista na celebração, pronunciando um discurso ao povo argentino; em decorrência da posição assegurada e fixada, no imaginário dos trabalhadores argentinos, como “*Primer Trabajador*”, Perón não encabeçou a coluna dos trabalhadores.

Entre os aspectos que diferenciavam as comemorações no Brasil e na Argentina, destacamos a presença das mulheres a partir dos concursos da *Reina Del Trabajo* e mesmo da presença marcante de Eva Perón nas comemorações. Deste modo, enquanto as comemorações varguistas eram compostas predominantemente por homens, as peronistas também eram compostas por mulheres.

⁴⁸ A imprensa peronista enfatizava a história do Primeiro de Maio na Argentina em que se destacavam três fases: a primeira caracterizada pela repressão policial; a segunda baseada no descaso pelo conteúdo proletário da celebração; e a última considerada como a etapa final e “verdadeira” da celebração, a qual começava com a Revolução de Junho.

⁴⁹ Segundo a revista *Mundo Peronista*, a “*Reina del Trabajo*” era “*la combinación perfecta entre la cualidad de trabajadora y la de mujer bella, que por décadas se consideraron incompatibles, pues con la incorporación de las mujeres al trabajo extra doméstico, se afianzó la idea de que la obrera era ante todo una madre-obrera, y por lo tanto ‘un jirón del hogar abandonado’*” (ano II, n. 45, p. 50). Segundo Lobato, Damilakou e Tornay. (2004), a eleição da “*Reina*” implicava não somente a ideia da propaganda política peronista como também a exibição pública do corpo de uma mulher. Em outras palavras, a beleza combinada ao ideal do trabalho configurava o “*mito da beleza*” e da “*mulher ideal*”. Assim, a eleição era parte de um culto de massas que não se articulava por meio das palavras, mas por imagens, em uma liturgia onde se mesclavam ritos e símbolos diversos (p. 234).

Schemes (2005) mostra que as festas tiveram ampla participação popular, sobretudo, pelo fato da presença ser obrigatória em alguns setores como: escolas particulares e públicas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupos de danças, grupos de teatro, escoteiros e sindicatos. Ainda segundo a autora, cada um dos segmentos representados fazia um tipo particular de apresentação: desfiles, danças, encenação teatral, canto, execução de hinos, discursos, palestras, entre outros.

Nessas ocasiões, em decorrência do grande contingente de pessoas da Grande Buenos Aires, preparava-se um esquema especial de transporte e assistência médica. Segundo Capelato (2009), as pessoas aglomeravam-se nos locais próximos às comemorações, subindo em árvores, prédios, ou qualquer esforço para conseguir uma boa visão do espetáculo.

Plotkin (2013) afirma que Oscar Ivanissevich como secretário da Educação, a partir de 1948, relacionou o peronismo a valores transcendentais, convertendo-o em uma verdadeira religião política. O autor ainda afirma que com Ivanissevich, as celebrações peronistas foram ritualizadas, sendo os espaços públicos, praticamente, monopolizados.

Figura 28 – Concentração de trabalhadores na celebração do Primeiro de Maio de 1948.

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 45, ano II.

A partir da imagem da comemoração do Primeiro de Maio podemos notar alguns aspectos importantes deste período: o primeiro é referente a dupla Juan e Eva Perón, representados pelas imagens e pelos escritos “PERON-EVA-PERON”. Estes escritos revelam os grandes líderes e condutores da nação, isto é, o casal Perón, com imagens no alto, como se estivessem olhando por todos; o segundo é referente aos demais símbolos que estão no palanque. Notemos o *escudito* no centro, representando, entre outros aspectos, a justiça social,

e as siglas da Central General de los Trabajadores em três locais distintos. Os condutores combinados com o *escudito* e a CGT poderiam ser compreendidos como “*la formula de la patria*”.

Embora no Brasil as comemorações também contassem com a exaltação a imagem de Vargas, vale assinalarmos um diferencial das comemorações na Argentina. Nas comemorações brasileiras, embora Vargas utilizasse os trabalhadores sindicalizados, não fixava escritos ou símbolos dos mesmos próximos à sua figura, o que diferenciava do regime peronista. Tal diferenciação, composta pelas letras da CGT e o *escudito*, revela também a composição dos regimes, sendo o peronista um regime dos trabalhadores que prezava a justiça social.

O programa oficial do Dia do Trabalho, muito detalhado, incluía a participação da orquestra e *ballet* do Teatro Colón e um desfile de carroças alusivas que transportariam as “*Reinas del Trabajo*” regionais até o pódio oficial. Plotkin (2013) considera que, em 1948, Perón já tinha sua posição assegurada diante dos trabalhadores.

Figura 29 – Primeiro de Maio de 1950.

Fonte: AGN.

A partir da imagem acima também podemos ressaltar alguns aspectos deste Governo, como: a dupla Juan e Eva Perón, representados pelas imagens espalhadas no palanque; as letras da CGT; e os trabalhadores em festa. Estes aspectos ressaltam os grandes líderes e condutores da nação, isto é, o casal Perón, com imagens no alto, como se estivessem olhando por todos.

Pela primeira vez no Governo de Perón, o Primeiro de Maio de 1949 contou com a participação das tropas militares. Outra “novidade” da festa foi a inclusão da canção “*Los muchachos peronistas*”, que já estava presente nos 17 de Outubro:

Los muchachos peronistas
 todos unidos triunfaremos
 y como siempre daremos
 un grito de corazón:
 ! Viva Perón, Viva Perón!(...)
 Perón, Perón, gran conductor
 sos el primer trabajador (...)
 (IVANISSEVICH, *Los muchachos peronistas*, 1949).

Para Ciria (1983), a canção reforçou o imaginário político e social da relação líder-partidários antes e depois de 1955⁵⁰. Segundo Paz (2000), as marchas eram cantadas por estudantes, trabalhadores, militares, partidários e demais simpatizantes, com suas bandeiras e símbolos nacionais, que exaltavam a pátria, a Perón e Evita. Tudo isso influenciava e compunha o universo simbólico que estava sendo construído e firmado.

Outro aspecto que deve ser mencionado é que, a partir do Primeiro de Maio de 1949, o Governo ordenou que todas as celebrações do Primeiro de Maio não peronistas deveriam ser antecipadas para o dia 30 de abril, para que não interferissem na celebração oficial. Desse modo, o Governo de Perón asseguraria o monopólio simbólico do Primeiro de Maio, sem proibir as celebrações alternativas.

Segundo Viguera (2011), os jornais peronistas apresentavam o Primeiro de Maio como uma festa “nacional”, da qual participavam não apenas a classe trabalhadora, mas todos os setores da sociedade. Do mesmo modo também transmitiam a ideia da presença das “novas” massas e do caráter pacífico, celebrativo e grato das festas.

⁵⁰ De acordo com Ciria (1983), o esquema da música era simples: a) glorificar o líder com o trato familiar dos argentinos (“*Perón, Perón, gran conductor/ sos el primer trabajador!*”); b) a unidade do povo com amor e igualdade se baseava nos princípios sociais de Perón (“*que se supo conquistar/ a la gran massa del Pueblo/ combatendo al capital*”); e c) o exemplo do chefe deveria ser imitado, uma vez que o país com que sonhou San Martín é a “*realidad efectiva/ que debemos a Perón*” (p. 286).

Figura 30 – Trabalhadores no Primeiro de Maio de 1953.

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 43, ano II.

Por volta de 1950, o Governo de Perón tinha construído um sentido e um significado oficial para o Dia do Trabalhador. Neste momento também já não se tinha mais espaço para interpretações ou celebrações alternativas. Do mesmo modo, duas outras observações devem ser feitas: Juan e Evita como o centro das comemorações; e, por exaltar o caráter “nacional” da celebração, a identificação implícita do regime da nacionalidade argentina com o peronismo.

As festas do Primeiro de Maio sofreriam modificações novamente, em 1950, porque Ivanissevich foi destituído do cargo. A partir desse momento, Raúl Alejandro Apold, novo secretário de Informações da Presidência, seria o responsável pela propaganda peronista. Segundo Plotkin (2013), a “doutrina” peronista se transformaria no *leitmotiv* da propaganda oficial, enquanto os programas de doutrinação peronista eram estabelecidos nas escolas públicas e nos organismos oficiais. Por outro lado, cabe dizer que o regime começou a propagar, de maneira mais intensa, uma dinâmica simbólica cujo centro era Juan e Evita.

A notável diferença, a partir da década de 1950, estava nos ataques diretos à oposição e nos discursos mais agressivos. Outro aspecto singular era a passagem dos elementos alegóricos, anteriormente, mais gerais, compostos por valores como nacionalismo e justiça para mais específicos, compostos pela “personalização” em torno das figuras de Perón, Evita e da “doutrina”, consistindo a “liturgia política peronista”.

Com o acirramento das disputas com a oposição e os ataques por meio dos discursos e da imprensa, o Primeiro de Maio retornou a sua herança da “tradição combativa” anarquista.

Grosso modo, as celebrações do Primeiro de Maio que seguiram ainda contavam com o hasteamento da Bandeira Argentina, ainda pela manhã, com a execução do Hino Nacional e da marcha dos *Muchachos Peronistas*, peças teatrais, os discursos na varanda da Casa Rosada do secretário da Central Trabalhadora, de Perón e de Evita, um festival de música, de danças folclóricas e a eleição da *Reina del Trabajo* (VIGUERA, 2011).

Vale destacarmos os distintos papéis dos trabalhadores nos espetáculos de poder no varguismo e no peronismo. No caso da ditadura varguista, o trabalhador aparece em uma posição “passiva”, sem “voz”, isto é, não compõem os discursos da comemoração, enquanto no peronismo, o trabalhador aparece em uma posição “ativa”, com “voz”, isto é, na ocasião dos Primeiros de Maio, o Secretário da *Central General de los Trabajadores* (CGT) discursava, além de, no governo, alguns cargos importantes serem atribuídos aos trabalhadores, como mencionaremos mais detalhadamente no capítulo 7. Estes distintos papéis também reforçam as imagens da ditadura varguista ser um governo “para” os trabalhadores e o primeiro peronismo ser um governo “para” e “dos” trabalhadores.

Retomando as comemorações na Argentina, há um aspecto que deve ser notado nos anos de 1951 e subsequentes. Além da programação mencionada ao longo deste subcapítulo, os anos de 1951 e 1952 foram contagiados por um tom de tristeza, decorrente da avançada doença e tratamento de Eva Perón. Nesse sentido, Eva Perón recebeu homenagens tanto no Congresso quanto na festa, sendo coroada como *Reina del Trabajo*.

Os anos posteriores a 1952 foram celebrados com as programações comentadas, mas contaram também com grandes homenagens, seja por meio de cartazes, da propaganda política ou dos discursos, à “*Chefe Espiritual da Nação*”, Eva Perón.

Figura 31 – Primeiro de Maio de 1953.
Fonte: *Mundo Peronista*, n. 42, ano II.

Notemos que a grande maioria das imagens sobre a data tinham as figuras de Evita e Perón, o que revela o apelo e a evocação aos condutores da nação. Essas imagens são ainda mais significativas quando há escritos como “*1º de mayo fiesta de los trabajadores*”, pois, embora fosse a festa dos trabalhadores, quem aparecia eram os condutores.

Os ataques à oposição aumentaram nas comemorações dos últimos anos de Perón, provavelmente decorrentes do atentado do dia 15 de abril de 1953⁵¹. Todavia, a propaganda política peronista anunciava que, ainda que os “*terroristas oligarcas*” quisessem intimidar ou assustar os trabalhadores, isso não seria possível, pois um milhão de pessoas compareceram ao ato “*más transcendental de la ratificación de lealtad e identificación de un Pueblo feliz con la doctrina de su líder indiscutido*”⁵².

Figura 32 – Primeiro de Maio de 1953.

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 42, ano II.

Ademais, tomados pela emoção do orador da CGT⁵³, os trabalhadores expressavam seu apoio a Perón por meio de cartazes e dos gritos: “*Muera la oligarquía asesina!*”, “*Mueran los traidores y vendepatrias!*”, “*La vida por Perón!*”, “*La vida por Perón!*”.

⁵¹ Neste dia, duas bombas explodiram em locais comerciais, próximos à *Plaza de Mayo*, durante o discurso de Perón. Seis pessoas morreram e muitas ficaram feridas.

⁵² *Mundo Peronista*, ano II, n. 42.

⁵³ Cabe observarmos um trecho do discurso do orador da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em decorrência dos atentados: “*Usted ha dicho esta mañana, mi General, en su mensaje, que el único dictador de esta Patria sería el Pueblo y que usted haría lo que el Pueblo le indicara. Con estos vótores sostenidos ese Pueblo le dice ahora, ante las tirabombas criminales y alarmistas y aún a los seudoperonistas, venales y traidores, fuera necesario un dictador, bienvenido sea el dictador. Sería, se lo podemos asegurar, el único dictador del mundo que contaría con el cariño y la adhesión total de su Pueblo*” (*Mundo Peronista*, n. 42, ano II, p. 16).

Figura 33 – Primeiro de Maio de 1953.

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 42, ano II.

Pela imagem acima, podemos notar que os cartazes carregados pelos trabalhadores nas ruas também são interessantes, pois revelam outras imagens almeçadas como de apoio ao governante, como no caso da imagem acima, “*Juntos a Perón*”.

O Primeiro de Maio de 1954, como tradição, iniciou-se com a mensagem de Perón no Salão da Constituição Justicialista, a qual detalhava suas ações nos âmbitos político, econômico e social, por ocasião do 88º período legislativo. No período da tarde, o presidente dirigiu seu discurso político na *Plaza de Mayo*. As festividades foram compostas por: discurso do Perón, a proclamação da *Reina del Trabajo* e apresentações artísticas populares.

É interessante notar que as imagens de Evita perduraram como elemento simbólico em todas as comemorações do Primeiro de Maio, seja nos cartazes do Governo ou dos trabalhadores.

Figura 34 – Primeiro de Maio de 1953 (à direita) e de 1954 (à esquerda).

Fonte: *Mundo Peronista*, n. 42 e 65, anos II e III.

A revista *Mundo Peronista* assim descreveu o dia:

Gran ejemplo de fiesta obrera. Elocuente demostración que ratifica – por si fuera necesario – la consubstanciación del Pueblo y Líder. Misa laica rezada sin palabras ante el invisible altar – que todos hemos levantado en nuestros corazones – en espíritu puro, en recordatorio inmortal hacia los anónimos sacrificados en las luchas por la redención del hombre en la contienda feroz de la explotación del hombre por el hombre, en el rescate del alma nacional, de su tónica, de su acento y de su dignidad que – es necesario insistir en ello con el tenaz eco de la verdad indiscutible – debemos única y exclusivamente a Juan Perón (p. 28).

Por fim, as comemorações do Dia do Trabalhador de 1955 seguiram o mesmo tom e programação dos anos anteriores. Desse modo, notamos que o Governo peronista, tal como o varguista, se utilizou dessa festa para a construção e a consagração dos imaginários políticos almejados pelos líderes, os quais apresentaremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 6- A (RE) INVENÇÃO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES DO BRASIL

Com relação aos espetáculos de poder apresentados no capítulo anterior, notemos que entre os seus objetivos estavam a produção e a reprodução de símbolos que refletissem imagens de legitimidade, coesão e apoio dos brasileiros ao “grande líder” da nação e à obra de reconstrução que estava sendo realizada, em que se reafirmava a distinção entre o “velho” e o “novo” Brasil.

Embora tais imagens fossem difundidas para “todos” os brasileiros, o uso do vocativo “trabalhadores do Brasil”, a partir de Primeiro de Maio de 1938, é significativo para pensarmos parte significativa do público ao qual os discursos políticos de Vargas eram dirigidos, isto é, os trabalhadores. Quem eram esses “trabalhadores do Brasil”? Como deveria ser esse trabalhador? Qual o papel dele para a configuração do “novo” país? Que relação deveria ter com Vargas? Que direitos esse trabalhador tinha? Eis algumas das indagações que norteiam este capítulo, que tem como objetivo principal apresentar os imaginários sociais produzidos e reproduzidos sobre os trabalhadores por Vargas, a partir dos discursos políticos nos espetáculos de poder selecionados.

Nas partes iniciais deste trabalho, apresentamos, de maneira geral, as distintas formas e propostas de “invenções” dos e sobre os trabalhadores, pelos próprios trabalhadores, a partir de parte dos movimentos dos trabalhadores, como pelo Governo, a partir das distintas “respostas” ao “problema” da questão social no Brasil. Procuramos demonstrar que a entrada de Vargas no cenário da política nacional marcou uma mudança no país, uma vez que o governante reformulou o trato da “questão social”, sobretudo no tocante aos trabalhadores, que passaram a compor os discursos políticos e as políticas do novo Governo.

Consideramos que, a partir da década de 1930, não apenas as políticas sociais receberiam maior atenção por parte do Governo como também as imagens sobre os trabalhadores em seus discursos políticos. Por essa razão, propomos a ideia de (re)invenção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores. Em que consiste tal reinvenção? Que imagens seriam projetadas para e sobre os trabalhadores? Qual o papel da legislação social criada no período? De que forma se constrói e se legitima a relação com o “novo” governante?

A fim de logarmos tais reflexões, sobretudo no tocante à (re)invenção dos imaginários sociais, este capítulo tem três momentos amplos principais: o primeiro compõe os anos entre 1937 e 1942, procurando observar os imaginários políticos produzidos e reproduzidos, tal como a reinvenção dos imaginários sociais dos trabalhadores nos discursos

políticos de Vargas; o segundo momento compõe os anos entre 1942 e 1945, procurando observar as relações entre os imaginários sociais reinventados e os tempos de guerra, tal como o papel do ministro do MTIC, Marcondes Filho, para o que Gomes (2002a) considerou a invenção do trabalhismo; e, finalmente, a terceira parte, que compõe o ano de 1945, sobretudo no tocante ao período de transição democrática, momento em que alguns dos imaginários sociais reinventados são reutilizados, como podemos observar no movimento queremista e na criação dos partidos políticos por Vargas.

Ademais destes três momentos mais amplos, inseridos em anos específicos do varguismo, os dois tópicos iniciais que apresentam a política social e a legislação trabalhista e as imagens sobre o trabalho valem para todo o período do Estado Novo.

6.1 Política Social e Legislação trabalhista (1937-1945)

Diferentemente do terceiro capítulo, referente ao tópico da legislação trabalhista, tratamos somente de algumas das legislações trabalhistas, neste tópico procuraremos combinar outras políticas sociais com a legislação trabalhista. Iniciaremos com algumas das políticas trabalhistas e, posteriormente, algumas das políticas sociais implantadas.

Antes de mencionarmos algumas das legislações trabalhistas, vale ressaltarmos alguns pontos expostos no terceiro capítulo, na parte da legislação trabalhista dos anos 1930, também no Governo de Vargas. O primeiro é referente à forma como as leis estariam organizadas, em dois grupos com caráter e funções complementares, isto é, as de caráter individual, incluindo as leis referentes à proteção ao trabalhador, em que estavam inseridas a legislação trabalhista e previdenciária e as de caráter coletivo e institucional, incluindo as leis referentes à organização do trabalhador, cuja legislação sindical foi a tônica.

O segundo é referente ao diferencial do ano de criação e do ano de promulgação de algumas das legislações trabalhistas. Neste sentido é significativo que parte dos “presentes” dos Primeiros de Maio tenham sido criados em momento anterior, como, por exemplo, o salário mínimo, criado em 1936 e promulgado em 1938.

O terceiro ponto é referente ao imaginário político de Vargas, que estava sendo produzido, de “doação”, em que o presidente, preocupado com as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, criou mecanismos de garantir os seus direitos, antes mesmo que eles fossem solicitados. Assim, entre os “presentes” de Vargas no Estado Novo, destacamos: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a regulamentação da Justiça do Trabalho. Além

destes dois, tocaremos, ainda que brevemente, na questão da sindicalização relacionada ao corporativismo.

A CLT reuniu e sistematizou toda legislação trabalhista criada até então. De acordo com o Governo, a CLT era a “bíblia” dos trabalhadores. Constituindo um código de considerável abrangência, a CLT⁵⁴ tratou minuciosamente da relação entre empregadores e empregados e estabeleceu regras referentes a admissões, carteira de trabalho, condições de segurança, demissões, descanso remunerado, disciplina, férias, higiene dos locais de trabalho, jornada de trabalho, previdência social⁵⁵, trabalho feminino, de menores e de estrangeiros, saúde e segurança no trabalho, entre outros⁵⁶. Vale dizer que algumas destas leis foram estendidas também para os trabalhadores rurais como a carteira de trabalho, o salário mínimo e a instituição sindical.

A Justiça do Trabalho era considerada o ponto mais alto da organização legislativa desde 1930, tal como seu principal instrumento garantidor. O órgão estava encarregado de julgar e conciliar os conflitos surgidos, em âmbito individual ou coletivo, entre empregados e empregadores, tal como as demais controvérsias surgidas no âmbito das relações de trabalho.

No tocante à sindicalização, Gomes (2002a) afirma que a partir de 1942, com a entrada de Marcondes Filho no MTIC, iniciou-se uma campanha para revivificar o perfil da vida sindical brasileira. Era pela vida sindical que a nacionalidade se mobilizava e, assim, deveria ser estimulada com medidas como: criação do imposto sindical, que visava dotar os sindicatos de recursos capazes de fazê-los arcar com suas responsabilidades entre as massas

⁵⁴ John French (2002), embora reconheça a importância do documento, do escopo amplo e inclusivo, considera que na prática, a CLT era aplicada de forma muito irregular, fosse na relação campo e cidade, fosse entre as diferentes regiões do país ou ainda entre os diferentes setores e ocupações nas áreas urbanas, que eram seu principal foco. Ao estudar a CLT em São Paulo, o autor utilizou depoimentos dos trabalhadores para mostrar a dicotomia entre a lei e a realidade, tal como a dificuldade do seu cumprimento. Entre eles, menciona o de Marcos Andreotti, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1932-1937 e 1958-1964), que denunciava a lei trabalhista brasileira como uma piada e tapeação contra os trabalhadores. Como Marcos frequentemente observava, “a lei não resolvia o problema” e os trabalhadores normalmente perdiam de “dois a um” nas juntas tripartites de conciliação e de julgamento “porque os patrões e o governo são sempre a mesma coisa” (p. 19-20).

⁵⁵ Julio Manuel Pires (1995), utilizando-se do relatório preparado pela Fundação Getúlio Vargas (1950), mostra as deficiências quanto à abrangência da legislação trabalhista promulgada. Ainda de acordo com o autor, diferenças flagrantes podem ser encontradas conforme o porte do município e o ramo de atividade. No caso da previdência social, segundo o relatório, nas áreas de grande urbanização, 69% dos trabalhadores das categorias encampadas pela lei encontravam-se efetivamente segurados, atingindo 14% no caso dos empregados das empresas localizados em áreas de “média urbanização”. Dentro das áreas de “grande urbanização”, cerca de 2/3 do total da massa segurada, o autor encontrou desde categorias de trabalhadores com elevado índice de cobertura como a dos empregados em serviços de mineração (91%) e Marítimos (87%), até ramos de atividade nos quais a cobertura revela-se diminuta como a dos ferroviários e comerciários, cujos contingentes segurados pelas Caixa e Instituto alcançam metade daqueles e 55% destes.

⁵⁶ A CLT também possui seções dedicadas às particularidades de 14 subcategorias especializadas de trabalhadores, abrangendo desde ferroviários, doqueiros e estivadores até jornalistas, músicos profissionais e químicos.

trabalhadoras; criação da Comissão do Enquadramento Sindical, encarregada de presidir o processo de expansão do número de sindicatos reconhecidos; criação da Divisão de Organização e Assistência Sindical dentro do DNT; criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), que atuava em torno de objetivos de esforço pedagógicos; Curso de Orientação Sindical, cuja finalidade era esclarecer os operários sobre o conteúdo e o valor da legislação social e aos assuntos vinculados ao papel dos sindicatos; formação da Discoteca Social-Trabalhista, que gravava em discos as Palestras promovidas; o tabloide Vargas-Boletim do Trabalhador; entre outros.

Vale dizer que se a filiação aos sindicatos era facultativa, os benefícios da legislação do trabalho e o acesso ao emprego estavam claramente condicionados à condição de trabalhador sindicalizado. É neste contexto que Gomes (2002a) considera que o Governo brasileiro se esforçou para implementar seu projeto de organização sindical corporativista, que deveria ser composta por duas características básicas: espiritualismo e a originalidade.

Com relação aos trabalhadores rurais⁵⁷, Dezemone (2012) ainda menciona outros Decretos criados no Estado Novo, como: o de nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, de extensão de sindicalização ao campo; o de nº 18.809 de 5 de junho de 1945, tratando da cobertura de acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária; e o de nº 7.916 de 30 de agosto de 1945, proposta de distribuição de terras.

Com relação à sindicalização rural, o autor considera que o monopólio da representação presente na legislação voltada aos trabalhadores urbanos teria sido estendido para os trabalhadores rurais. O Decreto determinava aos trabalhadores de uma mesma atividade profissional, independente de sindicalizados, ou seja, filiação e pagamento de mensalidade sindical, sua representação pelo sindicato daquela categoria profissional. Ademais, ficava a cargo do MTIC, com sua burocracia, no que pesariam critérios afirmados como “técnicos”, que se mesclariam com outros critérios, mesmo quando não assumidos, inegavelmente “políticos”, avaliar a criação em termos excepcionais de entidades com “exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes” (DEZEMONE, 2011).

Ainda de acordo com o autor, o exame dos demais artigos do decreto-lei permite constatar que a extensão dos direitos sindicais ao campo foi formulada nos mesmos moldes da sindicalização dos trabalhadores urbanos, definida pelas leis de 1931 e 1939, sobretudo pela última, com a unicidade sindical, o sindicato oficial, e a estrutura sindical verticalizada.

⁵⁷ Vale dizer que os instrumentos legais de mudança no campo, produzidos no final do Estado Novo, não integraram o texto constitucional promulgado em 1946 (DEZEMONE, 2011).

Com relação à questão das terras, Ribeiro (2008) afirma que nos anos 1940, o Governo intensificou a ação da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, no sentido de exigir títulos de propriedade de terras, além de fazer-se mais forte a propaganda da Fundação Brasil-Central, no sentido de incentivar a ida para colonizar o Centro-Oeste. No tocante ao Decreto-lei nº 7916, Dezemone (2011) considera que o mesmo subjugava os interesses de grandes proprietários de terra tradicionais ao que seria encarado pelo Governo como um interesse nacional, além do econômico, e, portanto, de segurança nacional.

Com relação a algumas das políticas sociais, as mais mencionadas do período são: os programas de construção de vilas operárias; escolas de fábrica; Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps) no ano de 1940; e o Serviço de Recreação Operária no ano 1943, destinada a promover atividades culturais e esportivas destinadas aos trabalhadores sindicalizados; entre outros.

A dimensão material, incluindo a legislação trabalhista e as políticas sociais, foi amplamente utilizada e enaltecida nos discursos políticos de Vargas e de outros ideólogos do Estado Novo. No discurso político de 1945, Vargas fez uma síntese das realizações de seu Governo para os trabalhadores:

Vitoriosa a revolução de 30, uma das primeiras iniciativas do Governo foi a criação do Ministério do Trabalho. Isso por só definia os rumos políticos daquele movimento revolucionário. Daí por diante a nossa atuação desenvolveu-se sem hesitações abrangendo todos os setores da legislação social a saber nacionalização do trabalho com lei dos Dois Terços; normas gerais e especiais de tutela do trabalho; duração do trabalho no comércio, na indústria, nos serviços públicos e atividades privadas; concessão de férias; proteção ao trabalho da mulher e do menor; contrato individual e contrato coletivo de trabalho; organização sindical; fiscalização das leis trabalhistas; justiça especial do trabalho; estabilização no emprego e indenização por acidentes; higiene, alimentação e ensino do trabalhador, com a instalação de refeitórios populares, escolas de ofícios ;[...] instituição do salário mínimo, suas adaptações às condições regionais; salário adicional e possibilidade de novas revisões; amparo econômico a todas as classes de trabalhadores, com a organização dos Institutos e caixas que distribuem os benefícios comuns e especiais do seguro social, mantendo além disso a assistência médica hospitalar, financiando a construção de casas operárias e ampliando direta ou indiretamente os meios de elevar o nível profissional, melhorar a saúde e prover a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador (VARGAS, 2011 [1945], p.470).

Vale dizer que a menção de parte da legislação trabalhista e das políticas sociais não tratou da efetividade da legislação por questões metodológicas, o que não implica afirmar que esta legislação tenha alcançado a todos os trabalhadores.

Combinando os aspectos imateriais ou simbólicos, produzidos sobretudo pelos discursos políticos, as propagandas e os espetáculos de poder com o auxílio do DIP, com os aspectos materiais, a partir da legislação social promulgada, Vargas produziu e reproduziu

amplamente imaginários políticos e sociais que marcariam a memória nacional, como veremos adiante.

6.2 O trabalho no “novo” regime

O “novo” Regime foi configurado a partir de alguns “elementos” considerados fundamentais por Vargas como a ordem, a unidade, o progresso, o patriotismo, a justiça social e o trabalho. Embora abordemos os elementos de forma separada, para Vargas, estes elementos eram indissociáveis e concomitantes, isto é, não era possível existir de forma separada, pois não teriam o efeito almejado.

O primeiro destes elementos a ser considerado é a ordem. Segundo Vargas, a “ordem” era um elemento fundamental, pois:

(...) na desordem, nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade (...). O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem (VARGAS, 2011 [1938], p. 203).

Em outras palavras, a ordem para Vargas era como a “pré-condição” ou “condição fundamental” para iniciar a reconstrução do país, sendo um “imperativo” para os outros elementos como a colaboração, a confiança, a disciplina, a estabilidade e a paz, anunciados diversas vezes nos discursos políticos de Vargas.

De acordo com Vargas, a ordem era um dos elementos ou dos imperativos que decorreram na aceitação do regime instituído em 1937. Entendendo a ordem como algo fundamental e também como uma das aspirações do “povo brasileiro”, Vargas declarou, em distintos momentos, como iria assegurá-la: por um lado, pelas “corporações armadas”, como o Exército e a Marinha; por outro, pela colaboração dos “criadores de riqueza” e dos “trabalhadores brasileiros”, reforçando a imagem de conciliação de classes, entre o capital e o trabalho, apresentada no terceiro capítulo.

É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do conagraamento de todas as classes sociais (...). Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social (...). É preciso, portanto, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil! (VARGAS, 2011 [1938], p. 205).

A “colaboração” era fundamental para a manutenção da ordem e, por isso, seria garantida pelo Exército e pelo Governo. O “cunho centralizado” estava fundamentado na

Constituição de 1937, na qual estariam os elementos necessários para que a ordem fosse instituída:

Da fixação dos preceitos do cooperativismo da Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e produção (Idem).

Além da ordem, a unidade, nos âmbitos geográfico, econômico e “simbólico”, também tinha grande importância. No tocante aos âmbitos geográfico e econômico, Vargas conclamava os brasileiros a fortalecer a unidade. Esse fortalecimento decorreria, em grande medida, do conhecimento e do uso do próprio território, fundamentado, por exemplo, na “*Marcha para o Oeste*”⁵⁸. A necessária integração econômica, política e cultural dos espaços vazios brasileiros, na *Marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo, revelava também o interior como depositário da pureza, das energias e das forças da nacionalidade.

De acordo com Capelato (2009), a *Marcha para o Oeste* foi comparada, por vários autores, com a epopeia da “Conquista do Oeste” nos Estados Unidos, e, assim, a política de integração do interior foi entendida como a possibilidade não só de superação do atraso, mas de transformação do Brasil em uma grande potência do continente. As imagens do interior e do sertão como pilares da construção da nova identidade nacional brasileira também exigiam a releitura do passado, sendo a figura do bandeirante recuperada, como símbolo do nacional.

Deste modo, a *Marcha para o Oeste* representava a continuação da epopeia das bandeiras. Por essa razão, a figura desbravadora do sertão e delineadora das fronteiras contrapunha-se à do explorador de riquezas do litoral, e o português era identificado como o primeiro estrangeiro a localizar-se no litoral com fins de exploração.

A unidade é significativa para pensarmos em momento posterior deste capítulo, com relação à importância dos trabalhadores rurais para Vargas, mencionada em seus discursos políticos. Do ponto de vista da unidade “simbólica”, cabe destacarmos a importância da (re) construção da nacionalidade e da identidade nacional para “unir” o Brasil. Nesse sentido, Vargas preocupou-se, diversas vezes, em dizer em que consistia um país:

⁵⁸ Em 1940, Getúlio Vargas lançou a chamada “Marcha para o Oeste”, como uma diretriz de integração territorial para o país. O presidente anunciou-a durante os festejos de inauguração da cidade de Goiânia. A Marcha para o Oeste retomava nossas antigas tradições coloniais e valorizava principalmente a figura do bandeirante, considerado o grande herói nacional, já que fora ele o responsável pela efetiva conquista do território nacional. Com tal iniciativa, segundo o discurso de Vargas, o Brasil estaria reatando a campanha dos construtores da nacionalidade, ou seja, os antigos sertanistas. A ação política concreta do Estado Novo se fez sentir com a criação dos territórios federais em 1943: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Iguazu e Ponta Porã. O governo federal atuou também na região de colonização do norte do Paraná, o que deu origem a uma série de novas cidades como Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama (CPDOC/FGV).

Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade de língua, a unidade de pensamento nacional (VARGAS, 2011 [1938], p. 205).

A constituição de um Estado nacional forte e centralizador era vista como condição preliminar para a criação de uma unidade nacional, uma vez que a existência de um território e de um povo não bastavam para a formação da nacionalidade, que estava bloqueada pela ausência de Governo. A construção da unidade nacional era tarefa do governo central, não de partidos, grupos ou facções, que alimentavam conflitos regionais e individuais. Desse modo, o discurso de Vargas associou o nacionalismo à unidade da pátria e à formação da identidade nacional, condenando os interesses regionais e as reivindicações de autonomia das elites dos grandes Estados.

Com relação à identidade nacional, Capelato (2009) afirma que a imposição de novas formas de identidade constitui um dos elementos-chave na construção dos imaginários políticos. No caso do varguismo, os meios de comunicação, as instituições educacionais sob controle do Governo e os discursos políticos do governante foram utilizados para transformar a identidade nacional de caráter individualista, advinda do liberalismo, em identidade nacional coletiva, considerada elemento constitutivo primordial da política de massas introduzida no período.

Ainda de acordo com a historiadora, o tema da construção de uma nova identidade, contraposta à perspectiva individualista e pluralista que caracteriza as formulações liberais, surgiu no debate das ideias da época. No caso brasileiro, a ênfase dada era a integração nacional e, por essa razão, a unidade nacional constituía o elemento-chave para a configuração de uma nova identidade nacional, coletiva.

A educação também teria um papel fundamental para tal configuração, uma vez que nos livros didáticos estaria a proposta pedagógica para a formação dos cidadãos e de suas “almas”, tal como a propagação dos valores do regime. Capelato (2009), utilizando de estudos sobre a educação no período, observa que os livros de História do Brasil para o secundário, ponto nevrálgico para percepção da orientação oficial e dos conteúdos ideológicos transmitidos aos jovens estudantes para a formação nacional, tinham como eixo central a “Unidade Nacional”.

Ainda de acordo com a historiadora, o ensino de História do Brasil tinha a função de criar nos adolescentes e jovens estudantes uma paixão e um saber, um sentimento de pertencimento e conhecimento acerca da história e das tradições do país, tal como de suas especificidades. Ao recuperar tradições nacionais, elevaria o sentimento dos indivíduos para

uma percepção do todo nacional e despertaria os valores da união, da fraternidade e da harmonia na comunidade, neutralizando as divisões e os conflitos internos.

Entre os atributos “brasileiros” que apareciam nestes livros estavam: a índole pacífica, o anseio de unidade nacional e a bravura do povo brasileiro. A questão da soberania nacional, da expansão territorial e pacífica, do papel dos jesuítas na formação moral, as lutas dos nativos contra os estrangeiros, os heróis pessoais e impessoais, entre outros elementos importantes para a formação da identidade nacional, ganhariam destaque nos livros de história do Brasil, nos quais a história nacional foi recontada e adaptada aos propósitos dos novos tempos. Com relação à reinterpretação da história, Capelato (2009) salienta a reafirmação do “caráter pacífico” do povo brasileiro, com a interpretação dos acontecimentos a partir de um gradualismo na resolução dos nossos problemas.

No tocante ao nacionalismo, o Estado Novo aproximava-se do modelo romântico com ênfase na ideia de comunidade. Para Luis Reznik (1996), o romântico era exaltado nas obras de Herder e Fichte, baseado num sentimento de pertencimento a um “povo”, herança de raça, língua, história, fundamentado em uma comunidade e não em uma sociedade. Ainda de acordo com o autor, o nacionalismo estadonovista enfatizava as características da comunidade brasileira forjadas num tempo de longa duração, sendo que a história subordinava-se à índole original do povo/nação e, nessa perspectiva, o passado estava contido no presente, visto como desdobramento de uma vocação, sempre em voga, porque constitutiva do caráter nacional. Ademais, a ideia presente era a da “nação incompleta”, que para sua completude dependia de vários setores, como: caldeamento étnico, integração territorial, centralização do poder político, reconhecimento de autoridade estatal em todos as regiões do país, comunhão cultural e religiosa dos brasileiros. Os intelectuais envolvidos com o novo regime se propunham a “completar” a nacionalidade e a forjar a identidade nacional coletiva.

Como se nota, os elementos se complementam: se por um lado a ordem é fundamental e proporciona a paz e a tranquilidade, a unidade também traria outros elementos essenciais para que a ordem fosse mantida. Com esses dois elementos mais amplos assegurados, era possível propor outros, como o progresso, o patriotismo, a justiça social e o trabalho.

Para Vargas, o progresso decorreria da ordem e do trabalho e propiciaria a educação e a saúde para todos os brasileiros. Do mesmo modo que os demais elementos, o progresso também dependeria da colaboração de todos:

O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo e, sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram (VARGAS, 2011 [1940], p. 291).

O progresso era relacionado diretamente ao trabalho, pois dele dependiam os “reajustes” dos quadros da vida brasileira, em uma divisão justa, anunciada por Vargas como “justiça social”, a qual abordaremos adiante.

No tocante ao patriotismo, Vargas considerava que o “verdadeiro patriota”, o “bom brasileiro”, procuraria manter a ordem, a unidade, o trabalho e a justiça social. Desse modo, o patriotismo também foi utilizado para reforçar a ideia de legitimidade e de consenso.

Finalmente, o trabalho e a justiça social. Capelato (2009), utilizando-se de Gomes (2002a), afirma que no Estado Novo a dimensão privada e pública do homem era definida pela relação trabalhador/cidadão, isto é, membro socialmente útil do Estado. O trabalho, antes forma de escravidão, passara a ser visto como forma de emancipação da personalidade, que valorizava o homem e tornava-o digno de respeito e de proteção da sociedade. Assim, a relação direta homem/poder público era qualificada como uma relação cidadão/Estado.

Com relação à cidadania, Gomes (2002b) afirma que no Estado Novo o “cidadão” não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse de direitos sociais, consagrados na legislação social promulgada, sendo que a realização plena da cidadania adviria da promoção da justiça social, contrapondo o “velho” trabalhador, sem direitos, com o “novo” trabalhador, com direitos sociais, como comentaremos com mais detalhes adiante.

De acordo com Capelato (2009), a justiça social dependia da reforma do Estado, ficando, portanto, como perspectiva de realização futura, sendo o presente voltado para a nova organização estatal. Para Gomes (2002b), os artífices do Estado Novo, contrariando a igualdade perante a lei proposta pelo liberalismo, procuraram requalificar o significado da “nova democracia”. Para os membros do Estado Novo e, sobretudo, para Vargas, outro deveria ser o ideal da democracia moderna, a verdadeira democracia deveria ter como o grande ideal e sentido não mais a liberdade, mas a justiça social.

A justiça social estaria intrinsecamente relacionada ao trabalho e, conseqüentemente, aos trabalhadores, como podemos notar a partir do trecho do discurso político do 10 de novembro de 1937. Ao tratar das realizações no Governo, Vargas afirmara:

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar os benefícios da civilização (VARGAS, 2011 [1937], p. 20).

Neste trecho é possível notarmos como elementos anteriormente mencionados foram combinados para compor a imagem da justiça social. O programa, que segundo Vargas atenderia às justas reivindicações dos trabalhadores, sobretudo pela estabilidade e segurança econômica, possibilitaria a utilidade de fato do trabalhador para o país, contribuindo na coletividade.

A coletividade tinha tal importância que cabia ao Estado conciliar homem e sociedade, liberdade e autoridade. Em outro momento, no Primeiro de Maio de 1941, Vargas ressaltara a importância da colaboração para o bem da coletividade:

A prova mais eloquente dessa colaboração tivemos-la no grande banquete trabalhista do aniversário do Estado Novo, no qual os operários e patrões confraternizaram, compreendendo que o trabalho também é capital e os bens acumulados pouco valem se os seus benefícios não se estenderem à coletividade (VARGAS, 2011 [1941], p. 261).

Capelato (2009) afirma que a política e o papel do Estado foram pensados em novas bases, fundamentadas na concepção da sociedade como uma totalidade, um “organismo”, em que todas as partes deveriam se harmonizar. Consideramos o trecho a seguir significativo para ilustrarmos essa reformulação. Também no discurso político do dia 10 de novembro de 1937, Vargas afirmara:

Para reajustar o organismo político as necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de Governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão muda-los, estabelecendo outros moldes de ação (VARGAS, 2011 [1937], p. 28).

Uma sociedade ordenada, hierarquizada e harmônica era fundamental para dar continuidade à “grande obra” do Estado Novo. A valorização do trabalho por Vargas advém também desta grande obra:

Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos— patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais— um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria Brasileira (VARGAS, 2011 [1937], p. 295).

O verdadeiro problema a ser vencido no Brasil era o da necessidade, e não o da liberdade. A democracia brasileira deveria deixar de ser política para se tornar social e econômica. Tais imagens revelam o caráter autoritário e ditatorial do regime varguista, em que a democracia social e econômica seria sobreposta aos direitos políticos e civis dos brasileiros, limitando qualquer forma de liberdade.

Nesse contexto o trabalho estaria inserido como o maior fator de elevação da dignidade humana, pois propiciaria a garantia além da subsistência, a casa, ao vestuário e à educação dos filhos dos trabalhadores. Esses aspectos foram frequentemente mencionados nos discursos políticos de Primeiro de Maio, como podemos notar no de 1938:

Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social (VARGAS, 2011 [1938], p. 204).

Ademais, o operário deveria ser mais bem remunerado para não apenas elevá-lo na dignidade social como também elevar o seu padrão de vida, aumentar o consumo e melhorar as condições do mercado interno. Nesse sentido, não foi por acaso que o imaginário coletivo da malandragem cantada nos sambas, sobretudo cariocas, passaria a ser combatido com a produção de imagens negativas, pelos órgãos do Governo, com relação ao malandro, evocando a necessidade e importância do trabalho, seja pelos benefícios já mencionados no âmbito individual como no coletivo, para a reconstrução do Brasil moderno, industrializado e engrandecido. Como mencionado no discurso de 1940: “(...) o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável” (VARGAS, 2011 [1938], p. 291).

Tal reformulação da imagem e do imaginário social sobre o trabalho seria acompanhada da reformulação de outras imagens e imaginários sociais, sobretudo sobre Vargas e sobre os trabalhadores. O “novo” governante e os “novos” governados seriam objetos de projeções, de “perfis ideais”, para compor a “grande obra” em curso, isto é, a reconstrução do país. Por essa razão os próximos tópicos tratarão dos imaginários políticos de Vargas e dos imaginários sociais dos trabalhadores, ambos produzidos e reproduzidos amplamente nos discursos políticos de Vargas.

6.3 Os trabalhadores nos discursos de Vargas: 1937-1942

Neste tópico trataremos dos imaginários sociais sobre os trabalhadores nos discursos políticos selecionados de Vargas entre os anos 1937-1942. Para lograr o objetivo, o mesmo tem três subtópicos: o primeiro tratando dos imaginários políticos produzidos por Vargas; o segundo e o terceiro tratando dos imaginários sociais sobre os trabalhadores urbanos e rurais produzidos por Vargas.

6.3.1 Getúlio Vargas: o primeiro trabalhador brasileiro

No primeiro capítulo deste estudo, procuramos demonstrar as distintas propostas e as diversas “vozes” que disputavam a organização e a representação autêntica e reconhecida dos trabalhadores. A partir da década de 1930, o Governo comporia essas disputas, almejando ser o “verdadeiro” e “único” representante dos trabalhadores. É nesse contexto o Estado Novo se insere e tem, entre seus representantes e ideólogos, o presidente Vargas.

O título do tópico é significativo para pensarmos nas formas utilizadas por Vargas, a partir de seus discursos políticos, para reinventar não apenas parte da história dos movimentos dos trabalhadores no Brasil como também sua própria imagem e atuação na cena política nacional, sobretudo imaginários políticos, tal como a sua relação com os trabalhadores.

Iniciemos a análise da produção de alguns desses imaginários políticos a partir do título do tópico: “O primeiro trabalhador”. Como mencionamos no primeiro capítulo, a autodenominação adveio da Carteira de Trabalho número 001. É interessante pensarmos o significado simbólico de Vargas produzir o imaginário político de primeiro trabalhador, pois revelava por um lado a tradição e a maturidade de seu trabalho e, por outro lado, o exemplo a ser seguido. Essas imagens de tradição, maturidade e exemplo seriam combinadas e utilizadas para a produção e a reprodução da noção de “homem de Estado” projetada por Vargas. Assim ele afirmava no Manifesto a nação:

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para não deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade (VARGAS, 2011 [1937], p. 29).

Era preciso reconstruir o país, e ninguém melhor do que o “primeiro trabalhador” para conduzir tal reconstrução, seja pelo “tempo” e “gosto” pelo trabalho, que o afastavam das ambições do poder pelo poder ou mesmo por ele se considerar como o grande “representante” dos interesses de parte significativa dos brasileiros, isto é, os trabalhadores.

A “grande obra” impulsionada por Vargas tinha sua base nos trabalhadores. Como representante das aspirações deles e de sua voz “legítima”, anunciava as suas aspirações:

Podeis interrogar, talvez: Quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: A ordem e o trabalho! (VARGAS, 2011 [1938], p. 203).

Para reafirmar a imagem de representante legítimo dos trabalhadores, Vargas se utilizaria do momento anterior em que esteve no Governo, no qual criara parte significativa da

legislação trabalhista, como também da imagem de “proximidade” e “amistosidade” com os trabalhadores. Essas imagens seriam produzidas a partir da oposição ao momento anterior:

Trabalhadores: Como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia. Hoje, tendes, no maior e mais belo edifício público do País, a vossa própria casa, e nela penetrais sem constrangimento (VARGAS, 2011 [1939], p. 89).

Em outras palavras, Vargas reafirmava a reformulação da “questão social” a partir de seu Governo, fazendo com que os trabalhadores compusessem as atividades do Governo. Notemos que Vargas se colocava como o primeiro governante que considerou as aspirações e os interesses dos trabalhadores. Tais oposições seriam amplamente utilizadas, como no Primeiro de Maio de 1940:

Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados a existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os Governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes o voto, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais. A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional (VARGAS, 2011 [1940], p. 292).

A imagem de consideração dos trabalhadores era acompanhada do diferencial do Governo, isto é, da conciliação e cooperação das classes, substituindo a antiga luta de classes, sendo Vargas o maior “conciliador” das classes. Tal “diferencial” foi utilizado também para negar o uso de “ideologias importadas” ou a “cópia”, pois os países que eram considerados “exemplos” não conseguiram resolver a questão das relações de trabalho, como podemos observar no Primeiro de Maio de 1940:

Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos, em vez de forças de cooperação para o bem comum (VARGAS, 2011 [1940], p. 294).

Ademais da oposição, retomemos o primeiro trecho do Primeiro de Maio de 1940, em que Vargas trata das privações dos trabalhadores, para notarmos como ele apagou a histórica luta e organização dos movimentos dos trabalhadores, quando se referiu à sua desorganização

e ausência de cultura, para reafirmar a imagem do “novo” Governo e governante. Do mesmo modo se apropriaria e resignificaria a comemoração emblemática do Primeiro de Maio.

Essa “mudança” no trato da “questão social” e da relação entre o Governo e os trabalhadores, mencionada por Vargas, poderia ser notada nas comemorações do Primeiro de Maio em oposição aos conflitos que ocorriam na data anteriormente:

Naquela época, ao aproximar-se o Primeiro de Maio, o ambiente era bem diverso. Generalizavam-se as apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos, pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que, não raro, redundavam em choques e conflitos sangrentos. Atualmente, a data comemorativa dos homens de trabalho é festiva e de confraternização (VARGAS, 2011 [1940], p. 292).

As imagens de festa e confraternização eram sustentadas pela “concessão” e “doação” da legislação trabalhista, como, por exemplo, os “presentes” dos Primeiros de Maio, que propiciavam o melhoramento das condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores. O significado da ideologia de doação, com base na apresentação da legislação social no discurso oficial, foi analisado por Gomes (2002a). Segundo a autora, tal foi o uso da legislação trabalhista:

Ou seja, a legislação social brasileira, instrumento mediador por excelência das relações entre governantes e governados, foi outorgada por excelência pela personalidade clarividente do chefe do Estado ao seu povo. A relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios (GOMES, 2002a, p. 227).

Para a autora, a imagem da doação apontava uma dupla dimensão. A primeira está relacionada à “dádiva” como, ao menos teoricamente, um ato voluntário, aparentemente livre, gratuito e generoso, ou em outras palavras, um procedimento que tem uma face desinteressada. No entanto, quem “doa” o faz porque entende que precisa fazê-lo por algumas razões. Assim, a dádiva é composta, ao mesmo tempo, de um procedimento generoso/desinteressado e imposto/interessado/necessário, pois “não dar é incidir em erro, em responsabilidade passível de algum tipo de consequência” (GOMES, 2002a, p. 227).

Assim, a “clarividência” do presidente Vargas era o resultado da compreensão de seu dever e experiência histórica e também das consequências maléficas que poderiam advir de sua incompreensão do momento. Ademais, a outorga garantiria a almejada “ordem” e “paz” social, pois tais leis garantiriam a justiça social e, conseqüentemente, a sociedade harmônica.

A segunda dimensão da “doação” é a do “receber”. De acordo com Gomes (2002a), toda dádiva só se cumpre com a aceitação do que é dado. Desta forma, há uma lógica bilateral

no ato, pois, assim como aquele que doa o faz também por “necessidade”, aquele que recebe “precisa” aceitar o benefício. A recusa de uma dádiva é o descumprimento de uma obrigação social, é um ato egoísta que pode acarretar graves consequências e, portanto, receber benefícios é, ao mesmo tempo, um direito e um dever. Gomes (2002a) comenta sobre a importância de o Estado não só doar como criar a obrigação de receber:

Esta questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno (...). Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável (GOMES, 2002a, p. 228).

Ainda de acordo com a autora, o sentido último da relação de doação, a dimensão da sua força, está em criar um tipo de obrigação de retribuição que se estrutura não apenas em função da lógica material, de interesses individuais, mas sobretudo da lógica coletiva, eminentemente simbólica. Em outras palavras, a força está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. A ideia da obrigação de retribuir será tratada adiante, no tópico seguinte, pois no momento nos concentraremos na ideia de doação, centrada sobretudo na figura de Vargas.

A legislação social não era então um ato de caridade, senão de solidariedade e generosidade, criada e devida pelas virtudes da autoridade, isto é, de Vargas. Como exemplo de tais virtudes, notemos o trecho do discurso político do Primeiro de Maio de 1939:

[A Justiça Especial] originou-se do meu contato pessoal com os trabalhadores, ao verificar, nas visitas feitas a diversos estabelecimentos industriais, as suas necessidades, mais imediatas (VARGAS, 2011 [1939], p. 89).

Entre as virtudes ou imagens que Vargas projetaria, destacamos: a de servidão; a de sacrifício; a de amizade com os trabalhadores; e a de “pai” dos pobres.

Com relação à imagem de servidão à nação e, sobretudo, aos trabalhadores, Vargas utilizou-a amplamente. Exemplo desse uso pode ser observado das justificativas para o golpe, entre as quais estava a de continuar a servir aos interesses da nação, como podemos notar no Manifesto à nação:

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação (VARGAS, 2011 [1937], p. 29).

Como notamos no trecho acima, a imagem de servidão seria combinada com a de sacrifício pela nação. Exemplo notório da imagem de sacrifício também pode ser extraído da comparação que Vargas faz entre a sua figura e a de alguns heróis nacionais, como é o caso de Tiradentes. Em 1941, nas celebrações do Primeiro de Maio, Vargas, agradecendo as homenagens da cerimônia do feriado do dia 19 de abril (seu aniversário), propôs que as mesmas ocorressem conjuntamente com as comemorações de Tiradentes⁵⁹:

A homenagem ao Chefe do Governo, que a escolha de tal data encerra [19 de abril], comoveu-me profundamente. Por certo, imprimiria maior relevo a festividade de tão alta significação associá-la às comemorações de Tiradentes, o herói sacrificado ao próprio ideal (VARGAS, 2011 [1941], p.259).

Tal trecho revela que Vargas, equiparando-se a Tiradentes, considerou-se o herói sacrificado ao próprio ideal. “Herói”, pois as imagens de servidão e sacrifício produziram outra: a de salvação. Assim, Vargas se considerava um “herói” porque salvara o Brasil e os brasileiros dos problemas e das ameaças do momento.

Entre os “problemas” ou os “inimigos” anunciados por Vargas, já em 1937, identificamos: os partidos políticos, os comunistas, o liberalismo e o antigo regime. Cabe ressaltar que o líder produziu seu discurso a partir do contraste, do antagonismo e da comparação entre as “ameaças” e ele e do combate a estas ameaças.

Essa dicotomia pode ser enquadrada também dentro da “ideia de fundo” que o regime passava, inclusive em sua denominação – Estado Novo –, isto é, as ameaças representavam o passado, o atraso, o modelo “ultrapassado”, enquanto Vargas representava a ideia do novo, do progresso, do futuro. Era o Brasil “velho” em contraposição ao Brasil “novo”.

No tocante à relação que estabeleceria com os trabalhadores, entre as imagens produzidas estava a de “amigo”. A “proximidade” e “amistosidade” de um verdadeiro “amigo” dos trabalhadores podem ser notadas no trecho abaixo:

Jamais fugi à vossa convivência e, nas horas incertas ou perigosas, foi no contato direto convosco, nas ruas e nos lugares públicos, que encontrei estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a linha de conduta que me

⁵⁹ Vale dizer que as comemorações do dia 21 de abril, dia de Tiradentes, no Estado Novo, procuravam produzir as mesmas ideias da nação coesa e unida, que deveria reconhecer de maneira unânime uma só história, compartilhar uma mesma memória e cultivar os mesmos heróis. A censura influenciou para que os jornais noticiassem o dia como evento político significativo e estabelecessem uma ligação entre a comemoração e o momento político, tal como a importância da figura de Vargas, como podemos notar pelo jornal *Estado de Minas* de 1942: “Os tempos, porém, passaram, e o Brasil, sob a alvorada da Democracia e da República, tem sabido consagrar à memória do Mártir e dos seus companheiros, mais crescendo ano a ano, o entusiasmo cívico das comemorações. O Brasil Novo, rejuvenescido pela integração em si mesmo, uno, forte, redivivo em todas as suas energias vitais, sob a chefia unida de seu grande vanguardeiro, Presidente Vargas, mais do que nunca tem dado a Glória dos inconfidentes a sagração histórica merecida” (FONSECA, 1989, p. 452).

tracei como supremo responsável pelos destinos da nação. (...) foi no poder e no exercício das funções governamentais que me tornei amigo vosso para melhor compreender as necessidades e melhor realizar as aspirações dos trabalhadores (VARGAS, 2011 [1938], p. 387).

Notemos que as imagens produzidas como de “servidão” e “sacrifício” eram combinadas com as “virtudes” de Vargas e outras imagens, como de “amizade”, produzidas para melhor atender às necessidades e às aspirações dos trabalhadores. No Primeiro de Maio de 1941, Vargas novamente declarava a amizade com os trabalhadores:

Na grandiosa data das Comemorações do Trabalho, estou de novo entre vós, vindo de longe para compartilhar das vossas alegrias e dirigir-vos palavras de confiança e de fé (VARGAS, 2011 [1941], p. 259).

Este trecho reafirma essas imagens de “amigo” dos trabalhadores, que compartilha as alegrias e comemora o dia do trabalho. Do mesmo modo, como “representante”, “líder”, dos trabalhadores, o momento era utilizado para pronunciar palavras de confiança e de fé.

Finalmente, um epíteto que emergiria implicitamente nos discursos políticos de Vargas e seria sustentada por outros discursos políticos de alguns ideólogos do Estado Novo era a de “pai dos pobres”. Segundo Capelato (2009), a imagem de “pai” evoca um sentido especial: a autoridade do “líder pai” em relação ao “povo criança”. O “povo criança” representava a ideia da incapacidade de escolha dos representantes, o que justifica o golpe de 1937.

Capelato (2009) ainda chama atenção para o termo “trabalhador” em contraste ao termo “pobre”. De acordo com a autora, no Brasil havia imensa massa de excluídos em relação ao mercado de trabalho que era definida como “pobres”. Cabia ao “pai”, chefe da nação, a obra de transformá-los em trabalhadores organizados e produtivos.

Ademais, o pai educa seus filhos e, em troca de bom comportamento, os presenteia. Em contrapartida, os filhos reconhecem no pai, além de educador, uma autoridade que deve ser respeitada, amada e reconhecida por seus atos.

Cabe dizer que nem todas as imagens vão ser reafirmadas nos discursos políticos de Vargas. A partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial alguns imaginários políticos seriam reformulados e utilizados de outra maneira, como comentaremos adiante. Deste modo, os imaginários políticos não são fixos ou permanentes, senão fluídos e flexíveis, sendo utilizados de acordo com o desejo de quem produz e reproduz.

6.3.2 O “novo” trabalhador no novo regime

Como comentamos anteriormente, Vargas procurou produzir e reproduzir imagens de “proximidade”, “amistosidade” e “amizade” com os trabalhadores. Uma das formas de reafirmação dessas imagens pode ser notada pelo próprio vocativo, já mencionado, “Trabalhadores do Brasil”. No projeto político de Vargas de reconstrução do Brasil, do “Brasil novo”, os trabalhadores teriam lugar especial em seus discursos políticos, na medida em que comporiam os principais ajudantes desta “grande obra”. Vargas se utilizou de imagens do apoio do trabalhador para firmar e declarar a legitimidade e o apoio ao Estado Novo, como anunciado no Primeiro de Maio de 1940:

Nas minhas recentes excursões aos Estados do Centro e do Sul, em contato com as mais diversas camadas da população, recebi caloroso acolhimento e manifestações que testemunham, de modo inequívoco, a confiança que os brasileiros, desde os simples operários aos expoentes das atividades produtoras, depositam na ação governamental (VARGAS, 2011 [1940], p. 292).

Como mencionamos no início deste capítulo, os trabalhadores e o exército garantiriam a execução deste projeto político. Vargas se utilizaria amplamente das imagens dos trabalhadores, apoiando suas políticas, como podemos observar no primeiro ano da comemoração do Estado Novo:

Empresto, por isso, às vossas manifestações de apreço e solidariedade a significação de um incentivo espontâneo para prosseguir nos rumos traçados, sem hesitações nem receios. Estamos irmanados no mesmo ideal de fortalecimento da pátria e de aumento do seu poderio econômico. Reconhecendo os princípios de justiça social e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu Governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados (VARGAS, 2011 [1938], p. 388).

Em outro trecho, no discurso de Primeiro de Maio de 1941, Vargas reafirmaria o apoio e colaboração dos trabalhadores a “grande obra”:

Quero, mais uma vez, louvar o operariado nacional pela lealdade e inteligência da sua cooperação com o Governo, que soube interpretar-lhe as legítimas aspirações e defender-lhe os justos interesses. Nunca o vosso ânimo sofreu vacilações, nem o vosso entusiasmo construtivo soluções de continuidade – conduta desinteressada e reta, que influiu poderosamente na garantia da ordem pública e no fortalecimento da unidade nacional. Destes, assim, um admirável exemplo de patriotismo e mostrastes que só o labor continuado e a união realizam as aspirações coletivas (VARGAS, 2011 [1941], p. 259).

As imagens que refletiam o “apoio” dos trabalhadores ao seu projeto e as suas políticas, que reconheciam os princípios da justiça social, seriam combinadas ao da resistência aos “inimigos” da nação. De acordo com Vargas,

Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra esses agentes de perturbação e desordem (VARGAS, 2011 [1940], p. 295).

Nesse contexto também devemos mencionar a importância da educação moral e cívica, revelada sobretudo nos espetáculos de poder do Estado Novo, como foi demonstrada por Schemes (2005). Segundo a autora, os valores morais e os aspectos físicos andavam sempre juntos, considerando-se inadmissível uma educação moral desacompanhada da educação física. De acordo com Vaidergorn (1987),

a preocupação com a Educação Moral e Cívica relacionou-se, nesse momento, com a construção do Estado Novo, esperando constituir, através de leis e decretos, a “consciência nacional”, a “construção da nacionalidade”, a “afirmação do Estado Nacional”, expurgando tudo o que ameaçasse o projeto de definição de brasilidade embutida na sua concepção (p. 163-164).

Capelato (2009) afirma que, nesse período, a educação tinha um significado político relevante, pois a escola foi idealizada como lugar de afirmação da ordem e a educação moral e cívica como um importante instrumento de controle social. Do mesmo modo, livros como *Getúlio Vargas para crianças* combinariam a educação moral e cívica com imagens positivas do trabalho. Esses elementos procuravam estimular o sentimento de patriotismo, a formação do “homem novo” brasileiro, da importância do trabalho e da própria identidade nacional.

Para comporem esse projeto político, as imagens dos trabalhadores seriam reformuladas, reinventadas. Em outras palavras, a dicotomia “velho” trabalhador e “novo” trabalhador seria amplamente utilizada por Vargas. O “velho” trabalhador era aquele do momento anterior à década de 1930, que era ignorado e explorado pelos Governos anteriores, privados de direitos e considerado simples máquinas de produção:

Sempre senti e expressei com clareza a minha opinião a vosso respeito – intelectuais, artistas, operários fabris, comerciários, bancários, lavradores-, considerando-vos como valores humanos respeitáveis e não simples máquinas de produção; foi sempre elevado o meu juízo sobre as vossas reservas de energia patriótica, inteireza moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem, para maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, criador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural (VARGAS, 2011 [1938], p. 387).

Vale dizer que a menção mais geral “trabalhadores” referia-se a imagens mais específicas, isto é, aos trabalhadores urbanos e aos trabalhadores rurais. Embora ambos fizessem parte desse “grande” projeto político, cada categoria teria sua função relacionada a imagens específicas: os trabalhadores urbanos teriam suas imagens relacionadas à industrialização, à modernização, à máquina, ao enriquecimento do Brasil; enquanto os trabalhadores rurais teriam suas imagens relacionadas à tradição, à nacionalidade e à produção para o consumo nacional e internacional. Além dessas duas categorias, Vargas também reproduziria imagens relacionadas ao trabalhador relacionado à família e, nesse sentido, à ampliação de benefícios aos demais membros.

Ainda com relação à esfera governamental, Vargas procurou frisar que, a partir de seu Governo, os trabalhadores seriam considerados valores humanos, teriam seus direitos garantidos, e, portanto, não apenas fariam parte do projeto político como seriam também os maiores beneficiados, sobretudo com a legislação trabalhista.

Desse modo, cabe retomar dois aspectos mencionados anteriormente neste trabalho: a ideia de doação da legislação trabalhista, sobretudo no tocante à obrigação da retribuição e à questão da cidadania. Com relação à obrigação de retribuição, vale recordar que tal retribuição era eminentemente simbólica, isto é, em troca da “doação” da legislação trabalhista, Vargas receberia a lealdade, a colaboração, a ordem e o amor dos trabalhadores. Esse “dever” de retribuição podia ser notado implicitamente em momentos dos discursos políticos de Vargas, sobretudo quando retomava o passado e mostrava a diferença nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, tal como do tratamento do Governo aos trabalhadores, como podemos notar no seguinte trecho:

Comparai, olhai esse passado bem próximo, e regozijai-vos de desempenhar, conscientes das vossas responsabilidades, o relevante papel da força construtora da nacionalidade, dentro do espírito de ordem, que é a garantia do vosso futuro e do engrandecimento do Brasil (VARGAS, 2011 [1939], p. 89).

As palavras “força” e “ordem”, recorrentes nos discursos políticos de Vargas, reforçam o tom e o caráter autoritário das mensagens no regime varguista. Outro exemplo das imagens de direito e dever está no trecho a seguir:

Desde o dia distante da criação do vosso Ministério, temos, sem repouso, procurado amparar o obreiro nacional, assegurar-lhe os direitos e fixar-lhe os deveres. A lei dos dois terços – na realidade, da nacionalização do trabalho – a sindicalização unitária, o seguro social, o horário das indústrias, a regulamentação do salariado de mulheres e menores, as férias remuneradas, os cuidados de assistência médica, os restaurantes populares e o salário mínimo são outras tantas etapas vencidas do programa trabalhista (VARGAS, 2011 [1941], p. 260).

Deste modo, Vargas se utilizava das políticas em curso para elaborar um discurso político aos trabalhadores, que revelasse a necessidade e “obrigação” de retribuição simbólica. No tocante à questão da cidadania, cabe ressaltar a forma como Vargas mencionaria os trabalhadores do momento anterior ao seu Governo.

Ainda que os discursos políticos de Vargas sejam marcados pela ambiguidade de imagens referentes aos trabalhadores no momento anterior, as imagens que mais aparecem revelam o trabalhador como desorganizado e desunido. Ademais, Vargas procurou apagar a organização e a luta histórica dos trabalhadores, mostrando que apenas a partir do seu Governo os trabalhadores passariam a se organizar, sem precisar lutar, uma vez que o Estado lhes proporcionava as benesses antes mesmo de eles solicitarem.

Do mesmo modo, como mencionamos algumas das razões das lutas históricas dos trabalhadores no primeiro capítulo, podemos afirmar que Vargas se apropriou e ressignificou-as e também alguns dos discursos dos distintos movimentos para formular seus discursos políticos. Vargas articulava essas imagens do “velho” trabalhador contrapondo-as às do “novo” trabalhador, que, graças às medidas do seu Governo, tornou-se organizado e unido social e politicamente.

Essas imagens de trabalhador organizado e unido seriam combinadas com a imagem, o papel e o significado da cidadania. Como comentamos anteriormente, a cidadania relacionada à ideia de direitos civis, políticos e sociais seria utilizada apenas na dimensão dos direitos sociais. Em outras palavras, o cidadão do Estado Novo não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, uma vez que era uma ditadura, mas pela posse dos direitos sociais, sendo que a realização plena da cidadania deveria ocorrer pela promoção da justiça social.

De acordo com Gomes (2002a), ser cidadão no Estado Novo era, além de integrar o mundo definido como da política, pertencer a uma totalidade: econômica, uma vez que trabalhar era produzir riquezas; jurídica, uma vez que possuía a carteira de trabalho; e moral, uma vez que o trabalho deveria ser compreendido como um dever e um direito. Ou seja, cidadania era pertencimento, relacionado diretamente à identidade nacional.

Ainda de acordo com a autora, a noção de religião civil de Rousseau presta-se admiravelmente bem à reflexão sobre o sentido de pertencimento. Para ela:

O presidente/Estado não era o temível soberano de Hobbes, mas muito mais um legislador de Rousseau, que, formalizando as leis pelas quais o povo estabelecera o contrato, não submetia ninguém e a todos abarcava completamente. O povo revelava à autoridade suas necessidades, seu destino, e esta, por sua virtude e sensibilidade, captava e executava este sinal que existia implicitamente. Nesta dinâmica, o povo era o princípio e o

resultado da ação do legislador. Ou seja, o Estado brasileiro era produto tanto de uma vontade nacional inconsciente (o povo), quanto de uma vontade racional consciente (o legislador) (GOMES, 2002a, p. 227).

O “novo” cidadão era sinônimo de “bom” brasileiro, sendo que o “bom” brasileiro era aquele que respeitava a ordem e trabalhava pela grandeza do Brasil. O brasileiro ordeiro, trabalhador, tinha direitos decorrentes dos deveres individuais e coletivos, representados pela legislação social. Nesse sentido, a autora afirma que a relação contratual era complexa, pois seus termos eram ambivalentes, isto é:

O contrato fundador do pacto político entre povo e presidente, ao extrapolar uma lógica utilitária, colocando-se fora do mercado, definia a cidadania como pertencimento e a retribuição como paixão e não como interesse político (GOMES, 2002a, p. 230).

Para Gomes (2002a), o contrato de fundação do Estado estabelecia, dessa forma, uma relação pessoal entre o chefe da nação, materializado na “pessoal moral” de Vargas, e todo o povo trabalhador, entendido como uma “pessoa coletiva” e não como uma coleção de indivíduos. Devido a essa relação, o discurso político fixava a imagem e a forma de contato do presidente desta nação para com os trabalhadores.

Por outro lado, Vargas delimitava quem era o “povo” brasileiro. Este “povo”, como notamos, eram aqueles que estavam inseridos e de acordo com os projetos e políticas de Vargas, os que trabalhavam, em contraposição aos desempregados⁶⁰, mendigos, aos criminosos, aos subversivos, em suma, aos marginais, os “maus brasileiros”.

Em contraposição ao “bom” brasileiro, o “mau” brasileiro pregaria e estimularia a desordem:

Trabalhadores do Brasil, os insatisfeitos de todos os tempos, os espíritos inquietos, aqueles que foram contaminados pelas doutrinas transformadas, sem raízes na vida brasileira, os remanescentes da política retrógrada das pantomimas eleitorais, ainda poderão vociferar, criticar, intrigar e fazer conspiratas; os maus profissionais, os inadaptados ao progresso das atividades que escolheram, podem clamar no deserto; os maus brasileiros, que infelizmente os há, poderão semear boatos e enfileirar-se entre os derrotistas e sabotadores (VARGAS, 2011 [1938], p. 389).

Como podemos notar, os “maus” brasileiros seriam as ameaças anteriormente mencionadas, isto é, os comunistas com “doutrinas transformadas”, os antigos políticos, “inadaptados ao progresso”, além de todos aqueles que não estariam à favor do “novo”

⁶⁰ Segundo Capelato (2009), o número de desempregados nessa época era muito grande e, assim, a enorme massa dos pobres sem trabalho não se integrava na categoria de “bom” brasileiro ou mesmo de cidadão. Ficando à margem da relação presidente/povo trabalhador, essas pessoas não tinham identidade, não “existiam”, isto é, não compunham esta sociedade, além de serem vistas como perigo e ameaça à harmonia da sociedade.

regime. Os “maus brasileiros” não retribuíam e, portanto, não eram reconhecidos. Contudo, Gomes (2002a) afirma que tal condição não era definitiva, podendo vir a compor o espaço político se se tornassem “bons” brasileiros. Compor o espaço político significava também ganhar uma identidade política.

O início da Segunda Guerra Mundial marcou os discursos políticos de Vargas. Sobre tudo a partir dos anos 1940, Vargas reafirmava o diferencial do Estado Novo com relação aos demais Governos existentes, procurando demonstrar que o Estado Novo era uma via alternativa ao que existia, principalmente quando relacionando ao mundo do trabalho:

A política trabalhista do meu Governo tem sido invariável no sentido de estabelecer a harmonia entre os fatores de produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano. A nossa organização peculiar afasta-se, igualmente, do erro dos regimes do liberalismo individualista, que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos, e dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo (VARGAS, 2011 [1942], p. 448).

Além desse “diferencial”, o significado do conflito, as ameaças dele decorrentes e as suas consequências seriam amplamente utilizadas. Assim, os discursos políticos de Vargas nos espetáculos de poder constituíram-se como momentos propícios para reafirmar a necessidade da ordem, da organização e da paz:

somente os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista, subsistem (...) subsistiremos, porque estamos unidos, disciplinados e dispostos a quaisquer sacrifícios pelo Brasil” (VARGAS, 2011 [1941], 263).

Vargas combinava imaginários sociais dos “novos” trabalhadores com seus imaginários políticos, como a imagem de sacrifício. Diante das dificuldades mundiais, ressaltava a necessidade da paz⁶¹ e cooperação interna, para trabalhar, produzir, criar riquezas e resolver os múltiplos problemas relacionados à formação e ao desenvolvimento do Brasil.

Do mesmo modo, Vargas delegaria funções, sobretudo aos trabalhadores:

A conflagração avassala todas as terras, todos os mares, todos os céus, exige dos povos, beligerantes ou não, resoluções prontas e enérgicas. Ninguém a ela se pode furtar por completo. Por isso mesmo, cada um tem de aceitar o seu setor na luta, de acordo com as circunstâncias e as próprias possibilidades. O nosso é o da produção. O exército sois vós, obreiros do

⁶¹ Para Vargas, a questão da neutralidade brasileira, mantida até 1942, era fundamental para atingir os objetivos do momento. Ainda de acordo com o presidente, “*Brasil não é inglês nem alemão, é um país soberano*” (VARGAS apud SEITENFUS, 2003, p. 207) e, portanto, o país faria comércio e manteria relações com os países que fossem contribuir com os objetivos e as necessidades brasileiras. Entre os objetivos do momento estavam, fundamentalmente: a modernização do aparato militar e a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. Por essa razão, a política externa varguista e, mais especificamente, as relações estabelecidas com a Alemanha nazista e os Estados Unidos no período, recebeu denominações como a de Gerson Moura “equidistância pragmática” e “barganha nacionalista”, entre outros termos.

Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado (VARGAS, 2011 [1942], p. 447).

A palavra de ordem do momento era produzir, para que nem os brasileiros e nem as nações vizinhas sofressem restrições resultantes da guerra. Assim, os trabalhadores seriam os soldados das forças construtivas do progresso e grandeza do Brasil. Coordenando a produção e a nação estaria Vargas:

Confessando-vos minha gratidão, brasileiros e amigos do Brasil, reasseguero-vos que, em quaisquer circunstâncias, como chefe ou como soldado, estarei sempre convosco na defesa das grandes causas nacionais, na primeira linha dos combatentes, pronto a tudo dar pela pátria, sem limite de esforço e de dedicação no dever de servir (VARGAS, 2011 [1942], p. 446).

Uma vez mais Vargas se utilizaria de imaginários políticos como da servidão e sacrifício para reafirmar o seu trabalho pelas grandes causas nacionais.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os discursos políticos de Vargas ficariam mais acalorados e, por vezes, agressivos, sendo que as imagens e a relação dos trabalhadores com o governante seriam ainda mais exaltadas, como analisaremos adiante. Antes de tratar do segundo momento do Estado Novo, precisamos mencionar, ainda que brevemente, as representações dos trabalhadores rurais nos discursos políticos de Vargas.

6.3.3 Os trabalhadores rurais no novo regime

Embora grande parte dos estudos sobre o período considere que apenas os trabalhadores urbanos foram contemplados nas políticas e nos discursos políticos de Vargas, este estudo compartilha da relativização dessas afirmações, sustentadas sobretudo por Linhares e Silva (1999), Dezemone (2008a; 2008b), Ribeiro (2001), entre outros.

Como mencionamos no primeiro capítulo, de acordo com Dezemone (2008a), a menção aos trabalhadores rurais decorreria de dois aspectos mais amplos, envolvendo um aspecto mais simbólico, relacionado à própria (re)conformação da identidade nacional, e outro mais “prático” ou “material”, relacionado aos espaços vazios e ao expansionismo territorial. Interessante notar a preocupação com os espaços vazios e o expansionismo territorial no discurso político de Vargas de 1941, em que afirmou:

Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis, como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário a riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente, para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade

aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, 2011 [1941], p. 262).

Combinado com o receio dos “espaços vazios”, é possível notar a preocupação com a prosperidade da população rural para o consumo do mercado interno. Ademais, tinha-se o receio do êxodo dos camponeses para a cidade, o que acarretaria o superpovoamento das cidades e o desequilíbrio com consequências imprevisíveis, como mencionado no mesmo discurso político:

Mas, não terminou a nossa tarefa. Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva (VARGAS, 2011 [1941], p. 264).

O homem rural, que estaria “distante da civilização”, deveria sofrer a transformação tal como o urbano, podendo se transformar em disciplinado, educado e organizado. Tal interesse pode ser notado no discurso da Marcha para Oeste, em que Vargas deixava claros tanto seu temor do êxodo rural como o desejo de que a região se tornasse produtora de alimentos e consumidora dos produtos industriais, como na Campanha da Borracha, em que milhares de nordestinos deixavam as terras secas pela Amazônia, esperando um apoio governamental, que afinal não chegaria (RIBEIRO, 2001). Com esse intuito Vargas prossegue seu discurso político informando as medidas tomadas para os trabalhadores rurais:

Com esse intuito é que se empenha o Governo Nacional em fixar no campo os brasileiros animosos, reunindo-os em núcleos de colonização e amparando-os convenientemente, nada lhes pedindo além da disciplina de um trabalho metódico e persistente. O lote de terra já lavrada, a casa de moradia da família, sementes, instrumentos agrários, escolas profissionais e assistência médico-sanitária serão postos à sua disposição, gratuitamente, e sobre o fruto do seu trabalho nenhum ônus pesará, abolidos impostos, taxas e tributos, até que as colônias, florescentes e prósperas, se emancipem da proteção governamental (VARGAS, 2011 [1941], p. 262).

Além de fixar os trabalhadores rurais no campo e propiciar as condições de vida e de trabalho para tal, Vargas afirmava que havia uma “dívida” a ser resgatada:

Ao Estado Novo cabe, sem dúvida, a missão de resgatar a dívida de 400 anos, a que aludia o grande escritor intérprete dos sertões, contraída pelos homens do litoral com os habitantes das terras altas, descendentes esquecidos dos desbravadores e pioneiros que dilataram meridianos e ampliaram os horizontes pátrios. E, assim, o sertanejo, confiante no futuro, será como a árvore que mergulha raízes em terra fértil e dadivosa. A

redenção dos sertões e a revalorização da Amazônia são capítulos essenciais do programa traçado pelo Governo, para dar ao Brasil a prosperidade e a cultura que merece (VARGAS, 2011 [1941], p. 262).

Assim, notamos que as imagens projetadas sobre os trabalhadores rurais revelavam a exclusão e o desamparo da sociedade, que acarretava a ausência dos costumes dos trabalhadores urbanos, e os afastava da “civilização”. Tais imagens, ao longo do Estado Novo, seriam modificadas, tal como às dos trabalhadores urbanos, pois, ao longo dos anos do Governo, estes também se transformariam graças às ações governamentais.

Finalmente, cabe dizer que afirmar que os trabalhadores rurais também foram considerados nos discursos políticos de Vargas não significa tenham sido na mesma medida e intensidade que os urbanos, mas que os mesmos existiram nos discursos políticos de Vargas e em parte da legislação trabalhista do período, ainda que por outras razões, também foram preocupação deste momento.

6.4 Os trabalhadores nos discursos de Vargas em tempos de guerra: 1942-1945

Como mencionamos anteriormente, os discursos políticos das datas selecionadas de Vargas sofreriam modificações significativas a partir de 1942, sobretudo pelas mudanças conjunturais, seja no âmbito interno quanto no externo. Assim, neste tópico procuraremos chamar a atenção para estas modificações nos discursos políticos selecionados, sobretudo com relação aos imaginários sociais sobre os trabalhadores.

De acordo com Capelato (2009), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tornou a situação ainda mais crítica. Além do aumento do custo de vida houve racionamento de produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade⁶². Nesse contexto, o Governo apelou para o patriotismo dos brasileiros, sobretudo dos trabalhadores, e pediu o sacrifício de todos pelo Brasil. Assim, Vargas procurou convocar os trabalhadores para a batalha:

O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser, também, bom patriota. A essas disposições o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças de produção para favorecer o progresso geral e

⁶² Além desses efeitos, Lira Neto (2013) destacou o “blecaute” à noite, submetendo as casas e ruas nas principais cidades do país à escuridão, para dificultar hipotéticos bombardeios inimigos e a gasolina que se tornou escassa, sendo possibilitada apenas a veículos oficiais. Além desses efeitos, o aspecto que mais aterrorizou a população e, principalmente as classes médias e urbanas, foi a inflação, que ameaçava corroer o poder de compra da nova moeda – o cruzeiro, instituído em 1942, em substituição ao “mil-réis”.

unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (VARGAS, 2011 [1943], p. 32).

Reforçando imaginários políticos e sociais, Vargas convocava todos os trabalhadores para a luta. Mencionava o diferencial de seu Governo, que criara a legislação trabalhista, conciliou as classes e estabeleceu as bases da justiça social para argumentar a importância dos trabalhadores comporem os “postos” da batalha. Ademais, mencionaria as ações não apenas para os trabalhadores, mas também para suas famílias:

A instituição das escolas de fábrica (...) veio alargar as possibilidades de preparo profissional do trabalhador e da sua prole. É natural em todo lar organizado o desejo de ver os filhos continuarem os pais na sua trajetória de trabalho honesto, repetindo em novos lares as alegrias simples da família. Congregá-los para que tenham amanhã um ofício e possam constituir outras famílias atende a um anseio afetivo e a um justo reclamo social. É isso que nos proporcionará o ensino industrial, capacitando os brasileiros a atingirem o ideal da unidade na diversidade, isto é: o trabalho para todos e as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões (VARGAS, 2011 [1943], p. 33).

Essas propostas estavam inseridas no objetivo mais amplo do momento, isto é, a batalha da produção, como mencionou Vargas:

(...) A BATALHA DA PRODUÇÃO. Produzir mais, produzir melhor – nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que devemos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades. Hoje mais do que nunca a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar (VARGAS, 2011 [1943], p.36).

O tempo era de trabalho, disciplina, participação e sacrifícios. Os trabalhadores rurais também seriam convocados para a “batalha da produção” e estar no mesmo “patamar” que os urbanos, no tocante à produção, e, por essa razão, também deveriam receber as benesses do Governo, como podemos notar no discurso político de 1944:

Concluídos esses aperfeiçoamentos no sistema de auxílio e estímulo ao operário industrial, o Estado atacará com idêntico empenho outro aspecto relevante do problema da produção. Estão adiantados os estudos para a promulgação de uma lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais. A quinta parte da nossa população total trabalha e vive na lavoura e não é possível permitir, por mais tempo, a situação de insegurança existente para assalariados e empregadores. Torna-se inadiável estabelecer com clareza e força da lei as obrigações de cada um, o que virá certamente incrementar as atividades agrárias, vinculando o trabalhador ao solo e evitando a fuga do campo para a cidade, tão perniciosa à expansão da riqueza nacional (VARGAS, 2011, p. 482).

Tais legislações implicariam a “retribuição” já mencionada, sendo que, no “estado de guerra”, ela envolvia não apenas o amor ao governante como também os sacrifícios pela nação. Com relação aos “sacrifícios”, Gomes (2002a) afirma que esse tempo também foi marcado pela suspensão da vigência de diversos direitos trabalhistas, em razão dos “tempos de guerra”:

Em agosto de 1942, por exemplo, o Governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego (GOMES, 2002a, p. 225).

Nesse contexto, Vargas estabeleceria duas frentes de luta: a interna contra os inimigos já mencionados e a externa, aos inimigos dos Aliados. Em ambas as frentes de luta, Vargas aclamava todos os brasileiros e, sobretudo, os trabalhadores, representados como “verdadeiros patriotas”. Por essa razão os trabalhadores estavam sendo convocados para a manutenção da ordem, transformando-se em observador atento de seu ambiente de trabalho e devendo auxiliar as autoridades policiais no combate e repressão às “atividades dos inimigos da Pátria”, pois o Governo não deixaria de tomar as “medidas de justa punição contra os culpados e providências de amparo às vítimas” (VARGAS, 2011 [1943]).

Como podemos notar a partir dos trechos extraídos o “impatriotismo” era composto não apenas pelos antigos “inimigos” do regime, como também pelos agitadores, pelos ociosos e pelos que se colocavam como “verdadeiros” representantes dos trabalhadores, além do Governo.

As convocações “patriotas” eram combinadas às imagens de colaboração dos trabalhadores ao momento:

Nos dias conturbados de agosto de 1942, quando o inimigo traiçoeiro iniciou o seu ataque brutal, eu lhes pedia vigilância, disciplina, discrição, devotamento ao trabalho. Temos produzido discreta e disciplinadamente; liquidamos os inimigos internos; previmos a sabotagem; impedimos a espionagem e o entendimento com os agentes estrangeiros. Não registramos greves nem perturbações da ordem, nem clamorosos atos de traição. Nas fábricas, nas usinas, nos arsenais, nos navios, nos transportes, arcamos com as deficiências do nosso parque industrial; vamos marchando com firmeza e suprimo com extraordinário engenho as dificuldades técnicas e materiais (VARGAS, 2011 [1943], p. 465-466).

Outro trecho que podemos destacar é o Primeiro de Maio de 1944, quando Vargas elogiou o comportamento exemplar daqueles que contavam com o “devotamento patriótico”:

A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza de ânimo posta no desempenho das tarefas quotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos. Estais votados ao bem da pátria, junto às vossas máquinas, nas vossas oficinas, como estarão amanhã os nossos jovens e bravos soldados nos campos de batalha. É um esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a nação brasileira dias de paz digna e de maior progresso (VARGAS, 2011 [1944], p. 481).

Desse modo, o trabalho seria o “melhor e mais eficiente” modo de combater os inimigos internos e externos, além de proporcionar o engrandecimento da nação. Para Vargas, a contribuição individual era o meio mais eficiente para compelir os “recalcitrantes” ao cumprimento do dever. Além da necessidade de compelir os demais, somente a cooperação de todos proporcionaria o “bem comum”, que, naquele momento, significava o “esforço para a vitória”.

O tom militarizado nos discursos políticos de Vargas era notório na medida em que o governante se utilizava dessa situação para justificar a necessidade do regime e, conseqüentemente, a não convocação das eleições:

Estamos em guerra. Isto quer dizer: empenhados numa luta decisiva para os destinos da Pátria. Quem não estiver conosco está contra nós. Com os homens de trabalho e com todas as forças vivas da nacionalidade sei que posso contar. Não vacilar; não transigir; não recuar; para a frente: são as vozes de comando da Nação Brasileira a todos os seus filhos (VARGAS, 2011 [1943], p. 37).

É também no contexto da Segunda Guerra que a contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos Aliados na Europa e manter um regime autoritário no país é acentuada. Assim, alguns discursos políticos de Vargas também tratariam de temas mais sensíveis como a democracia, a liberdade e até mesmo uma promessa do fim do regime.

Com relação à democracia, Vargas afirmara:

Consideramos mero bizantismo indagar se o novo regime é ou não democrático. As oligarquias antigas e modernas, os regimes de privilégio, muitas vezes se apelidaram democráticos. E o eram, na verdade, para uma parte da população que lhe usufruía as vantagens. Não devemos, por conseguinte, preocupar-nos com os vários sentidos emprestados à palavra democracia (...). Quanto a nós, com a experiência de cinco anos decorridos, torna-se fácil verificar que democracia é a forma de governar em benefício do povo como um todo, em função dos interesses supremos da pátria, acima das imposições de grupos, de clã ou região. A autoridade baseada nas leis e a segurança no trabalho vêm acelerando o nosso crescimento econômico e fortalecendo os laços da comunidade (VARGAS, 2011 [1942], p. 455).

O trecho reafirma o que mencionamos anteriormente sobre a questão da democracia no Estado Novo, isto é, o discurso de Vargas sustentava que a democracia social era a que

importava, pois garantia direitos para a coletividade. Os outros temas mencionados, liberdade e promessa do fim do regime, podem ser associados, pois ambos foram relacionados à questão social. Vale destacarmos, uma vez mais, o tom e o caráter autoritário presente nos discursos políticos de Vargas, seja de maneira explícita, como este trecho, como de maneira implícita, por termos amplamente utilizados, como “força” e “ordem”. Este trecho é significativo, pois revela a reformulação da ideia e imagem de democracia e de cidadania, sobretudo quando se pensa nos direitos sociais. Assim, Vargas, novamente, reafirmaria a importância dos direitos sociais em detrimento dos direitos civis e políticos, tal como outros aspectos considerados “descartáveis” pelo governante, como a liberdade e a democracia.

Decorrente das contradições do período apresentadas e também das manifestações contrárias ao regime, que exigiam a volta do período democrático, no quinto ano de comemoração do Estado Novo, Vargas afirmara:

Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro. E das classes trabalhadoras organizadas tiraremos de preferência os elementos necessários à representação nacional (VARGAS, 2011 [1943], p. 467).

Ao aproximar-se o fim da Segunda Guerra, tal promessa seria descartada, sendo a permanência do regime justificada pelo combate dos inimigos “internos”. Assim, Vargas justificara a permanência a partir da ideia e imagem de liberdade relacionando-a à questão social:

A liberdade, no sentido estrito de franquias políticas, não basta para resolver a complexa questão social. Sem a independência econômica converte-se quase sempre em licenciosidade e ludíbrio para o povo, que não mata a fome com o direito de voto nem educa os filhos com o direito de reunião. Amparar economicamente os trabalhadores equivale a dar-lhes o verdadeiro sentido de liberdade e segurança para expressar as suas opiniões políticas (VARGAS, 2011 [1944], p. 483).

Notemos que até mesmo a liberdade foi proposta em termos sociais e econômicos em contraposição à política, para justificar a permanência de Vargas no poder, reafirmando novamente o tom e o caráter autoritário do discurso político de Vargas. Assim, no final do Estado Novo, Vargas reutilizava argumentos, frisando a necessidade da ordem e da disciplina, para justificar sua continuidade no poder. Além dos argumentos reutilizados, de acordo com o governante, após o término da Guerra, o Brasil teria um “novo papel” na reorganização do cenário internacional decorrente, em grande medida, da ideia do Brasil como “amigo

especial” dos Estados Unidos, pela “parceria” estabelecida entre os Governos dos presidentes Roosevelt e Vargas durante o conflito.

Os imaginários políticos e sociais apresentados até o momento seriam reforçados com a chegada de Alexandre Marcondes Filho ao MTIC em 1942. Como consideramos seu papel importante para firmar a reinvenção dos trabalhadores e também para enaltecer a figura de Vargas como o amigo dos trabalhadores, o próximo tópico tratará deste personagem.

6.4.1 Marcondes Filho “falando aos trabalhadores brasileiros”

De acordo com Gomes (2002a), após tomar posse do MTIC em 1942, Marcondes Filho iniciou uma das políticas mais significativas, sobretudo pela originalidade e alcance que iria ganhar⁶³. De janeiro de 1942 a julho de 1945, o ministro passaria a ocupar todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa *Hora do Brasil*, produzido pelo DIP e irradiado pela Rádio Nacional. Ademais, a autora assinala que, no dia seguinte ao Programa, seu pronunciamento era publicado no jornal *A Manhã*⁶⁴.

Deste modo, o “ineditismo” era que pela primeira vez no Brasil uma autoridade do porte de um ministro do Estado se dirigiria a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio. Cabe dizer que o Governo, mesmo antes de 1942, desenvolveu esforços para que o programa *Hora do Brasil* fosse um sucesso de audiência. Pelo Decreto-lei n. 1949, de 1939, tornara sua transmissão obrigatória em qualquer estabelecimento comercial que possuísse aparelho de rádio. Solicitava-se também que, sobretudo nas cidades do interior, o programa fosse transmitido por alto-falantes instalados em logradouros públicos, praças e vias de maior movimento.

No tocante ao “sucesso” do programa, Gomes (2002a), utilizando um balanço feito pelo próprio Marcondes Filho, afirma que o sucesso foi grande. Ainda de acordo com a autora, o Ministério recebeu consultas, comentários, referências e sugestões de um público que incluía trabalhadores e outros setores. Além do “sucesso”, o programa radiofônico contribuíra, ao lado de muitas outras iniciativas, para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional.

⁶³ Gomes (2002a) assinala que a experiência não era absolutamente inédita no campo da propaganda doutrinária do tempo do Estado Novo. Agamenon Magalhães, interventor pernambucano, escrevia artigos diários em seu jornal *A Folha da Manhã*, discutindo temas políticos da conjuntura em linguagem simples e direta. Outro personagem da política que se dirigiria diretamente à população era Pedro Ernesto, interventor no Distrito Federal no pós-30, aperfeiçoou sua imagem popular de médico bondoso, voltado para o atendimento aos pobres com o uso do rádio e de jornais de grande tiragem.

⁶⁴ Outro aspecto que vale ser mencionado é que as sondagens de opinião e entrevistas com a população, realizadas pelo jornal *A Manhã*, interessavam-se sempre em saber o que se pensava do programa.

As palestras irradiadas se dirigiam a um público específico, em grande parte analfabeto, e o seu conteúdo, embora diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo. O nome do programa, “Falando aos Trabalhadores”, já revelava seu objetivo. Com relação ao conteúdo, Gomes (2002a) afirmara:

As palestras semanais enfocavam toda a legislação social produzida, regulamentada e reformada a partir do ano de 1930, com ênfase especial para as iniciativas da administração do Ministério do Trabalho. A história das leis sociais, seu conteúdo, seus pontos polêmicos, tudo isto era tratado pelo ministro em tom pedagógico e até mesmo paternal. Muitas vezes casos concretos eram apresentados, para que o problema tratado ganhasse mais vida e fosse mais facilmente acompanhado. Frequentemente Marcondes designava também uma audiência privilegiada: os aposentados, as mulheres trabalhadoras, os pais de menores trabalhadores, os empregados de uma certa empresa da Amazônia, os migrantes, etc. (GOMES, 2002a, p. 214).

Ainda de acordo com a autora, os textos eram escritos para serem ouvidos e sugeriam a contiguidade entre o enunciador e o coenunciador. Os assuntos eram explorados lentamente e podiam ser retomados após algum tempo. Assim, o objetivo da fala não era impressionar no sentido de causar impacto e paralisar o público, mas sim alcançar o público na medida em que lhe demonstrava seu valor, sua capacidade e também sua proximidade com o coenunciador da mensagem. Marcondes Filho, em diversas ocasiões, identificava-se como um “proletário intelectual”, que apenas executava um tipo determinado de trabalho naquele momento.

Nesses conteúdos apresentados por Gomes (2002a), Marcondes Filho reforçava a transformação da condição de vida e de trabalho dos trabalhadores brasileiros e reafirmava a importância da ordem, da disciplina e do trabalho para subsistirem aos “tempos de guerra”. A transformação era mencionada em diversos momentos, como no Primeiro de Maio de 1943:

O dia Primeiro de Maio – entre inúmeras outras – é mais uma demonstração dessa verdade inelutável. Enquanto, para outros povos, a data de hoje recorda o término de lutas por um direito extraído das relutâncias do Estado, no Brasil ele comemora uma legislação social livremente outorgada pela clarividência de um gênio político. Não recordamos os nossos mártires. Consagramos um apóstolo. Por isto aqui estamos, os trabalhadores do Brasil, para fazer das festas do nosso trabalho a consagração de V. Excia., porque, no Brasil, Primeiro de Maio é um dia do povo, por ser um dia eminentemente presidencial (MARCONDES FILHO, 1943, s/p).

A partir do trecho podemos notar a marcação da diferença de comemoração entre o Brasil e os demais locais. Ademais, notemos a apropriação e a ressignificação da data, uma vez que em outros locais os trabalhadores lembrariam os mártires de Chicago, enquanto, no Brasil, os trabalhadores lembrariam o “apóstolo” (Vargas), celebrando a legislação outorgada pela “clarividência” do presidente. Este aspecto é importante, pois revela a forma como

Marcondes Filho auxiliaria na construção das imagens de Vargas e de suas ações, a qual mencionaremos adiante.

Além das transformações das condições de vida e de trabalho, pelo contexto internacional e o momento, o ministro também trataria das tarefas dos trabalhadores. Os “soldados da produção” deveriam ficar atentos e auxiliar o Governo no combate dos inimigos internos:

Os inimigos internos procurarão perturbar a orquestração do trabalho e o ritmo ascensional da nossa produção, porque a fortaleza deles depende da nossa fraqueza. E, para conseguir esse objetivo, tentarão perturbar o regime de ordem e de obediência que constitui a própria atmosfera do trabalho nacional. A ordem deve ser assegurada, portanto, pelos meios preventivos de vigilância, porque, se for alterada, é o interesse do Brasil que se mutila. Mantende-vos vigilantes, trabalhadores do Brasil. Colaborai com o Estado, como autoridades que sois – porque todos nós somos autoridades quando se trata de defender o Brasil –, colaborai com o Estado, fiscalizando em torno de vós para que não medre a intriga, não seja possível a sabotagem, não se propague a infâmia de uma mentira arditamente lançada (MARCONDES FILHO, 1943, s/p).

Interessante notar a forma como Marcondes Filho se refere aos trabalhadores e a posição que os coloca, isto é, como “autoridades”, elevando-os na sua condição. Por essa razão o lema daquele momento era “trabalho e vigilância”, como exercício da cidadania e forma de participação no Governo da nação:

Que o nosso lema seja este: “trabalho e vigilância”, para que o Sr. Presidente da República; circundado pela Nação inteira, como uma força única e inabalável, na salvaguarda do nosso patrimônio e das tradições de nossa História, na realização da vida continental, possa cumprir a estupenda missão de assegurar, para todo o sempre, o destino imortal da Pátria Brasileira (MARCONDES FILHO, 1943, s/p).

Outro aspecto notável nas palestras de Marcondes Filho era a menção contundente ao presidente Vargas. De acordo com Gomes (2002a), a participação do ministro no esforço conjunto de construir certa imagem de Vargas é profundamente significativa, não só pelo fato de falar ao rádio, mas também pelo tempo em que essa fala foi irradiada, isto é, de 1942 a 1945.

O ministro caracterizaria certo tipo de imagem do presidente e, mais ainda, certo tipo de postura diante do povo trabalhador. No trecho a seguir, referente ao ano de 1943, Marcondes Filho projetaria imagens de Vargas como amigo dos trabalhadores:

Ser amigo é pensar e dedicar-se, espontaneamente, aos interesses alheios, esquecer do que é seu para defender o que é dos outros, sacrificar-se pelo bem-estar do próximo. V. Excia. é o nosso maior e verdadeiro Amigo, em toda a profunda beleza deste termo sagrado, porque, Chefe de Estado, não esperou que lhe fôssemos bater à porta, para requerer prerrogativas, pleitear

direitos ou clamar justiça, como aconteceu com outros povos. Pressentindo as nossas necessidades e compreendendo os nossos anseios, pressuroso desceu até as planícies, arrostou perigos, venceu obstáculos e dominou acontecimentos para cancelar meio século de desídia, adiantar o relógio do tempo, inaugurar uma época e fundar uma civilização, instituindo um regime que outorgou ao abandonado e esquecido proletariado brasileiro uma legislação social que assegurou e enobreceu o trabalho, beneficiou homens, mulheres e crianças, protegeu os lares, defendeu a saúde e amparou a velhice. E, porque vai junto de nós, pelos caminhos, como guia incomparável, de uma clarividência que ilumina todas as consciências e uma força de convicção que desvanece todas as dúvidas, V. Excia. conseguiu levar o Brasil a esse altiplano de progresso social, soube erguer esse monumento imperecível de cultura política, realizando pela paz, a ordem e a cooperação de todas as classes, o que foi dissídio, barricada e sangue, em outras nacionalidades (MARCONDES FILHO, 1943, s/p).

As imagens de sacrifício, servidão e salvação compõem o “pano de fundo” da fala do ministro. Vargas, como amigo dos trabalhadores, era sempre o sujeito da ação, como podemos notar pelos próprios verbos utilizados: esperou, arrastou, venceu, dominou, assegurou, enobreceu, beneficiou, entre outros exemplos. Mais um aspecto que devemos destacar nas palestras é a antevisão das realizações de Vargas, a “clarividência” do presidente.

De acordo com Gomes (2002a), a realização plena dessa qualidade repousava em dois fatores. No *gênio* do presidente, capaz de, por sua inteligência superior, entender e resolver os problemas nacionais em clima de harmonia, conforme a índole brasileira, e na sua imensa e particular *sensibilidade*, que o levava à franca e direta comunicação com o homem do povo, com a “sabedoria das multidões”. Por esses fatores, no Brasil, os trabalhadores não precisaram “lutar” por seus direitos, uma vez que o presidente clarividente proporcionou tudo antecipadamente.

Outro trecho interessante é a aclamação a Vargas no Primeiro de Maio de 1943, em que ele era mencionado como guia da nação:

Ao Guia, ao guia seguro e preclaro, ao guia incomparável da nacionalidade, que através de pélagos e de fráguas, serenamente vai levando o Brasil aos seus altos destinos históricos, renovamos a afirmação da nossa fé no seu gênio, da nossa confiança na sua direção e da nossa obediência a todas as ordens que dele emanam (MARCONDES FILHO, 1943, s/p).

A imagem de “guia”, condutor, era combinada com outras, como patriotismo, nacionalidade e serenidade. Outro exemplo da projeção e combinação das imagens pode ser notado no seguinte trecho:

No sentimento dos trabalhadores brasileiros a palavra do Presidente Vargas tem uma ressonância mais profunda que todas as outras. É a voz de um amigo. É o ensinamento de um guia. Amigo de todas as horas, desde muito tempo, desde os primórdios de sua candidatura, quando incluiu na plataforma de Governo a resolução do problema social e de então por diante,

sem descanso, nem fadiga, construiu para ele um monumento legislativo de dignificação do trabalho humano (MARCONDES apud GOMES, 2002a p. 221).

O ministro recupera a entrada de cena política nacional do presidente procurando demonstrar que, historicamente, Vargas foi o primeiro governante a ser amigo dos trabalhadores e a resolver a questão social, conciliando classes e dignificando o trabalho. Para isso, Marcondes Filho também utilizou partes dos discursos políticos de Vargas, desde a sua candidatura na Aliança Liberal até os discursos políticos da comemoração do Estado Novo e do Primeiro de Maio, para legitimar sua fala.

Ademais, ao projetar tais imagens de Vargas combinadas com as políticas sociais, Marcondes Filho contribuía para a imagem de “retribuição”, já mencionada neste capítulo. Outro aspecto importante de ser notado é o uso do termo “nosso”, ou seja, Marcondes Filho se colocava na mesma posição que os trabalhadores e, assim, também “retribuía” e “renovava” o pacto político com o presidente, como podemos notar no trecho abaixo do Primeiro de Maio de 1943:

Ao Amigo, ao grande, nobre e verdadeiro amigo, declaramos que nossa gratidão imorredoura, que não é a inerte gratidão das palavras superficiais e das atitudes inexpressivas, mas a gratidão alerta, a gratidão impulso de sentimentos profundos, que em defesa do Brasil, do regime e do seu estadista magnânimo, nos arrancará das fábricas, das oficinas e das lavouras, formando uma onda irresistível que rolará de norte a sul, para repelir inimigos lutemos, porque com a gratidão também empenhamos a própria vida.

Presidente Getúlio Vargas! Receba V. Excia. a aclamação dos trabalhadores do Brasil (MARCONDES FILHO, 1943, s/p).

Segundo Gomes (2002a), os dois pares de epítetos sempre usados para referenciar Vargas se complementavam, isto é, o *chefe/guia* e o *amigo/pai*. Para nós, essas imagens somente foram combinadas no segundo momento do Estado Novo, pois o “velho” trabalhador, sem direitos, desorganizado, mal educado, no segundo momento do Governo Vargas, já teria sido “transformado” no “novo” trabalhador, isto é, educado, organizado e, fundamentalmente, com direitos sociais.

De acordo com a autora, Marcondes Filho contribuiu para a construção do mito Vargas e, embora não analise a construção do mito, Gomes (2002a) considera que o mito foi edificado em espaço e tempo não muito logo e que coincide justamente com os anos do Estado Novo. Nesse sentido, embora estivesse em cena política nacional desde 1930, foi no Estado Novo, com a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, que o mito começou a ser articulado.

Capelato (2009) considera que o mito Vargas foi bem construído, contendo os ingredientes necessários para provocar emoção, uma vez que Vargas era retratado ora como cientista (sociólogo, psicólogo), ora como herói, ora como ser divinizado, entre outros imaginários políticos combinados, que foram inventados com base em “códigos de afetividade”, costumes e elementos histórico-culturais dos coenunciadores. Ainda de acordo com a autora, o suicídio de Vargas, combinado com a Carta-Testamento, no segundo Governo, teria contribuído para apagar da memória nacional a ditadura de 1937 e consagrar a imagem de Vargas como “salvador” do povo brasileiro, que se sacrificou pela última vez pelo Brasil. O suicídio heroico assegurou a imortalidade do governante, como era seu desejo expresso na Carta-Testamento, a qual afirmara: “saio da vida para entrar na História”.

Para Ferreira (2005), o mito Vargas não foi criado simplesmente pelos discursos políticos apresentados, pelos ideólogos e pela propaganda política e ideológica do Governo. Segundo o autor, não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. Assim, o mito Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se projetar em uma *tabula rasa* ou em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.

Por essas considerações que devemos apresentar o que Gomes (2002a) denominou *invenção do trabalhismo*, a qual apresentaremos no próximo tópico.

6.4.2 A invenção do trabalhismo

Como comentamos, a partir de 1942, sobretudo com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o trabalhador deveria colaborar na “batalha de produção”; produzir era a palavra de ordem, enquanto a ociosidade e desocupação eram consideradas “crimes” contra o interesse coletivo. A partir desse período, Gomes (2002a) considerou a *invenção do trabalhismo*, como cultura política brasileira, compreendida como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à promessa de justiça social. Essa invenção seria realizada não apenas por Vargas, mas também por Marcondes Filho, por outros ideólogos, pela propaganda política, enfim, pelo Governo varguista e todo seu aparato.

Ainda que para a autora a consagração do trabalhismo advenha dos anos 1940, para nós, o trabalhismo tem suas raízes ainda nos anos 1930, a partir da entrada de Vargas na cena política nacional. Como procuramos apresentar no primeiro capítulo, uma série de propostas e

imagens, apropriadas e ressignificadas do próprio discurso dos diversos movimentos dos trabalhadores, que seriam retomadas no Estado Novo, estiveram presentes já no Manifesto da Aliança Liberal, em 1929, como, por exemplo, a forma de tratar a questão social e a ideia e imagem da conciliação de classes. Tais propostas e imagens seriam amplamente utilizadas, reforçadas e consagradas no Estado Novo.

Como ideologia, projeto e cultura política, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República que o Estado Novo procurou negar e apagar. Em outras palavras, se o trabalhismo foi inventado no período pós-1930, não foi de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada, senão da apropriação e da ressignificação de elementos simbólicos e das demandas e aspirações dos trabalhadores no período anterior. Essas apropriações e ressignificações podem auxiliar na compreensão do poder de significação e de mobilização de parte dos trabalhadores, revelando a releitura que as elites políticas realizaram no campo de lutas dos trabalhadores.

Segundo Gomes (2002c), desde então, muitos são os “trabalhismos”, pois o mesmo foi alterado e ressignificado ao longo do tempo e do contexto:

Antes de 1945, centrou-se na questão dos direitos sociais, desvinculando-os dos políticos e, por isso, pouco contribuiu para o estabelecimento de uma sociedade democrática no Brasil. Aliás, não é casual que então se falasse de uma “democracia autoritária”, criando-se um vocabulário paradoxal, mas bem expressivo do projeto político existente naquele momento. No pós 1945, isso se alterou, havendo outra relação entre os direitos de cidadania que integrariam a ideia de justiça social, embora ela ainda permanecesse sendo afiançada pelo Estado (GOMES, 2002c, p. 14).

A autora também compreende e considera o trabalhismo como tradição, sendo apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nos últimos tópicos procuramos destacar a lógica simbólica, assim como os imaginários sociais e políticos, que compunham as palavras de Vargas e de Marcondes Filho, procurando identificar a *reinvenção dos trabalhadores*. Como comentamos na introdução deste trabalho, concordando com a proposta de Gomes (2002a), consideramos os aspectos simbólicos e materiais fundamentais para a compreensão do que ela denominou *Trabalhismo* e, de nossa proposta inserida neste trabalhismo que foi a *reinvenção dos trabalhadores*.

6.5 Os trabalhadores no fim do regime: atuação e o discurso varguista

Neste tópico apresentaremos alguns aspectos do fim do regime que consideramos significativos, sobretudo com relação ao uso dos imaginários sociais produzidos sobre os trabalhadores. Deste modo, este tópico terá duas partes principais: a primeira composta pela atuação dos trabalhadores no fim do regime e a segunda composta pelos dois últimos pronunciamentos de Vargas neste período, o do dia 30 de outubro de 1945 e o do dia 28 de novembro de 1945.

O avanço das tropas Aliadas na Segunda Guerra Mundial propagava o clima antifascista pelo Ocidente, enquanto as ideias liberais voltavam a ganhar prestígio político. O Brasil não ficou imune às influências da conjuntura internacional, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento da expectativa de uma democratização no país. Deste modo, mobilizações internas que, no início da década de 1940, levantavam a bandeira do Brasil na guerra contra o nazifascismo foram paulatinamente estabelecendo conexões dessa luta com o autoritarismo estadonovista.

Para Capelato (2003) havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. A partir de 1943, o Governo enfraquecido enfrentou uma resistência sistemática de vários setores da sociedade, como: o “*Manifesto dos Mineiros*”⁶⁵, em 1943, assinado por intelectuais, políticos e empresários; manifestações estudantis, como, por exemplo, a marcha silenciosa dos 300 alunos da Faculdade de Direito; manifestações da imprensa com duras críticas ao Governo e entrevistas com opositores, como a de José Américo, exigindo a redemocratização do país; greves contra a alta do custo de vida e os baixos salários; manifestações pró-anistia; entre outros acontecimentos.

Em 1945, o Governo não conseguiu mais impedir ou abafar as manifestações contrárias a ele. Nesse contexto, destacaremos dois aspectos do fim do regime: em primeiro lugar, breves considerações sobre o movimento queremista, composto por grande parte dos trabalhadores brasileiros; e, em segundo lugar, o processo de transição democrática, com a criação de partidos políticos por Vargas, sobretudo o PTB, e as eleições que ocorreriam em 1946.

⁶⁵ Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. Entre seus 92 signatários incluíam-se Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga (CPDOC/FGV).

6.5.1 A atuação dos trabalhadores no fim do regime: o quererismo

Como mencionamos anteriormente, este tópico não tem a pretensão e nem o objetivo de retomar todo o movimento queremista, senão destacar alguns aspectos desse movimento que consideramos importantes, visto que compõem o período estudado e, em alguma medida, apropriam, ressignificam e reproduzem alguns dos imaginários sociais reinventados pelo Estado Novo. Pensar e tratar o movimento é pensar e tratar de questões relacionadas à cidadania política e social, identidade coletiva, consciência política, vontade política, força política, entre outros.

Procurando desvendar as motivações que tornaram os trabalhadores e os setores populares parte dos grupos mobilizáveis pelo quererismo, tal como analisar as contribuições dessas mobilizações para a configuração de uma cultura política com base no trabalhismo, Michele Reis de Macedo (2008) nos auxilia na compreensão do contexto de 1945, sobretudo com relação aos trabalhadores e o fim do regime.

O estudo sobre o quererismo foi delimitado pela autora entre fevereiro e dezembro de 1945, momento em que, como mencionamos anteriormente, foi composto por propostas, intensos debates e conflitos em torno da questão democrática. Deste modo, o primeiro aspecto a ser ressaltado é que, embora tratemos como “queremismo”, durante o período desvendado, a autora nos revela mais de um “queremos”.

O quererismo surgiu como um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos a Vargas, em fins de fevereiro e início de março, como ao comício dos estudantes universitários na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 2 de março de 1945. A partir de abril, o conflito começou a assumir contornos mais nítidos, sendo que a transição democrática não ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição, mas contaria também com a presença e a intervenção dos trabalhadores.

Inicialmente, em abril, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas conquistadas, momento em que surgia na imprensa as expressões “*Queremos*”, “*Nós Queremos*” ou ainda “*Nós Queremos Getúlio*”. A partir de maio, o movimento, de base popular⁶⁶, ainda sem direção e organização centralizada, cujo único ideário político era a continuidade de Vargas no poder, espalhou-se por todo o país e, como que reagindo ao objetivo comum que unia a oposição, isto é, “*Fora Getúlio*”, pregavam somente “*Queremos Getúlio*”.

⁶⁶ O movimento contava com discreto apoio oficial, como do DIP e do Departamento Nacional do Trabalho, órgão do MTIC, na pessoa do fundador e diretor do PTB, Segadas Viana, e suporte financeiro de empresários favoráveis a Vargas, entre eles, Hugo Borghi (FERREIRA, 2005).

Em julho seria criado um Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas⁶⁷ do Distrito Federal. Assim, o quererismo tornava-se um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos. As adesões, núcleos, comitês de bairros, abaixo-assinados e declarações de solidariedade aumentavam diariamente. Em agosto seriam realizados comícios a favor de Vargas.

Também neste mês o movimento avançou, no sentido de reconhecer a importância da institucionalização da política, passando a reivindicar uma Assembleia Constituinte antes das eleições presidenciais, para assegurar os direitos conquistados, cujo lema era “*Queremos Getúlio, com ou sem Constituinte*” e “*Constituinte com Getúlio*”. Os meses finais do movimento foram marcados por um período de intensa agitação política, com comícios com Luiz Carlos Prestes aclamando o lema “*Constituinte com Getúlio*”, sendo que, não por acaso, no dia 3 de outubro teria outro comício chamado de “V”, de “vitória”, contando inclusive com a presença de Vargas.

Finalmente, a partir de outubro ocorreu a institucionalização do movimento em um partido, o PTB, como mencionaremos adiante. No dia 27 de outubro de 1945, Marcondes Filho, em cadeia de 21 rádios que cobriam todas as capitais e mais 54 cidades que alcançavam o interior do país, explicou aos trabalhadores o programa e as finalidades do PTB, “*o partido criado para defender os seus interesses e o seu futuro*” (FERREIRA, 2005, p. 77).

A partir dos “três” grandes momentos apresentados, o segundo aspecto a ser ressaltado é “queriam porquê e para quê” e, assim, utilizar-nos-emos dos estudos de Ferreira (2005), conjuntamente com Macedo (2008). Os autores realizaram estudos das entrevistas publicadas pelo Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal, espaço comprado na grande imprensa, e telegramas enviados a Vargas a partir de agosto de 1945. De maneira geral, os autores constataram um conjunto de experiências que estabeleceram um marco bem delimitado da cultura política popular da época.

Sobretudo para aqueles que trabalhavam, havia o tempo de “hoje” e o tempo de “antes” e a linha simbólica que os separava era o ano de 1930. Ilustrativo é o trecho a seguir, contendo parte do Manifesto Queremista, publicado por *O jornal* no dia 17 de agosto de 1945:

porque, antes de Getúlio, o trabalhador tinha deveres e [ele] lhe deu direitos; tinha família e lhe deu assistência; tinha fome e lhe deu pão; estava doente e lhe deu hospital; ficava velho e lhe deu aposentadoria; morria e lhe garantiu a família; o trabalhador tinha filhos e lhe deu escola; o operário era homem e lhe deu a mão; enfim, Getúlio viu que o trabalhador era gente e lhe deu uma situação na sociedade.

⁶⁷ Fundado e liderado por Jaime Boavista, o comitê tinha como objetivo organizar, unificar e dar direção ideológica a centenas de outros núcleos que já existiam em inúmeras cidades do país.

É por isso que
NÓS QUEREMOS GETÚLIO (*O JORNAL* apud FERREIRA, 2005, p. 43).

Notemos que a marcação do tempo entre antes e depois de 1930 supera os aspectos materiais, como a política social e a legislação trabalhista, e atinge o aspecto simbólico, sobretudo relacionado à ideia da cidadania e do pertencimento. Assim, o Manifesto revelava a combinação dos elementos que compunham o pacto político para esses trabalhadores.

Ademais, notemos o uso do verbo “dar”, que reforça a ideia mencionada no início deste capítulo acerca de “dar-receber-retribuir”, compondo o pacto político, impulsionada por Vargas e demais membros do Governo a respeito da “generosidade”, “bondade” e “clarividência” do presidente. O descrédito aos políticos e as políticas de antes era ressaltado também, como nos mostra Ferreira (2005):

Repressão policial às reivindicações sindicais, campos de concentração, censura aos jornais operários, políticos indiferentes aos anseios populares, trabalhadores sem garantias, direitos sociais e reconhecimento político, eis a maneira como, em 1945, os que viviam do trabalho descreviam o tempo de “antes”. A repercussão verdadeiramente impactante que as leis sociais causaram entre os assalariados dificilmente pode ser minimizada e permitiu que, na memória popular – embora possivelmente não em outras-, 1930 surgisse como um divisor de águas nas relações entre Estado e classe trabalhadora (FERREIRA, 2005, p. 56).

De acordo com Ferreira (2005), a adesão de grande parte dos trabalhadores brasileiros ao movimento queremista não se justifica apenas por uma lógica utilitarista, isto é, com a troca de benefícios sociais por obediência e subordinação política. Como mencionamos anteriormente, sem negar a lógica material presente no pacto estabelecido entre o Estado e classe trabalhadora, Gomes (2002a) afirma que houve a combinação com a lógica simbólica, embutida nos discursos políticos estatais, cujas mensagens estavam fundamentadas na ideologia trabalhista, resgatando ideias, valores, crenças e a autoimagem construída pelos próprios trabalhadores na Primeira República.

Deste modo, os trabalhadores reconheceram um Governo que os elevou à categoria de cidadãos, com deveres, mas também com direitos sociais, pertencentes à sociedade, e, ao afirmarem os ganhos simbólicos e materiais usufruídos desde o início dos anos 1930, os trabalhadores, partilhando ideias, crenças e comportamentos em comum, não poderiam admitir ofensas e agressões àquele que presidia o pacto.

Neste sentido que Ferreira (2005) afirma que, por suas realizações e atitudes ao longo dos 15 anos da presidência da República, Vargas torna-se mito, no sentido que etnólogos e

historiadores das religiões definem como modelo exemplar, tradição sagrada, revelação primordial. Para o autor, o mito:

Fenômeno humano, cultural por definição, o mito fornece parâmetros para a conduta dos homens, conferindo significado e valor à existência, e narra um modelo exemplar de comportamento. O mito, diz Mircea Eliade, relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente (FERREIRA, 2005, p. 41).

Os telegramas dos trabalhadores e cartas enviadas a Vargas, analisados pelos autores, revelam Vargas como um modelo exemplar de governante: preocupou-se com a questão social; elevou os pobres à categoria de cidadãos; implantou a Justiça Social; “doou” leis sociais; atuou para impedir a exploração desmensurada do capital sobre o trabalho; lutou pelo progresso do país; compreendeu os anseios dos assalariados; entre outros. Como “modelo exemplar”, relato de algo que aconteceu no passado, o mito narrava uma série de realidades vivenciadas e experimentadas pelos trabalhadores.

Por essa razão, aceitar os insultos públicos a Vargas seria não reconhecer devidamente os benefícios. Em uma palavra, ingratidão, considerada uma falta condenável, muito grave na cultura popular.

As imagens abaixo ilustram alguns dos aspectos mencionados até o momento, sobretudo com relação à preocupação com a garantia das políticas sociais, fundamentalmente a legislação trabalhista.

Figura 35 – Manifestações queremistas em frente ao Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro.
Fonte: CPDOC/FGV.

Nas placas podemos identificar, além da saudação ao presidente Vargas, algumas das políticas sociais como o SAPS e a preocupação com a Assembleia Constituinte. Na imagem abaixo podemos notar a legislação trabalhista relacionada à previdência social:

Figura 36 – Comício queremista no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro.
Fonte: CPDOC/FGV.

Além das imagens, o Manifesto dos trabalhadores publicado no jornal *O Radical* no dia 4 de outubro de 1945 também é ilustrativo para notarmos as formas que os imaginários sociais foram apropriados, ressignificados e reutilizados pelos líderes queremistas:

Mas por que, então, falam hoje tanto em operário; em proteção ao operário, em casa para o operário, quando antigamente, antes do advento getuliano, eles, os tais “democratas”, não se lembravam do operário nas suas campanhas políticas e nos parlamentos? (...) Se Vargas nada fez aos trabalhadores, como denunciam as oposições, ao menos um grande benefício ele prestou: despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação, o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo e liberdade para fazer valer os seus direitos que sempre lhe negaram os tais “democratas” (...). Operário! em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete? Em que democracia brasileira você escreveu uma carta ao Presidente da República e obteve resposta prontamente? Em que democracia brasileira você se ombreou, nas ruas, com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão? Em que democracia brasileira você teve o prazer de ver o Presidente da República tomar nos braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro quanto os filhos dos tais “democratas”? (*O RADICAL* apud FERREIRA, 2005, p. 59).

Novamente é possível notarmos a distinção entre antes e depois de 1930, antes e depois de Vargas, sendo que os “tempos” de Vargas são enaltecidos para demonstrar a transformação das condições de vida e de trabalho destes trabalhadores. Também é interessante notar a forma como os trabalhadores que compunham esse movimento se apropriaram e reutilizaram as próprias mensagens do Governo, utilizando os termos “democracia” e “liberdade”, no sentido social.

Outro aspecto que essa mensagem revela e que também compôs o movimento é o temor. Assim, Ferreira (2005) e Macedo (2008), ao analisarem os telegramas, afirmam que

nos textos dos sindicalistas, da pequena imprensa que apoiava o Governo e nas falas dos trabalhadores havia o temor de que, com a saída de Vargas da Presidência, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, como também suspeitas e desconfianças sobre o grupo político que se preparava para assumir o poder. Utilizando-se de Spindel, Ferreira (2005) afirma que a frase “*Queremos Getúlio*” revelava o receio de que a redemocratização, sem o controle de Vargas, ameaçasse os princípios que fundamentavam a cidadania social alcançada pelos trabalhadores desde 1930:

O conjunto de leis de proteção ao trabalho, definido pelos assalariados, no início de 1945, de “trabalhismo” ou “getulismo” – nesse momento as expressões eram intercambiáveis –, tinha que ser defendido. Os ataques a Vargas significavam, na cultura política popular, grande perigo para aqueles que, desde o início dos anos 1930, se beneficiavam da legislação (FERREIRA, 2005, p. 30).

Ainda de acordo com o autor, a grande surpresa e revolta da oposição era que os trabalhadores saíram às ruas na luta por demandas políticas e não, como era esperado, por reivindicações econômicas. A política dos “tempos de guerra”, mencionada anteriormente, com a suspensão temporária de alguns benefícios da legislação trabalhista e a inflação que corroera os salários resultaram em um empobrecimento dos assalariados.

Os líderes queremistas estavam insatisfeitos com os rumos da transição democrática sem Vargas⁶⁸. De acordo com Ferreira (2005), votar não bastava, pois a democracia, em sua plenitude, exigia também o direito de escolher os candidatos que concorreriam às eleições. Deste modo, Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN)⁶⁹, e Eurico Dutra, candidato do Partido Social Democrata (PSD), eram interpretados como nomes “impostos” ao povo pelas elites políticas e, questionando a legitimidade das eleições, recusavam-se a participar do pleito, como forma de protesto.

Porém, no segundo semestre de 1945, os queremistas estavam convencidos de que a redemocratização do país era inevitável e, portanto, perceberam que era necessário aprender a lidar com os direitos políticos. Assim, os trabalhadores tomaram consciência de que a

⁶⁸ De acordo com Ferreira (2005), os líderes do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal não se limitaram a publicar milhares de telegramas nas páginas compradas aos jornais, a organizar comícios e a centralizar as atividades de outros comitês espalhados pelo país. Em pequenos editoriais, verdadeiros modelos de pedagogia política, eles explicavam, com linguagem simples e didática, o que era uma Assembleia Constituinte, os fundamentos da democracia, o que significavam direitos políticos e de cidadania, entre outras questões relacionadas ao regime representativo. Ademais, o autor afirma que os líderes do movimento reinterpretaram a história do Brasil, elegendo como personagem central o “povo brasileiro”, contando a história a partir de textos bem escritos e ilustrados com desenho, chamando a atenção do leitor.

⁶⁹ O partido foi oficializado no dia 7 de abril de 1945. O mesmo reuniu diferentes correntes políticas e ideológicas que eram contra Vargas e a favor de preceitos básicos do liberalismo como liberdade de imprensa e associação, anistia, sufrágio universal e reestabelecimento da ordem jurídica.

cidadania política poderia ser utilizada para garantir a cidadania social, adquirida na década anterior, principalmente por meio da legislação trabalhista. Por essa razão consideravam que somente escrevendo as leis sociais em uma Constituição eles assegurariam tais direitos e exerceriam a cidadania política e social.

Para Ferreira (2005) e Macedo (2008), o quererismo foi uma experiência política de aprendizado dos trabalhadores. Na década de 1930, eles aprenderam a exercer a cidadania social e que tinham direito a ter direitos. Ao longo do ano de 1945, na luta para garantir leis sociais, eles aprenderam a lidar com a cidadania política, percebendo a importância política para garantir as leis trabalhistas.

Concordamos com Ferreira (2005) ao afirmar que, embora as palavras de Vargas fossem apropriadas de diversas maneiras, sua indicação permitiu que um conjunto de ideias, crenças e atitudes coletivas – o trabalhismo como projeto político, o getulismo como a personalização e o quererismo como movimento social – se institucionalizasse em um partido político, o PTB.

O movimento foi absorvido pelo PTB. No entanto, historicamente, o surgimento de ambos somente foi possível por estarem afinados com um conjunto de experiências econômicas, políticas, ideológicas e culturais, vividas e partilhadas pelos trabalhadores, consubstanciada no projeto nomeado de trabalhismo (FERREIRA, 2005).

As mudanças de março a novembro de 1945 foram significativas. Um movimento social que começou com o lema “*Queremos Getúlio*” avançou para “*Getúlio, com ou sem Constituinte*”, até chegar à composição de um partido que moldasse e representasse a consciência política dos trabalhadores, o PTB. Apresentada brevemente a relação de parte dos trabalhadores diante do fim do regime, apresentaremos o “Trabalhador”, Vargas, perante o fim do regime.

6.5.2 O discurso varguista sobre o trabalhador no fim do regime

A situação de crise política nacional mencionada somava-se a acontecimentos internacionais pontuais, como, por exemplo o quadro político argentino, que assustava os opositores do regime. Na Argentina, sindicalistas e trabalhadores estavam nas ruas, exigindo Perón no Governo do país. Nos jornais brasileiros, as notícias sobre a situação argentina surgiam na primeira página, como no caso da *Folha da Manhã* do dia 18 de outubro de 1945, cuja manchete era “*Manifestações favoráveis ao Coronel Perón degeneram em graves conflitos na Capital argentina*”, e em letras menores lia-se “*Declaram greve os sindicatos que*

apoiam o antigo Ministro”. Segundo Ferreira (2005), a semelhança dos casos reproduzia aos olhos dos opositores como um espelho, que mostrava um futuro ameaçador.

Além do receio e inquietação com o caso argentino, dois acontecimentos configuraram o estopim para o golpe que derrubaria Vargas em 29 de outubro de 1945: o primeiro foi a alteração do calendário eleitoral, a partir de um decreto-lei, antecipando as eleições estaduais para 2 de dezembro; e o segundo foi a nomeação de seu irmão Benjamin Vargas para a Chefia da Polícia do Distrito Federal. Do ponto de vista dos oposicionistas, tais atos indicavam que Getúlio ficaria com o controle da capital e da repressão, o que poderia levá-lo a desfechar um “novo golpe”.

Em 29 de outubro de 1945, um golpe militar, liderado por Góes Monteiro, apoiado por Dutra, depôs Vargas. Segundo Capelato (2003), o regime caiu sem resistência. Vargas saiu do poder negociando que a Presidência fosse exercida pelo Judiciário, liderado por José Linhares, até que as eleições se realizassem.

No dia seguinte Vargas enviou uma mensagem ao “povo brasileiro”. O uso do termo “povo” em vez de “trabalhadores”, para nós, pode ser interpretado de, pelo menos, duas maneiras: a primeira pode revelar o apoio mais “amplo” dos brasileiros ao Governo varguista; e a segunda pode ser compreendida a partir das considerações de Ferreira (2005), que afirma que, mesmo se utilizando do termo “povo”, para Vargas, o povo eram os trabalhadores.

Independentemente do termo utilizado, o Manifesto, ao renunciar ao Governo, reforça imaginários políticos de Vargas já apresentados, sobretudo com relação às imagens de servidão, sacrifício, bondade e generosidade:

Ao povo brasileiro procurei servir sempre, defendendo com intransigência as suas aspirações e legítimos interesses. Faço votos para que a serenidade volte aos espíritos e todos se compenetrem das tremendas responsabilidades do momento. Não guardarei ódios nem prevenções pessoais. Os trabalhadores, os humildes, aos quais nunca faltei com o meu carinho e assistência – o povo, há de me compreender. E todos me farão justiça (VARGAS, 2011 [1945], p. 119).

O Manifesto também reforçava a ideia de “dar-receber-retribuir”, na medida em que aqueles que ele sempre esteve perto fariam justiça por ele.

Para Gomes (2002b) a deposição de Vargas em outubro de 1945 caracterizou um movimento assimétrico, isto é, caía o Estado Novo, mas crescia o “prestígio” do ditador. O processo de redemocratização de 1945 teve uma influência expressiva de Vargas. Parte do sistema partidário surgiu dos arredores e do presidente: o Partido Social Democrático (PSD), de cunho conservador, preocupado com uma transição política controlada, que evitasse

mudanças abruptas nos rumos políticos do país, reunia interventores estaduais que controlavam importantes aparatos administrativos e clientelísticos; e o PTB, encarregado de veicular as propostas trabalhistas de Vargas em termos partidários. A UDN se configuraria como principal opositora a Vargas e aos partidos criados.

Embora nascidos da mesma “fonte”, de cunho getulista, os adeptos desses partidos enxergavam Vargas sob uma dupla ótica: os do PSD consideravam Vargas um grande estadista e moderno administrador, que aprendeu as “necessidades do país”; e os do PTB consideravam Vargas o “pai dos pobres”, entendedor e garantidor das necessidades sociais, criador da legislação social (GOMES; D´ARAÚJO, 1989).

De acordo com Gomes (2002a), o provável modelo inspirador do PTB foi o Partido Trabalhista inglês, sendo que as bases do PTB foram montadas a partir da estrutura do MTIC, ou seja, a partir das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários e sob os cuidados de Marcondes Filho.

D´Araújo (1996) ressalta o papel de Vargas para a fundação do partido “carismático”. Segundo a autora, o líder estabeleceu sua base social – os sindicatos corporativistas – e definiu seus objetivos em termos da defesa de legislação social e do desenvolvimento nacional. Permeado pela personalidade e liderança de Vargas, o PTB sofreu, desde a sua fundação, fortes conflitos internos entre facções de seguidores.

Vargas se candidatou aos cargos de senador e deputado pelo PTB. É interessante observar o cartaz da propaganda política como uma das formas da continuação e propagação dos imaginários sociais reinventados:

Figura 37 – Cartaz da campanha política de Getúlio Vargas para senador e deputado em 1945.
Fonte: CPDOC/FGV.

Cabe atentar para o uso do pronome possessivo “nosso”, indicando algo que pertence a um “eu” e a um “outro”, isto é, que pertence tanto ao trabalhador brasileiro quanto ao PTB, e os demais brasileiros. Seguido do pronome “nosso”, temos o pronome possessivo “teu”, indicando algo que pertence a uma das partes, a parte que está sendo “chamada” para votar, isto é, os trabalhadores, para garantir os seus direitos. Posteriormente, retoma-se o pronome “nosso” para indicar novamente algo que pertence a ambas as partes, pois correspondeu a ambas as partes: “nosso” amigo e líder.

Também é interessante atentar para o uso das palavras “amigo” e “líder” e não mais o “pai” (dos pobres). Uma das interpretações possíveis para a substituição dos termos é que, ao final do Estado Novo, os trabalhadores já estariam “educados”, “disciplinados”, entre outros, constituindo o “novo” trabalhador. O “novo” trabalhador não precisa mais de um governante que dê educação, senão alguém que conduz, tal como um líder, remetendo à ideia de sabedoria, e que continua ao lado dos trabalhadores, compreendendo seus anseios e suas demandas, auxiliando como pode, tal como um amigo. Concomitante na propaganda está o uso da palavra “defesa”, como reafirmação da ideia de Vargas como o “defensor” dos trabalhadores.

Deste modo, não há uma menção direta ao imaginário social do trabalhador, senão indireta, implícita, composta por alguns elementos que foram produzidos e (re)produzidos desde o discurso do Estado Novo, como a ideia do trabalhador consciente, do trabalhador cidadão, do trabalhador eleitor, do trabalhador educado e do trabalhador agradecido e reconhecedor das benesses proporcionadas por Getúlio Vargas.

No tocante às eleições presidenciais, como mencionamos, os candidatos à Presidência eram Iedo Fiúza apoiado pelo PCB, Eduardo Gomes, apoiado pela UDN, e Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo PSD. No entanto, os trabalhadores não se sentiam representados por nenhum deles, passando a apoiar a legenda, PTB. A questão da representação para os trabalhadores estava associada também ao que mencionamos sobre os benefícios sociais que tinham e o receio de perdê-los na redemocratização.

Após um período de agitação política, Vargas fez um acordo com o PSD⁷⁰, em novembro de 1945, e divulgou uma mensagem em que conclamava os trabalhadores a votar nos candidatos do PTB nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e no candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra, para a Presidência, pois se enquadrava nos princípios e programas do PTB e, portanto, poderia representar a nação:

Brasileiros, a abstenção é um erro. Não se vence a luta, nem se participa da vitória ficando neutro (...). O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei aos trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor dos seus interesses. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, nossos sufrágios (...). Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom, bravo e generoso. Estarei ao vosso lado para a luta e acompanhar-vos-ei até a vitória (VARGAS, 2011 [1945], p. 502).

A partir da mensagem, podemos notar, uma vez mais, a reafirmação das imagens anteriormente mencionadas. Ademais, a ideia de “luta” pela continuidade dos direitos e das políticas esteve bem presente na mensagem, sendo que Vargas se colocou como o “grande” defensor dos direitos dos trabalhadores, que tudo fez por amor à pátria.

De acordo com Gomes e D’Araújo (1989), a condição *sine qua non* para a vitória de Dutra estava na palavra de Vargas, em seu comprometimento pessoal. A campanha do

⁷⁰ Em compromisso formalizado em uma carta confidencial, assinada pelo candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra, ficou acordado: “Prezados senhores: Respondendo à consulta que me foi feita, tenho o prazer de, com a presente, confirmar nossos entendimentos pelos quais ficou assentado o seguinte: 1-) Quando eleito, escolherei, para o ministro do Trabalho do meu governo, pessoa de minha confiança, de comum acordo com o PTB; 2-) O ministério, com exceção das pastas militares, será constituído por elementos que apoiam minha candidatura, proporcionalmente ao número de votos que me forem concedidos pelos mesmos; 3-) As inventórias serão distribuídas, também na mesma proporção; 4-) Apoiarei o programa do PTB e procurarei fazer com que as justas aspirações dos trabalhadores sejam postas em prática pelo meu governo; 5-) Reconheço as atuais leis trabalhistas e de amparo social e procurarei melhorá-las e aperfeiçoar sua aplicação” (GV 45.11.14. FGV/CPDOC).

“marmiteiro”⁷¹ precisava do “*Ele disse: vote em Dutra*”. Ainda segundo as autoras, foi isto que se verificou às vésperas das eleições, pois,

os comícios de encerramento da campanha de Dutra – no largo da Carioca e em Juiz de Fora – são considerados uma apoteose a Getúlio. São verdadeiras manifestações queremistas, com retrato e legendas de Vargas e com o conselho: vote no general Dutra (GOMES; D’ARAÚJO, 1989, p. 31-32).

Realizadas as eleições, concorrendo em 14 Estados, o PTB elegeu 22 deputados federais e dois senadores, entre eles Vargas, formando a terceira bancada da Constituinte.

Ademais, o candidato da coligação PTB-PSD, Dutra, também foi eleito. Segundo Gomes (2002a), o sucesso nas urnas era oriundo de três troncos: a liderança de Vargas, o trabalhismo e as suas bases sindicais. Nesse sentido, cabe ressaltar a afirmativa de Gomes (2002b) de que o PTB nasceu *de e para* Vargas, ainda no Estado Novo, e se afirmara nas eleições de 1945 *com* Vargas e seus “trunfos”: o getulismo e o trabalhismo.

Da votação do PTB num total de 603000 votos nas eleições de 1945, 318000 foram dados a Vargas, que, concorrendo em vários Estados, foi eleito para o Senado por São Paulo e Rio Grande do Sul e para deputado federal na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal. Vargas foi, assim, o que se convencionou chamar no linguajar eleitoral como um grande puxador de legenda (FERREIRA, 2005, p. 345).

Ainda assim, naquele momento, a estrutura do PTB era precária. Segundo D’Araújo (1992), o PTB existia como partido, conseguia reunir o voto das classes trabalhadoras, mas era “Getúlio”, isto é, eleitoralmente, o trabalhismo espelhara sua face ideológica no getulismo.

Procuramos mostrar nestes tópicos finais como os imaginários sociais sobre os trabalhadores e os imaginários políticos de Vargas, mencionados por nós ao longo deste capítulo, seriam utilizados tanto pelos trabalhadores, entre outras coisas, visando garantir os benefícios sociais logrados, quanto por Vargas. Do mesmo modo, é interessante observarmos o papel e o uso destes imaginários sociais no período das eleições, no processo de redemocratização do Brasil.

⁷¹ Um slogan que foi criado por Hugo Borghi, José Junqueira e Nelson Fernandes, articuladores da campanha Pró-Dutra no PTB, como resposta a um discurso de Eduardo Gomes, no qual ele declarara não precisar dos votos da “malta” que vai a comícios. “Malta” é um dos sinônimos possíveis para “marmiteiro”, facilmente associado aos trabalhadores. Deste modo, os articuladores da campanha passaram a utilizar a expressão para mobilizar os trabalhadores, que estariam sendo considerados um “bando de desocupados” pelo brigadeiro. A campanha das “marmitas” procurava polarizar as candidaturas, identificando o brigadeiro com um eleitorado de grã-finos e Dutra com o eleitorado dos “pobres/trabalhadores” (GOMES; D’ARAÚJO, 1989).

6.6 Imaginários sociais dos trabalhadores

Para encerrar este capítulo, gostaríamos de fazer breves comentários acerca dos imaginários sociais dos trabalhadores ou, em outras palavras, como alguns deles receberam estes imaginários sociais produzidos sobre eles. Ainda que se trate de comentários sobre recepção, sabemos que a mesma é complexa e subjetiva, não podendo ser interpretada como algo homogêneo, uno, que ocorre da mesma maneira para todas as pessoas.

Deste modo, o que nos importa assinalar é que nem todos os imaginários sociais produzidos sobre os trabalhadores por Vargas foram aceitos ou utilizados pelos trabalhadores. Os discursos, as imagens e as ideias dominantes não são aceitas passivamente pelos trabalhadores, isto é, são interpretadas, modificadas e transformadas, como afirmou Peter Burke (1989): “*As mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de ideias e imagens*” (p. 86).

Por essa razão que os autores que trabalharam fontes como as cartas enviadas pelos trabalhadores urbanos e rurais a Vargas no Estado Novo, como Ferreira (1997), Ribeiro (2001), ou os depoimentos orais dos trabalhadores rurais coletados por Dezemone (2008b), preferem se utilizar da ideia de apropriação, reconhecendo as invenções criadoras no processo de recepção das mensagens, compreendendo que os trabalhadores podem fazer leituras criativas, singulares e desviantes do discurso oficial.

De acordo com Ferreira (1997), a leitura da correspondência revela um triste quadro de precária situação social e, a partir disso, pedem algo-geralmente um emprego ou um aumento salarial. Ainda de acordo com o autor, uma mesma situação social e um mesmo objetivo de superá-la levam os vários personagens a registrarem suas formas de pensar e interpretar a sociedade, o momento político, as manifestações de poder, tal como outras percepções e sensibilidades. Entre os trechos das cartas enviadas, estudadas por estes autores, mencionaremos uma para ilustrar.

Antonio Ivo Vieira, de Belo Horizonte, em 1939, escreveu a Vargas declarando ser guarda de segunda classe da EFCB, com 20 anos de serviço e com folha de serviço limpa. Segundo Antonio,

(...) Tenho 4 filhos que necessitam de conforto e alguma instrução e eu com este parco ordenado de 350\$000 mensais não estou na altura de dar-lhes nem sequer a instrução primaria, que infelizmente até isto agora se paga; sofro grandes descontos em folha de pagamento (...); não tenho podido nem ao menos sustentar os meus filhos com esse parco vencimento (...); a minha situação é mais que premente, é aflitiva e angustiosa e sei que tenho já direitos adquiridos para merecer uma promoção (...). Desde já Sr. Presidente, peço para que Deus abençoe à V. Excia. e toda Exma. Família e V. Excia poderá em qualquer terreno, contar com a mais sincera e grata admiração, do mais humilde servidor da Nação, que é V. Excia. o seu

mais alto Magistrado e Chefe forte, enérgico e justiceiro. Salve! Sr. Presidente Dr. Getulio Vargas (ANTONIO apud FERREIRA, 1997, p. 29).

Como podemos notar, o pedido foi acompanhado pelo uso de alguns dos imaginários sociais e políticos mencionados, como o de Antonio como servo da nação e Vargas como o “chefe”, “forte”, “enérgico” e “justiceiro”.

Ferreira (1997) assinala que os trabalhadores, quando manipulavam o arcabouço doutrinário varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los- a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso- e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente. Por essa razão, não é casual que nos escritos da época, os trabalhadores não fizessem referências à repressão política, às prisões arbitrárias, à tortura policial ou às perseguições aos comunistas. O silêncio sobre os temas não se dava por desconhecimento, pois sabiam o que se passavam, apenas omissão por estratégia.

CAPÍTULO 7 – A (RE) INVENÇÃO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES NA ARGENTINA

Como mencionamos anteriormente, os espetáculos de poder apresentados no Capítulo 5, tanto no Brasil como na Argentina, constituíram-se como momentos em que os Governos varguista e peronista procuraram produzir e reproduzir imagens e símbolos que refletissem coesão, legitimidade e apoio dos brasileiros e dos argentinos aos “grandes líderes” e as “grandes obras” dos Governos em questão. Apesar de os espetáculos de poder terem esses objetivos mais amplos em comum, procuramos demonstrar ao longo deste trabalho as particularidades e especificidades não apenas dos espetáculos de poder, como também, e principalmente, das formas de se produzir e reproduzir tais imagens e símbolos e as formas de se projetar as ideias de coesão, legitimidade e apoio de suas nações.

O uso do vocativo “*Mis Queridos Descamisados*”, a partir de 17 de outubro de 1946, é significativo para pensarmos grande parte do público ao qual os discursos políticos de Perón eram dirigidos. Em um primeiro momento, cabe indagar: quem eram os “descamisados” para Perón? Os trabalhadores fazem parte dos “descamisados”? Qual o papel desses “descamisados” na “nova” Argentina? Quais os seus deveres e os seus direitos? Que relação deveriam ter com Perón? Eis alguns dos questionamentos que norteiam este capítulo cujo objetivo principal é apresentar os imaginários sociais produzidos e reproduzidos sobre os trabalhadores por Perón, a partir dos discursos políticos nos espetáculos de poder selecionados.

Na primeira parte deste estudo, apresentamos, de maneira geral, algumas das formas e propostas das “invenções” dos e sobre os trabalhadores, seja pelos próprios trabalhadores, a partir dos movimentos dos trabalhadores, seja pelo Estado, a partir de algumas das respostas da “questão social” na Argentina. Procuramos demonstrar no Capítulo 4 que a entrada de Perón no cenário nacional, sobretudo com o cargo de secretário de Trabalho e Previdência, marcou uma mudança no trato da “questão social” no país, seja pelas políticas trabalhistas do secretário ou pela “presença” dos trabalhadores nos discursos políticos do Primeiro de Maio, por exemplo.

Consideramos que, a partir de 1944, iniciara-se na Argentina um processo de (re)invenção dos imaginários sociais dos trabalhadores que terá sua consagração no primeiro Governo peronista. Em que consiste tal reinvenção? Que imagens seriam projetadas para e sobre os trabalhadores? Qual o papel das políticas sociais e da legislação social criada no período? De que forma se constrói e se legitima a relação com o “novo” governante?

A fim de lograr tais reflexões, sobretudo no tocante à (re)invenção dos imaginários sociais, este capítulo tem dois momentos amplos principais: o primeiro momento tratará justamente da primeira presidência de Perón, entre os anos 1946 e 1951, procurando refletir a partir dos questionamentos propostos e de outros aspectos que consideramos a base do peronismo, como o movimento e o partido peronista e a doutrina justicialista, por exemplo; e o segundo momento tratará da segunda presidência de Perón, entre os anos 1952 e 1955, procurando dar continuidade as reflexões iniciadas no primeiro momento, mas, ao mesmo tempo, considerando as especificidades conjunturais. Ambos os momentos estarão norteados pelos discursos políticos dos espetáculos de poder mencionados e outros que também consideramos emblemáticos, como o de posse e o último discurso pronunciado por Perón, tendo como “pano de fundo” os imaginários políticos e sociais.

7.1 Política Social e Legislação Trabalhista

Do mesmo modo que no capítulo 4, procuraremos apresentar algumas das políticas sociais e das legislações trabalhistas do período denominado Primeiro Peronismo (1946-1955). Iniciaremos com algumas das políticas sociais e, posteriormente, trataremos da legislação trabalhista. Vale dizer que grande parte da legislação trabalhista fora criada no período em que Perón era Secretário de Trabalho e Previsão e, assim, além destas legislações trabalhistas que já existiam, o Governo peronista se destacou, sobretudo, por suas políticas sociais.

Com relação às políticas sociais destacam-se: os direitos dos idosos, os direitos da criança, plano de assistência médica para os humildes (*Plan Carrillo*)⁷², educação primária universal e gratuita, as políticas de habitação⁷³, entre outras. A *Fundación Eva Perón*⁷⁴ também se constituiu como centro de políticas sociais, sendo que sua atuação ocorria em distintos campos como a saúde, a educação, o turismo e a assistência social. Deste modo,

⁷² O Plano Analítico de Saúde Pública, também conhecido como *Plan Carrillo* pelo seu criador, o médico Ramón Carrillo, se baseava em dois pilares: a centralização normativa e a descentralização executiva. O plano assinalava a importância da medicina preventiva para cumprir seus objetivos: o primeiro era combater a mortalidade infantil; o segundo era diminuir a mortalidade por tuberculose; o terceiro era diminuir as doenças venéreas, como a sífilis; o quarto era tratar das doenças mentais e de certas epidemias, como sarampo e varíola; e, finalmente, o cuidado de deficientes físicos. De acordo com José Luis Moreno (2009), o número de enfermeiras aumentou e de médicos duplicou, chegando a média de 23 mil em todo o país. Além disso foi construída infraestrutura adequada para o tratamento em diversos locais do país.

⁷³ Horacio Gaggero e Alicia Garro (1996) afirmam que um dos maiores empreendimentos de habitação foi a Ciudad Evita, em Matanza, Província de Buenos Aires, contando com quinze mil casas, além de escolas, lojas, comissariado, igreja, entre outros.

⁷⁴ A *Fundación de Ayuda Social María Eva Duarte de Perón* foi criada no dia 8 de julho de 1948, a partir do Decreto nº 20.546. Em 1950 passou a chamar-se *Fundación Eva Perón*.

estabelecia assistência a hospitais, centros de saúde, maternidades e asilos para órfãos e idosos, além de ajuda direta, como a entrega de máquinas de costura à chefes de família ou mães solteiras, moradias para os trabalhadores, entre outros.

Com relação às políticas trabalhistas, além das já mencionadas no capítulo 4, destacam-se os direitos dos trabalhadores na Constituição de 1949, o qual trataremos mais detalhadamente adiante, e a associação entre a afiliação sindical e os benefícios sociais. Em outras palavras, a afiliação a sindicatos possibilitava a proteção e o acesso a: hospitais, sanatórios, hotéis de veraneio, clubes e outros locais recreativos.

As políticas sociais combinadas com a legislação trabalhista constituiriam os aspectos materiais, dando o tom para os aspectos imateriais ou simbólicos, como apresentaremos nos demais tópicos.

7.2 A justiça social e o trabalho no “novo” regime

Para Perón, o Estado moderno não podia ser indiferente nem testemunha silenciosa e inoperante das condições inadequadas de vida e de trabalho do homem e da sociedade. Ademais, a presença das massas como ator político, ativo, que exige que suas demandas sejam atendidas marcava um novo tempo na política e, conseqüentemente, uma nova forma de organização da sociedade. A nova forma de organização da sociedade impunha que o eixo central da política do novo Governo fosse a justiça social, como objetivo primordial, acima de todas as coisas, como anunciou em seu discurso político de posse, no dia 4 de junho de 1946:

En lo que a mí hace, pongo el espíritu de justicia por encima del Poder Judicial, que es requisito indispensable para la prosperidad de las naciones; pero, entiendo que la justicia, además de independiente, ha de ser eficaz, y que no puede ser eficaz si sus ideas y sus conceptos no marchan a compás del sentimiento público (...). La justicia, en sus doctrinas, ha de ser dinámica y no estática. De outro modo se frustran respetables anhelos populares y se entorpece el desenvolvimiento social con grave perjuicio para las clases obreras. Estas, que son naturalmente, naturalmente, las menos conservadoras en el sentido usual de la palabra, al ver cómo se les cierran los caminos del derecho, no tienen más recursos que poner su fe en los procedimientos de la violencia (PERÓN, 1973 [1946], p. 209-210).

Como mencionaremos adiante, Perón projetaria imagens de si, como, por exemplo, a de garantidor da justiça social. A justiça era colocada como o requisito indispensável da prosperidade das nações, pois seria composta pela atenção às aspirações e demandas das maiorias.

Além da justiça social, outros elementos seriam considerados por Perón, como o trabalho, a paz, a harmonia social, a ordem e a unidade. A justiça social seria a “base” ou o

elemento norteador e garantidor dos outros elementos e, ainda que tratemos os elementos de forma separada, para Perón os mesmos deveriam ocorrer simultaneamente.

A justiça social estava relacionada à melhoria das condições de vida e de trabalho da maioria e, sobretudo, dos trabalhadores. De acordo com Beired (1984), a implantação da política redistributiva, para alcançar a justiça social, deveria estar baseada no entendimento das três forças: os trabalhadores, os empregadores e o Estado. As discórdias entre as duas primeiras forças deveriam ser mediadas e resolvidas pela concórdia tutelada pela autoridade e justiça do Estado.

Sob a máxima da justiça social, Perón proporia a substituição da democracia liberal pela democracia social. De acordo com ele,

Y la democracia liberal, flexible en sus instituciones para retrocesos y discreteos políticos y económicos, no era igualmente flexible para los problemas sociales; y la sociedad burguesa, al romper sus líneas ha mostrado el espectáculo impresionante de los pueblos puestos de pie para medir la magnitud de su presencia, el volumen de su clamor, la justicia de sus aspiraciones (...) Hoy no es posible pensar organizarse sin el pueblo, ni organizar un Estado de minorías para entregar a unos pocos privilegiados la administración de la libertad. Esto quiere decir que de la democracia liberal hemos pasado a la democracia social (FARA; GERBER, 2013, p. 76).

Diferentemente da democracia liberal, a democracia social, além de ser mais adequada para o país, atenderia às demandas e às aspirações da maioria, garantindo a justiça social para todos, sobretudo para os trabalhadores, pois, ainda de acordo com Perón,

Nuestra preocupación no es tan sólo crear un ambiente favorable para que los más capaces o los mejor preparados labren su prosperidad, sino procurar el bienestar de todos. Junto al arado, sobre la tierra, en los talleres y en las fábricas, en el templo del trabajo, donde quiera que veamos al individuo que forma esas masas, al descamisado, que identifica entre nosotros nuestra orgullosa compresión del acontecimiento de nuestro siglo, se halla hoy también el Estado (Idem).

Capelato (2009), utilizando-se da revista peronista *En Marcha*, auxilia-nos na compreensão e distinção entre a democracia liberal, baseada no *homo economicus*, e a social, baseada no bem-estar da sociedade:

A primeira era mercantilista, utilitarista, materialista, enquanto a segunda tinha a preocupação espiritual. O fracasso da democracia liberal deu-se em decorrência das injustiças sociais, da opressão e das desigualdades. A democracia social, a verdadeira democracia, significava o Governo de um povo organizado por meio de suas forças de trabalho, produção e cultura. A democracia que se assenta no trabalho é abençoada por Deus (CAPELATO, 2009, p. 200).

A partir do trecho podemos notar a importância do trabalho na democracia social. Para Perón, governar era criar trabalho e, por essa razão, a Declaração dos Direitos dos Trabalhadores, anunciada e lida no dia 17 de outubro de 1946, é significativa para analisar as ideias relacionadas ao trabalho. Na introdução da Declaração podemos notar a combinação de outros elementos com o trabalho considerados fundamentais por Perón, como a justiça social:

El Presidente de la Nación Argentina haciéndose interprete de los anhelos de justicia social que alientan los pueblos y teniendo en cuenta que los derechos derivados del trabajo, al igual que las libertades individuales, constituyen atributos naturales, inalienables e imprescriptibles de la personalidad humana, cuyo desconocimiento o agravio es causal de antagonismos, luchas y malestares sociales considera necesario y oportuno enunciarlos mediante una declaración expresa, a fin de que, en el presente y en el futuro, sirva de norma para orientar la acción de los individuos y de los poderes públicos, dirigida a elevar la cultura social, dignificar el trabajo y humanizar el capital, como la mejor forma de establecer el equilibrio entre las fuerzas concurrentes de la economía y de afianzar, en un nuevo ordenamiento jurídico, los principios que inspiran la legislación social (PERÓN, 1946, s/p).

Em um primeiro momento, vale notar que a Declaração estaria norteada pelos princípios da justiça social, a fim de elevar a cultura social, dignificar o trabalho e humanizar o capital. Deste modo, os direitos dos trabalhadores estariam amparados pelo aspecto social, ou seja, o trabalho era um elemento além da força de produção.

Entre os direitos dos trabalhadores estavam: o de trabalhar, o de uma redistribuição justa, o de capacitação, o de condiciones dignas de trabalho, o da preservação da saúde, o do bem-estar, o da seguridade social, o da proteção à família, o do melhoramento econômico e o da defesa dos interesses profissionais. Esta Declaração seria inserida na nova Constituição de 1949⁷⁵ e, para Perón, seria a medula espinhal de toda a organização social de seu Governo.

Com relação aos outros elementos mencionados, no trecho abaixo, podemos notar a ideia da justiça social associada às de paz e harmonia, indicando a importância destes elementos ocorrerem de maneira conjunta:

No debe ser temido el triunfo de la ciudadanía; no debe ser temido porque se apoya en la razón que asiste al pueblo para reclamar la justicia que desde años atrás se le adeudaba, y en el convencimiento de que, en paz y armonía, la justicia llegará a todos los hogares en vez de pasar indiferente ante la puerta de los humildes, de los que más necesitados están de ella (PERÓN, 1973 [1946], p. 204).

A ideia de justiça social, marcando o “novo” tempo da Argentina, também seria relacionado com a de cidadania social, isto é, a cidadania relacionada aos direitos sociais,

⁷⁵ A Declaração dos Direitos dos Trabalhadores estaria no Capítulo III da Constituição de 1949, no artigo 37, na seção dos Direitos do trabalhador, da família, do ancião, da educação e da cultura.

como mencionaremos adiante. Deste modo, podemos notar que Perón procurou combinar esses elementos, demonstrando que as melhorias nas condições de vida e de trabalho da maioria era a melhor e a nova política do Governo.

Garantindo a justiça social, a paz e a harmonia social, era possível obter outro elemento importante: a ordem. Assim, Perón considerava,

La tranquilidad material, tanto como la pacificación espiritual, son condiciones indispensables para la convivencia, como lo es la ley para la organización de la sociedad. El orden fructífero no nace de la fuerza sino de la justicia. Antepondré siempre esta virtud a aquella potestad (PERÓN, 1973 [1946], p. 210).

A partir do trecho, podemos notar, novamente, a importância da relação entre o elemento e a justiça social. Deste modo, tal como os elementos anteriores, com a justiça social era possível alcançar a ordem, sem precisar usar a força.

O último elemento que selecionamos foi a unidade. De acordo com Perón,

Desde el mismo día de la Revolución de Junio, en la proclama que escribí con mi propia mano, expuse aquella finalidad que sigue siendo, a pesar de todas nuestras luchas el alto ideal en cuyas aras todo lo ofrendamos: la unidad nacional. Decía en 1943: “Este postulado debe ser como la estrella polar para el pueblo argentino: la unión de todos, única razón de la grandeza de los pueblos; la unidad nacional, para que cuando sea necesario sufrir, suframos todos; y cuando sea necesario gozar, gocemos también todos (PERÓN apud SIGAL e VERÓN, 2010, p. 67).

A unidade – seja pelo aspecto geográfico, relacionada ao território, ou pelo simbólico –, relacionada à união dos argentinos, era fundamental para a manutenção dos demais elementos apresentados. Com relação à “unidade espiritual”, Plotkin (2013) considera que o regime peronista se utilizou do sistema educativo, como um mecanismo de socialização política da juventude, isto é, como o processo pelo qual a população adquire valores e crenças que definem sua cultura política. Além disso, Capelato (2009) assinala a importância da educação unificadora de consciências para a formação da nova identidade nacional coletiva.

No tocante à nova identidade nacional, tal como no varguismo, no peronismo, o tema da construção da nova identidade estaria contraposta à perspectiva do indivíduo e da pluralidade, que caracterizava as formulações liberais. Deste modo, tal como no varguismo, a proposta estaria vinculada à perspectiva coletiva. Ainda com relação à questão da identidade nacional, Capelato (2009) assinala os aspectos distintos das formulações.

De acordo com a historiadora, no período que antecede o varguismo e o peronismo, observa-se, nas duas sociedades, uma intensificação das preocupações com as identidades nacionais. Não obstante, em decorrência das diferenças dos problemas enfrentados,

apresentavam aspectos distintos. No caso do Brasil, como mencionamos, a ênfase era a integração nacional, por considerar-se que a nação não se completara, havendo, então, a necessidade de integração racial e reforço da unidade territorial, moral, cultural e política. No caso da Argentina, insistia-se no reforço e no reequilíbrio da identidade nacional, conquistada outrora, mas abalada pela “mezcla de razas”, ocasionada pelo fenômeno imigratório. Ou seja, no Brasil a nacionalidade não se completara, enquanto na Argentina caberia reconstruí-la.

Segundo Capelato (2009), o peronismo deu continuidade ao ideário nacionalista no que se refere à questão da identidade nacional. A origem da nacionalidade era localizada no interior, sendo o gaúcho o símbolo do ser nacional, composto pela combinação do pai espanhol conquistador e mãe indígena submissa. Na releitura do passado proposta pelo governo peronista, necessária à construção da nova identidade, a recuperação da hispanidade também foi muito significativa, propiciando o enaltecimento da Mãe-Pátria e realizando um intenso intercâmbio com a Espanha franquista. As imagens produzidas sobre o colonizador também é um aspecto que diferencia os elementos selecionados para compor a nova identidade nacional brasileira e argentina, pois enquanto a Argentina utilizou para valorizar, o Brasil não utilizou e, por vezes, alguns autores recuperaram os aspectos negativos do colonizador português.

Com relação ao sistema educativo peronista, o mesmo deveria ter um caráter nacionalista, para transmitir aos alunos sentimentos patrióticos e de amor pelas tradições nacionais. Na nova regulação dos textos escolares para aprovação de 1951, as instruções eram inspirar na orientação espiritual, filosófica, política e econômica a Nova Argentina e no sentido histórico da nacionalidade, para fortalecer na criança a vontade de servir a pátria, a família e a humanidade, tendo como base os elementos da doutrina justicialista, os quais apresentaremos adiante.

As imagens de coletivo, harmonia, colaboração seriam combinadas com as do papel do Estado, como fundamental para que esta nova realidade fosse possível, sobretudo pela melhora das condições de vida. No discurso oficial, a ideia de lealdade à nação seria transformada em lealdade ao Estado e, gradualmente, em lealdade ao peronismo, sendo que Perón estaria encarnado com a ideia de Estado-Nação.

De acordo com Plotkin (2013), o peronismo foi associado à corrente historiográfica conhecida como “revisonismo histórico”. Utilizando-se de Donghi (1970), o autor considera que a corrente, que surgiu na década de 1930, associada a grupos nacionalistas, rechaçava o plano da historiografia liberal e tentava construir uma alternativa à mesma, baseada na

revalorização da tradição hispânica, caudilhista do país. Os heróis do panteão liberal foram degradados na categoria de “vendepatrias”, enquanto que outros, denominados pelo autor como caudilhos, em especial, Juan Manuel Rosas, eram elevados à categoria de heróis e exemplos da nacionalidade.

Ainda com relação à história nos livros escolares, seguindo a concepção oficial do regime, a mesma não era apresentada como um processo, senão como uma sucessão de momentos cruciais que mudaram a realidade e que se relacionam com momentos daquele presente, igualmente cruciais. Deste modo, na “história oficial peronista”, os momentos importantes, ocorridos durante o governo peronista, seriam relacionados com eventos importantes do passado, como, por exemplo, o 17 de outubro de 1945 ser comparado com o 25 de maio de 1810, no tocante à independência argentina ou mesmo o governante, que era apresentado como “o libertador General Perón”, comparado à figura de outro General libertador: San Martín.

De acordo com Plotkin (2013), tal manipulação do passado tinha dois objetivos: o primeiro era associar as “realizações” do regime com eventos do passado glorioso para dar maior legitimidade às conquistas peronistas. E, em segundo lugar, apresentar a história não como um processo, mas como uma sucessão de eventos relevantes, enfatizando o caráter único de cada evento e, portanto, das realizações do Governo peronista, que só poderiam ser comparadas aos feitos gloriosos do passado. É por essa razão que Perón e San Martín eram apresentados juntos nos textos.

Para Plotkin (2013), a manipulação do sistema educativo por parte do Governo peronista era parte integrante de uma política mais ampla, destinada à geração de consenso, da “unidade espiritual”, através do doutrinação da população. Ademais, o peronismo tentou perpetuar-se por meio do doutrinação dos jovens.

O sistema educativo, tanto no varguismo como no peronismo, foi utilizado como uma ferramenta para geração de lealdade e apoio aos regimes e para a reformulação de importantes aspectos das novas identidades nacionais sugeridas, tal como da cultura política brasileira e argentina. É também a partir destes sistemas que se reproduziram o enaltecimento dos governantes e de suas políticas, sobretudo no caso peronista, em que a partir da Lei 14.126 e 1952, tornou-se obrigatório a autobiografia *La razón de mi vida*, em todos os níveis da escola primária, além de ser texto único para o quinto e sexto ano. Além disso, a lei também estabelecia que o livro deveria ser utilizado nos estabelecimentos de ensino médio e técnico, como texto para cursos que abordavam desde literatura até instrução cívica.

Ainda que tivessem estas características comuns, parece-nos que o sistema educativo peronista teria um processo de politização mais profundo quando comparado ao varguismo, sobretudo a partir da década de 1950, não apenas pela obrigatoriedade da autobiografia de Eva Perón, como também por outros aspectos, como: a obrigatoriedade da biografia oficial de Perón, escrita por Enrique Pavón Pereyra, *Perón 1895-1942: preparación de una vida para el mando*; e o doutrinamento de professores a partir da resolução ministerial de 10 de outubro de 1952, autorizando a publicação e distribuição de uma série intitulada “*Cuadernos para el Maestro Argentino*”, que tinha como objetivo facilitar aos professores, o cumprimento de suas obrigações como agente do Estado.

Outro aspecto que diferencia o sistema educativo varguista e peronista é que no Brasil, o regime utilizou como material privilegiado para a formação da identidade coletiva os manuais escolares do ensino secundário, sendo as mensagens direcionadas para os jovens adolescentes. No caso da Argentina, a formação tinha início mais cedo, sendo que os livros de leitura da escola primária eram destinados à formação de crianças.

Algumas das características do sistema educativo peronista apresentadas revelam o caráter autoritário do regime peronista, regido por palavras de ordem como “obrigatório” e “controle”. Por outro lado, ainda que contenha estes aspectos, de acordo com Plotkin (2013), Perón democratizou a educação, uma vez que durante o primeiro peronismo, o sistema educativo foi expandido espetacularmente, sendo que novos grupos sociais, inclusive as mulheres, tiveram acesso à educação secundária, técnica e superior.

Os elementos selecionados e apresentados brevemente comporiam a base e a ação do “tempo novo” na Argentina, com uma nova forma de fazer política, o que implicaria um novo movimento, um novo partido e uma nova doutrina política, sobre os quais trataremos adiante.

7.2.1 Peronismo: um Partido, um movimento e um sentimento

A chegada de Perón ao poder desencadeou intensos debates e conflitos de interesses entre as principais correntes que formavam a coalizão peronista em torno da organização e direção do novo partido do Governo. Tais debates e conflitos ocorreram tanto no âmbito político partidário como no das instituições estatais (MACKINNON, 1995).

No dia 23 de maio de 1946, em um contexto ocidental de liberalização, Perón declara a criação de um novo partido, denominado inicialmente como Partido Único da Revolução Nacional (PURN). No mesmo pronunciamento ordenou a extinção de todos os outros partidos políticos que pertencessem ao movimento peronista, visando a união de todos em torno do

novo partido. Para Beired (1992), a dissolução do PL⁷⁶ e a criação do PURN não foram simples resultados de um ato momentaneamente deliberado por Perón. Ao contrário, foram fenômenos complexos, dos quais participaram ativamente os diferentes atores da coalização peronista, de um modo que esteve longe de ser consensual.

Ainda de acordo com o autor, os radicais-renovadores eram entusiastas ferrenhos da fusão em um só partido revolucionário. O jornalista Eduardo Colóm, eleito deputado federal pela UCR-JR, que usou primeiramente a expressão “peronismo” para designar as forças que apoiavam Perón, entendendo como artificiais as denominações “radicais” e “laboristas” para nomear os deputados. “Peronismo” deveria ser o nome desse novo movimento político, cuja identidade era fixada a partir do líder e no qual as diferenças entre os seus atores constitutivos deveriam ser apagadas. Em 1947, o PURN transformou-se em Partido Peronista.

Segundo Capelato (2009), embora o discurso de Perón demonstre afinidades com a ideologia estadonovista no que se refere à concepção orgânica, há diferenças na concepção do Estado. Ainda de acordo com a autora, no Brasil, os ideólogos estadonovista pensaram organicamente a construção do Estado para, em seguida, estruturar orgânica e harmonicamente as massas, enquanto na Argentina Perón referia-se apenas à organização das massas⁷⁷.

A constituição orgânica das massas deveria ocorrer da consciência das massas, racional e emocional, organizadas em torno de um ideal comum. São ilustrativas as considerações de Perón ao anunciar a criação do partido e a preocupação com a organização do movimento:

Siempre pensé que para los movimientos del tipo como es el nuestro adquieran, dentro del panorama nacional, la relativa perennidad que ellos necesitan para ser útiles, deben seguir a las etapas de aglutinación de las

⁷⁶ Vale dizer que a ordem dada não tinha força legal, estando ausente de obrigações impostas por meio de preceitos Constitucionais. Assim, Cipriano Reyes se recusou a aceitar a dissolução e manteve, junto com 12 parlamentares, um “PL” bastante reduzido até inícios de 1948, quando foi cassado. Por um complô militar, Reyes foi acusado de conspiração, sendo condenado e preso desde 1949 até 1955, ano em que Perón foi deposto. Reyes não seria o único dos trabalhadores opositores do regime, como alguns estudos sobre a atuação dos trabalhadores no Primeiro Peronismo procuraram mostrar, por exemplo os de Gustavo Contreras (2014), no Dossiê “*Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*”.

⁷⁷ Com relação à preocupação em organizar a massa, é ilustrativa a passagem do livro *Conducción Política* de Perón (1952), no subcapítulo “Preparación de la masa”, em que afirmava: “*Lo primero que hay que hacer es despertar en la masa el sentido de la conducción. Los hombres se conducen mejor cuando quieren y están preparados para ser conducidos. Es muy difícil conducir una masa que no está preparada; y esa preparación es de dos órdenes: una preparación moral para que sienta el deseo y la necesidad de ser conducida; y otra intelectual para que sepa ser conducida y ponga de su parte lo que necesite para que la conducción sea mas perfecta*” (p.41).

masas un sentido organizativo; es decir, pasando de la primera etapa, que generalmente es gregaria en todos estos movimientos, a la etapa de la organización, y de ésta a la etapa de consolidación, porque sino estos movimientos suelen resultar fragmentarios y no cumplen tanto en el tiempo como en el espacio con la misión que les está encomendada. Por eso también he dicho muchas veces que este movimiento que nosotros representamos, que ahora está detrás de un hombre, ha de transformarse paulatinamente para colocarse detrás de una bandera y detrás de un ideal. De esa manera le habremos dado el sentido de perennidad a que me he referido (PERÓN, 1946, s/p).

A organização do movimento de massa era fundamental para a sua consolidação. Em outro momento do mesmo discurso político, Perón assinala a importância de uma organização política para o movimento:

En consecuencia, buscando esa eternidad para nuestra patria y la perennidad para nuestro movimiento, es necesario que lo organicemos con declaraciones de principios, con doctrinas perfectamente establecidas y con cartas orgánicas que den a este movimiento la materialización orgánica que él necesita. Busquemos darle también un alto grado de perennidad que nos prolongue a través de nuestros hijos, de nuestros nietos y de las demás generaciones (PERÓN, 1946, s/p).

Tais princípios e doutrinas estariam ancorados nos elementos mencionados no primeiro tópico deste capítulo. Ademais, Perón recordaria o processo que o levou ao poder e aos feitos realizados, que começaram a transformar as condições de vida e de trabalho dos argentinos e, sobretudo, dos trabalhadores. Tais realizações estariam inseridas em um processo mais “amplo” que Perón denominaria de reformas. Para ele, duas reformas estavam sendo realizadas na Argentina: a social e a econômica. Eis a importância das mesmas:

La reforma social se encaró casi empíricamente, sobre el camino. Se encaró en la única forma en que podía encararse una reforma social; no por el método ideal, porque todavía estaríamos planeando cómo debíamos realizarla, sino por el método real de lo que era necesario hacer y poniéndose a realizarlo inmediatamente, única manera de poner al día, sin pérdida de tiempo, el problema de la justicia social en nuestra tierra, que ya estaba en tren de provocar reacciones que quien sabe a qué extremos podían haber llegado, con pérdida para todos los argentinos, sean éstos ricos o pobres (...) La reforma económica trataba simplemente dos puntos fundamentales: mantener dentro del país la riqueza del mismo; repartir esa riqueza equitativamente, sin que hubiera hombres que de esa riqueza sacaran tanto provecho que fueran extraordinariamente ricos, ni hombres que de esa misma riqueza sacaran tan poco beneficio que fueran extraordinariamente pobres (PERÓN, 1946, s/p).

Como mencionamos, as reformas estavam em curso. Para que fossem consolidadas era necessário materializar uma terceira reforma: a política. Deste modo,

Es menester encarar decididamente la tercera etapa, es decir, la consolidación de estas dos reformas: la consolidación de la reforma social y

la consolidación de la reforma económica, favoreciendo de esta manera la materialización de una nueva, que es casualmente la reforma política (PERÓN, 1946, s/p).

A reforma política para Perón teria algumas etapas⁷⁸ como a conformação de princípios e de uma doutrina; a dissolução dos partidos políticos existentes até então, pois representavam interesses e conflitos da minoria; e, finalmente, a criação de um “verdadeiro” partido, que representasse a força política do momento.

Com relação ao partido, o mesmo deveria ser composto por alguns elementos:

Lo primero que hay que darle a un organismo es su espíritu. Así como un hombre sin alma es siempre un cadáver, un organismo que no posea espíritu o alma colectiva está formada por una serie de principios y sentimientos que individualizan a esa masa, como que piensa, en conjunto, de una manera similar, tiene un objetivo común y se aglutina detrás de un ideal, que también es común, para todos los hombres que la componen. Por esta razón, al hacer los planteamientos básicos para la organización definitiva de nuestro partido, hemos comenzado por fijar claramente los principios y la doctrina, porque ellos representan el alma del movimiento (...) Sin eso no existe partido y sin eso no iremos a ninguna parte, porque son las fuerzas del espíritu las que guían y llevan al hombre, aunque él las quiera resistir. No son las fuerzas materiales ni las pasiones la fuerza motriz del hombre. Será el espíritu el que lo llevará y quién no tenga el espíritu inclinado a pensar y sentir de una manera similar a la de su agrupación, será siempre un hombre díscolo y difícil dentro de un movimiento de hombres que tienen un mismo sentir y pensar (PERÓN, 1946, s/p).

Como podemos notar, Perón equiparava a importância de princípios, de doutrina, isto é, o “pensar”, ao “espírito” coletivo, ou uma identidade coletiva, o “sentir”, que unisse a massa em torno de um ideal, possibilitando o “agir”. Ademais, o “pensar” e o “sentir”, que configuravam a identidade coletiva da massa, reafirmavam também o pertencimento da mesma à Argentina.

Deste modo, o peronismo seria também sinônimo de pertencimento. Para Perón, era mais do que um partido político, como podemos notar pelo trecho abaixo referente ao significado do peronismo:

⁷⁸ Assim Perón esclarecia algumas das etapas: “(...) la reforma política propiamente dicha, es decir, conformar una serie de principios y una doctrina que con el poder de nuestra fuerza política hemos de imponer al futuro del país, llamando a todos los hombres de buena voluntad a que nos acompañen en esta obra, que consideramos de bien porque está basada – como ustedes habrán visto – en principios morales, sin los cuales la política se vuelve un arma contraria del país (...) Creo que la reforma política, después de barrer con el fraude y con todos esos graves inconvenientes con que se ha luchado en la Argentina, durante tantos años, después de liquidar las persecuciones y combinaciones de toda clase que se hacían en perjuicio del Estado, debe hacer desaparecer la política de las instituciones, de modo que éstas sirvan a sus objetivos y finalidades sin la influencia de una determinada política, que bien puede ser destructiva y para mal de la Nación. Es por ello que nosotros queremos organizar nuestra fuerza política, crear un verdadero partido inteligente, idealista, con profundo sentido humanista, sin lo cual las masas pasan a ser oscuros instrumentos de hombres que pueden ser esclarecidos o pueden ser miserables” (PERÓN, 1946, s/p).

¿Qué es el peronismo? (...) El peronismo es el humanismo en acción; el peronismo es una nueva concepción en lo político, que descarta todos los males de la antigua política; es una concepción en lo social, que iguala un poco a los hombres, que les otorga iguales posibilidades y les asegura un porvenir para que en esta tierra no haya ninguno que no tenga lo que necesita para vivir, aun cuando sea necesario que los que están derrochando a manos llenas los que tienen no dispongan de ese derecho, en beneficio de los que no tienen; en lo económico, procura que todo lo argentino sea para los argentinos y que se reemplace la política económica que decía que ésta era una escuela permanente y perfecta de explotación capitalista por una política de economía social donde la distribución de nuestra riqueza, que arrancamos nosotros a la tierra y elaboramos nosotros, pueda distribuirse proporcionalmente entre todos los que intervienen para realizarla con su esfuerzo. Eso es peronismo. Y el peronismo se aprende, no se dice: se siente o no se siente. El peronismo es una cuestión del corazón más que de la cabeza. Afortunadamente, yo no soy de los presidentes que se aíslan sino que vivo con el pueblo, como he vivido siempre; de manera que comparto con el pueblo trabajador todas sus vicisitudes, todos sus éxitos y todos sus fracasos. Yo siento íntima satisfacción cuando veo que un obrero va bien vestido o asiste con su familia al teatro. Estoy entonces tan satisfecho como me sentiría yo en la misma situación del obrero. Eso es peronismo (PERÓN, 1951, s/p).

O “peronismo” ou o “peronista” poderia ser, ao mesmo tempo, um partido, um movimento e um sentimento, intrinsecamente relacionados. Como partido, diferenciava-se de todos anteriores, pois compreenderia os princípios das reformas social, econômica e política mencionadas anteriormente, cuja base era a justiça social e a preocupação com os interesses nacionais. Como movimento teve seu marco fundador no dia 17 de outubro e estaria baseado nas verdadeiras aspirações e demandas do povo e, sobretudo, dos trabalhadores, e na justiça social. E, como sentimento, estaria baseado nos valores humanos, morais, espirituais e na justiça social.

Com relação aos valores espirituais, Perón expôs a importância de uma organização espiritual, que seria assegurada com uma doutrina:

¿En qué consiste la organización espiritual? En la doctrina. Ahí radica todo, porque mediante la doctrina, todos pensamos de una manera similar, y de lo que se trata, al inculcar la doctrina, es precisamente de llevar a los hombres a una concepción similar de la vida y de la acción en beneficio de la vida del movimiento (PERÓN, 2010 [1952], p. 86).

Como podemos notar, a justiça social era o princípio e o fim do novo Governo. Não por acaso a doutrina peronista proposta receberia o nome de “justicialismo”, atribuído à política de justiça social de Perón.

7.2.2 O justicialismo peronista

No dia 17 de outubro de 1950, Perón anunciava as “vinte verdades do justicialismo”⁷⁹, a doutrina peronista, cuja finalidade suprema era alcançar a felicidade do povo e a grandeza da nação mediante a justiça social, a independência econômica e a soberania política, harmonizando os valores materiais com os espirituais e os direitos individuais com os coletivos. Dentre as “verdades” anunciadas, destacamos as referentes à nova doutrina:

13-) Un gobierno sin doctrina es un cuerpo sin alma. Por eso el peronismo tiene su propia doctrina política, económica y social: el Justicialismo; 14-) El justicialismo es una nueva filosofía de vida, simple, práctica, popular, profundamente cristiana y profundamente humanista; 15-) Como doctrina política, el Justicialismo realiza el equilibrio del derecho del individuo con el de la comunidad; 16-) Como doctrina económica, el Justicialismo realiza la economía social, poniendo el capital al servicio de la economía, y esta al servicio del bienestar social; 17-) Como doctrina social, el Justicialismo realiza la justicia social, que da a cada persona su derecho en función social (PERÓN, 1950, s/p).

Como podemos notar a partir do trecho, o justicialismo seria, ao mesmo tempo, uma doutrina política, econômica e social, reforçando os princípios das reformas social, política e econômica mencionada anteriormente. Outro aspecto que deve ser mencionado é a ênfase dos valores cristãos e humanistas não apenas nos discursos políticos de Perón, mas sobretudo no que se refere à doutrina justicialista.

Capelato (2009), ao analisar a propaganda peronista, constatou que o cristianismo constituía a primeira grande revolução, a primeira libertação humana, completando as realizações gregas. Ainda de acordo com a autora, ao cristianismo mesclava-se também o hispanismo nos pronunciamentos de Perón. No pronunciamento de posse, Perón recordava as origens do humanismo, do catolicismo e, conseqüentemente, do hispanismo na Argentina:

⁷⁹ Entre as vinte verdades, estavam: “1-) La verdadera democracia es aquella donde el Gobierno hace lo que el Pueblo quiere y defiende un solo interés: es del Pueblo; 2-) El peronismo es esencialmente popular. Todo círculo político es antipopular y, por lo tanto, no es peronista; 3-) El peronista trabaja para el movimiento. El que en su nombre sirve a un círculo o a un caudillo, lo es sólo de nombre; 4-) No existe para el peronismo más que una sola clase de hombres: los que trabajan; 5-) En la Nueva Argentina el trabajo es un derecho, que crea la dignidad del hombre, y es un deber, porque es justo que cada uno produzca por lo menos lo que consume; 6-) Para un peronista no puede haber nada mejor que otro peronista; 7-) Ningún peronista debe sentirse más de lo que es ni menos de lo que debe ser. Cuando un peronista comienza a sentirse más de lo que es, empieza a convertirse en oligarca; 8-) En la acción política la escalada de valores de todo peronista es la siguiente: primero la Patria, después el movimiento, y luego los hombres; 9-) La política no es para nosotros un fin, sino sólo el medio para el bien de la Patria, que es la felicidad de sus hijos y la grandeza nacional; 10-) Los dos brazos del peronismo son la justicia social y la ayuda social. Con ellos damos al Pueblo un abrazo de justicia y de amor; 11-) El peronismo anhela la unidad nacional y no la lucha. Desea héroes, pero no mártires; 12-) En la Nueva Argentina los únicos privilegiados son los niños (...); 13-) Queremos una Argentina socialmente justa, económicamente libre y políticamente soberana; 14-) Constituimos un gobierno centralizado, un Estado organizado y un pueblo libre; 15-) En esta tierra lo mejor que tenemos es el Pueblo” (PERÓN, 1950, s/p).

(...) no podemos sustraer de nuestra sangre y de nuestro espíritu la voz ancestral de los aborígenes que por milenios poblaron nuestra tierra, ni el donpreciado de la civilización dos veces milenaria que, bajo la advocación de la Cruz, nos trajeron los caballeros de España. La fusión de ambas culturas, limando aristas y rectificando perfiles, ha dado a nuestro pueblo un sentido humano de la vida, que si bien puede compararse al clasicismo griego y latino supera a éstos por haber tamizado sus esencias con el sortilegio de la redención cristiana. Nuestra civilización no sólo tiene la virtud de ser humanitaria, porque siente la piedad que merece toda la vida del hombre, sino que reúne el mérito de ser humanista, porque aprecia los valores morales de la dignidad humana (PERÓN, 1973 [1946], p. 212).

Interessante observar a forma idealizada com que Perón retratou a história argentina, sobretudo o “encontro” entre os povos originários e os espanhóis, como se tivesse sido algo harmônico. Muito além da idealização, cabe notar como Perón descreveu o significado deste momento, da “fusão” das culturas, propiciando o sentido humano e humanista da vida combinado com a redenção cristã.

Concordamos com Capelato (2009) ao afirmar que o justicialismo sustentava-se nos pilares do cristianismo, do humanismo e do hispanismo. Ainda de acordo com a autora, a ênfase nos valores humanistas combinada com os valores cristãos permitiu que a doutrina tivesse uma imagem de estar a serviço do bem. A Constituição de 1949 foi considerada a consolidação da doutrina justicialista e da democracia social. Segundo Perón,

El año 1949 queda grabado en la historia como el año de la Constitución Justicialista, la Carta del pueblo, la Carta de los Trabajadores, donde se estampan sus derechos que la injusticia humana no podrá abatir en los siglos de nuestra vida histórica (PERÓN, 1949, s/p).

Além de doutrina política, o justicialismo também se constituiria como uma nova filosofia de vida, uma forma de ver o mundo, implicando também outro posicionamento da Argentina diante do cenário internacional.

Como mencionamos anteriormente, o primeiro Governo peronista iniciou-se em um período distinto do Governo varguista. Durante a ascensão de Perón, o contexto internacional era marcado pelo período pós-guerra e, posteriormente, pela Guerra Fria, que dividira o mundo em dois grandes blocos, o capitalista, representado pelos Estados Unidos, e o comunista, representado pela União Soviética. De acordo com Perón, a Argentina não deveria assumir qualquer um dos lados do conflito, mas, sim, uma terceira posição.

A “terceira concepção” ou “terceira posição” seria uma saída para as duas alternativas em disputa no mundo: o liberalismo individualista e o comunismo ou socialismo estatista (CAPELATO, 2009). No discurso político do Primeiro de Maio de 1950, Perón assinalava

que a “terceira posição” não era de neutralidade, senão de atitude positiva e valente, em oposição aos modelos existentes:

La tercera posición no es en manera alguna una posición de neutralidad frente a los problemas políticos, económicos y sociales del mundo contemporáneo. Es en cambio una actitud positiva que se ofrece a la humanidad como solución de sus problemas (...). la [guerra] de 1939 nos dejó dos grandes potencias divididas no sólo por razones políticas, económicas o sociales, sino aun por razones ideológicas. Pensar que puedan coexistir ambas potencias, que más que potencias son sistemas de vida en un mundo cuyas comunicaciones lo han hecho tan pequeño, es pensar un imposible. Ambos sistemas tratan de infiltrarse mutuamente y la verdad es que ninguno de los dos ofrece al hombre perspectivas de felicidad tan elocuentes como para estar seguro de no ser infiltrado por el sistema opuesto (PERÓN, 1952 [1950], p. 246).

Como podemos notar, a “terceira posição”, sinônimo de justicialismo, além de proporcionar a felicidade ao povo argentino também se constituiria como uma esperança e salvação para o mundo, quando imitasse o original modelo peronista. No mesmo pronunciamento, Perón deixaria explícito que a “terceira posição” era o caminho que poderia ser a solução para a paz:

En esa mitad del camino creemos nosotros que puede estar una solución para la paz. En el orden político, la tercera posición implicar poner la soberanía de las naciones al servicio de la humanidad en un sistema cooperativo de gobierno mundial (...) Y en orden social la tercera posición entre el individualismo y el colectivismo es la adopción de un sistema intermedio cuyo instrumento básico es la justicia social. Esta es nuestra tercera posición, que ofrecemos al mundo como solución para la paz. Cuando pienso que nosotros hemos sido los primeros en anunciar esta solución a los hombres; y cuando compruebo que hemos sido los primeros en realizarla, no puedo menos que confirmar mi fe en los altos destinos que Dios ha querido asignar a nuestra Patria; y mi alma se estremece de emoción pensando que puede no estar lejano el día en que la humanidad, para poder vislumbrar en su noche alguna estrella, tenga que poner sus ojos en la bandera de los argentinos (PERÓN, 1952 [1950], p. 247-248).

A ordem política e a ordem social da terceira posição ofereceriam os elementos necessários para a paz entre as nações.

O peronismo e o justicialismo não seriam possíveis sem um líder condutor, Perón, e uma força política, os trabalhadores. Por essa razão, ambos serão apresentados nos próximos tópicos.

7.3 Os trabalhadores nos discursos de Perón: 1946-1951

Neste tópico trataremos dos imaginários sociais sobre os trabalhadores nos discursos políticos selecionados de Perón na primeira presidência. Para lograr o objetivo, o mesmo tem

três subtópicos: o primeiro tratando dos imaginários políticos produzidos por Perón; o segundo tratando dos imaginários políticos produzidos por Eva Perón; e, finalmente, os imaginários sociais sobre os trabalhadores produzidos por Perón.

7.3.1 Juan Domingo Perón: o primeiro trabalhador argentino

O título do tópico é significativo para iniciar a reflexão sobre as formas pelas quais as relações de Perón com os trabalhadores foram construídas e as diferentes imagens que seriam produzidas e reproduzidas pelo governante. Em um primeiro momento, vale lembrar que, diferentemente de Vargas, que se autodenominou “primeiro trabalhador” a partir da Carteira de Trabalho 001, Perón recebeu este título, como homenagem, por um trabalhador, ainda como secretário de Trabalho e Previdência.

Posteriormente, Perón se utilizaria desse “título”, sobretudo em seus discursos políticos, para se aproximar ainda mais dos trabalhadores. Sob o “título”, Perón procurava mostrar, por um lado, a identificação que tinha com os trabalhadores, com respeito às suas aspirações e demandas, e por outro lado, o exemplo a ser seguido. “Primeiro trabalhador” também revelava a disputa simbólica da “voz” legítima ou do representante legítimo dos trabalhadores.

Tal disputa seria composta pela combinação de, pelo menos, dois aspectos mais amplos: o primeiro seria o uso do “passado”, quando Perón ainda era secretário de Trabalho e Previdência, para reafirmar as políticas sociais implantadas e o início da sua relação com os trabalhadores; e o segundo seria a produção e a reprodução de imaginários políticos no presente momento em que estava governando.

Ainda que a nossa referência sobre o tempo em que Perón era secretário seja no passado, vale lembrar que a marcação do tempo, da “velha” e “nova” Argentina, para Perón, se iniciara com a “Revolução de 43”; logo, o passado, a “velha” Argentina era composta pelas lutas dos trabalhadores por justiça antes de entrar em cena política nacional. Uma das formas de recordar e marcar o “novo” tempo era a partir das comemorações dos espetáculos de poder.

O Primeiro de Maio, como festa dos trabalhadores apropriada e ressignificada, foi a data em que mais observamos esta marcação e diferenciação. Assim, Perón assinalava:

Pasan por mi memoria tantos primeros de mayo desde 1910. Siendo estudiante he presenciado los primero de mayo más trágicos de toda la historia del trabajo argentino. Los veo resurgir en 1916, 1917, 1918; Y los veo también mucho después, cuando las masas argentinas llegaban a esta plaza para reclamar justicia, desilusionadas por su destino ingrato; justicia

que nunca obtenían, que nunca les alcanzaba. Cuántas veces he presenciado con dolor, a través de casi mis cincuenta y dos años de vida, el desfilar de esa lucha que el proletariado argentino libró, generación tras generación, por afirmar conquistas que no significaban más que la realización de una justicia fundamental y primaria, reclamada por quién trabaja y todo lo producía ante la negativa de quien todo lo disfrutaba y lo usufrutuaba (PERÓN, 2002 [1947], p. 37).

Um primeiro aspecto que deve ser mencionado a partir desta passagem é que, diferentemente de Vargas, Perón não procurou apagar a luta histórica dos trabalhadores. Uma das possíveis interpretações é que Perón tinha sido libertado no dia 17 de outubro por um grande movimento popular e, posteriormente, tinha sido eleito sob um partido dos trabalhadores, a partir do voto, em grande parte, dos trabalhadores. Desse modo, não era possível tratá-los como desorganizados e indisciplinados como fez Vargas.

Outro aspecto dessa interpretação sugerida é justamente por Perón anunciar, em diversos momentos, que seu Governo era *para, dos e de* trabalhadores, ou seja, um Governo que incorporaria não apenas as demandas como também os trabalhadores, outro diferencial de Vargas, que tinha um Governo *para* os trabalhadores.

Além desse aspecto, com relação à marcação do tempo passado, Perón recorda a luta pelos direitos, pela justiça, dos “homens que trabalham” que seria negada pelos homens que “não trabalham”. Tal situação seria transformada pelo “novo” tempo, a “nova era” Argentina:

Este 1º de mayo, el primero desde que me encuentro en el Gobierno, lo festejamos como fiesta incorporada a las grandes efemérides de nuestra Patria. Lo festejamos como el advenimiento de una nueva era para esta Patria tan amada, por la que trabajamos sin descanso día y noche, si es preciso (...). En este 1º de mayo hemos alcanzado esa paz y tranquilidad provisorias. Hemos logrado conformar la conciencia social de nuestro pueblo, donde un gobierno de trabajadores marcha al frente de la columna obrera más grande que pueda haberse formado en esta tierra (PERÓN, 2002 [1947], p.40).

Notemos que, com Perón no poder, seja como secretário e, principalmente como presidente, os Primeiros de Maio seriam não apenas comemorados, no sentido de recordar algo, como também festejado, no sentido de celebrar a data. Essa combinação, sobretudo a questão de festejar, advém do “novo” tempo na Argentina, que estaria marcado pela paz e tranquilidade e pelo Governo dos trabalhadores que conduziria a maior coluna de trabalhadores da Terra em contraste com os momentos anteriores, marcados pelos protestos, pela violência e pela presença da polícia. Também vale notar que este Governo dos trabalhadores lograria a tarefa de conformar a consciência social dos trabalhadores, como trataremos com mais detalhes no tópico sobre os trabalhadores.

Nesse sentido, tal como Vargas, Perón tratava seu Governo como o primeiro que atendeu às legítimas aspirações e demandas dos trabalhadores. Quanto a esse aspecto, seus discursos políticos seriam produzidos a partir da alteridade, da oposição aos “velhos políticos”, como podemos observar no trecho abaixo:

Según afirmaban aquellos viejos políticos, que también usufructuaban el trabajo de los demás, era muy difícil, según decían aquellos intelectuales ignorantes (como se los ha llamado) alcanzar un equilibrio en el que el pueblo no estuviera descontento y los señores que usufructuaban los grandes consorcios tampoco mostraran su disgusto. Sin embargo, para ello hacía falta una cosa: decir la verdad, sentir la justicia y estar decididos a dar a cada uno lo que le corresponde, sin perjuicio para nadie y con beneficios para todos; pero, en primer término, con mayor beneficio para la Nación, que viviendo en paz, puede construir, mientras que estando en lucha lo único que puede hacer es destruir (PERÓN, 2002 [1947], p.40).

Nos pronunciamentos de Perón, notamos que a política estava relacionada a algo pejorativo, como a traição e o engano e, assim, ele reafirmava sua posição distinta dos “velhos políticos”, assinalando suas virtudes:

Compañeros, pueden ustedes tener la seguridad más absoluta de que quien les habla ha de ser fiel a la consigna hasta el último instante de su vida. Nuestras fuerzas son las fuerzas del pueblo; nuestro poder emana del pueblo mismo; nosotros somos hombres del pueblo. Luego, la traición y el engaño no pueden anidar en nuestros corazones. Hemos de cumplir fielmente cuanto nos hemos propuesto, hemos de servir al pueblo, y no hemos de servirnos de él para satisfacer ambiciones ilegítimas (PERÓN, 2002 [1947], p. 40).

De acordo com Sigal e Verón (2010), a enunciação de Perón é formada por um modelo de chegada particular, “alguém que vem de fora”, isto é, que não é da política. Por não ser da política, por ter vindo do universo militar e, posteriormente ter se “transformado” em civil, como mencionou no 17 de outubro de 1945, seus sentimentos e ações também seriam extra políticos. Nesse sentido, os pronunciamentos de Perón procuravam mostrar a posição de alguém “externo” à política e, portanto, fiel ao objetivo maior, ao projeto político peronista que, como mencionamos, estava ancorado e baseado na justiça social.

O “modo de chegada” de Perón também marcava uma diferença com Vargas. Enquanto Perón surgia na cena política do universo militar, dos quartéis, Vargas aparecia na cena política de dentro da política, no universo da política. Ainda que ambos procurassem se diferenciar dos “velhos políticos”, os argumentos utilizados foram diferentes, Perón utilizando o universo fora da política e Vargas utilizando o universo de dentro da política, isto é, o argentino utilizava outro universo para justificar suas “boas intenções”, enquanto Vargas utilizava a experiência na política para se diferenciar dos demais e justificar suas “boas intenções”.

Outro aspecto notório deste trecho destacado é o uso do pronome possessivo “nosso” combinado ao substantivo povo, o que revela como a relação entre Perón e os trabalhadores estava sendo conduzida, uma relação de união e simbiose, como mencionaremos adiante. Na produção das imagens de Perón, um elemento presente em diversos discursos políticos foi o de servidão, como também mencionaremos adiante.

O “modelo de chegada” de Perón auxilia na compreensão de alguns imaginários políticos projetados. Tais imagens podem ser amparadas em dois amplos “campos”, que se complementam: os referentes às virtudes de Perón, como a lealdade, sinceridade, generosidade e bondade; e os decorrentes dessas virtudes, como o sacrifício, a servidão e a amizade com os trabalhadores.

No tocante às imagens das virtudes, as imagens de lealdade, sinceridade, generosidade e bondade seriam combinadas entre si e a outras para a produção da legitimidade do Governo, tal como do diferencial de suas ações. Quanto à lealdade e à sinceridade:

Vuelo en este primero de mayo frente a los trabajadores argentinos, encontrándome en la posición más comfortable en que puede estar un gobernante, cuya síntesis puede afirmarse al decir: he sido leal con mi pueblo y, Dios sea loado, mi pueblo ha sido leal conmigo. Y al afirmar una vez más esta lealtad y esta sinceridad entre el gobierno de los trabajadores y el pueblo argentino, quiero recordar lo que tantas veces les he dicho desde la vieja Secretaría de Trabajo y Previsión: “Seamos unidos, porque estando nosotros unidos, somos invencibles, que la política no divida a los Sindicatos ni ponga unos contra otros porque, el interés de todos es la causa gremial de los trabajadores por sobre todas las cosas (PERÓN, 1949, s/p).

Para Perón, governar com sinceridade e lealdade significava o abandono da “velha” forma de fazer política. A sinceridade e a lealdade, de ambas as partes, isto é, tanto de Perón quanto dos trabalhadores, proporcionaria a manutenção da união entre eles, evitando que os elementos da “velha” política retornassem. No livro *Conducción Política*, composto pelas aulas que Perón lecionava na Escola Superior de Guerra, o governante assinalava que a base da doutrina peronista era a lealdade,

El hombre que no procede con lealtad y con sinceridad en nuestro movimiento, o en cualquier otro movimiento, nunca llegará a ser nada. Por eso, el cultivo de las virtudes personales es la base de la conducción (PERÓN, 1952, p. 321).

No tocante às virtudes de bondade e generosidade:

Miles de veces me pregunto: ¿ Cómo pudo haber hombres con un pueblo como éste no hayan sido capaces de quererlo y de interpretarlo? ¿ Y me pregunto, también, miles veces: ¿ Cómo es posible que hubiéramos llegado a esta época sin que nadie comprendiera que era menester, para seguir adelante, hacer un alto en el camino, reordenar los valores, darle al trabajo

lo que le corresponde y cortar los privilegios a quienes nada merecen y todo lo disfrutan? (PERÓN, 1947, s/p).

Notemos que tais imagens de bondade e generosidade estavam amparadas na ideia de representante legítimo dos trabalhadores, que pode interpretá-lo, combinada com a ideia de desamparo dos trabalhadores, anterior à sua entrada em cena política nacional. Do mesmo modo, novamente, Perón se posiciona acima da política, procurando demonstrar que está no Governo por ter um ideal, de reordenar os valores morais e espirituais da sociedade, criar trabalho e estabelecer as bases para a necessária justiça social que o momento exigia, ou em suas palavras, tornar a Argentina uma “nação socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana”.

Tais virtudes constituem a produção da legitimidade nos discursos políticos de Perón. De acordo com Sigal e Verón (2010), a palavra de Perón, no campo político, representava a “verdade”, pois seu caráter estava assegurado na origem de Perón, exterior ao campo político.

Outro aspecto importante inserido nas imagens da virtude é que Perón procurava demonstrar que se identificou com os trabalhadores, como um homem comum, parte do povo, que compreendia as aspirações e demandas dos *descamisados* e, portanto, procuraria ajudar em seu Governo. Ademais, consideramos que nesse contexto alguns lemas peronistas foram reforçados, como o “*mejor que decir, es hacer. Mejor que hacer es realizar*”, representando a distinção do Governo com relação aos outros.

No tocante às “realizações” ou “doações”, sobretudo as políticas sociais e trabalhistas, vale dizer que decorreriam da combinação das virtudes do presidente com outros aspectos que abordaremos adiante, como a servidão e o sacrifício. De qualquer forma, as imagens das “doações” seriam utilizadas por Perón para estreitar e reafirmar os vínculos com os trabalhadores, isto é, por suas virtudes, ele ofereceu as políticas sociais, e os trabalhadores, em gratidão, em “troca”, deveriam lhe oferecer seu amor, união e colaboração, como veremos adiante.

Como mencionamos anteriormente, decorrente das virtudes de Perón, outras imagens seriam produzidas, como as de sacrifício, servidão e amizade com os trabalhadores. Trataremos das imagens de sacrifício e servidão de maneira conjunta, devido à forma e relação intrínseca com que foram produzidas e, posteriormente, da imagem de amizade com os trabalhadores.

Sobre as imagens de sacrifício e servidão, vale mencionar novamente os estudos de Sigal e Verón (2010). Para os autores, as relações entre Perón e os trabalhadores, sobretudo as

produzidas nos discursos políticos, adviriam de um movimento duplo que iria de Perón até o povo e do povo até Perón. Vale fazer duas colocações: a primeira é que, para nós, este movimento também era válido para os trabalhadores, já que compunham o povo; e a segunda é que, nesse tópico, trataremos do primeiro movimento e, no tópico sobre os trabalhadores, trataremos do segundo movimento.

De acordo com os autores, o primeiro movimento:

De Perón hacía el pueblo: Perón caracteriza su propia acción como un servicio, impuesto por el deber del soldado. Este último no tiene nada, no quiere nada para si mismo; está solo por el interés de la Patria y llega para servir al pueblo (SIGAL; VERÓN, 2010, p. 33).

As imagens de sacrifício e servidão seriam produzidas em dois planos: o individual, relacionado ao seu próprio trabalho pela pátria, e o coletivo, relacionado ao trabalho de seu Governo, que implicava não apenas a união com os próprios membros do Governo como, sobretudo, com os trabalhadores. No trecho abaixo notamos a produção do plano individual:

Durante casi cuarenta años he prestado mis servicios a la Nación. Durante todos esos años no creo haber hecho por mi país nada más importante que luchar por el desarrollo y consolidación de esa justicia y de esa conciencia social (PERÓN, 1946, s/p).

Como podemos notar, tais imagens confluem com as virtudes de Perón. O governante se dedicou ao serviço à nação pelo amor a causa, sem interesses políticos, visando a consolidação da justiça social e a consciência social dos trabalhadores. No trecho abaixo, o plano individual e o coletivo se combinam:

Para terminar, quiero que llegue a cada uno de los compañeros de los tres millones de kilómetros cuadrados de nuestra Patria, la persuasión absoluta de que el gobierno de los trabajadores que tengo el honor de encabezar, ha de seguir imperturbable, paso a paso el cumplimiento de todo su plan. Pueden tener la seguridad de que no hemos de descansar un minuto y que, con la ayuda de ustedes, que son los encargados de crear la grandeza y la riqueza de la Patria, organizaremos una perfecta justicia distributiva para que el pueblo sea cada vez más feliz y nuestra Patria más grande y más poderosa (PERÓN, 1949, s/p).

No trecho acima podemos identificar outros dois aspectos que comporiam o trabalho de Perón no Governo e o sacrifício e a servidão nos “tempos do peronismo”: a felicidade e a grandeza da pátria. Como podemos notar, a felicidade e a grandeza decorreriam também da justiça social. A felicidade apareceria mais nos pronunciamentos de Perón:

Como gobierno emanado de la voluntad popular, que siente las inquietudes, las alegrías y el dolor de la masa sufriente, quiero decirles en pocas palabras que, en lo social, en lo político, en lo económico estamos realizando una obra cuya responsabilidad asumimos plenamente y que tiende a que en el futuro los bienes, la felicidad y la riqueza de esta hermosa

tierra argentina no pertenezcan a un grupo de privilegiados sino a los 14 millones de habitantes (PERÓN, 1946, s/p).

A imagem de Governo dos trabalhadores, dedicado à vontade popular, tal como a identificação e compreensão das aspirações, demandas e sentimentos dos trabalhadores, seria utilizada por Perón também no âmbito individual, como uma das formas de projetar imagens de legitimidade, coesão e união dos trabalhadores ao seu Governo. Deste modo, em todos os 17 de outubro, Perón perguntaria aos trabalhadores se eles estavam satisfeitos com suas políticas:

Y así he de preguntarles todos los 17 de octubre, en este mismo lugar, les pregunto hoy por primera vez si he trabajado por el pueblo en estos cuatro meses. Quiero preguntarles también si he defraudado las esperanzas que ustedes pusieron en mí. Y, finalmente, si en este 17 de octubre sigo siendo para ustedes el mismo coronel Perón de otros tiempos (...). Como este gobierno es de los “descamisados”, he de hacerles todos los años estas tres preguntas, porque no deseo ocupar el poder un segundo más después de haber perdido la confianza del pueblo (PERÓN, 1946, s/p)

Estas perguntas de todos os 17 de outubro reafirmavam não apenas as imagens de “servo” e de “sacrificado” que Perón procurou transmitir, a ponto de “renunciar” o cargo, caso não estivesse atendendo às demandas e aspirações do povo, como também as virtudes mencionadas do governante.

Vale assinalarmos que, embora Vargas e Perón procurassem produzir imagens de si, sobretudo relacionadas à servidão e ao sacrifício, as formas de legitimarem tais imagens também se diferenciavam. Seja pelos tipos de Governos, uma ditadura e uma democracia, ou pela própria forma selecionada, no caso brasileiro, o diálogo com a classe trabalhadora não ocorreria, sendo que o máximo de “aproximação” com a mesma, nos discursos políticos de Vargas, foram perguntas que ele mesmo respondeu.

Sobre a relação de Perón com os trabalhadores e, sobretudo, da amizade, eram notáveis e próprios os encerramentos dos discursos políticos de Perón. Em todos os espetáculos de poder, Perón se despidia oferecendo um conselho e um abraço simbólico aos trabalhadores:

Y el saludo lo dirijo a los camaradas que me escuchan a lo largo de toda la República, y con este mi saludo reciban un estrecho abrazo sobre mi corazón de compañero y argentino (PERÓN, 1950, s/p).

Uma vez mais, vale observarmos a diferença nas formas de legitimação das imagens produzidas por Perón e Vargas. Embora ambos produzissem a imagem de amizade, os discursos políticos estudados de Vargas não continham o mesmo apelo emocional que os de

Perón e, assim, o governante brasileiro não oferecia conselhos ou abraços simbólicos aos trabalhadores.

Os trabalhadores compunham a base do projeto político e do Governo peronista, ainda que os *descamisados*, os humildes como um todo, fossem bem mencionados em seus discursos políticos, como comentaremos adiante. Perón produziria uma imagem de amigo dos trabalhadores, ainda que Capelato (2009) também demonstre que a imagem de pai também esteve presente. Vale mencionar o comentário da autora com relação ao contraste do epíteto Getúlio Vargas “pai dos pobres” com o de Perón “pai e amigo do trabalhador”:

(...) Getúlio Vargas e Perón eram considerados pai, mas Perón também era amigo. Os dois termos indicam situações distintas: enquanto o primeiro deixa implícita a autoridade “líder pai” em relação ao “povo criança”, a segunda procura mostrar a proximidade do líder em relação aos trabalhadores (...) Perón, ao contrário, fora eleito pelo voto dos “amigos” que apoiavam sua política de reformas (CAPELATO, 2009, p. 63).

Além de amigo e de pai, a imagem de Perón como líder, o legítimo condutor dos trabalhadores, também é significativa. Em oposição aos amigos, existiam os “inimigos” da pátria que seriam, fundamentalmente, os “velhos políticos”, os oligarcas, os imperialistas, os comunistas, os socialistas e os negligentes. Os “inimigos” da pátria passariam a ser identificados e denominados como antipátrias, vendepátrias, entre outros, como comentaremos adiante.

Perón se apresentava como salvador da pátria e como o maior combatente dos inimigos da pátria. Consideramos que alguns dos imaginários políticos apresentados neste tópico, combinados com os imaginários sociais que trataremos adiante, com outros aspectos do Governo peronista, como a propaganda política, por exemplo, auxiliariam na construção do mito do “salvador”.

De acordo com Capelato (2009), este mito existiu tanto no Brasil quanto na Argentina. No entanto, havia uma diferença:

O apelo ao salvador, que tinha a tarefa de livrar a sociedade das forças perniciosas, está presente nas duas situações, mas se diferencia não apenas pelas condições históricas, mas também pelas possibilidades oferecidas pelo presente. O peronismo beneficiou-se de uma circunstância favorável, ou seja, Eva Perón, *the right woman in the right place* (CAPELATO, 2009, p. 295).

De acordo com Capelato (2009), por um lado, o mito Eva complementou o do salvador e, por outro lado, o sobrepujou. Ainda de acordo com a autora, Perón era a expressão do poder masculino, configurando um papel ativo, de decisão e atuação na vida pública, enquanto Eva Perón representava a mulher, classicamente feminina, mesclando intuição,

sentimento e emoção. A existência do casal Perón e Eva Perón permitiu que o Governo peronista construísse a representação masculina e feminina do poder, e tal complementação seria revelada também nos lemas peronistas, como “*Perón cumple, Evita dignifica*”.

Devido à importância de Eva Perón no Governo peronista, o próximo tópico tratará da produção de imaginários políticos sobre Perón e de sua relação com os trabalhadores com Eva Perón.

7.3.2 Evita: a "ponte do amor" entre Perón e os descamisados

As atividades políticas de Eva Perón começaram a ser desenvolvidas um pouco antes de Perón ser eleito presidente. . Em 1944 participou do programa de rádio *Hacia un futuro mejor*, cujo objetivo era divulgar as ações do Governo, sobretudo no tocante às realizações para os trabalhadores, a partir das políticas do Secretário de Trabalho e Previdência. Após Perón ser eleito, Eva Perón passou a acompanhá-lo em todas as suas atividades oficiais, incluindo as visitas aos sindicatos.

De acordo com Plotkin (2013), ainda que não ocupasse nenhum cargo público oficialmente, Eva estava se transformando em uma figura poderosa do regime. Nesse contexto, ela passaria a ter uma sala no edifício do Correio Central, que posteriormente seria transferida para o edifício do Conselho Deliberante, antiga sede da STyP e atual sede do Ministério de Trabalho e Previdência, onde, como “secretária”, receberia representantes dos sindicatos.

De acordo com Marysa Navarro (1994), após assumir a presidência, Perón não conseguiria mais receber os trabalhadores, como fazia como secretário da STyP e, assim, alguém de sua confiança precisaria ocupar esta função estratégica. A autora descreveu desta forma o momento:

Las delegaciones de obreros continuaban llegando hasta la Casa Rosada o la residencia presidencial para tratar de ver a Perón, como en los tiempos en que era solamente secretario de Trabajo. Algunos eran representantes de una fábrica donde los patrones no querían adoptar el nuevo reglamento de trabajo, otros eran grupos que no podían resolver sus diferencias internas o delegados que deseaban invitarlo a un acto sindical. Los pedidos de entrevistas, las consultas, las quejas y las invitaciones a homenajes no cesaban mientras Perón encontraba cada vez más dificultades para atenderlos personalmente y a la vez desempeñar sus funciones presidenciales. Perón se veía enfrentado al siguiente dilema: en tanto que Presidente, ya no podía cumplir con el papel de agitador social que había definido su gestión de secretario de Trabajo, pero si los trabajadores constituían la base social de su gobierno y de su liderazgo no podía permitir que se deteriorara su relación carismática con ellos. Con la presencia de Evita en el Ministerio de Trabajo, Perón buscó disminuir su posible

distanciamiento de los descamisados y ésta actuó desde el primer momento como una prolongación de Perón, el secretario de Trabajo (NAVARRO, 1994, p. 118-119).

Segundo Navarro (1994), nesse posto estratégico de “secretária” de Perón no Ministério de Trabalho, Eva Perón intermediaria o contato direto entre Perón e os trabalhadores. Além de no “campo gremial”⁸⁰, Eva Perón também atuaria no campo da assistência social. Nesse campo, vale mencionar a criação da Fundação de Ajuda Social María Eva Duarte de Perón, que, a partir de 1950, passaria a ser conhecida como Fundação Eva Perón.

Em 1948, ainda que continuasse sem um cargo público oficial, Eva Perón ocupava uma posição relevante e sólida no Governo peronista, sendo reconhecida pelos trabalhadores como a mediadora oficial entre eles e Perón⁸¹. A partir desse reconhecimento, os espetáculos de poder, a partir de 1948, sobretudo o Primeiro de Maio e o 17 de Outubro, passariam a contar com os discursos políticos de Eva Perón.

Com base na análise dos discursos políticos pronunciados nessas datas, podemos notar a combinação de três componentes fundamentais: Perón, Eva e os descamisados. Deste modo, gostaríamos de tratar de dois aspectos: a menção contundente a Perón e a seu Governo, reforçando os imaginários políticos do líder condutor; e a produção de imagens sobre a relação entre Perón e os trabalhadores. Para a produção de tais imagens, Eva Perón também criaria imaginários políticos para si.

Em um primeiro momento, precisamos assinalar a distinção feita pela própria Eva Perón, em sua autobiografia, entre as duas personalidades presentes, isto é, entre a “Eva” e a “Evita”:

Antes de entrar en el tema es conveniente recordar que Perón no es sólo presidente de la República; es, además, conductor de su pueblo. A la doble

⁸⁰ Segundo Navarro (1994), as atividades de Eva Perón, com relação aos trabalhadores: “*En término generales, el trabajo gremial de Evita consistía en recibir a delegaciones de obreros, servir de intermediaria para la obtención de servicios sociales o reivindicaciones, a veces tomar parte en las negociaciones de contratos colectivos de trabajo, sobre todo a partir de 1948, y siempre que Perón no pudiera estar presente, representarlo en actos organizados por la CGT o cualquier sindicato. En estos casos, Evita iba acompañada por el edecán de turno, que era en realidad el representante requerido por el protocolo, pero mientras él permanecía silencioso, la que pronunciaba los discursos en nombre de Perón era Evita*” (p. 165).

⁸¹ Navarro (1994) menciona outros aspectos que influenciaram para que Eva Perón mediasse as relações entre os trabalhadores e Perón. Entre elas: a excelente situação econômica do período, que possibilitou que o Governo continuasse com a política de redistribuição; o fato de ser esposa de Perón, pois inicialmente lhe daria a legitimidade que pretendia, seja com os trabalhadores ou com os funcionários do Governo, sendo que ela somente daria satisfação à Perón; por ser mulher em uma sociedade que ainda não reconhecia os direitos políticos de fato, o que eliminava a rivalidade e assegurava, tanto a Perón quanto aos trabalhadores a perduração do laço que os unia; a classe social a qual pertencia anteriormente, se auto definindo como “descamisada”, o que a aproximava dos trabalhadores, criando uma identidade com eles; e, finalmente, a sua experiência teatral, que favoreceu a sua interação com os trabalhadores.

personalidad de Perón debía corresponder una doble personalidad en mí: una, la de Eva Perón, mujer del Presidente, cuyo trabajo es sencillo y agradable, trabajo de los días de fiesta, de recibir honores, de funciones de gala; y otra, la de Evita, mujer del Líder de un pueblo que ha depositado en él toda su fe, toda su esperanza y todo su amor. Unos pocos días al año represento el papel de Eva Perón; y en ese papel creo que me desempeño cada vez mejor, pues no me parece difícil ni desagradable. La inmensa mayoría de los días soy en cambio Evita, puente tendido entre las esperanzas del pueblo y las manos realizadoras de Perón, primera peronista argentina, y éste sí que me resulta papel difícil, y en el que nunca estoy totalmente contenta de mí (PERÓN, 1995, p. 87-88).

A distinção entre a mulher do presidente da República, Eva Perón, e do líder condutor do povo argentino, Evita Perón, é importante na medida em que compõe a produção dos imaginários políticos sobre ela, tal como o posicionamento da enunciação pretendido para produção e reprodução de imaginários políticos sobre Perón e de imaginários sociais sobre os trabalhadores. Ao escolher ser “Evita”, ela estabeleceria uma relação mais próxima com o povo argentino, com os trabalhadores, com os “descamisados”, que passariam a reconhecê-la por este nome, diferenciando as demais pessoas:

Cuando elegí ser “Evita” sé que elegí el camino de mi pueblo (...).Nadie sino el pueblo me llama “Evita”. Solamente aprendieron a llamarme así los “descamisados”. Los hombres de gobierno, los dirigentes políticos, los embajadores, los hombres de empresa, profesionales, intelectuales, etc., que me visitan suelen llamarme “Señora”; y algunos incluso me dicen públicamente “Excelentísima o Dignísima Señora” y aun, a veces, “Señora Presidenta”. Ellos no ven en mí más que a Eva Perón. Los descamisados, en cambio, no me conocen sino como “Evita”. Ahora si me preguntasen qué prefiero, mi respuesta no tardaría en salir de mí: me gusta más mi nombre de pueblo. Cuando un pibe me nombra “Evita” me siento madre de todos los pibes y de todos los débiles y humildes de mi tierra. Cuando un obrero me llama “Evita” me siento con gusto “compañera” de todos los hombres que trabajan en mi país y aun en el mundo entero. Cuando una mujer de mi Patria me dice “Evita” yo me imagino ser hermana de ella y de todas las mujeres de la humanidad. Y así, sin casi darme cuenta, he clasificado, con tres ejemplos, las actividades principales de “Evita” en relación con los humildes, los trabajadores y la mujer (PERÓN, 1995, p. 91).

A escolha pelo nome e personalidade “Evita” acompanhava a escolha pelo ideal de Perón. Da mesma forma, a partir dos que assim a chamavam, isto é, os humildes, os trabalhadores e as mulheres, Evita produziria e reproduziria suas múltiplas imagens: a de mãe, a de irmã, a de companheira, a de descamisada, a de peronista, entre outras.

Como mencionamos anteriormente, seus discursos políticos eram norteados por três componentes principais e, assim, ela era o eixo que interligava esta relação. Segundo Evita, ela seria a “ponte de amor” entre os trabalhadores, os humildes, as mulheres, enfim, entre o povo argentino e Perón:

(...) trataré de ser a diario un puente de amor entre ustedes y el general Perón y trataré de estrechar filas en todos los sindicatos argentinos, como lo hago siempre, como una compañera, como una hermana que trata de unir, que trata de limar asperezas y que trata que el justicialismo del general Perón se cumpla inexorablemente en nuestra Patria, cueste lo que cueste y caiga quien caiga (PERÓN, 1950, s/p).

Deste modo, Evita cumpriria uma dupla função: por um lado, a mediadora das relações; e, por outro lado, a trabalhadora, defensora do justicialismo peronista. Cabe notar que, embora pareçam funções distintas, as mesmas eram complementares, isto é, compunham as imagens e os discursos políticos de Evita.

No tocante à mediação, de acordo com Navarro (1994), o que variava em seus discursos políticos era o enunciador e sua relação com ela, como nos exemplifica,

Así por ejemplo, puede comenzar un discurso dirigiéndose a los descamisados, poniéndose a la altura de Perón, aunque estableciendo cierta distancia con él. Luego cambia la dirección de sus palabras y, como si formara parte del público y hablara en su nombre, apostrofa a Perón, llamándolo “Mi general”. Finalmente, se aísla de los dos para terminar confundiéndose con ambos (NAVARRO, 1994, p. 281).

Em outras palavras, em diversos momentos, Evita passava de mediadora para representante da “voz”, do “pensamento” e dos “sentimentos” dos trabalhadores ou de Perón. Como representante da “voz” dos trabalhadores, lembraria os atos de Perón, assinalando a gratidão que os mesmos deveriam ter com o líder:

Yo no tengo elocuencia, pero tengo corazón; un corazón peronista y descamisado, que sufrió desde abajo con el pueblo y que no lo olvidará jamás, por más arriba que suba. Yo no tengo elocuencia, pero no se necesita elocuencia para decirle al general Perón que los Trabajadores, la Confederación General del Trabajo, las mujeres, los ancianos, los humildes y los niños de la patria no lo olvidarán jamás, porque nos hizo felices, porque nos hizo dignos, porque nos hizo buenos, porque nos hizo querernos los unos a los otros, porque nos hizo levantar la cabeza para mirar al cielo, porque nos quitó de la sangre el odio, la amargura y nos infundió el ardor de la esperanza, del amor y de la vida (PERÓN, 1951, s/p).

Do trecho podemos notar a inclusão de Evita como parte do povo argentino, que sofreu a transformação positiva com o peronismo. Segundo Evita, Perón propiciou felicidade, dignidade, bondade, amizade e esperança a todos e, por isso, seria recordado pelos trabalhadores.

Em outros momentos, Evita retomaria a história argentina para demonstrar a transformação da “velha” para a “nova” Argentina. O Primeiro de Maio, como espetáculo de poder apropriado e ressignificado, constituir-se-ia como o momento emblemático para recordar estas transformações:

Es con inmensa alegría que hoy festejamos el 1° de Mayo, día del trabajador. Es un 1° de mayo de la época peronista, un 1° de mayo de felicidad y alegría en todos los hogares argentinos y trabajadores de la Patria (...) Este 1° de mayo no es el 1° de mayo de la impotencia, no es el 1° de mayo en el que en todos los hogares de la patria había tristeza, desolación y desesperanza. Este es un 1° de mayo en que los obreros han desterrado toda bandera foránea para enarbolar la azul y blanca, la más hermosa de las banderas, la nuestra, la de la Patria (PERÓN, 1949, p. 1).

Notamos a distinção entre o “velho” e o “novo” tempo e a marcação dos tempos pela própria oposição de termos, como, por exemplo, alegria e tristeza. As imagens de tristeza, desolação e sem esperança são substituídas pela de felicidade e alegria com a “época peronista”. Por essa razão consideramos que Evita auxiliou na apropriação da data, recriando a imagem do Primeiro de Maio a partir da ideia de felicidade e da própria nacionalidade, pois, do Governo peronista, os trabalhadores utilizariam a bandeira da pátria e não das diversas correntes políticas existentes e utilizadas anteriormente. Ademais, é significativo o uso do verbo festejar no plural, tal como do pronome possessivo “nossa”, revelando algo que pertence tanto à enunciativa Evita quanto a Perón e aos trabalhadores, ou seja, algo comum, que une a todos.

O Primeiro de Maio não seria mais considerado um momento de luta e reivindicação dos trabalhadores, senão de celebração, tal como o Governo Vargas procurou fazer no Brasil. Novamente Evita assinala o momento, combinando com as qualidades da personalidade de Perón:

Hoy los obreros argentinos no entonan más que un himno, el patrio, y no vitorean más que al General Perón, el realizador, el visionario, el patriota que con sus sueños enarboló la justicia social cuando creara ese magnífico edificio, que fue un poco de luz para todos los hogares proletarios de la patria (PERÓN, 1949, s/p).

Evita estabelecia a relação direta entre a celebração e a alegria do momento com Perón, o “realizador”, o “visionário” e o “patriota”, que com a sua generosidade e bondade, elaboraria a justiça social. Em outro discurso político, Evita recordaria as ações do líder como secretário de Trabalho e Previdência:

El general Perón, con sus sueños de patriota, en años anteriores, creó allá, en la Secretaría de Trabajo y Previsión, el basamento de la justicia social. Y creó algo más: la dignificación del obrero argentino. Hoy, en la patria, todos tenemos personalidad, pertenecemos a la era social del general Perón, y por lo tanto afrontamos la inmensa responsabilidad de apoyarlo y de acompañarlo para que las futuras generaciones no nos puedan censurar por el hecho de que habiendo tenido a un Perón, no les hayamos legado a ellos la época de bonanza que estamos disfrutando nosotros. Sabemos que estamos ante un hombre excepcional, sabemos que estamos ante el líder de

los trabajadores, ante el líder de la Patria misma, porque Perón es la patria y quien no este con la patria es un traidor (PERÓN, 1949, s/p).

O uso dos verbos no plural revela e reforça o posicionamento de Evita nos discursos políticos que enalteciam Perón, isto é, como parte dos trabalhadores. Também no plural Evita ressaltava as “benesses” concedidas por Perón, as melhoras nas condições de vida e de trabalho, possibilitando a dignificação do trabalhador. Pelos aspectos apresentados que os trabalhadores deveriam agradecer, apoiar e acompanhar o líder condutor, além de amar:

Nosotros, los humildes, los trabajadores, mi general, os queremos, os sentimos y os apoyamos en lo más íntimo de nuestro corazón. Para nosotros Perón es sagrado, es la Patria y nosotros daremos gustosos una y mil veces la vida por Peron (PERÓN, 1950, s/p).

Interessante notar a analogia que Evita faria entre Perón e pátria, tal como quem não estava com ele e traidor. De acordo com Navarro (1994), além de propagar o culto e o amor ao líder, Evita intensificaria a oposição peronismo e antiperonismo, tal como pátria e antipátria.

Ainda que a posição de representante dos trabalhadores tenha sido amplamente utilizada, como mencionamos anteriormente, houve momentos em que Evita discursava como representante do Governo e de Perón:

El peronismo y los trabajadores agrupados bajo la bandera de la Confederación General del trabajo, luchan por la igualdad de todos los trabajadores, que es el sueño del general Perón. Queremos la dignidad para cada uno de ellos por el solo hecho de ser hombres, y para eso el general Perón ha creado, como único instrumento, su doctrina social, que él genialmente ha denominado justicialismo argentino (...) Luchamos por la independencia económica, luchamos por la dignificación de nuestros hijos, luchamos por el honor de una bandera y luchamos por la felicidad de este glorioso pueblo de descamisados que fue escarnecido por la avaricia de un capitalismo sin patria ni bandera, que no ha traído luchas estériles y fraticidas. Luchamos, en fin, por una patria socialmente justa, económicamente libre y políticamente soberana (PERÓN, 1950, s/p).

A partir do trecho acima, sobretudo pelo uso dos verbos no plural, é possível notar Evita como representante da “voz” de Perón e membro do Governo peronista. A menção dos principais objetivos e do lema de Perón é significativo e marcador desta posição, isto é: pátria socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana.

Cabe assinalar que, embora Evita pronunciasse seus discursos políticos também como representante de Perón, compondo parte do Governo, ela nunca se colocou como “líder”, pois líder era somente Perón, como nos mostra Navarro (1994):

Evita nunca usó la palabra líder para hablar de sí misma. Perón era el único líder, “insigne”, “glorioso”, “perfecto” e “indiscutido”. Ella era

solamente “la plenipotenciaria de los trabajadores”, “la abanderada de los humildes”, “el escudo de Perón”, “la esperanza y eterna vigía de la Revolución” y la definición que prefería, “puente de amor entre Perón y el pueblo” (p. 281).

Finalmente, as imagens de mediadora e trabalhadora, seja como representante dos “trabalhadores” ou como de Perón, seriam combinadas e formariam outras como as de submissão, de sacrifício e de renúncia a sua carreira de atriz para dedicar-se à pátria. Exemplo notório do uso dessas imagens combinadas é o que segue abaixo, no discurso político do Primeiro de Maio de 1950:

Quiero que veáis en esta mujer, trabajadores de mi Patria, a una amiga leal y sincera a quien no le importa quemar su vida y su juventud en holocausto de una causa tan grande como es la causa del pueblo, que tiene por guía, por bandera y por único líder al general Perón (PERÓN, 1950, s/p).

De acordo com Capelato (2009), a ideia de submissão, renúncia e sacrifício, que proliferavam nos discursos políticos de Evita, fez com que se tornasse um modelo ideal de feminilidade ocidental, isto é “mãe ideal: sacrificou-se pelos filhos da pátria até o martírio final” (p. 300). Como mencionaremos adiante, a renúncia em prol do povo argentino, a doença e a morte comporiam o mito da redenção pelo poder feminino.

Como já mencionado, o mito de redenção de Evita seria combinado com o de “salvação” de Perón. Assim, Evita, além de auxiliar na produção das imagens e do mito de Perón, complementou-o, a partir do poder feminino, reforçando o imaginário peronista. Apresentados alguns dos imaginários políticos produzidos, o próximo tópico tratará daqueles sobre os trabalhadores por Perón.

7.3.3 O “novo” trabalhador e o “novo” regime

Como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho e, sobretudo, deste capítulo, a “nova” Argentina dos “tempos peronistas” seria composta por imaginários políticos e sociais produzidos também pelo governante. No projeto político peronista, identificamos os trabalhadores como uma base fundamental, no entanto, as imagens projetadas dos trabalhadores dos “tempos peronistas” não seriam as mesmas da “velha” Argentina. Por essa razão propomos a ideia de uma reinvenção dos imaginários sociais dos trabalhadores.

Antes de entrar nesta análise, precisamos fazer algumas distinções acerca dos coenunciadores dos discursos políticos de Perón, no tocante às diferentes categorias ou formas de Perón denominar os trabalhadores. Marcela Gené (2008), ao analisar as imagens dos

trabalhadores na propaganda política do Primeiro Peronismo, identificou cinco versões de suas representações: o descamisado, o trabalhador industrial que para nós é o “*obrero*”, o “*corpo do campo*” que para nós é o “*peón rural*”, a família peronista, que seriam os trabalhadores de maneira geral, que para nós é o “*trabajador*” e as enfermeiras, representando as mulheres. Procuraremos neste tópico nos nortear pelas categorias estabelecidas pela autora, com exceção das mulheres, que não são mencionadas diretamente nos discursos políticos que analisamos.

Com relação aos descamisados⁸², Luís Alberto Romero (1994) considera que a imagem foi construída pelos próprios setores trabalhistas, conferindo sentido positivo, por se identificarem com a figura do trabalhador de dorso nu. No entanto, foi com o discurso peronista que a imagem se tornou um símbolo.

Evita esclareceu em sua autobiografia quem eram os descamisados:

Y ¿qué son, para mí, los descamisados? No puedo hablar de ellos sin que vengan a mi memoria los días de mi soledad en octubre de 1945 (...). Descamisados fueron todos los que estuvieron en la Plaza de Mayo el 17 de Octubre de 1945; los que cruzaron a nado el Riachuelo viniendo de Avellaneda, de la Boca y de la Provincia de Buenos Aires, los que en columnas alegres pero dispuestos a todo, incluso morir, desfilaron aquel día inolvidable por la Avenida de Mayo y por las diagonales que conducen a la Casa de Gobierno; hicieron callar a la oligarquía y a aquél que dijo "yo no soy Perón"; los que todo el día reclamaron a gritos la presencia del Líder ausente y prisionero; los que encendieron hogueras con los diarios de la prensa que se había vendido a un embajador extranjero por treinta dineros ¡o tal vez menos! ¡Todos los que estuvieron aquella noche en la Plaza de Mayo son descamisados! Aun si hubo allí alguien que no lo fuese, materialmente hablando, un descamisado, ése se ganó el título por haber sentido y sufrido aquella noche con todos los auténticos descamisados; y para mí, ése fue y será siempre un descamisado auténtico. Y son descamisados todos los que entonces, de estar aquí, hubiesen ido a la Plaza de Mayo; y todos los que ahora o mañana harían lo mismo que hicieron los primeros descamisados de aquel primer 17 de Octubre. Para mí por eso descamisado es el que se siente pueblo. Lo importante es eso; que se sienta pueblo y ame y sufra y goce como pueblo, aunque no vista como pueblo, que esto es lo accidental (PERÓN, 1995 p. 116)

Podemos notar com base no trecho acima que o descamisado era um dos grandes símbolos do peronismo, pois compôs o mito fundacional. Ele passou a reexistir, renascer, no

⁸² De acordo com Felix Luna (2012), o termo descamisado seria utilizado inicialmente pelos antiperonistas, antes do triunfo eleitoral de Perón em 1946, como qualificativo dos trabalhadores que o apoiavam. Segundo o autor: “*Después de las jornadas de octubre, La Vanguardia aludió al pasar a los “descamisados” que habían invadido Buenos Aires. En seguida la palabreja fue adoptada peyorativamente por la oposición-especialmente por los más tilingos (...). Los peronistas asumieron rápidamente el vituperio, y la camisa se convirtió en un símbolo de lucha, una palabra mágica, una afirmación del estilo populachero y fraternal del movimiento*” (p. 433). Deste modo, a explícita conotação de inferioridade social e, portanto, política e moral, que se baseava em um dos signos mais evidentes do status da classe trabalhadora – as roupas de trabalho – foi transformada em afirmação e valorização da classe trabalhadora pelo peronismo.

dia 17 de outubro de 1945, a partir do movimento das massas, e seguiria ampliando em número. A ideia de reexistir decorre das afirmativas constantes de que, em 1810, o povo exigira a independência da metrópole e, em 1945, exigira a independência das potências estrangeiras e das oligarquias nacionais.

O termo descamisado, nos discursos políticos de Perón, era utilizado mais nos dias da Lealdade, os 17 de outubro, do que nos Primeiros de Maio. Nos dias 17 de outubro, entre as marcas do descamisado estavam o nacionalismo e o caráter patriótico, como podemos notar no trecho extraído abaixo, em que Perón justifica a relevância de um monumento aos descamisados:

Ese descamisado, que fue carne de cañón en la independencia, que fue el gaucho de las cuchillas y de de las chuzas en la organización nacional, el mismo que después levanto estos edificios, hizo grande a la Patria y la llevará a sus grandes destinos, no tiene todavía un monumento que lo perpetúe. Es una deuda que la sociedad Argentina debe pagar al hombre humilde, al hombre que todo lo hizo y nada reclamo para sí. En ese monumento al descamisado habrá mucho del espíritu y de la forma de cada uno de los que han muerto ignorados, luego de haber labrado la grandeza de la Patria (PERÓN, 1946, s/p).

Para Gené (2008), o descamisado ocupou uma das mais altas posições dos símbolos peronistas. Ainda de acordo com a autora, na reinvenção da história produzida pela propaganda peronista, o descamisado era símbolo de origem e triunfo que seria incorporado à história nacional.

A multiplicidade de significados teria sua base no “sentimento” de povo, isto é, como nos esclareceu Evita, os descamisados são aqueles que sentem, sofrem ou amam como povo. Essa composição múltipla, ampla, para nós, decorre, em alguma medida, da projeção de imagens de apoio, coesão e legitimidade do Governo peronista.

Ainda que procurassem produzir uma imagem de apoio maior, os trabalhadores continuariam sendo a base de seu projeto político e, conseqüentemente, da composição dos descamisados, conforme Evita assinalou:

Para mí, los obreros son por eso, en primer lugar, descamisados: ellos estuvieron todos en la Plaza de Mayo aquella noche. Muchos estuvieron materialmente; todos estuvieron espiritualmente presentes. No todos los descamisados son obreros, pero, para mí, todo obrero es un descamisado; y yo no olvidaré jamás que a cada descamisado le debo un poco de la vida de Perón. En segundo lugar, ellos son parte integrante del pueblo; de ese pueblo cuya causa ganó mi corazón desde hace muchos años. Y en tercer lugar, son las fuerzas poderosas que sostienen el andamiaje sobre cuyo esqueleto se levanta el edificio mismo de la Revolución. El Movimiento Peronista no podría definirse sin ellos (PERÓN, 1995, p. 116).

Como mencionamos inicialmente, o descamisado foi uma das versões dos trabalhadores, utilizada nos discursos políticos de Perón, sobretudo nos 17 de outubro. Outra versão de trabalhador utilizada por Perón foi a do industrial que, em seus discursos políticos, sobretudo os dos Primeiros de Maio, apareceram sob o termo “*obrero*”, designando trabalhadores manuais assalariados, operariado, relacionados ao ramo industrial. Nos pronunciamentos dos Primeiros de Maio no Congresso Nacional esse uso fica mais evidente do que nos pronunciamentos nos espetáculos de poder, como podemos notar ao tratar do incremento da atividade industrial:

Los obreros ocupados en ella [industria], que en el año 1935 eran 452.307, llegaron a 846.111 en 1943 y a 1.515.309 en 1947, siendo interesante destacar que con relación al año 1946, el aumento fue de 115.000 obreros (PERÓN, 1952 [1948], p. 118).

Os “*obrer*os”, representados de forma individual ou conjunta, expressavam as transformações econômico-sociais, sobretudo os benefícios da justiça social, que o peronismo projetou sobre todos os setores. De acordo com Gené (2008), a versão dos “*obrer*os” foi preponderante, pois compunham grande parte do movimento de 1945, a partir do apoio das estruturas industriais e sindicais, e continuariam compondo parte significativa do movimento peronista.

No trecho a seguir podemos observar o poder de mobilização dos “*obrer*os”:

Un frente obrero popular, unido y numeroso será el terror de la reacción y la mejor defensa contra la reacción política oligárquica, que pretende levantar su voz en defensa de intereses ajenos al país. Compañeros: escuchamos hoy que los políticos del fraude están pensando en formar agrupaciones obreras favorables a su política (PERÓN, 1950, s/p).

Outra versão de trabalhador que aparecia era o “*peón rural*”, que, embora fosse associado também às transformações econômico-sociais que o peronismo proporcionou, teria os progressos adaptados ao mundo rural. O “*peón rural*”, em alguns casos, também era associado aos valores da nacionalidade, “guardiões das tradições”, cujo símbolo da argentinidade do momento era o *gaucho*. Um dos exemplos de *gaucho* para Perón era Martín Fierro:

Martín Fierro es el símbolo de la hora presente. José Hernandez cantó las necesidades del pueblo que vive adherido a la tierra. Todavía no se ha cumplido para el pueblo argentino la invocación de grandeza y de justicia que el Martín Fierro enseña. Nosotros hemos de tomar del ese ideal ya cantado para llevarlo paulatinamente a la ejecución a fin de que se borren para siempre los males que el cantó, “no para mal de ninguno-sino para bien de todos” (PERÓN, 1950, p. 24).

A última versão da qual trataremos é a do “*trabajador*”. O uso do termo indicava os trabalhadores em geral, independentemente de ser industrial, rural ou descamisado. Revelava o apoio mais amplo de uma classe, os trabalhadores, ao Governo e seus aspectos comuns como as condições de vida e de trabalho. É nesse contexto que as imagens da família peronista, feliz, se inserem, uma vez que os benefícios que recebiam os trabalhadores eram estendidos aos demais membros da família.

Apesar de tratar das distintas versões dos trabalhadores de maneira separada, vale dizer que concordamos com James (2013) ao afirmar que o peronismo fundou um chamado político aos trabalhadores, no geral, sobretudo com relação ao seu reconhecimento como classe, como força social, que precisava ser considerada e representada como tal na vida nacional e no projeto político do Governo. Deste modo, para Perón, independentemente de versão, todos os trabalhadores deveriam compor o pacto político com o Estado.

Cabe então pensar se esses trabalhadores que Perón “convocava” para seu projeto político eram os mesmos do período anterior a 1943. Como procuramos demonstrar desde o quarto capítulo, a entrada em cena política nacional, como secretário de Trabalho e Previdência, proporcionou a Perón um contato direto com os trabalhadores, seja por meio simbólico ou material. No tocante ao meio simbólico, como, por exemplo, os pronunciamentos da época, notamos que Perón ascende como alguém de “fora” da política, que se dedicaria ao exercício da política por perceber as injustiças sociais da Argentina.

Perón retratava as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores como uma situação lastimável. Exploração, sofrimento, dor, miséria, injustiça foram alguns dos termos utilizados ao se referir aos trabalhadores do momento. Para Perón, a “Revolução de 43”, impulsionada também pela necessidade de se implantar a justiça social, deveria marcar um tempo novo na Argentina.

Nesse contexto, o Governo tinha um papel extremamente importante, pois não poderia mais tratar ou se referir ao trabalhador como rebelde, violento, sem direitos, sem consciência política, invisível, enfim. Assim, era preciso reformular não apenas a forma de tratar a “questão social”, isto é, não mais com violência ou omissão, como também, e principalmente, incorporar essa classe social ao Governo, como força social. Ainda que tal percepção tenha suas raízes da época em que era secretário de Trabalho e Previdência, é somente quando Perón assume a presidência que ela será consagrada.

O “tempo do peronismo” representava uma “nova” Argentina, um “novo” homem e, por essa razão, os trabalhadores não poderiam ter as mesmas representações do momento

anterior. Como procuramos mostrar até o momento neste capítulo, a marcação do novo tempo em oposição ao anterior revela não apenas outro posicionamento do governante diante da classe trabalhadora como também novas formas de se referir e se relacionar com ela.

Entre as imagens dos trabalhadores que aparecem nesses discursos políticos do “novo” tempo estavam a de unidos, leais, sinceros, dignos, conscientes e alegres. Como “pano de fundo” dessas imagens, dois aspectos eram fundamentais: a ideia, imagem e significado da cidadania; e a forma de retribuição ao que era “doador” pelo Governo.

Com relação às imagens, notemos a retomada que propiciou o “novo” tempo:

Desfilan por nuestra imaginación y por nuestro recuerdo los días vividos a través de las etapas reivindicatorias de la Patria que comenzaron en junio de 1943. Primero, las reformas que fueron como la iniciación y la siembra de la simiente que había de cristalizar y florecer a lo largo del trabajo y sudor argentino. Después, el gobierno, nuestro gobierno, el gobierno del pueblo, el gobierno de los descamisados, el gobierno de los pobres, de los que tienen hambre y sed de justicia. Por eso, en esta plaza, la histórica Plaza de Mayo de todas nuestras epopeyas, han latido al unísono amalgamados en un solo haz todos los corazones humildes que por ser humildes son honrados, son leales y son sinceros. Después, la Constitución, la Constitución Justicialista, que ha hecho de la tierra argentina una Patria sin privilegios y sin escarnios; que ha hecho del pueblo argentino un pueblo unido, un pueblo que sirve al ideal de una nueva Argentina, como no la han servido jamás en nuestra historia. Esas tres etapas vividas por el pueblo argentino: la reforma, el gobierno y la Constitución argentina, nos han dado un estado de justicia y un estado de dignidad y nosotros los transformaremos en un estado de trabajo (PERÓN, 1949, s/p).

Podemos, então, observar a relação direta que Perón estabelece entre as suas ações, ações do Governo, com a nova situação do trabalhador. Consideramos este trecho significativo porque ele reúne as imagens de lealdade, sinceridade, amizade, dignidade e justiça social, demonstrando como tais imagens eram complementares e combinadas, compondo o “novo” trabalhador. Nos discursos políticos estudados, essas imagens, ainda que fossem apresentadas de forma separada, estavam sempre relacionadas à figura de Perón, do Governo ou do movimento peronista.

As imagens de lealdade e sinceridade eram diretamente associadas a Perón e à pátria. Ademais, a lealdade ao ideal, ao partido e à doutrina implicava a lealdade à nação e a Perón; logo, ser leal aos elementos criados por ele era ser leal à Argentina (PLOTKIN, 2013).

A imagem da união auxiliava na justificativa para a luta contra os inimigos internos e externos, na conservação da justiça social e no fortalecimento das unidades sindicais, como podemos observar pelo trecho abaixo:

Por eso compañeros, es necesario afirmar los sindicatos; es necesario apuntalar la C.G.T; es menester que todos los trabajadores de la Patria, en este inmenso movimiento sindical, terminen por establecer que en esta tierra los trabajadores son uno para todos y todos para uno. Y así unidos los sindicatos y el pueblo argentino, custodiaran y defenderán en el futuro sus reivindicaciones, y será el pueblo y los trabajadores, marchando del brazo por la ancha calle de la historia, quienes escribirán el último capítulo justicialista de esta querida Patria argentina (PERÓN, 1950, s/p).

Perón procurava assinalar a importância da sindicalização a partir da defesa dos direitos “doados” por ele. Ademais, as imagens de união também seriam utilizadas para reafirmar a relação entre os trabalhadores e o Governo, assim como para reforçar as políticas realizadas:

Han pasado cinco años de nuestro gobierno y como el primer día el gobierno y los trabajadores se encuentran estrechamente unidos y solidarios. Ello se debe solamente a que el Gobierno justicialista ha hecho, hace y hará siempre, únicamente lo que el pueblo quiera y defenderá un solo interés: el del pueblo. El gobierno justicialista ha fijado también como doctrina en lo internacional esta premisa: ninguna decisión de la política internacional que implique una acción de guerra fuera de nuestro territorio, será tomada sin una previa consulta al pueblo. Sabemos que cuando se toman estas decisiones en defensa del pueblo hay que enfrentar la injusta lucha de los intereses. El imperialismo capitalista la ha desatado ya, mediante su periodismo internacional en nombre de una libertad que no practica. La libertad, para que sea libertad, ha de ser la que el pueblo quiera, y no la que pretenden imponernos desde afuera (PERÓN, 1951, s/p).

Ainda que em grau mais razoável quando comparado ao discurso político varguista, o discurso peronista também tinha certo tom e caráter autoritário, como quando o governante trata da ideia e imagem de liberdade. Em outro momento, Perón reafirmava suas políticas combinando com os trabalhadores como os guardiões no futuro:

Compañeros: yo les he dado una doctrina justicialista, he asegurado una justicia social, he conquistado una libertad económica, les he dado una realidad política, todo consolidado en la Constitución Justicialista. Para el futuro han de ser ustedes los guardianes, han de ser ustedes los que juzguen y han de ser ustedes los que sancionen (PERÓN, 1950, s/p).

Como podemos notar, embora considerasse os trabalhadores como força política, observando a conjugação dos verbos utilizados inicialmente, Perón se colocava como aquele que proporcionara as condições necessárias para que eles alcançassem a justiça social e, conseqüentemente, todas as outras imagens de mudança mencionadas anteriormente. Deste modo, é possível notar o reforço de determinados imaginários políticos de Perón também já mencionados.

A imagem de doação seria acompanhada da de gratidão, da qual trataremos posteriormente. Com relação aos trabalhadores, Perón procurou associar as benesses concedidas por ele à força política dos trabalhadores, assinalando a organização e o vigor próprios como vitais para que o Governo tivesse êxito em suas políticas de justiça social. Em outras palavras, Perón se colocaria como a “voz” dos trabalhadores, que somente poderia ter êxito se eles se unissem e se organizassem.

De acordo com Perón, os trabalhadores tinham que preservar a consciência social desenvolvida por suas políticas:

De todo cuanto se ha realizado hasta ahora, creo que nada hay más grande e importante que el desarrollo de la conciencia social de nuestro pueblo, conciencia social que va impulsando hacia el futuro de la gigantesca rueda de nuestros destinos. Esa conciencia social, que nace del pueblo y está a su servicio, es la que los gobiernos tienen la obligación de aceptar sobre bases graníticas para que, en el futuro, no pueda presentarse, en momento alguno, cataclismo suficiente para hacerla estremecer (PERÓN, 1950, s/p).

Segundo James (2013), o discurso peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal qual encontrava e o colocava como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Ainda segundo o autor, esses aspectos tornavam o discurso peronista mais concreto e imediatista do que as demais correntes, como as socialistas e os comunistas, que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora.

Além do estilo e do idioma político de acordo com as sensibilidades populares, o peronismo também significou uma presença social e política maior da classe trabalhadora na sociedade argentina. Para James (2013) esse fato poderia ser mensurado por diversos aspectos, além dos aspectos simbólicos mencionados, como os imaginários sociais reinventados, podendo também citar a relação do Governo com o sindicalismo, a ampliação maciça do gremialismo ou pelo número de parlamentares de extração gremial.

O Estado era o espaço onde as classes poderiam atuar política e socialmente para estabelecer direitos e exigências de ordem corporativa. Com relação aos espaços das classes trabalhadoras no Governo, vale mencionar a participação direta dos trabalhadores em alguns cargos dos poderes Executivo e Legislativo. Tomemos como exemplo o primeiro gabinete ministerial de Perón:

En el primer gabinete de Perón esto se reflejó en la incorporación de tres personajes que provenían del ámbito sindical en áreas fundamentales: Ángel Borlenghi, principal referente de los Empleados de Comercio, fue seleccionado como Ministro del Interior; Juan Atilio Bramuglia, abogado especializado en derecho del trabajo, ex militante socialista y cercano a la

Unión Ferroviaria, recibió la cartera de Relaciones Exteriores y, finalmente, a José María Freire⁸³, oriundo del gremio del vidrio, se lo ubicó nada menos que en la STyP (LUCIANI, s/d, p. 7).

José María Freire, secretário de Trabalho e Previsão e posteriormente ministro do Trabalho, teve um papel importante dentro do Governo: frequentava os atos sindicais e as celebrações de convênios coletivos; visitava as fábricas; viajava pelo interior do país para encontrar-se com grupos de trabalhadores; difundia e impulsionava numerosas iniciativas culturais; entre outros. De acordo com Luciani (s/d), Freire auxiliava no reforço dos laços entre o Estado e os trabalhadores, uma vez que em seus discursos políticos e atos públicos reafirmava sua identidade de classe, procurando estabelecer a identificação direta com os trabalhadores.

Ainda de acordo com a autora, tais cargos oferecidos aos trabalhadores, como no caso de Freire, eram significativos e simbólicos, pois:

El ascenso de Freire desde la fábrica a la STyP debe ser entendido en dos planos: por un lado, significaba que si había sido posible para él, otros podían llegar a aprovechar esta nueva gama de oportunidades. Más allá de la existencia de móviles políticos, por primera vez el Estado estaba incluyendo en sus filas a personas que provenían del trabajo manual. Por otro lado, la clave de la posición alcanzada por Freire reside en que, individualmente considerado, tenía la combinación precisa entre experiencia práctica en el mundo sindical y perfil bajo. Llegó donde llegó porque estuvo presente en los momentos fundantes del peronismo, pero sin descollar. Así, Freire llevaba con la frente alta el rótulo de obrero porque su nombramiento era síntoma de un proceso mayor de dignificación del trabajo en múltiples aspectos (LUCIANI, s/d, p. 8).

Além de dignificar o trabalho, essas nomeações projetavam a ideia do “saber fazer” diante da formação profissional, especializada.

A participação direta dos trabalhadores no Governo peronista diferencia as formas de atuação de Perón e de Vargas com relação aos trabalhadores. Diferentemente do peronismo, no varguismo, os trabalhadores não atuavam diretamente em cargos importantes do Governo.

Destarte de ser uma atuação “limitada” ou não dos trabalhadores, os trabalhadores em cargos importantes do Governo peronista continha um significado simbólico especial. Tal aspecto revelava ao menos duas interpretações: o reforço de imagens como um Governo *de e dos* trabalhadores; e, conseqüentemente, o reforço de imagens de apoio, coesão e lealdade, a

⁸³ Ainda de acordo com a autora, Freire, “Este ‘ministro obrero’ no contaba con formación técnica ni profesional especializada. Sin embargo, allí se mantuvo hasta 1953. Fue uno de los funcionarios de mayor permanencia en el gabinete peronista y acompañó la elevación del rango de Secretaría a Ministerio, impulsada en 1949 gracias a la Reforma Constitucional” (LUCIANI, s/d, p. 6).

partir do fortalecimento dos laços entre Perón e os trabalhadores, uma vez que ele seria o primeiro governante a dar a oportunidade aos trabalhadores de atuar no Governo.

Como comentamos anteriormente, duas questões compunham o “pano de fundo”: a da cidadania e a da gratidão. Com relação à cidadania,

El atractivo político fundamental del peronismo reside en su capacidad para redefinir la noción de ciudadanía dentro de un contexto más amplio, esencialmente social. La cuestión de la ciudadanía en sí misma, y la del acceso a la plenitud de los derechos políticos, fue un aspecto poderoso del discurso peronista, donde formó parte de un lenguaje de protesta, de gran resonancia popular, frente a la exclusión política. Algo del poder de esos componentes del lenguaje político peronista se originó en que ya formaban parte del lenguaje tradicional de la política democrática, que demandaba igualdad de acceso a los derechos políticos (...) El éxito de Perón con los trabajadores se explicó, más bien, por su capacidad para refundir el problema total de la ciudadanía en un molde nuevo, de carácter social (JAMES, 2013, p. 27).

Desse modo, para James (2013), o discurso peronista negaria a validade da separação, formulada pelo liberalismo, entre o Estado e a política por um lado e a sociedade civil por outro. De acordo com o discurso peronista, a cidadania não deveria mais ser definida apenas em função dos direitos individuais e relações dentro da sociedade política, mas sim em função da esfera econômica e social da sociedade civil. Lutar por direitos políticos implicava também mudança social:

Más aún, al subrayar constantemente la dimensión social de la ciudadanía, Perón desafiaba en forma explícita la validez de un concepto de democracia que la limitaba al goce de derechos políticos formales, y a la vez ampliaba ese concepto hasta hacerlo incluir en la participación en la vida social y económica de la nación (JAMES, 2013, p. 30).

Esse diferencial pôde ser notado nas eleições de 1946, em que, enquanto a oposição ao peronismo tratava de questões como a redemocratização, a liberdade, entre outros, Perón assinalava a importância da justiça social, da garantia dos direitos sociais, na “nova” democracia. Como mencionamos na primeira parte deste capítulo, Perón proporia uma série de reformas políticas, econômicas e sociais, que comporiam a democracia social.

Nesse sentido, concordamos com James (2013) quando afirma que, tradicionalmente, o sistema político liberal na Argentina tinha reconhecido a existência política dos trabalhadores, como cidadãos individuais, dotados de uma formal igualdade de direitos no campo político, mas, ao mesmo tempo, rechaçava ou criava obstáculos para a sua constituição como força social neste campo. Eis o diferencial do peronismo:

Esa representación ya no había de materializarse simplemente mediante el ejercicio de los derechos formales de la ciudadanía y la mediación primaria

de los partidos políticos. En vez de ello, la clase trabajadora, como fuerza social autónoma, había de tener acceso directo y por cierto privilegiado al Estado por intermedio de sus sindicatos (JAMES, 2013, p. 32).

Ademais, tal como no Brasil, o significado da cidadania, associado também aos direitos sociais, era importante, pois compunha o sentimento de pertencimento à nação. Apesar desse aspecto em comum, Capelato (2009) apresenta a distinção entre as perspectivas da cidadania no varguismo e no peronismo:

A política varguista iniciada uma década antes da peronista e, portanto, numa conjuntura diversa, apresenta distinções já identificáveis nas denominações “justicialismo” e “trabalhismo”. Enquanto na Argentina, a “justiça social” foi o carro-chefe do peronismo, no Brasil, ela ocupou um papel secundário já que o objetivo principal do novo regime era a reforma do Estado com vistas ao desenvolvimento econômico e à disciplinarização da força de trabalho. Isso não significa que o Governo não tenha introduzido modificações importantes no mundo do trabalho, mas elas são modestas quando comparadas com as ocorridas na Argentina (CAPELATO, 2009, p. 214).

Ainda de acordo com a autora, outro fator que contribuiu para as modificações importantes no mundo do trabalho foi o contexto econômico favorável da Argentina, em que era possível ter a percepção real da melhora das condições de vida dos trabalhadores. O número de estabelecimentos industriais e de trabalhadores duplicou entre 1935 e 1946, sendo que a indústria passou a ser o centro dinâmico de acumulação de capital na metade dos anos 1940, ainda que a agro exportação continuasse sendo a principal fonte de divisas.

Com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu, o que tornou as condições econômicas argentinas especialmente favoráveis no primeiro Governo de Perón. O Governo peronista tentou reforçar o setor industrial da economia com a ajuda do setor agrícola, reduzir a influência estrangeira na economia, sobretudo as referentes ao setor público, e outorgar para o Estado o papel decisivo na regulamentação da economia com o Plano Quinquenal (1946-1951).

Finalmente, a questão da gratidão. No tópico sobre a produção dos imaginários políticos por Perón, mencionamos o duplo movimento que compunha a relação de Perón com os trabalhadores: de Perón até o povo e do povo até Perón. Retomando o segundo movimento, os autores consideravam:

Del pueblo hacía Perón: Este pueblo tiene anhelos, anhelos de “redención social”, frustrados durante muchos años. Perón llega y este pueblo no está más solo (SIGAL; VERÓN, 2010, p. 34).

Com base nos trechos extraídos dos discursos políticos de Perón, da associação entre os imaginários sociais produzidos e sua figura ou suas políticas, pudemos notar esse posicionamento de Perón e o posicionamento em que os trabalhadores foram colocados.

Deste modo, a questão da gratidão comporia também a relação dos trabalhadores com Perón, que “tudo” lhes proporcionara. Assim, a partir dos discursos políticos estudados, podemos notar que o “dever” dos trabalhadores, além do trabalho, no âmbito espiritual, era o amor, a lealdade e a gratidão a Perón.

7.4 Os trabalhadores nos discursos de Perón: 1952-1955

Como mencionamos anteriormente, os discursos políticos das datas selecionadas de Perón sofreriam modificações significativas na segunda presidência de Perón, sobretudo pelas mudanças conjunturais, seja no âmbito interno quanto no externo. Assim, neste tópico procuraremos chamar a atenção para estas modificações nos discursos políticos selecionados, sobretudo com relação aos imaginários sociais sobre os trabalhadores.

A reforma da Constituição em 1949 possibilitou que Perón concorresse à reeleição em 1951. Inicialmente foi proposta a fórmula Juan Domingo Perón/Evita Perón, no entanto, não foi possível devido ao mal-estar criado em alguns setores do Governo, como, por exemplo, o exército.

Evita renunciou à candidatura de vice-presidente e no dia 11 de novembro de 1951 Perón foi eleito com 62% dos votos⁸⁴, novamente, sob a fórmula Perón-Quijano. O segundo Governo peronista teria as imagens de Perón e Evita multiplicadas nos mais diversos locais.

O segundo momento do primeiro peronismo foi composto por um cenário distinto do anterior e, assim, os discursos políticos de Perón não teriam mais o mesmo tom. Entre os aspectos que compõem a mudança do cenário, destacamos: a situação econômica; o acirramento da oposição sindical; e a morte de Evita.

Com relação à situação econômica, como mencionamos anteriormente, foi favorável até meados de 1949. Com a situação desfavorável, o Governo apostava em dois acontecimentos da conjuntura internacional, procurando se beneficiar: o primeiro era a

⁸⁴ Vale recordar que o voto feminino foi estabelecido no peronismo, pela lei 13.010 em setembro de 1947. Para Plotkin (2013), a integração das mulheres à vida política era importante para o regime por dois motivos: em primeiro lugar, Perón queria ampliar sua base política e o eleitorado feminino era considerado um terreno fértil para a obtenção de novos votos; e, em segundo lugar, Perón percebia as mulheres como missionárias potenciais, que podiam divulgar a mensagem peronista, facilitando, assim a obtenção da “unidade espiritual”. Deste modo, para o regime, as mulheres eram importantes como votantes, como mães e esposas. Com relação à categoria de votantes, as eleições de 1951 foram as primeiras em que as mulheres compareceram. Plotkin (2013) assinala que 64% das mulheres que votaram, votaram em candidatos peronistas.

possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial, que aumentaria a exportação dos produtos agrícolas. No entanto, a Guerra da Coreia de 1950 acabou confinada no Oriente; e o segundo era a possibilidade de participar do Plano Marshall, para a reconstrução da Europa, em 1947, o que também não aconteceu.

Deste modo, foi iniciada uma crise do setor externo, que teve consequências na atividade industrial nacional, pela dificuldade de importar máquinas e equipamentos, impulsionando a inflação. Além disso, os subsídios públicos seriam cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves. Diante desse cenário, o Governo peronista mudaria algumas de suas políticas, sobretudo com relação à atração de capitais estrangeiros, promovendo inclusive uma campanha que diminuía as restrições a importações de máquinas e equipamentos, tal como o envio dos dividendos para fora do país (BAILY, 1986).

O cenário de festa, como comentou Luna (2013), ou o “mundo feliz”, como comentou Gené (2008), do primeiro Governo já não existia mais e, assim, o segundo Governo enfrentaria maiores dificuldades com os trabalhadores. De acordo com Baily (1986), houve duas razões, mais amplas, de oposição sindical ao Governo: a oposição com fins políticos de certos dirigentes, que lutavam por um gremialismo independente, e a oposição puramente pragmática dos trabalhadores que lutavam por conquistas econômicas.

Ainda de acordo com o autor, o acirramento da oposição ocorreu por duas razões principais: a queda dos salários⁸⁵ e quando certos dirigentes sindicais e trabalhadores começaram a compreender que nem sempre os interesses dos movimentos dos trabalhadores, da nação e de Perón, eram os mesmos. Com relação às greves,

Durante 1946-1948 hubo muchas más huelgas que en los períodos de tres años inmediatamente anteriores y posteriores. Desde 1943 a 1945 ocurrieron unas 50 huelgas por año en la Capital Federal, que abarcaron a 20.000 trabajadores. Empero, desde 1946 a 1948 hubo unas 100 huelgas por año, que abarcaron a 400.000 trabajadores, o sea el doble de huelgas anuales en las que participaron veinte veces más trabajadores. Y desde 1949 a 1951 hubo unas 30 huelgas por año que abarcaron a 50.000 trabajadores (BAILY, 1986, p. 137).

Para Baily (1986), o número elevado de greves durante o período de 1946 a 1948 decorreu do grau de autonomia que ainda tinham. O período entre 1949 e 1951 teve um

⁸⁵ De acordo com Baily (1986), os salários reais começaram a declinar após 1948, sendo que parte dos dirigentes peronistas, mais fiéis à Perón do que aos trabalhadores, nos grêmios não se manifestaram. Em alguns casos, os trabalhadores ignoraram estes dirigentes e recorreram à greve para defender o que entendiam como legítimos interesses econômicos. Ainda de acordo com o autor, a maioria desses trabalhadores eram peronistas leais, que não se consideravam opositores do regime, no entanto, ao fazerem greves sem a autorização oficial, eram tachados como desleais.

número elevado de greves se considerarmos que, nesses anos, Perón tinha consolidado o controle do movimento dos trabalhadores e se opunha às ações independentes⁸⁶, como as greves.

Durante o período as principais greves foram realizadas pelos gráficos, trabalhadores açucareiros de Tucumán, os trabalhadores dos frigoríficos, os marítimos, os bancários e os ferroviários. Ainda que tivessem suas particularidades, as greves apresentavam características comuns:

En cada ejemplo, la causa fundamental fue la declinación de los salarios reales. En muchos casos, los dirigentes del gremio firmaban un contrato o llegaban a un acuerdo con el gobierno o la patronal, los trabajadores repudiaban dicho convenio acusando a sus dirigentes de no defender los intereses del conjunto, y a continuación los obreros iban a la huelga para protestar por sus bajos salarios, y por el servilismo manifestado por sus dirigentes ante el Estado. En todos los casos, el régimen declaraba ilegales las huelgas porque los trabajadores no habían obtenido la correspondiente autorización oficial (BAILY, 1986, p. 138).

De acordo com Baily (1986), nenhuma das principais greves mencionadas constituiu um ato revolucionário destinado a derrubar o Governo. Somada a essas oposições, vale mencionarmos a oposição da Igreja Católica, que tinha apoiado Perón indiretamente nas eleições de 1946, mas, devido à insatisfação com o regime, não o fez novamente em 1951.

Com relação à morte de Evita, na fase terminal de sua doença, ela tinha recebido o título de “Chefe Espiritual da Nação” pelo Congresso. De acordo com Capelato (2009), a morte de Evita, aos 33 anos, no dia 26 de julho de 1952, sacralizou o mito Eva e conduziu-o à santidade. Ainda de acordo com a autora, o grande funeral de 1952 deixou marcas profundas na memória argentina.

Decorrente do contexto exposto, os discursos políticos a partir de 1952 teriam um tom mais agressivo do que os apresentados até o momento. Perón convocava, explicitamente, os trabalhadores para uma “batalha” contra os inimigos internos e externos da Argentina:

Compañeros: Estamos en un momento en que todos debemos de preocuparnos seriamente, porque la canalla no descansa, porque están apoyados desde el exterior. Decía que es menester velar en cada puesto con el fusil al brazo. Es menester que cada ciudadano se convierta en un observador minucioso y permanente porque la lucha es subrepticia. No vamos a tener un enemigo enfrente: colocan la bomba y se van. Aumentan los precios y se hacen los angelitos. Organizan la falta de carne y dicen que ellos no tienen la culpa. Al contrario, por ahí, en un diario, sacan un artículo diciendo que ellos, en apoyo del Gobierno, quieren que venga la

⁸⁶ De maneira geral, o governo era contrário a todas as greves e, se a greve fosse iniciada sem prévia autorização oficial, a CGT ou as próprias autoridades intervinham no sindicato e encerravam o conflito, sendo que os dirigentes eram substituídos, podendo ser condenados à prisão ou ao exílio (BAILY, 1986).

carne, pero la carne no viene. Todo esto nos está demostrando que se trata de una guerra psicológica organizada y dirigida desde el exterior, con agentes en lo interno. Hay que buscar a esos agentes, que se pueden encontrar si uno está atento, y donde se los encuentre, colgarlos en un árbol (PERÓN, 1952, s/p).

Com relação aos “inimigos” da pátria, Sigal e Verón (2010) assinalam que tal construção dos inimigos da pátria seria inseparável da imagem da sombra. Deste modo, o inimigo era oculto, estava escondido, infiltrado, operando na sombra. A ideia de sombra proposta pelos autores também é sustentada pelo argumento anterior sobre a verdade estar com Perón e, portanto, ser a luz, opondo-se à escuridão dos inimigos da pátria.

A partir do segundo Governo também ficaria mais evidente a oposição entre um “nós” pleno, substancial, que coincide com o coletivo “argentino”, “pátria”, e um “eles” pleno, racional, que coincide com o coletivo “antiargentino”, “antipátria”. De acordo com Sigal e Verón (2010), o inimigo observa enfurecido como Perón realizava e resolvia os verdadeiros problemas argentinos, sobretudo no âmbito social. Deste modo, o adversário não tinha um projeto político, mas era aquele que colocava obstáculos ao projeto político de Perón, coincidente com a verdade e a realidade argentina.

Por essas razões, Perón aclamava pelo apoio não apenas dos trabalhadores, mas também do povo, de todos os argentinos:

Yo no podría pedirle al pueblo el apoyo para otra cosa, pero para eso le pido y deseo el apoyo total y sincero del pueblo. Ese apoyo ha de ser para combatir a los malos argentinos y para combatir también a los malos peronistas y a muchos que se mueven entre nosotros disfrazados de peronistas. Para eso, especialmente, necesitamos el apoyo del pueblo, el apoyo desinteresado, el apoyo sincero, el apoyo que nos pueda llevar a una depuración de la República y a una depuración de nuestras propias fuerzas (PERÓN, 1952, s/p).

A mudança de contexto acentuou o tom e o caráter autoritário nos discursos políticos de Perón, como podemos notar pelas frequentes “convocações” ao “povo argentino” por Perón ao confronto contra os inimigos da pátria. Como podemos notar, os “maus” argentinos e peronistas eram aqueles que estavam contra a grande obra do Governo. Vale observar também como a ideia de pátria estava associada ao peronismo também e como o povo, de maneira geral, continuaria designando a sinceridade, a lealdade e o apoio a Perón. Para nós, o uso do termo “povo”, ainda que incluía os trabalhadores, com mais frequência do que o termo “trabalhadores”, sugeria o apoio mais amplo ao Governo e a Perón.

Alguns dos imaginários sociais sobre os trabalhadores seriam reafirmados nesses momentos de “combate”. Além da sinceridade, lealdade, apoio e amizade, é possível notar a dignidade:

No conocen el pueblo argentino; no conocen a los pueblos. La lección que este maravilloso pueblo de la patria ha de darles a propios y extraños, ha de perdurar en la memoria de los pueblos que se sientan dignos. Cuando un pueblo está dispuesto a morir por su dignidad, es un pueblo invencible. Y, compañeros, lo que está en juego en este momento es la dignidad de la misma patria. Así como en épocas todavía recordadas le hicimos morder el polvo de la derrota a Braden, así haremos morder el polvo de la derrota a todos los Bradenes que vayan saliendo (PERÓN, 1953, s/p).

O retorno à “velha” Argentina, do trabalhador sem dignidade, era utilizado para o estabelecimento de um único Governo e governante a favor dos humildes, dos trabalhadores. Parte da história do movimento dos trabalhadores, no âmbito mundial, também seria utilizada por Perón, como, por exemplo, a recordação e a menção aos trabalhadores de Chicago, nos últimos dois anos do Governo, estabelecendo ainda uma relação com os trabalhadores que morreram em Buenos Aires, e o conhecido “*Trabajadores, uni-vos*”, associando a luta dos trabalhadores pelo mundo com a da Argentina, para que fossem reconhecidos como força política tal como no país. Consideramos tais usos políticos do passado como uma forma de Perón aproximar-se e identificar-se com os trabalhadores, a fim também de enaltecer as obras realizadas na Argentina até o momento.

Ademais, o povo, de maneira geral, e os trabalhadores, de maneira específica, eram convocados na continuidade da batalha, uma vez que eram a força política do Governo. Outra imagem retomada e reforçada era a de união não apenas entre os trabalhadores como também com o governante,

Compañeros, hoy como siempre, la bendita fiesta de los trabajadores nos encuentra unidos, de corazón a corazón, en un pueblo dispuesto a dar la vida por PERON y en un PERON dispuesto a dar mil vidas por su pueblo. Los que creen que nos cansaremos, se equivocan. Nosotros tenemos cuerda para cien años. Por eso, hoy, el Día del trabajo, debemos juramentarnos todos los trabajadores para vencer, cueste lo que cueste y caiga quien caiga. Que para ello nos sirva de acicate el recuerdo del crimen de Chicago y los miles crímenes que se están planteando en sus cercanías (PERÓN, 1953, s/p).

De acordo com Sigal e Verón (2010), no universo do discurso peronista encontramos, no lugar do slogan “Pátria ou morte”, o slogan “Perón ou morte”. Ainda de acordo com os autores, não se trata de oferecer a vida por Perón, no sentido literal e, assim, eles propõe que

observemos a substituição do termo pátria por Perón, o que revela e reafirma que proclamar a “vida por Perón” era o mesmo que proclamar a “vida pela Pátria”.

Notamos ao longo da análise dos discursos político selecionados que Perón não tem apenas um posicionamento enunciativo, como governante, senão vários. Ora se utiliza de verbos no plural para se posicionar como trabalhador, como peronista, como povo, como argentino, ora se utiliza de verbos no singular para se posicionar como governante, como primeiro trabalhador, como sacrificado e assim por diante. Não apenas suas imagens se combinam e se confundem como também a dos seus coenunciadores, isto é, os trabalhadores.

Sobretudo nos discursos políticos finais, povo, trabalhador, peronista, patriota, entre outros termos, são combinados para constituir o coenunciador coletivo, amplo, “argentino”. Os “verdadeiros” argentinos, independentemente do coletivo no qual estavam inseridos, deveriam auxiliar no combate aos inimigos da pátria. Entre as formas do combate estavam a produção e a doutrinação justicialista. Com relação à produção:

Compañeros: como en las horas críticas de nuestra lucha en 1945, pediré a todos los compañeros que, como entonces, estén activos y vigilantes; pediré a todos que vayan al trabajo confiados y decididos. Todos los problemas que puedan presentarse, se resuelven produciendo. A esos bandidos los vamos a derrotar produciendo, y a los canallas de afuera los vamos a vencer produciendo. Por eso, hoy como siempre la consigna de los trabajadores argentinos ha de ser: producir, producir, producir (PERÓN, 1952, s/p).

Notemos que o retorno ao passado, as injustiças e a exploração eram constantes nos discursos políticos estudados. Os trabalhadores se tornariam os soldados da produção para o combate dos inimigos. Ademais, os trabalhadores também deveriam ser os difusores da doutrina justicialista:

Por eso, compañeros, he hablado hoy a la mañana de la organización y de doctrina. El cuerpo institucional de la República y el cuerpo cívico del pueblo necesita tener, como todas las cosas de la vida, un cuerpo y un alma. El cuerpo lo constituyen las organizaciones de la Nación, que son las organizaciones del gobierno, las organizaciones del Estado y las organizaciones del pueblo. Por esa razón, es necesario que todos los trabajadores argentinos sean, permanentemente, difusores de nuestra doctrina. Que sean ellos los millones de verdaderos predicadores que la Patria necesita para elaborar su triunfo final. En este 1º de Mayo, en que deseamos con todas las fuerzas de nuestro espíritu afirmar la doctrina justicialista, yo pido a todos los trabajadores argentinos, en nombre de la felicidad de nuestro pueblo, que se conviertan en predicadores de la doctrina justicialista y que nunca olviden que al predicar esa doctrina llevamos en alta nuestras tres immarcesibles banderas: la Justicia Social, la Independencia Economica y la Soberania de la Pátria (PERÓN, 1954, s/p).

Deste modo, a doutrina justicialista e as “bandeiras” do lema peronista, isto é, a justiça social, a independência econômica e a soberania da pátria, constituiriam parte do legado

peronista que deveria ser difundido pelos trabalhadores. Neste ínterim, o governante teria de enfrentar dificuldades nos anos finais do regime, como mencionaremos no próximo tópico.

7.5 Os trabalhadores nos estertores do regime: o discurso peronista e sua atuação

Tal como no capítulo do varguismo, neste capítulo também apresentaremos alguns aspectos do fim do regime que consideramos significativos, sobretudo com relação ao uso dos imaginários sociais sobre os trabalhadores produzidos. Deste modo, este tópico terá duas partes principais: na primeira nos utilizaremos do último discurso político de Perón do Primeiro Peronismo, no dia 31 de agosto de 1955 e na segunda mencionaremos a atuação dos trabalhadores no fim do regime.

7.5.1 O discurso peronista sobre o trabalhador nos estertores do regime

Como mencionamos anteriormente, as relações entre Perón e a Igreja estavam delicadas ao reassumir a presidência, sendo que as mesmas se deterioraram com rapidez. Em 1954, Perón pronunciou um discurso com uma ofensiva contra a Igreja, acusando-a de se infiltrar nos movimentos populares, com a intenção de que os trabalhadores ficassem contra o Governo. Entre novembro do mesmo ano, quando pronunciou tais discursos, e 16 de junho de 1955, quando foi excomungado, Perón atacou a Igreja continuamente, inclusive aprovando leis contrárias à religião, como: legalização do divórcio, proibição de procissões religiosas nas ruas, suspensão do ensino religioso nas escolas e iniciou o processo de separação entre Igreja e Estado.

A procissão de Corpus Christi, realizada no dia 11 de junho foi um exemplo da demonstração de forças. Sob o lema “Cristo vence”, católicos, socialistas, comunistas e radicais se uniram contra Perón na *Plaza de Mayo*. No dia 16 de junho, sob a tentativa de assassinar Perón, a Casa Rosada foi bombardeada. De acordo com María Vasallo (2008), homens, mulheres e crianças foram atingidos, sendo que o saldo final estimado foi de 355 mortos e mais de 600 feridos. Na ocasião, Perón fez uma convocatória para a paz e, assim, autorizou os opositores a se pronunciarem no rádio⁸⁷.

⁸⁷ Com relação à censura, Capelato (2009) afirma que após ser eleito, Perón não mediu esforços para liquidar a imprensa opositora. Para o controle institucional dos meios de comunicação foram criadas a “Subsecretaría de Informaciones” e a “Secretaria de Prensa y Difusión”, inspiradas na organização nazi-fascista para o controle dos meios de comunicação. A Subsecretaria era integrada pelas repartições: imprensa, difusão, publicidade, espetáculos públicos, arquivo gráfico, registro nacional e administração. De acordo com Plotkin (2013), no começo do regime peronista, a pressão sob a imprensa opositora também era exercida através das quotas de

À medida que aumentava a oposição dentro e fora do movimento dos trabalhadores, Perón tentou defender sua posição. De acordo com Baily (1984), no dia 31 de agosto de 1955, Perón apresentou sua renúncia à CGT e ao Partido Peronista que, prontamente, negaram e convocaram os trabalhadores para uma grande concentração na *Plaza de Mayo*. Ainda de acordo com o autor, a “pedido” da multidão, Perón retirou sua renúncia e pronunciou um discurso político extremamente agressivo.

Perón iniciou o pronunciamento afirmando que tinha oferecido a paz e a trégua aos inimigos do regime, mas que estes não desejavam o mesmo, senão o contrário, a violência. Por essa razão,

Por eso, yo contesto a esta presencia popular con las mismas palabras del 45: a la violencia le hemos de contestar con una violencia mayor. Con nuestra tolerancia exagerada nos hemos ganado el derecho de reprimirlos violentamente. Y desde ya, establecemos como una conducta permanente para nuestro movimiento: aquel que en cualquier lugar intente alterar el orden en contra de las autoridades constituidas, o en contra de la ley o de la Constitución, puede ser muerto por cualquier argentino (PERÓN, 1955, s/p).

Nos momentos finais do primeiro peronismo, o tom e o caráter autoritário dos discursos políticos seriam acentuados, ainda que “justificados” pelo governante. De acordo com Perón, o reestabelecimento da ordem e da tranquilidade eram fundamentais e, assim, as ações necessárias poderiam ser tomadas pelo Governo, pelas instituições e pelo povo. O pronunciamento também ficou conhecido pela frase: “*¡Y cuando uno de los nuestros caiga, caerán cinco de los de ellos!*”. Deste modo, este discurso político constituiu-se como a continuação do combate, da luta, contra os inimigos, sendo sustentado também pelo medo do retorno à situação anterior a 1943:

Compañeros: quiero terminar estas palabras recordando a todos ustedes y a todo el pueblo argentino que el dilema es bien claro: o luchamos y vencemos para consolidar las conquistas alcanzadas, o la oligarquía las va a destrozar al final. Ellos buscarán diversos pretextos. Habrá razones de libertad de justicia, de religión, o de cualquier otra cosa, que ellos pondrán como escudo para alcanzar los objetivos que persiguen. Pero una sola cosa es lo que ellos buscan: retroceder la situación a 1943 (PERÓN, 1955, s/p).

papel importada oferecidas a cada jornal. Com o estabelecimento da comissão bicameral em 1950, conhecida como “Comisión Visca-Decker” a censura tornar-se-ia norma. Ainda de acordo com o autor, até o final do governo peronista, o regime controlava, por meio de Carlos Aloé: 16 casas editoriais e agências de notícias, as quais publicavam 29 periódicos e revistas em todo o país; 39 estações de rádio; e mantinha agências de notícias no exterior.

As acusações dos setores da oposição, sobretudo no tocante à liberdade, eram colocadas como mentira, falsidade, reforçando o que mencionamos anteriormente sobre a verdade estar com Perón e a “mentira” com os inimigos da Pátria, como a oligarquia. Ademais, neste último discurso político, Perón procurou utilizar suas ações políticas combinadas com a marcação da diferença relativamente aos anos anteriores à década de 1940.

De acordo com Baily (1984), depois do discurso político, Perón se reuniu com o Comitê Central da CGT e aprovou uma monção, proposta pelo Secretário Geral Hugo Di Pietro, para colocar as reservas voluntárias dos trabalhadores à disposição do exército. Ainda de acordo com Baily (1984), o exército, inquieto desde algum tempo, rechaçou a proposta e no dia 16 de setembro de 1955 o general Eduardo Lonardi iniciou a autodenominada “Revolução Libertadora”, que derrubou Perón do poder.

7.5.2 A atuação dos trabalhadores nos estertores do regime

Entre os aspectos mencionados sobre a saída de Perón ressalta-se comportamento dos trabalhadores. Para Baily (1984), o movimento dos trabalhadores não fez muito para defendê-lo:

El secretario general Di Pietro habló por radio para pedir a los trabajadores que lucharan por Perón, pero sólo respondieron al llamado del dirigente de la CGT los grupos aislados en Buenos Aires, Rosario y unas pocas ciudades más (BAILY, 1984, p. 169).

Tal situação decorreria,

Existen varias razones explicativas de tal actitud. De acuerdo con los peronistas José Alonso y Augusto Vandor, Perón jamás dio orden de luchar y los sindicatos carecían de armas. Además, Perón estaba cansado y quería mucho a la Argentina: por lo tanto, salió del país para evitar una sangrienta guerra civil que la hubiera destruido. El antiperonista Diego Ribas ha indicado otro aspecto esencial. En época de Perón, fueron escasos los dirigentes gremiales que adquieran influencia y prestigio propios y, por ello, cuando ocurrió la Revolución Libertadora, no había nadie en posición de suministrar una conducción eficaz a las masas. Los acreditados lugartenientes de Perón ocupaban las sedes sindicales, pero los trabajadores no los seguían (BAILY, 1984, p. 169).

O autor ainda se utilizou dos depoimentos de peronistas como Daniel Vukasovich, Juan Carlos Loholaberry, dos peronistas dissidentes como Luis Gay e Hilario Salvo e dos antiperonistas Sebastián Marrota para identificar um ponto em comum nas declarações: os trabalhadores não lutaram por Perón, pois ele tinha encerrado a Revolução que iniciara. Em outras palavras, o discurso peronista se chocava com as medidas políticas mencionadas

tomadas e isso dividiria o movimento dos trabalhadores, ainda que grande parte dos trabalhadores ainda conservasse a lealdade a Perón e ao peronismo.

Destarte de tais considerações, vale dizer que a “Revolução Libertadora” iniciou uma política repressiva contra os peronistas. Para os novos governantes, o peronismo significava uma aberração que devia ser erradicada do país e, assim, procurou destruir todos os símbolos e imagens do peronismo. A partir do Governo de Aramburu (1955-1958) foi emitido um decreto convertendo em crime a exibição pública de qualquer tipo de símbolo associado ao regime derrubado. Tais ações não foram recebidas sem resistência e, assim, a resistência peronista teria um papel importante e significativo nos anos que se seguiram até o retorno de Perón ao país em 1973.

7.6 Imaginários sociais dos trabalhadores

Do mesmo modo que o capítulo anterior, gostaríamos de encerrar este capítulo com breves comentários acerca dos imaginários sociais dos trabalhadores. Como mencionamos no capítulo anterior, no tópico dos imaginários sociais dos trabalhadores, a recepção é algo complexa e múltipla, não podendo ser considerada como algo homogêneo, generalizado.

Assim, nem todos os imaginários sociais sobre os trabalhadores produzidos por Perón foram recebidos, aceitos ou utilizados pelos trabalhadores da mesma maneira. Tal fato decorre do que também mencionamos sobre as imagens e as ideias dominantes não serem aceitas passivamente pelos trabalhadores, ou seja, as mesmas são interpretadas, modificadas e transformadas por eles mesmos.

Diferentemente do Brasil, não encontramos muitos estudos que trabalharam fontes como as cartas enviadas pelos trabalhadores a Perón no Primeiro Peronismo. Entre os estudos que encontramos, destacamos o livro a ser publicado *Write to Me Argentina: Letters to Juan and Eva Perón* de Donna Guy e o artigo *Cartas de amor en la Argentina peronista: construcciones epistolares del sí mismo, del sentimiento y del lazo político populista* de Omar Acha (2007).

De acordo com Acha (2007), as cartas enviadas a Perón combinavam a demanda social com os imaginários políticos do líder. Ainda de acordo com o autor, nestas cartas é possível identificar o afeto e o carinho ao líder. Como exemplo ilustrativo, tomemos a carta de Fiorello Giacoppo, de *Pozo de las Avispas*, em *Jujuy*. Após pedir a construção de uma barragem, dizia:

Así que tengo miedo de cansarlo y deseo no[s] tenga en cuenta lo que les pedimos. Por lo habrá más grande y necesitada que pueda hacerse por el

departamento de El Carmen Provincia de Jujuy y es así mi Buen Perón que yo desearía conocerlo y poder llevarle este gran pedido personalmente y comunicarles muchas cosas; que Usted ignora de éste apartado Jujuy y que yo veo oigo y conozco. Pero me es muy imposible por ser pobre y otra que Usted no podría disponer el tiempo necesario para escucharme pero igual me conformo con tener el orgullo de poder dirigir unas líneas mal escritas como las mías a un precedente como es Usted Noble Bueno Sencillo y Bondadozo, cosa nunca echa con ningún Presidente oligarca en esta noble tierra Argentina. (...) Saludándolo junto a mis 5 hijitos peronistas que están pronto a su llamado para entregar la vida por Perón Evita y la Patria. “Su descamisado” (GIACOPPO apud ACHA, 2007, s/p).

As cartas analisadas por Acha (2007) revelam os saberes e as dificuldades dos trabalhadores. Ademais, alguns dos imaginários políticos projetados também podem ser notados como Perón nobre, bom e bondoso, marcando a diferença com os representantes argentinos do passado. Finalmente, a carta foi encerrada com um dos grandes lemas peronistas “*la vida por Perón*”, combinando com outras duas imagens, a de Evita e a da pátria.

Deste modo, o autor assinala a percepção, a releitura e a compreensão subjetiva destas pessoas, sobre uma forma de Estado, sendo Perón o indivíduo que conectava, ao mesmo tempo, as instituições, os direitos sociais e a ideologia.

Este tema para nós é instigante e, por essa razão, será explorado em estudos futuros.

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA SEGUNDA PARTE

A segunda parte deste estudo foi norteadada pela ideia da (re) invenção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores a partir da década de 1930, no caso do Brasil, e 1940, no caso da Argentina. Como mencionamos na introdução deste estudo, consideramos que as raízes destas (re) invenções estavam antes do varguismo e do peronismo, não obstante, foi nestes momentos que as (re) invenções foram consagradas.

Vale dizer que embora consideremos a (re) invenção algo em comum no varguismo e no peronismo, procuramos apresentar, ao longo dos capítulos, as particularidades e especificidades de tais (re) invenções, sobretudo nos espetáculos de poder e nos discursos políticos dos governantes a fim de demonstrar que as (re) invenções não ocorreram da mesma maneira nos dois países.

Vale salientar que selecionamos uma das maneiras possíveis de analisar estas (re) invenções, isto é, pelos discursos políticos dos governantes, nos espetáculos de poder específicos. Neste sentido, há outras maneiras de analisar tais (re) invenções e ao selecionarmos os discursos políticos, não estamos sobrevalorizando as figuras dos governantes ou de seus discursos políticos, como os “principais” e ou “únicos” produtores e reprodutores de tais imagens, ou excluindo as demais formas de produção e reprodução.

Entre os aspectos que baseiam tais (re) invenções, destacamos: a ideia do “novo”, momento, país, política, governante e trabalhador; as tônicas do varguismo e do peronismo, isto é, o trabalho e a justiça social, que influenciaram nas diferentes formas de projetar as imagens dos governantes e dos trabalhadores, a relação entre eles, tal como nas denominações das culturas políticas formadas, o trabalhismo no Brasil e o justicialismo na Argentina; o caráter personalista das transformações apresentadas, refletidas nas próprias denominações “primeiro trabalhador” brasileiro e argentino; a questão, a imagem, o papel e o significado da cidadania no Brasil e na Argentina, sobretudo no que se refere aos direitos sociais; o papel das políticas sociais e da legislação trabalhista promulgada antes e durante o varguismo e o peronismo, tal como a ideia de “doação” de tais benesses; e, não menos importante, o papel do passado e do presente dos trabalhadores para a produção e reprodução de imaginários e políticas sociais, tal como nas relações que procuraram ser construídas entre governante e trabalhador.

Embora as (re) invenções tenham esta base, cabe ressaltarmos dois aspectos finais. O primeiro é referente aos imaginários sociais e políticos não serem fixos, imutáveis, senão fluídos, flexíveis, e assim poderem ser transformados ao longo do tempo. Deste modo, cabe

assinalarmos que, durante o Governo de Vargas e de Perón, alguns dos imaginários sociais propostos seriam mais utilizados que outros, além de outros serem criados nos segundos momentos de seus Governos.

E o segundo aspecto é referente a recepção de tais imaginários sociais e políticos. Vale ressaltarmos que, embora os espetáculos de poder, os discursos políticos nestes e em outros momentos tenham sido amplamente difundidos, procurando atingir e atrair os “corações e mentes” dos trabalhadores argentinos e brasileiros, não consideramos que as (re) invenções, dos imaginários sociais e das relações entre os trabalhadores e os governantes, ocorreram de forma homogênea, igual, ou mesmo como uma dominação hegemônica, imposta e aceita por todos os trabalhadores. Portanto, pensamos em processos distintos, múltiplos, heterogêneos, subjetivos de recepção, que pelas breves menções das cartas e dos telegramas enviados aos governantes, dependem do contexto sócio-histórico em que os coenunciadores estavam inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procuramos estudar e apresentar os imaginários sociais sobre os trabalhadores produzidos no varguismo e no peronismo e, posteriormente, compará-los. Decorrente dos objetivos geral e específicos, propomos um problema relacionado à (re) invenção da relação do Estado, a partir dos Governos de Vargas e Perón, com os trabalhadores e, mais especificamente, dos imaginários sociais sobre os trabalhadores. Ademais, nos questionávamos sobre o papel dos governantes para as (re) invenções dos imaginários sociais sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo.

Para lograr a reflexão acerca do problema, propomos duas hipóteses mais amplas, ambas amparadas pelo papel significativo dos governantes: a primeira relacionada à ideia da (re) invenção por considerarmos a existência de “invenções” *dos* e *sobre* os trabalhadores, antes do varguismo e do peronismo; e a segunda relacionada aos momentos e as formas que tais (re) invenções poderiam ser reveladas e, assim, selecionamos os discursos políticos de espetáculos de poder específicos.

Deste modo, nestas “considerações finais”, pretendemos retomar alguns aspectos, que consideramos mais significativos deste trabalho, e que estão relacionados às hipóteses. Para isto, estas considerações terão dois momentos mais amplos: o primeiro relacionado às ideias de invenção/ (re) invenção e o segundo relacionado aos discursos políticos e aos espetáculos de poder.

Com relação à invenção e a (re) invenção, procuramos estruturar este trabalho em duas partes, isto é, “As invenções dos e sobre os trabalhadores antes do varguismo e do peronismo” e “As (re) invenções dos trabalhadores: das raízes à consagração no varguismo e no peronismo”, visando tratar destas ideias de forma separadas, ainda que conectadas. Na primeira parte, apresentamos alguns aspectos dos movimentos dos trabalhadores que, em alguma medida, revelassem as distintas formas e estratégias que parte deles utilizaram para se organizarem como grupo e como classe, sobretudo para exigir melhores condições de vida e de trabalho. Neste momento, consideramos que estes trabalhadores, ainda que com propostas e interesses múltiplos, estavam propondo “invenções” sobre eles, forjando imaginários sociais próprios.

Acompanhando estas “invenções”, apresentamos o Estado, representado pelos Governos e governantes, e a relação com os trabalhadores, sobretudo como tratou não apenas as formas e estratégias de organização destes trabalhadores como também a resistência e repressão aos movimentos de greve. Sob a tônica da “questão social”, os trabalhadores,

quando não ignorados ou omitidos dos discursos do Governo e de grande parte de suas políticas, eram tratados com violência e repressão, pois eram considerados “rebeldes”, “problema”, “mal-educados”, entre outros. Por outro lado, houve momentos em que o Estado, representado pelo Governo e governante, procurou se aproximar dos trabalhadores, tentando alterar a forma de tratar a “questão social”, como, por exemplo, quando algumas legislações trabalhistas eram aprovadas, órgãos específicos para tratar do trabalho como, por exemplo, o Departamento do Trabalho, ou quando instituíam datas simbólicas dos trabalhadores como feriado nacional, caso do Primeiro de Maio, como fez Artur Bernardes no Brasil.

Deste modo, por parte do Estado, representado pelos diferentes Governos e governantes, também consideramos que ainda que múltiplas e nem sempre coerentes com momentos anteriores, o “Estado” também propôs “invenções” sobre os trabalhadores, incluindo a produção de imaginários sociais sobre eles também, ainda que não tenhamos abordado este aspecto profundamente.

Para nós, o ponto de inflexão do trato da “questão social” está na segunda parte deste trabalho, com a entrada na cena política nacional de Vargas, como Presidente Provisório em 1930, e de Perón, como Secretário de Trabalho e Previdência em 1943. Procuramos demonstrar nos dois capítulos iniciais da segunda parte como Vargas e Perón reformularam o trato da “questão social” a partir de seus cargos, sobretudo em alguns pronunciamentos emblemáticos e pela legislação trabalhista promulgada.

Deste modo, consideramos que a partir destes momentos é possível encontrarmos as raízes da (re) invenção dos trabalhadores, dos imaginários sociais sobre os trabalhadores, e da relação com o Estado, representado por suas figuras. Em outras palavras, não apenas começavam a projetar determinadas imagens sobre os trabalhadores, como também imagens de amistosidade entre eles, que representavam o Estado, e os trabalhadores.

Dando continuidade a esta segunda parte, procuramos desenvolver a ideia da (re) invenção e a forma como esta poderia ser revelada no varguismo no peronismo. No tocante à (re) invenção, como buscamos mostrar, a mesma seria composta pela combinação de aspectos materiais, isto é, políticas sociais e legislação trabalhista, e aspectos “imateriais” ou simbólicos, isto é, por outros elementos que auxiliaram na composição dos imaginários sociais sobre os trabalhadores. Ademais, procuramos mostrar como tal (re) invenção não seria produzida em uma “tábula rasa”, isto é, como Vargas e Perón se apropriaram e ressignificaram alguns dos discursos dos movimentos dos trabalhadores, sobretudo as

demandas e as aspirações do momento, e utilizaram nestas (re) invenções. No tocante ao como seria revelada, trataremos adiante, conjuntamente com os discursos políticos.

Embora afirmemos uma (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo é preciso assinalar que a mesma, ainda que tivesse elementos semelhantes e fosse composta pela combinação dos aspectos materiais e simbólicos, não foi produzida da mesma forma nestes dois Governos, por estes dois governantes. Deste modo, queremos retomar algumas das aproximações e dos distanciamentos destas produções.

Com relação às aproximações, vale lembrarmos alguns aspectos. O primeiro deles é que tanto Vargas quanto Perón apresentavam seus Governos associados a um “novo” país, tempo, momento, político e trabalhadores, sendo eles os responsáveis pela “mudança” e transformações políticas, econômicas, sociais e culturais em seus países. No âmbito social, a mesma poderia ser legitimada pelas políticas sociais e pela legislação trabalhista, utilizada amplamente em seus pronunciamentos.

Decorrente deste primeiro aspecto, ambos se apresentavam como os primeiros governantes a se dedicarem aos trabalhadores, reformulando o trato da “questão social”. Ademais, afirmavam que a dedicação era sem interesses políticos, isto é, resultado do amor ao país e à nação, que merece a servidão, o sacrifício e a salvação deles. Outro aspecto em comum é a associação direta que propunham entre eles, os benefícios materiais e imateriais, o trabalhador e a gratidão dos trabalhadores. Tal associação direta era reafirmada por outros personagens, como exemplificamos com Marcondes Filho no caso do Brasil e Evita Perón no caso da Argentina.

Também cabe ressaltarmos a relação dos governantes com os trabalhadores e os demais que recusavam suas políticas. Deste modo, há a afirmação de um “nós”, coletivo, associado à imagens positivas, como de “ordem”, “bem”, “paz”, “harmonia”, entre outros, em contraposição e negação a um “outro”, “inimigo”, também coletivo, associado a imagens negativas como “desordem”, “violência”, entre outros. A partir destas imagens, se justificavam a exclusão, a perseguição e a repressão aos inimigos do regime.

Finalmente, a forma como utilizaram os aspectos sociais para legitimarem suas formas de Governo. Tanto Vargas quanto Perón afirmavam a necessidade e a importância da questão social, da justiça social, e dos meios para atingi-la, como prioritários a todo e qualquer outro elemento, como a liberdade em ambos os casos e a democracia no caso de Vargas. Deste modo, ambos propuseram a ideia de “democracia social”, relacionada à garantia dos direitos

sociais e da justiça social, que acompanhava tanto a dignificação do trabalho quanto a questão da cidadania relacionada aos direitos sociais, em prol dos políticos e dos civis.

Com relação aos distanciamentos destas (re) invenções, os mesmos têm sua base nas formas com que proporião e executariam suas políticas. O primeiro aspecto notável é que serve de base para todos os demais aspectos é justamente a tônica de seus Governos: no Brasil, a tônica de Vargas foi o trabalho, sobretudo como a melhor forma de se atingir o desenvolvimento econômico, embora também considerasse a justiça social. Enquanto na Argentina, a tônica de Perón foi a justiça social, como a melhor forma de se atingir a igualdade social, tal como a garantia dos direitos sociais. Como mencionamos anteriormente, estas tônicas diferentes também decorrem da situação econômica e das “necessidades” do momento colocadas pelos governantes.

Em vista deste aspecto vale recordarmos que, embora ambos os Governos representassem a “mudança”, as formas e o tempo em que ocorreriam eram diferentes. Como mencionamos acima, a tônica de Vargas era o trabalho, acompanhada da ordem, considerando-o como a melhor forma de atingir o progresso e o desenvolvimento econômico. Acompanhado desta ideia, Vargas também considerava que era preciso reformar o Estado e, assim, com a combinação dos elementos, seria possível atingir a justiça social, ou seja, algo que estava no futuro. Enquanto a tônica de Perón era a justiça social, como a primeira e única forma de atingir a igualdade social e os direitos sociais, ou seja, era algo que estava no presente. Por essa razão, concordamos com Capelato (2009) ao afirmar que o varguismo foi definido como “revolução política”, enquanto o peronismo foi definido como “revolução social”.

Também decorrente das tônicas, no Brasil e na Argentina foram criadas culturas políticas distintas, com base distintas, sendo o trabalhismo no Brasil e o justicialismo na Argentina. Com relação aos imaginários políticos e sociais, vale recordarmos que referente aos políticos: Perón não conseguiu produzir a imagem de conciliador de classes como Vargas, pois, como assinalou Capelato (2009), a base do movimento peronista impôs limites à relação de Perón com outros setores sociais e a radicalização das posições políticas, que estabeleceu a luta social entre peronistas e antiperonistas foi muito forte ; e a diferenciação entre Perón ser líder, condutor e amigo dos trabalhadores e Vargas o pai e o amigo e, posteriormente, no fim do Estado Novo, como condutor.

Este aspecto final auxilia na compreensão de Vargas ter tentado apagar o movimento dos trabalhadores anterior à sua entrada em cena política e Perón não ter apagado e, em alguns

momentos, ter se utilizado do mesmo para reafirmar a força política dos trabalhadores. Como mencionamos anteriormente, este diferencial também decorre das formas como ambos apareceram na cena política nacional, sendo que Perón teve amplo apoio popular tanto no dia 17 de outubro de 1945, no Partido Laborista e nas eleições de 1946, cuja parcela importante dos eleitores era composta pelos trabalhadores. Enquanto Vargas entrou na cena política nacional por meio de um golpe de Estado, sem o apoio popular.

Embora não componha diretamente os aspectos que diferenciam o peronismo e o varguismo tratados neste trabalho, consideramos interessante a reflexão referente à distinção feita por Capelato (2009) no tocante as “heranças” dos movimentos varguista e peronista e a persistência dos mitos em torno deles, uma vez que consideramos que as mesmas podem ser reflexo também dos imaginários sociais e políticos produzidos, pelos governantes e os demais mecanismos do Estado Novo e do Primeiro Peronismo, como a propaganda política por exemplo, tal como as formas utilizadas e o tipo de relação estabelecida entre eles e os trabalhadores.

Para a historiadora, no Brasil atual, o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda, mas também recordada, com nostalgia pelos trabalhadores que se sentiram dignificados ou beneficiados pelas políticas sociais e legislação trabalhista. Não obstante, ainda segundo a autora, na atualidade constata-se que o espólio getulista foi fragmentado e liquidado pelos grupos políticos que dele quiseram se apoderar.

Na Argentina, o peronismo de hoje é muito mais do que uma lembrança, constituindo força política, que é sustentada pela permanência de mitos que ainda mobilizam a sociedade, quer no sentido da eleição de um presidente da República, quer no repúdio a Madonna pelo filme em que interpretou Evita, “profanando” o mito de Eva Perón. De acordo com Capelato (2009), a popularidade de Evita persiste e, em menor ou maior grau, Perón e Vargas também se mantêm como heróis no panteão da pátria argentina e brasileira.

Por fim, valeria questionarmos o papel das (re) invenções propostas ou um dos objetivos ou “fins” aos quais foram propostas. Mais do que respostas, consideramos que uma das reflexões possíveis a partir deste questionamento seria em torno dos “efeitos de sentido” de tais imagens reinventadas.

“Efeitos de sentido”, *grosso modo*, é uma expressão utilizada pelos analistas de discursos da linguística para designar alguns dos efeitos possíveis que desejariam atingir com suas enunciações, procurando frisar que não se pode ter certeza do “fim” ou do objetivo

“principal” que os enunciadores desejariam alcançar. Dentro desta perspectiva, consideramos que entre os “efeitos de sentido” de tais (re) invenções, seja sobre os trabalhadores, sua relação com o Estado ou o “elo” com o Governo podem ser justamente as imagens de união, coesão, apoio, legitimidade e consenso político em torno dos próprios governantes, do seu Governo ou de seus projetos políticos. Ademais, também consideramos estas (re) invenções como mais uma forma de atingirem os “corações” e as “mentes” dos trabalhadores.

Neste sentido, consideramos também os discursos políticos dos espetáculos de poder emblemáticos e uma das formas de revelar estes imaginários sociais, de modo que, como procuramos descrever no capítulo 5, o cenário dos espetáculos era propício para a divulgação e propagação destes imaginários sociais.

Assim, ao nosso ver, as hipóteses propostas não foram refutadas. Ainda assim, gostaríamos de ressaltar duas ressalvas: a primeira referente aos limites destes imaginários sociais e políticos produzidos e a segunda referente às formas possíveis de observar tais (re) invenções. Com relação à primeira ressalva, como comentamos anteriormente, não consideramos que os imaginários sociais têm recepções homogêneas, senão múltiplas, complexas e não-lineares, justamente pela importância do sentido destas produções. Deste modo, pelas breves menções de algumas das cartas e telegramas enviados aos governantes, podemos notar que os resultados destas produções são imprevisíveis e o fazer crer e o querer crer a partir destes discursos políticos selecionamos nem sempre estão juntos com o crer.

Com relação à segunda ressalva, selecionamos os discursos políticos nos espetáculos de poder, isto é, a perspectiva dos governantes, como uma das formas possíveis para se observar tais produções. Não obstante, não consideramos a forma selecionada como a única ou ideal.

Pretendemos com este trabalho contribuir para os estudos do varguismo e do peronismo, tal como auxilie a compreensão dos períodos, dos governantes e, sobretudo, das relações com os trabalhadores. Consideramos este tema amplo e complexo e, por isso, esperamos que este trabalho estimule outros olhares, abordagens, questionamentos ou reflexões sobre um período importante da história do Brasil e da Argentina.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Argentinas

- Censos

ARGENTINA. *Primer censo de la Republica Argentina, 1869* (Buenos Aires, 1872).

ARGENTINA. *Segundo censo de la Republica Argentina, 1895*, vol. II (Buenos Aires, 1898).

- Discursos políticos, mensagens e documentos

ARCHIVO HISTÓRICO ARGENTINO. Manifiesto das Câmaras dos Empresários contra Juan D. Perón, 16 de junho de 1945. Disponível em: <<http://archivohistorico.educ.ar>>. Acesso em 10 Dez. 2014.

_____. Manifiesto das Câmaras dos Empresários contra Juan D. Perón, 16 de junho de 1945. Disponível em: <<http://archivohistorico.educ.ar>>. Acesso em 10 Dez. 2014.

_____. Discurso por ocasião do 17 de outubro de 1946. Disponível em: <<http://archivohistorico.educ.ar>>. Acesso em 10 Dez. 2014.

_____. Las veinte verdades peronistas. Disponível em: <<http://archivohistorico.educ.ar>>. Acesso em 10 Dez. 2014.

_____. Pronunciamiento do dia 31 de agosto de 1955. Disponível em: <<http://archivohistorico.educ.ar>>. Acesso em 10 Dez. 2014.

COMISIÓN EJECUTORA DE LA LEY 25.114 (2002). *Perón y el 17 de Octubre (1945-1974)*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2002.

GAY, Luis. *El partido Laborista en Argentina*. Buenos Aires: Biblos-Fundación Simón Rodríguez, 1999.

HISTORIA DEL PERONISMO. Mensagem pela criação do Partido Único da Revolução Nacional, no dia 23 de maio de 1946. Disponível em: <<http://historiadelperonismo.com>>. Acesso em 22 Dez. 2014.

PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: CSEdiciones, 1995.

PERÓN, Juan Domingo. “Cuadernillos de formación político-sindical, número 1”. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Discursos de Juan D. Perón, 1943-1945. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.

_____. “Cuadernillos de formación político-sindical, número 2”. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Discursos de Juan D. Perón, 1946-1947. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.

_____. 1950 año del libertador San Martín. Buenos Aires: Subsecretaría de informaciones de la presidencia de la nación, 1950.

_____. *Los mensajes de Perón*. Buenos Aires: Ediciones Mundo Peronista, 1952.

_____. *El pueblo ya sabe de que se trata. Discursos*. Buenos Aires: Editorial Freeland, 1973.

_____. *Conducción política*. Buenos Aires: Instituto Nacional Juan Domingo Perón, 2010.

PERONISMO EN VERDAD. *Discursos de Evita*. Disponível em: <<http://www.peronismoenverdad.com.ar>>. Acesso em 22 Dez. 2014.

- Periódicos

El laborista; El obrero; La questione sociale; Mundo Peronista.

Fontes brasileiras

- Censo

SÃO PAULO. Recenseamento Geral de São Paulo de 1920. São Paulo, 1920.

- Discursos políticos, mensagens, documentos

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discursos de Getúlio Vargas*, 1937-1945.

COLLOR, Lindolfo. *Entrevista concedida ao Estado de São Paulo em abril de 1930*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação, 1930.

MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil!* São Paulo: Ebook Nelson Jahr Garcia, 2002.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1941. 9 volumes.

_____. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D'Araújo (org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre/RS: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, 2004.

- Periódicos

A Batalha; A Plebe; Correio da Manhã; Cultura Política; Folha da Manhã; Jornal do Brasil; Revista da Semana.

BIBLIOGRAFIA

- ABÓS, Álvaro. *La columna vertebral*. Sindicatos y peronismo. Buenos Aires: Hyspamérica, 1983.
- ACHA, Omar. “Cartas de amor en la Argentina peronista: construcciones epistolares del sí mismo, del sentimiento y del lazo político populista”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], s/p, 2007.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. 1978. 2v. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o primeiro de maio no Rio de Janeiro durante República Velha*. 1996. 154 p. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: UnB, 1980.
- BARBOSA, Pedro Paulo Lima. Lindolfo Collor e sua proposta de conciliação entre capital e trabalho. *Revista Labor*, vol. 1, num. 10, pp.17-31, 2013.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- _____. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.161-191, 2013.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Movimento Operário Argentino: das Origens ao Peronismo 1890-1946*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Nova consciência em marcha: o partido laborista e as origens do peronismo, 1930-1946*. 1989. 303 p. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- _____. “Trabalhadores e tensões políticas na formação do Peronismo: a questão do Partido Laborista”. *História (UNESP)*, vol. 11, p.77-92, 1992.
- _____. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BELLONI, Alberto. *Del anarquismo al peronismo*. Historia del movimiento obrero argentino. Buenos Aires: Peña Lillo, 2011.
- BESKOW, Gabriela Carames. *A arqueologia do trabalhismo: a gestão de Agamenon Magalhães no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1937)*. 2006. 138p. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, num. 62, p. 71-92, 2011.
- BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Caderno AEL*, vol. 15, num. 27, pp. 263-306, 2009.

- CANTÓN, Darío; MORENO, José L.; CIRIA, Alberto. *Argentina. La democracia constitucional y su crisis*. Buenos Aires: Paidós, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. 2v. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.109-143, 2003.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. Difusão Europeia: São Paulo, 1970.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.
- CIRIA, Alberto. *Política y cultura popular: La Argentina Peronista 1946-1955*. Buenos Aires: Ed de la Flor, 1983.
- COGGIOLA, Osvaldo; BILSKY, Edgardo. *História do Movimento Operário Argentino*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (org). *Dossier “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)”*. Disponível em:<<http://historiapolitica.com/dossiers/trabajadores-peronismo/>>. Acesso em 10 Dez 2014.
- COSTA, Emília Viotti da. “The Brazilian economy, c. 1870-1930” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. Londres: Cambridge University Press, p. 685-724, 1986.
- D’ARAÚJO, Maria Celina de. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1992.
- _____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. *O Estado novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Para uma sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: 1979.
- DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y peronismo*. Los comienzos de un vínculo perdurable. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.
- DEZEMONE, Marcus. “Conflitos rurais no Brasil: breve exame do século XX”. *Revista Cantareira*, vol. 1, num. 1, pp.1-13, 2002.
- _____. “Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais”. *Estudos Históricos*, vol. 21, num. 42, pp. 220-240, 2008a.
- _____. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos*. 2008. 299p. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008b.
- _____. “Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente”. *Tempos Históricos*, vol. 16, pp.219-245, 2012.
- DIAS, Everardo. *Histórias das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.
- DI TELLA, Torcuato. “Populismo y reformismo”. In: IANNI, Octávio (org.) *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. México: Series Popular Era, 1977.

- FARA, Luis; GERBER, Santiago (org.). *1949 una constitución para la pátria justa, libre y soberana*. Buenos Aires: Piloto de Tormenta, 2013.
- FERNANDES, Valéria Dal Cim. “Um estudo de caso sobre a condução do Primeiro de Maio no Estado Novo (1938-1945). *Revista Vernáculo*, num. 27, p. 162-194, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário da cultura popular (1930-1945). Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. “Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930”. BASTOS, Pedro Paulo Z. & FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FORTE, Miguel Angel. *Apuntes sobre la cuestión social en Argentina*. Cuadernos de Cátedra, s/d.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GAGGERO, Horacio; GARRO, Alicia. *Del trabajo a la casa*. La política de vivienda del gobierno peronista 1946-1955. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad de San Andrés, 2008.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas. Buenos Aires: Paidós, 1962.
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- _____. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002a.
- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002b.
- _____. “Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo”. *Varia História*, num. 28, p. 55-68, 2002c.
- _____. Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>>. Acesso em: 5 jul. 2014.
- GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- GOMES, Fábio. O trabalho na música popular brasileira. *Brasileirinho*. Disponível em: <www.brasileirinho.mus.br/artigos/trabalhompb.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.
- GUTIÉRREZ, Leandro H; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007.
- HALL, Michael M. “Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras”. In: Ângela Araújo. (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 13-28.
- HENRIQUES, Afonso, *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*, 3 volumes, Editora Record, São Paulo, 1966.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994.

- IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- JAMES, Daniel. "17 y 18 de octubre de 1945: El peronismo, la protesta de masas y la clase obrera argentina". In: *Desarrollo Económico*, vol.27, num. 107, p. 83-129, 1987.
- _____. *Resistencia e integração: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- JELIN, Elizabeth. *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madri: Siglo Veintiuno, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LINS, Lindericy Francisco Tomé de Souza. *Um dia, muitas histórias... Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em fortaleza da Primeira República ao Estado Novo*. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2006.
- LIRA NETO, João de. *Getúlio: do Governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LOBATO, Mirta Zaida. "Los trabajadores en la era del "progreso"". In: LOBATO, Mirta Zaida (org). *Nueva historia argentina: el progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.
- LOBATO, Mirta Zaida; DAMILAKOU, María; TORNAY, Lizel. "Belleza femenina, estética e ideología. Las reinas del trabajo durante el peronismo". *Tomo 61*, vol. 1, p. 233-277, 2004.
- LUCIANI, María Paula. "Del movimiento obrero a la gestión estatal: José Maria Freire en el area de trabajo del Primero Peronismo". *Forjando*, s/d.
- LUNA, Félix. *El 1945*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- _____. *Perón y su tiempo I. La Argentina era una fiesta (1946-1949)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.
- MACEDO, Michelle Reis de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil. O movimento queremista e a democratização de 1945*. 2008. 134p. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- MACKINNON, María Moira. "Sobre los Orígenes del Partido Peronista. Notas Introductorias". In: ANSALDI, Waldo; PUCCIARELLI, Alfredo; VILLARUEL, José (org.). *Representaciones Inconclusas, las Clases, los Actores y los Discursos de la Memoria, 1912-1946*", Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- _____. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- _____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2009.
- MATSUSHITA, Hiroshi. *Movimiento obrero argentino, 1930-1945*. Buenos Aires: Siglo XX, 1983.
- MEYER, Marlyse; MONTES, Maria Lucia. *Redescobriendo o Brasil: a festa na política*. São Paulo: T.A Queiroz, 1985.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- NAVARRO, Marysa. *Evita*. Buenos Aires: Editora Planeta, 1994.

- NEIBURG, Federico. “O 17 de outubro na Argentina: espaço e formação social do carisma”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, num 20, p.70-89, 1997.
- PARADA, Maurício Barreto Alvarez. “Cultura cívica e memória no Estado Novo Brasileiro”. *Diálogos- Revista do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História*. Vol. 13, num. 2, p. 401-412, 2009.
- PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. *Estudos Avançados*, vol. 13, num. 35, pp. 167-198, 1999.
- PAZ, Raquel dos Santos; LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. “O cotidiano da “nova Argentina”: a construção da memória do peronismo”. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes e MORAES, Nilson Alves de (org). *Memória, Identidade e Representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETRONE, Maria Theresa. “Imigração”. IN: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano, sociedades e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.95-133, 1997.
- PIRES, Julio Manuel. *A política social no período populista*. São Paulo: IPE/USP, 1995.
- PLOTKIN, Mariano Ben. *El día que se inventó el peronismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- _____. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada na América Latina”. *Revista de História*, num. 153, p. 11-33, 2005.
- REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário- programas e livros didáticos 1931 a 1945*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a roça: a questão agrária no Estado Novo*. 2001. 101p. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.
- ROCK, David. *Argentina 1516-1987: desde la colonización española hasta Alfonsín*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- _____. *El radicalismo argentino, 1890-1930*. Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária”. In: FAUSTO, Boris et al (Org.). *O Brasil republicano*, tomo III: sociedade e política (1930-1964), 3 v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.507-555, 1997.
- ROMERO, Luís Alberto. *Breve historia contemporánea de Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ROMERO, Luís Alberto; GUTIÉRREZ, Leandro H. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.
- SALVATORE, Ricardo. “Criminologia positivista, reforma de prisões y la cuestión social/obreira en Argentina”. En SURIANO, Juan (comp.), *La cuestión social en la Argentina, 1870–1943*. Buenos Aires: La Colmena, 2000.
- SARTELLI, Eduardo. “Sindicatos obrero- rurales en la región pampeana, 1900-1922”. *Arrecife*, num. 2, 1989.
- SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.

- SCHEMES, Cláudia. *As festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos Governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale editora, 2005.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- TOMAIM, Cássio dos Santos. “As imagens das multidões nos Cinejornais de Primeiro de Maio no Estado Novo”. *Revista de História Social*, num. 11, pp. 41-74, 2005.
- _____. “*Janela da alma*”: cinejornal e Estado Novo- fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.
- TORRE, Juan Carlos. “La CGT y el 17 de octubre de 1945”. In: TORRES, Juan Carlos. *La formación del sindicalismo peronista compilador*. Editorial Legasa: Buenos Aires, 1988.
- _____. *La vieja guarda sindical y Perón*. Buenos Aires: RyR, 2011.
- _____. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012.
- VAIDERGORN, José. *As moedas falsas: educação, moral e cívica*. 1987. 220p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- VASSALLO, María Sofía. “El diálogo de Perón con la multitud: el 17 de octubre de 1945 y el 31 de agosto de 1955”, en *Actas del Primer congreso de Estudios sobre peronismo, la primera década*. Mar del Plata, Universidad de Mar del Plata, 2008.
- VELOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.
- VIGUERA, Aníbal (1991). “El Primer de Mayo en Buenos Aires, 1890-1950: evolución y usos de una tradición”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr.E.Ravignani*, tercera serie, p. 53-80, 1991.
- WALDMANN, Peter. *El peronismo 1943-1945*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1981.
- WEBER, Max “A política como vocação”. In: WEBER, Max. *Ciência e política- duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.